

TEORIA ATOR-REDE E PSICOLOGIA



ORGANIZADORES

Arthur Arruda Leal Ferreira

Leticia de Luna Freire

Marcia Moraes

Ronald João Jacques Arendt

NAU
EDITORA

Rio de Janeiro, 2026

TEORIA ATOR-REDE E PSICOLOGIA

NAU
EDITORA

ORGANIZADORES:

Arthur Arruda Leal Ferreira

Leticia de Luna Freire

Marcia Moraes

Ronald João Jacques Arendt

© NAU Editora
Rua Nova Jerusalém, 320
CEP: 21042-235
Rio de Janeiro (RJ)
www.naueditora.com.br
contato@naueditora.com.br

Editoras: Angela Moss e Simone Rodrigues

Revisão: Adriana Maciel

Editoração eletrônica: Estúdio Arteônica

Design: Marilu Cerqueira

(foto de capa experimento Laboratorio de Living Design - Lild - Puc-Rio,
coordenado pelo Prof. José Luiz Mendes Ripper)

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)
Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes – CRB-8 8846

F383t Ferreira, Arthur Arruda Leal et al. (org.).

Teoria Ator-Rede e Psicologia / Organizadores: Arthur Arruda Leal Ferreira, Leticia de Luna Freire, Marcia Moraes e Ronald João Jacques Arendt; Prefácio de Fernanda Bruno. – 2. ed. – Rio de Janeiro, RJ: NAU Editora, 2026.
256 p.
E-book: 2 Mb; PDF.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-8128-174-2

1. Bruno Latour. 2. Psicologia. 3. Psicologia Social. 4. Teoria Ator-Rede. I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

CDD 301.1
CDU 316.6

Esta nova edição em formato digital optou por manter as características principais da obra original em formato impresso, considerando que este trabalho foi fruto de conexões singulares na primeira década deste século quanto à leitura da Teoria Ator-Rede em contextos locais. Atualmente, alguns dos autores não trabalham mais com essa perspectiva e muitos passaram a trabalhar com outros temas dentro desta referência. Assim, apenas atualizaremos no final do livro suas informações institucionais. Diante da perspectiva desta nova edição, alguns autores prontamente nos responderam ao pedido de atualização, ao passo que, para os demais, buscamos atualizações especialmente na Plataforma Lattes. Neste processo de busca e organização, o auxílio de Lorenzo Donato Santos foi fundamental, a quem devemos todo o agradecimento. Trata-se de um justo herdeiro das questões e temas deste livro. Na condição de concluinte do curso de Psicologia da UFRJ, desejamos que leve ao máximo adiante as inquietações geradas no encontro com a Teoria Ator-Rede.

Rio de Janeiro
2ª edição, 2026

SUMÁRIO:



SUMÁRIO:

Prefácio

Fernanda Bruno 8

Apresentação

Leticia de Luna Freire
e Arthur L. Ferreira 16

PARTE 1: Articulando Redes

Introdução

Arthur L. Ferreira
e Marcia Moraes 20

Enfim: e a tua Psicologia, como é, e pra quê?

Ronald João Jacques Arendt 24

O campo psicológico e os seus múltiplos sistemas circulatórios

Arthur Arruda Leal Ferreira 44

Entre Bruno Latour e Michel Foucault

Simone Hüning e
Neuza Maria Fátima Guareschi 60

Sobre redes e controvérsias: ferramentas para compor cartografias psicossociais

Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro 78

O corpo que nós fazemos: a deficiência visual em ação

Marcia Moraes e
Ana Claudia Lima Monteiro 98

PARTE 2: Tecendo Redes

Introdução

Ronald João Jacques Arendt 116

Voando com as pipas: esboço para uma psicologia social do brinquedo

Maria de Fátima Aranha de Queiroz e Melo 120

Seguindo as agentes comunitárias em ação: o processo de intervenção urbana numa favela carioca à luz da Teoria Ator-Rede

Leticia de Luna Freire 140

A Teoria Ator-Rede como dispositivo teórico-metodológico de análise da produção de violências na contemporaneidade

Irme Salete Bonamigo 164

Híbridos e Paradoxais

Vera Schroeder 180

A psique como rede de complexos: o encontro de Jung com Tarde e Latour

Henrique Pereira 200

Teoria Ator-Rede: um olhar sobre o trabalho de campo em psicologia

Alexandra Cleopatra Tsallis e Gabriela Rizo 222

Para além da tolerância: seguindo a construção de mundos comuns

Carlos Alberto Marconi da Costa
e Marcelo Nuñez Viegas 2

Sobre as/os autores

256



PREFÁCIO

As subjetividades estão sempre situadas entre uma herança e uma atualidade; situação em que convivem linhas de continuidade, que insistem na conservação de estruturas familiares e consolidadas, e linhas de ruptura, que criam brechas e rachaduras por onde emergem vias diferenciadas de entendimento e experiência. A modernidade, nossa herança mais próxima, nos legou um modelo de subjetividade que consiste, para falar simplesmente, em uma interioridade imaterial, representacional e centralizada. Este modelo, em boa parte derivado da matriz cartesiana, demarca limites que colocam num “exterior” – mundo, natureza – uma série de elementos que permaneceram à margem do que seria próprio da subjetividade: os objetos, os dispositivos técnicos, os seres não-humanos. A psicologia vem, em larga medida e de formas diversas, partilhando desse modelo e das fronteiras que lhe correspondem ao longo de sua história.

A atualidade, contudo, tem problematizado esta topografia da subjetividade e os trabalhos de Bruno Latour sobre o caráter sociotécnico de nosso tecido social e cognitivo contribuem expressivamente para tanto. Destaca-se, nesta contribuição, a relevância dada às dimensões artefactual, coletiva e reticular da subjetividade e da cognição, conferindo a estas uma outra espacialidade, que não mais corresponde às oposições entre interior e exterior, mental e material, sujeito e objeto. A dimensão artefactual chama a atenção para a participação dos objetos técnicos na gênese dos processos cognitivos, contestando a concepção corrente nas teorias filosóficas e psicológicas da cognição. Com poucas exceções, como a tradição russa de perspectiva sócio-histórica e parte do movimento gestalista, a psicologia pouco se dedicou às relações entre os processos cognitivos e os artefatos técnicos, sendo estes entendidos como meros instrumentos a serviço

de processos mentais prévia e autonomamente dados. Todo um campo de estudos da cognição é renovado pela perspectiva de que o pensamento e a atividade cognitiva envolvem, além de processos simbólicos ou mentais, suportes técnicos e materiais. Aponta-se, portanto, a impossibilidade de se pensar uma cognição nua, pura ou estritamente “mental” e a necessidade de se operar uma “redistribuição” da cognição.

Esta inclusão do mundo técnico e artefactual no seio da cognição implica, ainda, um modo peculiar de situar o pensamento no meio sociocultural: conceber o pensamento como um processo sociocultural envolve, neste caso, não apenas interações linguísticas e simbólicas entre os homens, mas também entre estes e os objetos técnicos. O caráter sociotécnico da cognição afirma duplamente, como o próprio termo já indica, a dimensão coletiva da cognição. Primeiro, porque esta deixa de coincidir com os limites do indivíduo e da interioridade, envolvendo também, em sua “natureza” mesma, as relações sociais. Segundo, porque este mundo social, por sua vez, não está restrito aos humanos e compreende seres com outra “ontologia”, os artefatos técnicos, o que supõe uma coletividade de segunda ordem.

As dimensões artefactual e coletiva não seriam efetivas se não implicassem uma redefinição dos atores e ações envolvidos nessa rede a um só tempo social, cognitiva e técnica. Aqui entra em jogo o aspecto reticular desse processo, que encontra nos conceitos de mediação (Latour, 1994) e delegação (Latour, 1993) uma de suas expressões mais importantes. Numa rede sociotécnica, quem age e em que consiste agir; ou ainda, o que é um ator? A questão parece simples se consideramos agentes humanos, dotados de consciência e intencionalidade, mas torna-se menos evidente quando envolve agentes não-humanos e objetos técnicos. Um primeiro procedimento para se compreender a ação e os atores, humanos e não-humanos, segundo a noção de mediação, é abrir mão de ao menos duas oposições muito familiares – a causa e o efeito; o sujeito e o objeto. Em vez de se supor que a ação tem um ponto de origem –

situado num sujeito dotado de competências e de intenções previamente definidas – e um meio de execução – situado no objeto que, graças ao sujeito, se torna um instrumento que obedece aos fins que lhe são conferidos –, deve-se conceber a ação como mediação: “um acontecimento que não poderia se definir nem por suas entradas nem por suas saídas, nem por suas causas, nem por suas consequências” (Latour, 1994a, p. 600). Poderíamos dizer: nem inteiramente pelo sujeito nem pelo objeto, nem pela competência nem pela performance, nem pelo pensamento nem pela matéria, nem pelo humano nem pelo não-humano. A mediação seria o processo de criação de elos entre dois agentes constituindo um composto híbrido que não existia antes e que desloca os objetivos, funções e intenções previamente estabelecidos. Trata-se, pois, de um “acontecimento que subverte o que entra e o que sai” (Hennion; Latour, 1993, p. 21). A ação é assim entendida como uma propriedade de entidades associadas, de cadeias compostas de humanos e de não-humanos onde cada ponto deve ser considerado uma mediação e onde cada agente ou ator, humano ou não-humano, é um mediador que jamais pode ser inteiramente causa nem consequência de seus associados. Um mediador não é uma causa, nem um efeito ou um mero intermediário entre dois polos definidos de antemão. Ele é um operador de diferenças, de desvios, de deslocamentos que redefine os termos postos em relação – o indivíduo e a tarefa, o sujeito e o seu mundo interno ou externo. O que é propriamente humano não é exatamente ser o sujeito de toda ação, mas a capacidade de fazer com que tanto outros humanos quanto não-humanos passem à ação, ou ainda, a atores. Somos sempre ultrapassados pelo que fabricamos e fazemos – quando se age, outros passam à ação.

Um ator, portanto, é tudo que tem *agência*, que produz diferenças, desvios, transformações na distribuição da ação numa rede sociotécnica e na fabricação do mundo. Ele não coincide, assim, com o indivíduo, posto que é sempre heterogêneo. A noção de delegação permite compreender melhor o que está em jogo. Num artigo que visa definir a

mediação técnica, Bruno Latour aponta a delegação como o seu mais importante significado (Latour, 1994b). A delegação implica fazer com que os artefatos passem à ação, a atores, e que essa “passagem” não seja uma simples continuidade ou prolongamento da ação humana, mas uma transformação. A ideia de que delegamos aos objetos o prolongamento de nossos órgãos ou a multiplicação das nossas forças nos é familiar, mas a delegação de que se trata aqui concerne ao que usualmente supomos ser partilhado apenas por humanos e nunca por objetos – o social, a moral, a cognição.

Tomemos um exemplo simples, proposto por Latour como ilustração da delegação moral aos objetos: o quebra-molas (Latour, 1994b). Quando diminuimos a velocidade diante de um quebra-molas, quem age? O motorista, sem dúvida, que decide reduzir, mas também o quebra-molas, que opera uma “tradução”¹ fundamental para que o motorista decida e aja. Suponhamos, como é comum ocorrer, que o quebra-molas esteja situado perto de uma escola. O recurso para advertir os motoristas poderia ser uma sinalização, informando a proximidade da escola e apelando ao senso moral dos motoristas: “diminua a velocidade – área escolar”. Bem se sabe, contudo, que este procedimento não é suficiente. O que faz o quebra-molas? Opera uma tradução ou um desvio no “objetivo” do motorista, transformando o seu comportamento: passa-se de “diminuir a velocidade para não pôr em risco a vida dos estudantes” para “diminuir a velocidade para não pôr em risco a suspensão do meu carro”. Através da mediação do quebra-

1 Em *On technical Mediation : philosophy, sociology, genealogy*, o termo “tradução” constitui um dos sentidos da mediação técnica e designa “deslocamento, desvio, invenção, mediação, a criação de um elo que não existe previamente e que em algum nível modifica dois elementos ou agentes” (Latour, 1994b, p. 32 e nota 3). Em nota explicativa no referido texto, Latour diz que seu uso do termo “tradução” vem de Michel Serres através do uso sociológico que faz dele Michel Callon (1986, pp. 196-229). Em *Jamais fomos modernos*, Latour emprega o termo “tradução” para designar o processo de criação de híbridos de natureza e cultura, de humano e de não-humano e diferenciá-lo do processo de “purificação”, caracterizado pela criação de “duas zonas ontológicas inteiramente distintas, a dos humanos, de um lado, e a dos não-humanos, de outro” (Latour, 1994, p. 16).

molas, o motorista realiza uma ação moral sem ser sujeito moral, ou melhor, partilhando sua moralidade (ou sua incapacidade de ser sujeito autônomo e exclusivo de sua moralidade) com o quebra-molas. Este é, portanto, um delegado moral. O que se deseja ressaltar nesta delegação não é apenas a mudança na forma, mas também na “matéria” de nossa expressão moral. A lei de velocidade, o programa de ação do engenheiro de trânsito, o cuidado moral com a vida dos estudantes são inscritos no concreto. No lugar de “inscrito”, diz Latour:

...eu poderia ter dito ‘objetivado’ ou ‘reificado’ ou ‘realizado’ ou ‘materializado’ ou ‘gravado’, mas estas palavras implicam um agente humano todo poderoso impondo sua vontade numa matéria amorfa, enquanto os não-humanos também agem, deslocam objetivos e contribuem para a sua redefinição. (Latour, 1994b, p. 38)

Os deslocamentos promovidos por esta “inscrição” numa matéria não humana são tanto “atorais”², quanto espaciais e temporais. “Atores” porque nem o engenheiro, nem o representante da lei, nem o motorista ou o senso moral dos humanos agem sozinhos ou comandam a ação; o quebra-molas não apenas age como auxilia na redefinição da ação dos primeiros. Além disso, as rodovias contêm um novo ator que está presente dia e noite e garante, na ausência do idealizador do dispositivo e do representante da lei, o controle de velocidade dos carros. Ações passadas e atores ausentes – engenheiros, legisladores e representantes – permanecem ativos graças à delegação a uma matéria com outra duração e presença, que transforma, por sua vez, a ação de outros tantos humanos. O exemplo chama a atenção para o quanto a nossa moral não envolve apenas valores, símbolos e juízos confinados ao campo da cultura e da consciência humana. A moral também está inscrita nas coisas, na matéria, na técnica. E esta inscrição também caracterizaria o nosso modo de ser moral.

2 O termo correspondente no texto em inglês é “actorial”. Cf. Latour, 1994b, p. 39.

O quebra-molas, assim como o cinto de segurança e outros tantos dispositivos técnicos mostram, segundo Latour (1993), o quanto a moral não pode ficar reservada ao juízo humano. Afinal, os tais dispositivos técnicos só existem na medida em que se assume que a moralidade (e também a cognição e a tessitura do social) não se inscrevem apenas nos corpos e mentes humanas, mas também nas coisas, nos objetos.

Uma outra espacialidade e uma outra historicidade se impõem: as noções de mediação e delegação incluem atores não-humanos na própria gênese do social e da subjetividade, de modo que nas extremidades de uma mediação não se encontram entidades ou mundos dados e autônomos – o simbólico e a matéria, o humano e os não-humanos, o sujeito e o objeto – mas outra mediação. Nesta rede sociotécnica constituída de cadeias associadas de humanos e de não-humanos, um e outro não cessam de se afetar, de trocar “propriedades”, de “traduzir” e desviar a ação do outro, de ocupar uma posição mais ou menos ativa, de, enfim, se redefinirem e se transformarem continuamente.

A psicologia encontra nessa topologia heterogênea da rede sociotécnica uma matriz fértil para pesquisas acerca de processos e objetos que tradicionalmente permaneciam ora no exterior do seu campo de investigação, ora desprovidos de uma abordagem conceitual e metodológica pertinente. Este livro reúne pesquisas que se apropriam dessa matriz inicialmente proposta por Bruno Latour, e levada adiante por autores como John Law, Annemarie Mol, Michel Callon, Steve Woolgar, entre outros. A perspectiva ator-rede constitui o eixo comum aos capítulos deste livro, provendo-lhes o referencial teórico e metodológico para os objetos os mais diversos: a violência, a favela, a música, as pipas, a psicanálise de Carl Jung, o corpo, bem como as potencialidades e limites deste referencial para a pesquisa e a prática em psicologia. Na perspectiva de exploração destas múltiplas trilhas, apenas resta desejar que este livro possa operar como um mediador, tecendo uma rede sociotécnica de investigação na psicologia que ultrapasse e redefina suas fronteiras.

Referências bibliográficas:

- CALLON, M. (1986). "Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St. Brieuc Bay". In: LAW, J. (Org.) *Power, Action, and Belief: a new sociology of knowledge?*. Londres: Routledge; Kegan Paul.
- HENNION, A.; LATOUR, B.(1993). "Objet d'art, objet de science : note sur les limites de l'anti-fetichisme". *Sociologie de l'art*, n° 6. Paris : La lettre volée.
- LATOUR, B.(1994). *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: 34.
- _____. (1994a). "Une Sociologie sans objet ? Remarques sur l'interobjectivité". *Sociologie du Travail*, n° 4.
- _____. (1994b). "On technical mediation: philosophy, sociology, genealogy". *Common Knowledge*, n° 2, v. 3, Oxford University Press.
- _____. (1993). *Petites leçons de sociologie des sciences*. Paris : La Découverte, 1993.



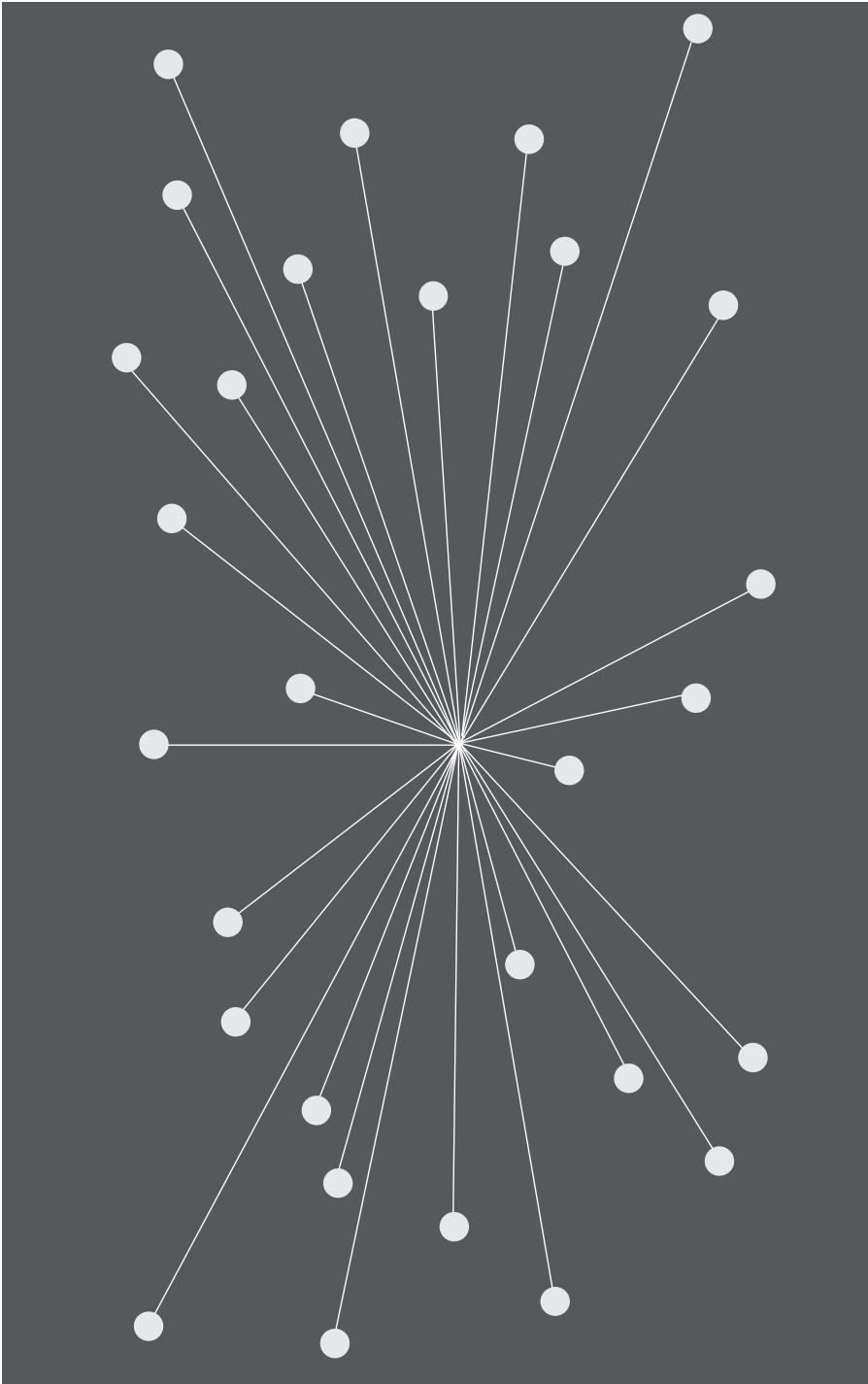
APRESENTAÇÃO

Este livro tem como seu ponto de partida o cruzamento de duas redes, cujo ponto de intercessão pode ser buscado no trabalho desenvolvido pelo professor Ronald Arendt. De um lado temos o seu trabalho em conjunto com o produzido por pesquisadores de psicologia no contexto da Teoria Ator-Rede, no âmbito do Grupo de Trabalho “Cotidiano e Práticas Sociais” da ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia). Por outro lado, temos o conjunto de reflexões e produções acadêmicas realizadas nos últimos anos pelos integrantes do grupo de estudo e pesquisa “Psicologia e Construtivismo”, coordenado pelo citado pesquisador no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

É como parte desse movimento de consolidação destes dois grupos articulados e do amadurecimento de suas reflexões que apresentamos essa coletânea de artigos. Em sua estrutura, o livro está organizado em duas partes. Na primeira seção (Articulando Redes), encontram-se reunidos cinco artigos de pesquisadores que tem trabalhado em diversos programas de pós-graduação (UFRJ, UERJ, UFF e UFRGS) com o tema da relação entre Teoria Ator-Rede e Psicologia de modo mais avançado. Esta presença conjunta expressa aqui o esforço em torno da composição de bancas, pesquisas e de textos conjuntos. Na segunda seção (Tecendo Redes), são apresentados os trabalhos dos mestres e doutores participantes do grupo de estudo e pesquisa “Psicologia e Construtivismo”. Embora se refiram, em sua grande maioria, às pesquisas de mestrado e doutorado dos autores, concluídas ou ainda em curso, todos os textos aqui são inéditos e foram previamente construídos e testados nessas reuniões, de modo que a sua autoria e responsabilidade são, sem dúvida, coletivas.

Finalmente, resta apenas agradecer àqueles cuja colaboração foi fundamental para a realização deste livro. Nossa gratidão à coordenação do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UERJ, pelo apoio institucional concedido à constituição do grupo, e à Pró-reitoria de Pós-graduação da UFRJ, pelo apoio financeiro à publicação deste livro, ajudando a consolidar uma rede de pesquisadores na área de psicologia reunindo as três maiores universidades públicas do estado do Rio de Janeiro. Igualmente deve ser registrado o agradecimento aos professores Ivan da Costa Marques, do NCE/UFRJ, e Henrique Cukierman da Coppe/UFRJ pela minuciosa revisão dos textos e discussão desta com os autores.

Convidamos você, leitor, para embarcar nessa viagem, compartilhando nossas ideias e reflexões. Sua companhia nesse percurso é bem-vinda, não tanto como um passageiro anônimo e indiferente à paisagem, mas como um ser pensante e crítico, que deseje travar conosco um diálogo, apontando-nos os detalhes da paisagem que nos passaram despercebidos e permitindo-nos vê-la sob outros ângulos ainda possíveis. Se a viagem puder ter esse efeito, ela é muito bem-vinda.





PARTE **1**
Articulando Redes

Como destacado na apresentação deste livro, esta primeira parte é composta por cinco artigos de sete autores, que compõem uma rede de pesquisadores de psicologia, interessados no campo de estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade e, em particular, pela Teoria Ator-Rede. A título de breve história, é necessário dizer que essa rede resulta de um paulatino processo de aproximação que se inicia no final da década de 1990, quando esse mesmo referencial é utilizado nas teses de doutorado de Rosa Pedro¹ (ECO-UFRJ), Marcia Moraes² e Arthur Ferreira³ (ambas defendidas na PUC-SP). Como veremos na introdução à segunda parte, é igualmente o momento em que Ronald Arendt constitui seu grupo de pesquisa na UERJ. No início dos anos 2000, esses esforços isolados começam a se articular inicialmente em grupos de estudo conduzidos por Ronald Arendt, Marcia Moraes e Arthur Ferreira. Logo os primeiros contatos se distribuem para participação em bancas e trabalhos conjuntos em congressos nacionais e internacionais. Dentre estes, destaca-se o encontro anual Ator-Rede, organizado por Ivan da Costa Marques (NCE/UFRJ), Henrique Cukierman (COPPE/UFRJ) e Eduardo Paiva (FAETEC/Paracambi). Tal evento reúne pesquisadores com formações diversas, vinculados a diferentes universidades, cujos interesses giram em torno da área de estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade. Muitos dos pesquisadores que participam desse evento são vinculados ao NECSO – Núcleo de Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade, cadastrado no CNPq. Aqui se destaca igualmente

1 Pedro, R. *Cognição e tecnologia: híbridos sob o signo do artifício*. Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Comunicação, UFRJ, 1996.

2 Moraes, M. *Por uma psicologia em ação*. São Paulo, Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica, PUC/SP, 1998.

3 Ferreira, A. A. L. *A diferença que nos une: um estudo sobre as condições do surgimento do campo psicológico em sua dispersão*. São Paulo, Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica, PUC/SP, 1999.

a presença de Ana Cláudia Monteiro, autora nesta seção. Nos congressos de psicologia, logo é estabelecido contato com Neuza Guareschi e Simone Hüning, com as quais se amplia a rede de participação em bancas e eventos.

A partir de meados desta década, esse contato começa a se distribuir pela produção conjunta de trabalhos, articulação de pesquisas e cooperação entre programas de pós-graduação⁴. Já em 1999, Marcia Moraes organiza um volume dos *Arquivos Brasileiros de Psicologia*⁵ em torno da Teoria Ator-Rede, iniciativa reprisada por Rosa Pedro em 2002 com relação à revista *Documenta*⁶. Em 2005, Neuza Guareschi e Simone Hüning organizam a coletânea *Foucault e a Psicologia*, com a participação de Arthur Ferreira. Em 2007, é publicado na revista *Interações* um artigo conjunto de Ronald Arendt, Marcia Moraes e Arthur Ferreira sobre Teoria Ator-rede e psicologia, com a participação de Alexandra Tsallis⁷ (que também participa deste livro).

A articulação pelos programas de pós-graduação se faz de um duplo modo: na cooperação acadêmica entre os programas e na presença num mesmo Grupo de Trabalho (GT) da ANPEPP. Quanto ao primeiro aspecto, a cooperação inicial em termos de participação em bancas se intensifica com a presença recíproca em cursos ministrados nas diversas pós-graduações em que estes pesquisadores participam, ou até mesmo em mini-cursos, como o ministrado por Rosa Pedro na PUC-RS em 2007. Em um segundo momento, esta cooperação parte para a produção de cursos conjuntos, como a disciplina *Saber e Sociedade* ministrada por Rosa Pedro, Ivan Marques, Henrique

4 Destacamos neste ponto os seguintes programas de Pós-graduação: Psicologia Social/UERJ; Psicologia/UFRJ; Psicologia/UFRJ; Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS/UFRJ; História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia – HCTE/UFRJ; Programa de Engenharia de Sistemas – COPPE/UFRJ; Psicologia/PUC-RS.

5 *Arquivos Brasileiros de Psicologia*: Psicologia e construção do conhecimento na atualidade, n° 52 (3), 2000.

6 *Documenta*, n°12/13, 2001/2002.

7 Moraes, M.; Arendt, R.; Ferreira, A, Tsallis, A. O que nós psicólogos podemos aprender com a teoria ator-rede? In: *Interações* (Universidade São Marcos), v. XI, p. 57-86, 2006.

Cukierman e Arthur Ferreira. No que tange à participação na ANPEPP, a quase totalidade dos autores desta seção se encontra atualmente vinculada ao GT *Cotidiano e Práticas Sociais*. Este GT foi constituído inicialmente no VIII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio da ANPEPP, realizado em Serra Negra (SP), no ano de 2000. Sua meta inicial era pôr em discussão a enorme distância entre as formulações teóricas da psicologia e todo um conjunto de questões sociais presentes em nosso cotidiano como “a pobreza, a desigualdade e a exclusão social, a ausência de políticas públicas sociais no âmbito nacional e a crescente reconfiguração do espaço público a partir de atores governamentais e não governamentais”. Contudo, a sua configuração tem mudado ao longo dos diversos encontros nacionais da ANPEPP. Grupos inicialmente compostos por pesquisadores das áreas de desenvolvimento e educação infantil, saúde e pesquisa-ação, governança e desenvolvimento sustentável puderam organizar seus próprios GTs. E, ao mesmo tempo, novos pesquisadores ligados à Teoria Ator-Rede foram paulatinamente se integrando: Neuza Guareschi em 2002, Ronald Arendt em 2004, Marcia Moraes em 2006, Rosa Pedro em 2008, Simone Hüning e Arthur Ferreira em 2010.

O que buscamos trazer nesta seção é uma pequena amostra desses trabalhos em processo de constante articulação. O que se pode desejar com relação a eles é que prossigam nas vias do enredamento e coengendramento. Aqui, qualquer aproximação de um estado final de obra será fatal dentro desse exercício de experimentação. Na busca de se exercer, pensar, re-pensar e dis-pensar a psicologia para além dos seus conceitos e oposições tradicionais.

Enfim: e a tua psicologia, como é, e para quê?

Ronald João Jacques Arendt

Em um *cartograma*¹ de sua tese de doutoramento Stéfanis Caiaffo (2009) fala da psicologia. “A principal característica da história das práticas psicológicas”, comenta Stéfanis Caiaffo, “é uma proliferação feroz de definições, uma proliferação atroz tanto de escolas como de teóricos, teorias e conceitos que a historiografia só consegue extrair num mosaico nada unitário” (Caiaffo, 2009, p. 75). À medida que a Psicologia persiste, segue ele, “o que vemos é o surgimento de escolas sobre escolas, a profusão de embates sobre embates, a colocação de questões sobre questões, a geração de polêmicas sobre polêmicas, tudo isso a ponto de estarmos já pela boca do saco de tão abarrotados de estatutos sempre precários. Cada nova escola propõe um arranjo de duração própria, e ele valerá enquanto valem os problemas que ela apresenta, e seus operadores” (Caiaffo, 2009, p. 75). E aí ele dispara uma série estonteante de perguntas aos pesquisadores da Psicologia:

1. *Para que servem suas pesquisas?*
2. *Qual sua direção ou sua intenção presente, pessoal ou científica?*
3. *Quais entidades estão formando as articulações de seu coletivo e por qual função ou motivo sustentam seu trabalho?*
4. *Quem é o psicólogo que pesquisa?*
5. *De onde ele vem carregado de história progressa, como ele chegou a ser o que é?*
6. *Para onde pretende ir com a Psicologia que está a construir?*
7. *Por que a ciência é desejada e como ela entra em funcionamento?*
8. *Enfim: e a tua Psicologia, como é, e pra quê?*

1 Em sua tese Caiaffo busca apresentar cartogramas: aforismos, riscados a meio caminho, e que “condensam a riqueza de um instante fugidio em impressões que ficam ou passam” (p. 6).

Pesquisando, há anos, o objeto da psicologia², eu me sinto desafiado, provocado a responder a tais perguntas. O texto que segue é uma tentativa de encadear um conjunto de argumentos que deem conta do meu trabalho e procurem, enfim, dizer da minha psicologia, como e para que.

Para que servem as pesquisas?

Para posicionar com clareza para que “serve” “minha” linha de pesquisa, vou me valer das análises dos sociólogos ingleses John Law e John Urry (Law & Urry, 2003). Num texto básico, eles afirmam que a pesquisa social e seus métodos não descrevem apenas o mundo como ele é, mas ajudam a produzir realidades e mundos sociais. Entretanto, e apesar disto, “seus métodos – e sua política – ainda estão atrelados e tendem a reproduzir políticas baseadas nas nações-estado do século XIX” (Law & Urry, 2003, p. 01). Aceitando o argumento de Rose (2008) de que a psicologia pode ser considerada uma ciência social, se é verdade que há uma “proliferação feroz de definições, uma proliferação atroz tanto de escolas como de teóricos” e que não há uma psicologia unificada, mas psicologias (Figueiredo, 1992, 1993), o fato é que nossos métodos ainda estão ancorados nos séc. XIX e XX. Venho, há anos, colocando este problema: a psicologia funda seus argumentos num arrazoado que ela herdou de sua história ao buscar nas ciências naturais seu modelo de pesquisa. Esta história está impregnada da divisão que o filósofo alemão Wilhelm Dilthey cunhou no fim do século XIX – a dicotomia que classifica as ciências em ciências naturais e ciências do espírito. Dilthey entendia que a psicologia não poderia ser uma ciência da natureza, projeto perseguido pelos psicólogos experimentais alemães do final do século XIX. A filósofa e historiadora das ciências Nicole

2 No âmbito do programa PROCiência, da UERJ, coordeno, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, o projeto de pesquisa “Psicologia e Construtivismo: esboço de uma psicologia não moderna”, desdobramento do projeto anterior intitulado “Investigações em torno do objeto da Psicologia”. Em 1999, defendi a tese para professor Titular em Psicologia Social intitulada “Para onde vai a Psicologia?” (Arendt, 1999).

Schmidt (1995) descreve, em seu ensaio sobre a psicologia alemã, as controvérsias que redundaram na vitória do estilo de pensamento explicativo sobre o compreensivo no decorrer do século XX (volto a falar sobre isto mais abaixo). A partir da metade do século XX, a história da psicologia começou a se transformar. Vale lembrar Foucault:

Toda a história da psicologia até o meado do século XX é a história paradoxal das contradições entre este projeto a esses postulados; ao perseguir o ideal de rigor e exatidão das ciências da natureza, ela foi levada a renunciar aos seus postulados; ela foi conduzida (...) a reconhecer na realidade humana outra coisa que não um setor da objetividade natural, e a utilizar para reconhecê-lo outros métodos diferentes daqueles de que as ciências da natureza poderiam lhe dar o modelo (...): a ideia de uma precisão objetiva e quase matemática no domínio das ciências humanas não é mais conveniente se o próprio homem não é mais da ordem da natureza. Portanto, é a uma renovação que a psicologia obrigou a si própria no curso de sua história; ao descobrir um novo *status* do homem, ela se impôs, como ciência, um novo estilo. (Foucault, citado por Hüning & Guareschi, 2005, p. 110)

O problema que eu me coloquei, como pesquisador, na esteira de pensadores franceses do pós-guerra como o próprio Michel Foucault, Gilles Deleuze, Felix Guattari, os analistas institucionais da Universidade Paris VIII (Georges Lapassade, René Barbier, René Lourau), era como pensar a psicologia para além de seus referenciais modernos? Que novo estilo ela poderia se impor, seguindo a fala dada por Foucault? Law & Urry (op. cit.) chamam de “política ontológica” as realidades e mundos sociais que o cientista social ajuda a fabricar. Meu projeto se encaixaria no que eu poderia chamar de uma “política ontológica da psicologia”, uma psicologia cujos métodos estariam sintonizados na contemporaneidade.

Qual sua direção ou sua intenção presente, pessoal ou científica?

Minha direção foi então estudar a psicologia em suas relações com as ciências sociais e a filosofia contemporânea. Estudei este movimento, por exemplo, na própria psicologia, através dos autores pós-modernos e sua sugestão de pensar a psicologia através do discurso e das práticas sociais, como Kenneth Gergen, John Shotter ou, Rom Harré. Estudei este movimento na filosofia (li Thomas Kuhn, Richard Rorty, Gilles Deleuze), na psiquiatria (li Franco Basaglia, Felix Guattari). Fui buscar argumentos na antropologia. Assim, por exemplo, o antropólogo inglês Tim Ingold (2000, p.171) sustenta o seguinte:

O que podemos dizer, entretanto, é que o efeito de tomar o agente-no-ambiente antes do indivíduo isolado, auto-contido, como nosso ponto de partida é desfazer não apenas a venerável distinção durkheimeniana entre indivíduo e sociedade, mas também a divisão – que tradicionalmente repousou sobre esta distinção – entre as duas disciplinas da antropologia e da psicologia. Não vejo justificacão intelectual para continuar a separar estas disciplinas. Posto que reconhecemos agora que processos tais como pensar, perceber, lembrar e aprender precisam ser estudados no contexto ecológico das inter-relações das pessoas com seus meios.

Ocorre, entretanto, um problema de difícil encaminhamento. Em que pese a proposta de Ingold, na psicologia a “venerável distinção durkheimeniana” é quase sempre assimétrica. Se na psicologia social moderna a balança tendia para a análise experimental do indivíduo, com um tratamento muito frágil do social, na psicologia pós-moderna tudo é história, tudo é linguagem, tudo é política, e o tratamento do indivíduo é da maior fragilidade. No âmbito de uma “epistemologia política alternativa” (Latour, 2002), o que eu busco é produzir uma psicologia da relação indivíduo-sociedade não assimétrica. Stengers (2003) coloca isto com clareza ao discutir a questão mais

geral da relação do todo com as partes: “o todo e as partes devem, portanto, se entre definir, devem negociar entre si o que significa a explicação de um pelos outros” (p. 207). Penso que a abordagem não moderna da teoria e a sociologia do ator-rede, que passei a estudar de alguns anos para cá, proporcionam uma abordagem não assimétrica, que se submete ao requisito de Stengers: na TAR, o social não é algo que preceda ao indivíduo, ambos negociam sua coprodução, a explicação de um pelo outro. Minha intenção científica e pessoal é avaliar esta tradução da TAR para a psicologia e discutir sua viabilidade.

Quais entidades estão formando as articulações de seu coletivo e por qual função ou motivo sustentam seu trabalho?

O fato de ser professor titular de psicologia social numa instituição pública e atuar como pesquisador num curso de graduação e pós-graduação em psicologia enseja, por um lado, o contato com professores de diversas linhas de pesquisa³ – e o contato extraordinariamente profícuo com os membros do grupo de pesquisa e alunos da graduação – e, por outro, a possibilidade de manter contato com docentes de outras universidades públicas, como a professora Marcia Moraes da UFF, o professor Arthur Leal Ferreira da UFRJ, aliados no estudo da TAR. Como a TAR não é uma proposta teórica e metodológica surgida na psicologia, o problema da sua tradução para a psicologia ou, ao contrário, o problema de pensar a psicologia como uma área de ciência e tecnologia, relacionada aos “Estudos Científicos”, identifica novos aliados como, por exemplo, o professor Ivan da Costa Marques, do NCE-IM/UFRJ. Há também o intercâmbio com os membros do grupo de trabalho “Cotidiano e Práticas Sociais”, que a cada dois anos, quando das reuniões regulares da ANPEPP, enseja a publicação de obras conjuntas (ANPEPP, 2008).

3 Minha linha de pesquisa no PPGPS intitula-se História, Imaginário Social, Cultura.

Quem é o psicólogo que pesquisa?

Não sei bem se sou um psicólogo na acepção usual da prática: minha prática é de professor, pesquisador, orientador de monografias, dissertações e teses, talvez mais preciso seria afirmar que sou um sociólogo ou filósofo da psicologia, que pensa ser importante encontrar outras metodologias de trabalho, mais compatíveis com o mundo contemporâneo. No grupo de pesquisa que coordeno, emergem discussões muito ricas e caminhos inesperados para projetos de pesquisas psicológicas com referenciais das ciências sociais, através de doutorandos formados pela psicologia ou cientistas sociais afins que frequentam e frequentaram o grupo. Para utilizar uma expressão de Latour, é um coletivo que pesquisa.

De onde ele vem, carregado de história pregressa, como ele chegou a ser o que é?

Venho, há anos, refletindo sobre a modernidade, o modernismo, o pós-modernismo no pensamento contemporâneo e sua relação com a construção teórica em psicologia, buscando discutir o vínculo entre este pensamento, a psicologia e sua consequência na elaboração de seu objeto de estudo. Meu envolvimento com a temática do modernismo e seu debate com o pós-modernismo remonta à minha participação, em 1994, na V Reunião da ANPPEP, para a qual redigi um texto no qual analisava a psicologia comunitária a partir do que Sérgio Paulo Rouanet considerava ser um “novo irracionalismo brasileiro” (Arendt, 1994). Fortemente influenciado pela Ilustração, Rouanet propõe em suas obras uma postura “iluminista” para a análise social, na qual a pós-modernidade nada mais seria do que o desdobramento de ideais já presentes numa posição moderna. Tal abordagem encaixou-se com precisão à minha insatisfação com a psicologia comunitária – em diversas publicações procurei (Arendt, 1996, 1997a, 1998a, 1999b) argumentar sobre seu aspecto panfletário, ideológico e pouco sistemático. A crítica à psicologia comunitária ocupou um papel particularmente importante em minhas reflexões sobre

a psicologia: ela funcionou como um *analisador*⁴ da psicologia social e da psicologia. Se o pós-modernismo na filosofia e na filosofia das ciências pode ser considerado como uma reação ao discurso dominante da ciência moderna, a psicologia comunitária surgirá em reação à postura “dura” da psicologia experimental, particularmente na vertente positivista norte-americana. Com a discussão que emerge na segunda metade deste século, particularmente na Europa e na América Latina, tendo como cerne o modelo empírico-analítico, dominante na psicologia, ocorrerá um fenômeno curioso no que tange ao objeto da psicologia e à prática de pesquisa: no contexto de pesquisa tradicional, o pesquisador tinha a maior clareza de seu objeto, embora pudesse ser quase totalmente alheio às questões sociais, culturais e políticas. Já o psicólogo social comunitário latino-americano dos anos 60/70, intensamente politizado e atento a variáveis sociais e culturais, está bastante confuso quanto à sua prática e ao seu objeto de pesquisa. A psicologia comunitária sempre foi, para mim, fonte de problemas práticos e teóricos. Ingressei no Departamento de Psicologia Social e Institucional da UERJ através de um concurso para lecionar a disciplina no curso de Graduação onde, inclusive, coordenei o estágio supervisionado em psicologia comunitária. Minha experiência de campo foi reveladora da premente necessidade de se reavaliar as propostas metodológicas disponíveis de intervenção para o psicólogo. Em minhas atividades de magistério anteriores à UERJ, no Departamento de Psicologia da UFES, já debatia a tensão entre a nascente prática comunitária e a psicologia social, especialmente em sua faceta experimental. Desde sempre, a tensão entre um modelo tradicional em psicologia social e uma proposta conflitante caracterizou minha produção acadêmica. Sem que o tema estivesse claramente especificado, já participava do debate entre o moderno e o pós-moderno na psicologia desde meus primeiros anos de magistério, lecionando psicologia social no departamento de psicologia da Universidade Gama Filho. Na ocasião, era claro

4 Analisador é um conceito da análise institucional. Trata-se de uma instância da instituição que propicia falar do todo, um dispositivo ou acontecimento que a força a tomar ciência de suas contradições.

o meu desconforto em seguir o programa, totalmente baseado na psicologia experimental norte-americana, iniciando ali uma busca por modelos alternativos: tendo oportunidade de lecionar a disciplina de psicologia “preventiva” no curso de Serviço Social daquela instituição, fui buscar subsídios na educação popular, cuja base metodológica era a da pesquisa participante. Talvez pelas mesmas razões fui encontrar em Jean Piaget as bases teóricas para um modelo construtivista em psicologia social – tema da minha dissertação de mestrado e minha tese de doutorado. A investigação do objeto da psicologia comunitária me encaminhou a uma análise mais geral sobre o objeto da psicologia social e da psicologia. Paralelamente, vinha e venho estudando, há anos, o pensamento filosófico contemporâneo. Ao colocar em discussão a metafísica ocidental, pensadores franceses como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Jacques Rancière, irão propor um enfoque fascinante do pensamento humano e sua inserção num campo social, cultural e político. Entretanto, o espaço que tais autores dão à psicologia é mínimo, quando não de total desconsideração. Apresentei, então, um projeto de pesquisa à UERJ – meu projeto PROCiência, no qual procurava combinar as investigações em torno do objeto da psicologia com a análise do pensamento filosófico francês contemporâneo (Arendt, 1997b).

Como uma área correlata a meus estudos conceituais no campo da psicologia social e comunitária e um braço do pensamento francês, a análise institucional ocupou um papel da maior relevância em minhas reflexões, sendo de particular interesse as recentes investigações de René Lourau sobre a *implicação do pesquisador*. Foi através da leitura de um capítulo de um de seus últimos volumes, Lourau (1994), que trata da concepção de pesquisa de John Dewey, filósofo e psicólogo americano pragmático da 1ª metade deste século (cujas posições, segundo Lourau, são altamente compatíveis com as suas), que passei a me interessar pelo pragmatismo norte-americano, o que me levou a estudar os pós-pragmatistas, especialmente Richard Rorty. Este autor revelou-se um pensador particularmente fecundo para minhas análises, pela união que permitiu estabelecer com o pensamento

anglo-saxão. Suas críticas cortantes à tradição platônica e kantiana em ciência, e o seu apoio declarado a filósofos como Foucault, Nietzsche e Heidegger, permitiram alinhar Rorty com os autores que configuravam a base dos meus estudos anteriores. Para a filósofa e psicóloga alemã Nicole Schmidt (op. cit), a história da psicologia é também a história de seu afastamento da filosofia. Segundo a autora, esta é uma história eminentemente alemã que, do final do século passado ao início deste, num período de pouco mais de quarenta anos (1879 a 1921), lança a psicologia num debate caracterizado por controvérsias que até hoje permanecem praticamente sem solução. Este debate poderia ser sintetizado pela controvérsia entre Wilhelm Wundt e Wilhelm Dilthey, embora existam desdobramentos posteriores que sofisticuem a discussão. Enquanto o primeiro entendia não ser possível estudar o homem na forma experimental proposta pelo segundo, o segundo não podia admitir a dicotomia entre as ciências do espírito e ciências da natureza proposta pelo primeiro. (Na verdade as coisas são um pouco mais complicadas: Wundt foi um defensor do experimentalismo em seus estudos sobre a consciência, utilizando a metodologia da introspecção, mas um defensor das ciências do espírito em sua *Völkerpsychologie*. Nesta argumentação, refiro-me apenas aos estudos experimentais de Wundt). Dilthey propunha uma divisão entre os modos de acesso ao conhecimento de uma ou outra modalidade científica: para as ciências do espírito, as *Geisteswissenschaften*, cabia compreender os fenômenos sociais, culturais, nos quais se inseria um sujeito valorativo que experienciava fatos historicamente situados. Era o *Verstehen*, a compreensão, que configurava um quadro totalmente contrastante ao *Erklären*, a explicação, modo analítico típico das *Naturwissenschaften*, ciências da natureza. Dilthey ficou perplexo com a disposição de Wundt e Ebbinghaus – professores dos jovens psicólogos norte-americanos que foram à Alemanha aprender psicologia experimental e a implantaram posteriormente nos Estados Unidos com a força que todos nós conhecemos (Farr, 1998) – de impor o modelo estruturalista do relógio, de uma máquina, que se desmonta e se torna a montar, às ciências do

homem. Era o “*e-stil*” (estilo metodológico do *erklären* – da explicação) contra o “*v-stil*” (estilo metodológico do *verstehen* – da compreensão). É no mínimo surpreendente encontrarmos a mesma discussão nos debates da psicologia pós-moderna contemporânea. John Shotter (1998), por exemplo, influente psicólogo do movimento do construcionismo social, liderado por Keneth Gergen (1992), sugere que abandonemos a burocracia dos modelos teóricos da psicologia social experimental, e adotemos, no trato com as pessoas, uma postura “poética”: não haveria como retirar o sujeito da rede de significações linguísticas do contexto cultural onde está inserido. Mais surpreendente ainda é encontrarmos autores contemporâneos (Mos, 1996) atribuindo a Dilthey o papel de precursor do pensamento pós-moderno em psicologia. A surpresa não decorre tanto do conteúdo de tais análises – mas da constatação de que, passados cem anos, o *status* da discussão continua o mesmo. Está certo que muita coisa mudou: saímos do psicologismo no início do século, para cairmos no sociologismo dominante ao final deste. Mas a controvérsia denunciada por Schmidt (op. cit.) permanece: nossa herança ainda é moderna. Seria possível contornar esta controvérsia?

Para onde pretende ir com a Psicologia que está a construir?

Busco, então, ampliar em minha pesquisa as alianças da psicologia com outras disciplinas que permitam pensar a psicologia enquanto instância distribuída: além da filosofia, sociologia, política, história e antropologia, são extremamente promissoras as linhas de pesquisa que se abrem hoje nas articulações da psicologia, através da TAR, com os estudos de ciência e tecnologia ou com disciplinas antes muito afastadas da psicologia, como a geografia.

Por que a ciência é desejada e como ela entra em funcionamento?

Uma abordagem não moderna da ciência é construtivista no sentido de considerar que a realidade não está “lá” distante do

homem, neutra, objetiva, constituída de fatos a serem explicados pelos instrumentos rigorosos dos métodos de investigação elaborados pelo cientista. Tal objetividade implica num respeito a resultados indiscutíveis onde desacordos ou objeções correm o risco de serem expurgados ou desqualificados. Stengers (1995, 2006) argumenta que esta estratégia remonta a Galileu na sua tentativa de “fazer a natureza falar” através dos seus experimentos na física. Como se o pesquisador pudesse se subtrair aos dispositivos que ele elaborou para permitir a explicação de tais fatos. Numa “epistemologia política normativa alternativa” (Latour, op. cit., 2004) o conhecimento não provém automaticamente do método científico. Latour expõe alguns parâmetros do que seria ciência nesta epistemologia alternativa: para ser científico, o conhecimento deve expor o pesquisador a riscos; um experimentador tem que correr o risco de que o seu laboratório venha a explodir com seu experimento, um terapeuta deve correr o risco de seu paciente inquiri-lo com um questionamento do tipo “O que você pensa que é para me fazer esta pergunta?”, etc. O conhecimento produzido deve buscar a recalitrância em humanos e não-humanos, isto é, aceitar que as contestações ao trabalho do cientista sejam legítimas. Se você aceita tal base de ideias, a ênfase do fazer científico não é mais uma decisão na mão do pesquisador: a questão da recalitrância impõe o respeito à contestação do outro ator, seja ele humano ou não humano. Emerge aqui a questão do interesse, daquilo que interessa, daquilo que é interessante. Isabelle Stengers e Vinciane Despret enfatizam em seus escritos a importância do pesquisador formular perguntas interessantes aos atores de sua investigação. Tal disposição implica num fazer científico totalmente diferente do convencional: há que estar atento para perguntas mal formuladas, para mal-entendidos (Despret, 1999) que podem ser “promissores” se permitirem reformular o plano da pesquisa (numa pesquisa tradicional eles seriam expurgados). Neste sentido, quando Latour, em repetidas ocasiões, sugere que o pesquisador (2002, 2006) “siga” os atores, ele está distribuindo simetricamente a produção do conhecimento sobre os fatos: nem ele sabe mais (como nas pesquisas tradicionais em que o cientista era responsável por todo o design da pesquisa e

interpretação dos dados), nem o sujeito pesquisado é suposto de tudo saber. É problema interessante colocado pelo pesquisador que permitirá formular as perguntas que interessam ao pesquisado, estabelecendo uma relação que os conectará a outras proposições numa rede de articulações e assim sucessivamente. Este ponto leva à questão da “cosmo-política”: é preciso pensar a ciência em termos cosmológicos: não apenas nós, ocidentais, sabemos. É preciso um estranhamento, um *dépaysement* (Despret, 1999, op. cit.) para repensarmos nosso conhecimento frente ao conhecimento de um outro não ocidental. Por exemplo, não devemos *tolerar* um feiticeiro yorubá (Stengers, 2003), mas aceitar a legitimidade de sua abordagem num processo terapêutico (Nathan & Stengers, 1995).

Enfim: e a tua Psicologia, como é, e para quê?

Contra a radicalização dos que veem o modelo de pensamento moderno como a única opção metodológica rigorosa para a psicologia ou o pós-modernismo para o qual “tudo é história”, “minha” psicologia busca suas raízes no solo fértil das propostas da TAR enquanto uma negociação diplomática que *trai* (Stengers, 2006) os dois lados. Tendo em vista a avaliação de Law & Urry (op. cit, p. 10), para os quais lidamos mal hoje com o transitório, o distribuído, o múltiplo nas ciências sociais, penso ser possível expor um breve esboço desta versão não moderna da psicologia a partir de autores que atuam no ambiente da TAR e que propiciam pensá-la na contemporaneidade. Início com Bruno Latour. Em seu esplêndido livro de texto e imagem *Paris, Ville Invisible* (1998) Latour nos convida a caminhar, ver, circular pela cidade, para que possamos nos dar conta dos espaços urbanos, da sua distribuição. É neste espaço que os habitantes *assinam* totalizações parciais que lhes permitem dar um sentido provisório a suas vidas – inclusive a psicologia.

Os parisienses não têm, de nascimento, uma psicologia, mas é necessário que eles tirem de algum lugar os sentimentos de amor, de emoção, de ódio, que os compõem em parte. Se uma vasta instituição é ne-

cessária para formatar o tempo universal, é preciso uma maior ainda para permitir a qualquer um ‘ter’ o complexo de Édipo, desenvolver o *stress* do trabalho, (...) permitir-se a crise da adolescência, dar à luz bebês bem dotados. É necessário haver laboratórios, revistas e colóquios, manuais e magazines, para que os parisienses possam assinar uma psicologia tão seguramente e de forma tão durável quanto assinam a eletricidade (...). (Latour, op. cit. seq. 3, plano 49)

Anos depois, Latour (2006, p. 303) retoma o tema: porque não postular que as subjetividades, as individualidades e as personalidades *circulem*? Não seria o eu, o ego “individualizado, espiritualizado, interiorizado” (p. 310)? Mas onde estariam os veículos que transportariam a individualidade, a subjetividade, a personalidade, a interioridade?

Para re-configurar inteiramente as fronteiras entre a sociologia e a psicologia, não há senão uma solução: fazer vir do exterior cada entidade que habitava anteriormente a antiga interioridade, não como uma imposição negativa ‘limitando a subjetividade’ mas como uma *oferta* positiva de subjetivação. (...) É preciso combinar (*assembler*) um grande número de formas de existência para que um ator se torne um indivíduo (...). Cada competência alojada no fundo silencioso da interioridade deve de início ser proveniente do exterior (...): um sujeito não possui nada que não lhe tenha sido anteriormente dado. (p. 311)

Este “exterior” é a rede de articulações na qual o ator está inserido. Inspirando-se na rede da Internet, Latour faz uso da metáfora dos *plug-ins* (programas de computador que permitem visualizar outros programas) para dar conta destes veículos: por exemplo, o amor não é uma instância interna que emerge da interioridade do sujeito – muito pelo contrário, as emoções nos fabricam (Despret, 1999), é preciso que ele leia romances, vá ao cinema, veja novelas, leia revistas. O geógrafo inglês Nigel

Thrift (2008) argumenta no mesmo sentido que Latour: para ele a subjetividade precisa ser entendida como uma geografia, distribuída no espaço entendido como um conjunto de seres em interação uns com os outros, no qual todo o tipo de atores poderia intervir em sua construção. Uma geografia da subjetividade estaria fundada nas relações de modificação de comportamento efetivadas pelo afeto, obediência, simpatia ou educação, num certo momento e local em que seriam produzidas a diferença e a invenção. A subjetividade seria caracterizada por linhas ou campos significativos afetando a interação que tomaria lugar no tempo, em territórios crescentes e minguantes de interesse e desejo, onde interesses de um grande número de corpos poderiam entrar e sair da existência em escalas de tempo muito reduzidas ou muito grandes. Pessoas seriam formações de limites porosos sobre os quais elas teriam controle apenas limitado. Elas seriam constituídas por numerosas subjetividades em fluxo, moduladas por estilos característicos particulares entendidos como formas de composição. O mundo seria continuamente animado por atores no espaço de situações compartilhadas, acompanhados por uma arte de orientação e sintonia. Uma epidemiologia da subjetividade estudaria sua distribuição mutante numa população de pessoas, coisas e circunstâncias mescladas entre si. Em outro texto, Thrift (2006) analisa o *chi* chinês, um elemento crítico do espaço,

...um contínuo re-arranjo das coisas em resposta aos eventos. O que conta como *chi* requer todo tipo de operações espaciais: ligação, contraste, separação, combinação, tensão, movimento, alternância, oscilação, realizadas numa série de diferentes registros: o movimento do corpo exemplificado pelos gestos, as diferentes combinações de som, tato, visão e olfato que tipificam a situação, que o impelem para todo o tipo de direção. (p. 144)

Esta concepção espacial da psicologia que envolve movimento, tato, visão, olfato é exemplificada por Hennion et

al. (2005) no que tange ao gosto. Para estes autores, tomar um vinho (eu diria, numa tradição brasileira, tomar um café) é algo que envolve todo um processo de construção bem mais complicado que poderíamos imaginar: um gosto não é um atributo ou propriedade de uma pessoa ou de uma coisa, mas algo que surge progressivamente, num processo no qual nem gostos nem objetos são dados: é preciso fazê-los acontecer, através de articulações a serem estabelecidas entre eles pela prática, movimentos, múltiplas diferenças “no” objeto e “na” sensibilidade do apreciador. Um outro exemplo é dado por José Antonio dos Santos Borges em sua tese de doutorado “Do Braille ao Dosvox – diferenças nas vidas dos cegos brasileiros” (2009). Borges mais uma equipe da COPPE/UFRJ desenvolveram um projeto que permite ao cego, através da informática, conectar-se à rede da Internet. A vida dos cegos muda radicalmente se ela for entendida como o cego mais o computador, mais o programa que o conecta à rede, mais sua participação em listas de discussão, mais suas possibilidades de trabalho amplificadas e sua integração no mundo normal das atividades do cotidiano. Tais atividades ganham uma nova dimensão espacial que modifica totalmente a subjetividade do cego, que não está nele, mas no coletivo constituído por todos os cegos vinculados através do programa Dosvox. Trata-se, nestes exemplos, de *construção de mundos* como analisa Annemarie Mol em seu extraordinário *The body multiple: ontology in medical practice* (2002). Este livro

...é sobre a maneira pela qual a medicina lida com o corpo e suas doenças. As questões que ele levanta não se referem às formas pelas quais a medicina *conhece* objetos. Ao invés disto, o livro explora as formas pelas quais a medicina sintoniza, interage, dá formas a seus objetos em suas várias e variadas práticas. Ou, para utilizar um termo técnico: este é um livro sobre a maneira pela qual a medicina coloca em cena (*enacts*) os objetos que lhe dizem respeito e que irá tratar. (Mol, 1992, p. vii)

Mol está interessada (lembrando Thrift) em analisar a maneira pela qual os problemas são formulados, os corpos formatados, puxados e empurrados de uma forma para outra (p. viii). Para Mol, o estudo da realidade encenada na prática torna possível “explorar o corpo de forma *etnográfica*” (p. ix):

A filosofia tende a abordar o conhecimento de uma forma *epistemológica*. Seu interesse está nas pré-condições para adquirir conhecimento verdadeiro. Entretanto, no modo filosófico que eu me engajo aqui, o conhecimento não é compreendido como referência, mas como manipulação. Não se trata mais de perguntar ‘como encontramos a verdade?’ mas ‘como os objetos são manuseados na prática? Com esta mudança, a filosofia do conhecimento adquire um interesse etnográfico em práticas de conhecimento. Um novo conjunto de perguntas emerge. Os objetos manuseados na prática não são os mesmos de um lugar para o outro: então, como deve proceder a coordenação entre os objetos? E como objetos diferentes que têm o mesmo nome evitam choques e confrontos explosivos? E poderia ser possível que mesmo havendo tensões entre eles, várias versões de um objeto às vezes dependam uma da outra? (Mol, 1992, p.6)

Em sua investigação, Mol irá acompanhar as formas de tratamento de uma doença – a arteriosclerose dos membros inferiores – numa sucessão de locais diferentes num hospital holandês e, em cada caso, mundos diferentes serão colocados em cena, do consultório clínico ao laboratório de patologia, do departamento de radiologia à sala de cirurgia. Seguindo a expressão de William James, para o qual não haveria um universo, mas um *pluriverso*, cada mundo encenado teria sua singularidade de humanos e não-humanos articulados, cada um podendo ou não interferir um no outro. Como observa Law (2003) comentando o livro de Mol: não se trata tanto de entender a multiplicidade

da arteriosclerose como um insucesso na descrição da realidade, mas indicar como “*na realidade ela efetivamente é*”, como ela é performada em suas diferentes e mutantes relações, como ela é necessariamente performada em seus diferentes locais, indicações, instrumentos, abordagens (p. 8). Para Law, o trabalho de Mol poderia ser visto como o privilégio das perspectivas parciais, o privilégio

...que vem com o movimento e o deslocamento do equilíbrio e relação de diferentes visões, diferentes realidades e diferentes versões do que é adequado – todas em intersecção, mas não podendo ser reduzidas umas às outras. Fatos e valores – ou ciência e política – estão aqui entretecidos de forma inextricável. Este é o argumento de Mol – um argumento que não é simplesmente sobre a complexidade das relações, mas também sobre as maneiras pelas quais estas se movem entre os locais – e a necessidade destes deslocamentos. (Law, 2003, p. 8)

Penso, então, que a partir de Latour, Thrift, Hennion, Despret, Stengers, Mol, Law, Urry, se podem lançar as bases de uma psicologia social não moderna. Penso também ter respondido às perguntas de Stéfani Caiaffo. No contexto desta psicologia distribuída no espaço, gostaria de fechar este texto formulando uma questão que penso ser *interessante* (no sentido dado a esta expressão por Stengers & Despret – perguntas que articulam novos vínculos que produzam outras articulações, e assim sucessivamente) para a psicologia social: a questão do *estilo*. Como um ator estabiliza um conjunto de articulações que na sua trajetória de vida poderiam ser consideradas seu *estilo*? Como ele mantém no tempo a coerência deste estilo, frente ao que importa, ao que conta, para ele? Esta questão se relaciona com a criatividade, por um lado (Arendt, 2008), e com sua posição na rede, por outro. Se, como diz Latour, uma vasta instituição é necessária para formatar o tempo universal, (ou seja, há um enorme trabalho para se estabilizar um objeto na rede), não haveria

um trabalho igualmente imenso na manutenção por parte do ator deste estilo? Ainda que este ator tenha sido subjetivado, personalizado, individualizado, etc., os cruzamentos que só sua trajetória viabilizou fazem sua posição na rede singular, uma torção única que exprimiria sua especificidade, sua maneira de colocar em cena, de performar esta torção, enfim, seu estilo na rede. Como exemplo, sugiro ao leitor assistir ao documentário sobre a Velha Guarda da Portela, “O mistério do samba” dirigido por Carolina Jabor e Lula Buarque de Hollanda. Vemos ali a arte primorosa dos velhos sambistas cariocas, uma combinação de sua criatividade com o espaço que eles habitam, o subúrbio de Oswaldo Cruz, de Madureira. Eles são aquele espaço, eles se formaram através dos *plug-ins* deste espaço (as rodas de samba, as escolas de samba, a feijoada no terreiro das escolas de samba, etc.), mas ao mesmo tempo, cada um deles, Monarco, Manacéa, Mestre Casquinha, Tia Surica, Jair do Cavaquinho, têm seus estilos pessoais, inconfundíveis, não simplesmente redutíveis ao coletivo onde estão incluídos. Numa linguagem de Despret (op. cit.). como eles afetam e são afetados pela rede? Mol perguntaria como *isto se dá*, como é manuseado na prática?

Referências bibliográficas:

- ANPEPP (2008). Endereço eletrônico do grupo de trabalho “Cotidiano e Práticas Sociais”: http://www.anpepp.org.br/XIISimposio/XII-GT_12_Cotidiano-e-PratSociais.pdf
- ARENDDT, R.J.J (2008). “O Poder da Criação”. *Mnemosine* Vol.4, nº1, p. 169-181.
- _____. (1999). *Para onde vai a Psicologia*. Tese para provimento da vaga de Professor Titular do Departamento de Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da UERJ. Rio de Janeiro: UERJ, PPGPS.
- _____. (1998a). “É possível falar em paradigmas da Psicologia Social para a América Latina?” *Cadernos de Psicologia da Sbp.*, v.4, p.67 - 76.
- _____. (1998b). “Psicologia Social, Comunidade e Contemporaneidade”. *Psicologia Reflexão e Crítica.*, v.11, p.143 - 153.
- _____. (1997a) “Psicologia Comunitária: Teoria e Pesquisa”. *Psicologia Reflexão e Crítica.*, v.10, p.7 - 16,
- _____. (1997b). “Investigações em torno do objeto da Psicologia: estudo de algumas relações possíveis entre a Psicologia e a Filosofia Contemporânea Francesa”. *Projeto de Pesquisa do Prociência/97*. UERJ.
- _____. (1996). “O conceito de comunidade e o pós-modernismo” In: *Comunidade, Meio Ambiente e Qualidade de Vida* ed. Rio de Janeiro : Anppep e EdUerj, v.3, p. 5-15.
- _____. (1994). “A psicologia comunitária enquanto área de pesquisa”. *V Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio científico da ANPEPP*. Caxambu.
- BORGES, J. A. dos S. (2009). *Do Braille ao Dosvoxc – Diferenças nas Vidas dos Cegos Brasileiros*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: COPPE/ UFRJ.
- CAIAFFO, S. (2009). *Cartogramas de um terapeuta anárquico*. Tese de Doutorado em Psicologia Social. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- DESPRET, V. (1999) *Ces émotions qui nous fabriquent. Ethnopsychologie des émotions*. Paris: Les Empêcheurs de penser en rond/Le Seuil.
- FARR, R. (1998). *As raízes da Psicologia Social Moderna*. Petrópolis: Vozes.
- FIGUEIREDO, L.C. (1993). *Matrizes do Pensamento Psicológico*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1992). *A invenção do psicológico. Quatro séculos de subjetivação: 1500-1900*. São Paulo: Escuta/Educ.
- GERGEN, K. (1992). “Toward Postmodern Psychology”. In: Kvale, S. (Ed.). *Psychology and Postmodernism*. London: Sage Publications.
- HENNION, A., Teil, G. & Vergnaud, F. (2005b). “Questions of Taste”. In: LATOUR, B. & WEIBEL, P. (eds.) *Making things Public: atmospheres of democracy*. Cambridge: MIT.
- HÜNNING, S.M. & GUARESCHI, N. M.F. (2005). “Efeito Foucault: Desacomodar a Psicologia”, In: GUARESCHI, N. M.F. & HÜNNING, S.M (orgs.) *Foucault e a Psicologia*. Porto Alegre: ABRAPSO SUL.
- INGOLD, T. (2000). *The Perceptio of the Environment. Essays in Livelibood, dwelling and skill*. London: Routledge.

- LATOUR, B. (2006). *Changer de société – Refaire de la sociologie*. Paris: La Découverte.
- _____. (2002). “How to talk about the body. The normative dimension of science studies”. Available in www.bruno-latour.fr/articles/article/077.html
- LATOUR, B. & HERMANT, E. (1998) *Paris ville invisible*. Paris: Les Empêcheurs de Tourner en Rond.
- LAW, J. (2003) “Networks, relations and cyborgs: on the social study of technology”. Available in www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Networks-Relations-Cyborgs.pdf
- LAW, J; URRY, J. (2003) “Enacting the social”. www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Urry-Enacting-the-Social.pdf
- LOURAU, R. (1994). *Actes Manqués de la Recherche*. Paris: Presses Universitaires de France.
- MOL, A. (2002) *The body multiple: ontology in the medical practice*. Durham and London: Duke University Press.
- MOS, L.P. (1996). “Immanent Critique of Experience: Dilthey’s Hermeneutics”. In: Tolman, C. W., Cherry, F., Hezewijk & Lubek, I. (Eds.). *Problems of Theoretical Psychology*. New York: Captus Press.
- NATHAN, T. & STENGERS (1995). *Médecins et Sorciers*. Paris: Les Empêcheurs de Tourner en Rond, Synthélabo.
- ROSE, N. (2008). “A Psicologia como uma Ciência Social”. *Psicologia e Sociedade*. Porto Alegre: vol.20, no.2, May/Aug.
- SCHMIDT, N. (1995). *Philosophie und Psychologie*. Hamburg: Rowohlt Enzyklopädie.
- SHOTTER, J. (1998). “Social Construction as Social Poetics: Oliver Sacks and the Case of Dr. P?” In: Bayer, B.M. & Shotter, J. (Eds.), *Reconstructing the Psychological Subject*. London: Sage Publications.
- STENGERS, I. (2006) *La vierge et le neutrino. Les scientifiques dans la tourmente*. Paris: Les Empêcheurs de penser en rond/Le Seuil.
- _____. (2003) *Cosmopolitiques*. Paris: La Découverte.
- _____. (1995). *L’invention des sciences modernes*. Paris: Flammarion.
- THRIFT, N. (2008) “I Just Don’t Know What Got into Me: Where is the Subject?” *Subjectivity* 22, 82–89.
- _____. (2006) *Space, Culture & Society*, 23(2–3).

O campo psicológico e os seus múltiplos sistemas circulatorios

Arthur Arruda Leal Ferreira

Quem se depara com algumas peculiaridades dos saberes e das práticas psicológicas não pode deixar de se colocar algumas destas questões:

1. *Como se sustentam tantas orientações psicológicas (sistemas, projetos, escolas, teorias, hipóteses, práticas, marcas autorais etc.), não concordando os psicólogos nem quanto à definição da psicologia?*
Por que não ocorre, como nas ciências naturais (ou duras), o
3. *predomínio de um projeto científico sobre os demais?*
Por que não ocorre, ao menos, a refutação de uma das tendências presentes no espaço psicológico, em que esta se mostre falsa, ou ao
4. *menos ineficaz?*
Por que, neste espaço, proposições com condições e consequências tão
5. *opostas se sustentam?*
Por que estas oposições se mantêm, ainda que o apelo à investigação
6. *empírica seja tão rigoroso e extenso como nas ciências naturais?*
Por que as psicologias, mesmo as que buscam uma fidelidade mais estrita aos cânones das ciências naturais (seus métodos, seus modelos), não sempre são reconhecidas por estas, nem pelas
7. *epistemologias que as sancionam?*
Por que os psicólogos não resolvem estes impasses ao tomar conhecimento de novas epistemologias, modelos e metodologias científicas, sendo que em nenhum outro saber se discute tanto sobre epistemologia, metodologia, ou modelos científicos?

Enfim:

Por que a psicologia tende a satisfazer seu público, dividir cientistas, filósofos e epistemólogos, e conduzir as suas partes ao conflito?

Estas questões sobre a pluralidade da psicologia nos apontam para um campo, um fórum privilegiado para seu tratamento, o da epistemologia. Contudo, nosso esforço será fazer estas questões atravessarem o território epistemológico e buscarem outra forma de conjugação nos chamados Estudos Científicos, e mais especificamente na Teoria Ator-rede de Bruno Latour e também na *Política epistemológica* de Isabelle Stengers e Vinciane Despret.

Um diálogo epistemológico

Nos países de língua francesa, o debate sobre a pluralidade do saber psicológico tem sido conduzido, desde a década de 1940, com os defensores da unidade como Daniel Lagache (1949) e Robert Pagés (1958) se opondo aos denunciantes da sua pluralidade como Georges Canguilhem (1956), Jacques Gagey (1968) e Michel Bernard (1973). Os primeiros sustentam que a unidade está calcada ou num projeto de uma ciência das “respostas significativas nas quais o ser vivente integra as tensões que ameaçam a integridade e o equilíbrio do organismo” (Lagache, 1949) ou na própria possibilidade de operacionalização empírica dos problemas psicológicos (Pagés). Por outro lado, os autores que sustentam a pluralidade também se caracterizam por tentar explicá-la. É assim que Canguilhem e Gagey, inspirados no Racionalismo Aplicado de Gaston Bachelard, delegam a pluralidade a projetos diferenciados, inspirados em outras ciências, que habitariam o campo psicológico. Canguilhem (1956) aponta para cinco possíveis projetos psicológicos sem qualquer entrelaçamento ente si: a) como ciência da alma (de inspiração aristotélica); b) como ciência do sentido interno (equivocadamente embasado nas meditações cartesianas); c) como física do sentido externo (contrastando a nossa experiência com a realidade apontada pela física); d) como ciência do sentido íntimo (inspirada em questões psicopatológicas); e) como ciência das reações (apoiada na biologia, mas também no tecnicismo e no igualitarismo meritocrático das sociedades contemporâneas).

Gagey (1968, p. 30), por sua vez, entende a psicologia como constituída ao “assimilar e acomodar os modelos científicos propostos por outras disciplinas”, aptos a espelharem as mais diversas fases da “dialética epistêmica”, conduzindo a seis distintos projetos: a) saber classificatório (baseado na taxonomia); b) inspirado no cartesianismo; c) como ciência baseada na física positivista; d) inspirada no modelo biológico; e) como prática de aposta (influenciada pela estatística); f) enquanto *mit-sein* (coroadada pela clínica psicanalítica).

Numa análise mais pormenorizada, Bernard (1973) aponta que esta pluralidade epistemológica não é suficiente para se compreender a dispersão psicológica. Para tal, seria necessário ter em conta um conjunto de *psicotécnicas*, ou de práticas sociais em que a psicologia estaria assentada. Poderíamos destacar com base em Foucault (1977) diversas práticas como as confessionais, disciplinares, e de exame, embasadas na seleção e triagem de indivíduos normais e aptos. Desta forma, podemos entender a diversidade do campo psicológico como o cruzamento diverso de práticas sociais ou psicotécnicas. Mas o que sustentaria essa diversidade de orientações psicológicas, com fundamentos, atuações e resultados tão diversos (e mesmo contraditórios)? Bernard (op. cit.) nos mostra que uma das principais marcas da psicologia é a produção de uma *cultura psicológica*, como efeito de sua difusão. Não poderíamos aferir que as diversas orientações se legitimam por seus efeitos no próprio objeto de estudo, os sujeitos já devidamente psicologizados?

A partir destas considerações, notadamente dos autores que afirmavam uma pluralidade incontornável, propus um modelo para tentar explicar a pluralidade do campo psicológico, designado *Máquina de Múltiplas Capturas* (Ferreira 2001). O funcionamento desta *Máquina* ocorreria em algumas fases. Em um primeiro momento, pode-se dizer que todas as psicologias advêm de uma série de experiências sociais ou psicotécnicas (nas palavras de Bernard), como a busca de verdades via confissão, a tentativa de disciplina sobre as condutas individuais, o exame das nossas experiências

pessoais visando preveni-las das ilusões, a tentativa de controle da loucura, ou ainda o isolamento e ortopedia da infância. Num segundo momento, estas práticas demandariam um lastro de verdades, buscado em métodos e conceitos das ciências naturais como a física, fisiologia, biologia e ciências informacionais (como aponta Canguilhem e Bernard). Deste cruzamento de conceitos e métodos científicos com práticas sociais surgiriam as diversas orientações psicológicas. É assim que, no gestaltismo, o exame da experiência ingênua culminaria no equilíbrio das formas, enquanto conceito compatível com a física dinâmica; no behaviorismo, a tentativa de disciplina das atividades humanas na educação e no trabalho, conduziria à força dos condicionamentos e às adaptações naturais do organismo biológico; na psicanálise, as práticas de confissão e o esforço de desvelar as fontes dos nossos desejos e de nossas mais íntimas verdades, nos levariam a uma visão do homem como um ser desejanste, marcado pela impossibilidade de equilíbrio energético dentro do ciclo pulsional.

Num terceiro momento, este cruzamento das psicotécnicas com os modelos e métodos de diversas ciências viria a produzir novas formas de subjetivação, dado o poder das diversas psicologias de enunciar as nossas verdades. Aqui haveria uma reordenação das práticas sociais, produzindo um efeito cultural massivo da psicologia. Além de Bernard (1983), outro autor de referência para pensar a nossa “cultura psicológica” é Sérvulo Figueira (1985, 1991a, 1991b, 1994a e 1994b). Devido à pertinência do trabalho deste autor, a psicanálise será usada brevemente para ilustrar o funcionamento dessa *Máquina de Múltiplas Capturas*.

Uma das questões motivadoras do trabalho de Figueira é a difusão diferenciada da psicanálise em culturas diferentes. O que teria proporcionado uma baixa difusão na Inglaterra em contraste com a alta difusão em países como Brasil, Argentina, França e EUA? A resposta seria a produção de uma cultura psicanalítica em consonância com as demais instituições de uma certa sociedade. Isso sem contar certos dispositivos da teoria e da prática psicanalítica, que conduziriam a uma *visão de mundo*, recusada

de resto, pelos próprios psicanalistas (Figueira, 1994b e 1994a). Como por exemplo, o *Mito Freud* (alimentado pela diversidade temática dos seus escritos), em que seu nome soava como palavra mágica na promessa de compreensão de tudo aquilo que nos escapasse; trata-se do famoso “Freud explica”. É deste modo que o pensamento psicanalítico teria influenciado diferentes setores da vida cotidiana como nossa relação com os sonhos, a linguagem, o modo como se educa os filhos, a concepção de sexualidade, a arte, etc. É curioso, lembra Figueira, que o próprio Freud supunha a resistência como principal reação por parte do público leitor. Talvez esta suposição tenha sido o desafio necessário a uma adesão maior possível por parte do público.

Figueira (1985) afirma que uma cultura psicanalítica bem implantada poderia ser dividida em três dimensões: o *eidós*, ou forma de pensar, que se traduziria pela necessidade de procurar sob dados aparentes uma “outra coisa” que possa dar a impressão de explicar, impondo-se como verdade; o *ethos*, ou forma de sentir, que privilegia a expressão da emoção; e por último o *dialeto*, ou forma de se expressar, que seriam os termos psicanalíticos usados no bojo de uma cultura. A existência desta *visão de mundo e cultura psicanalítica* traria mudanças no próprio *setting* analítico, e mais especificamente na clientela analisada, uma vez que o conhecimento “psicanalítico” do analisando modificaria o quadro analítico. Mas a difusão desta visão de mundo teve efeitos em setores mais amplos da cultura. No caso do Brasil, durante a década de 1960, houve uma intensificação da difusão da psicanálise, o que Figueira (1991b) chama de *Boom da Psicanálise*, cujos efeitos seriam a decorrente *psicologização* de setores da vida social brasileira e a constituição da uma legítima cultura psicanalítica. Esta se encontraria fortemente presente nos valores e crenças nos setores das sociedades, principalmente na classe média, reestruturando também a sua ordem familiar na passagem de sua forma tradicional (patriarcal) para moderna (com papéis mais igualitários e embasada mais no diálogo e afeto que na autoridade).

Um diálogo para além das epistemologias

As colocações anteriores, dentro de um quadrante epistemológico, auxiliam a uma reflexão bastante fecunda sobre a pluralidade da psicologia. Contudo, este viés epistemológico implica em adotar alguns pressupostos, como os de progresso e evolução em direção à verdade, e que esta se daria na oposição ao conhecimento comum. Neste aspecto, o conhecimento científico seria glorificado em uma concepção excludente do conhecimento e da verdade. Neste quadrante, a pluralidade da psicologia parece ser colocada como uma anomalia deste saber em relação aos demais, e não como uma marca singular. A evolução do saber científico sempre suporia uma unidade, uma racionalidade a ser superada por outra mais ampliada. Se a psicologia não se alinhasse em uma unidade, ela provavelmente não possuiria a racionalidade que marca as demais ciências. Ainda que esta racionalidade possa ser considerada de forma plural, seus efeitos de subjetivação ou “cultura psicológica” também são vistos como algo externo aos saberes propriamente ditos, uma influência indevida, passível, portanto, de purificação.

Nesse aspecto, é importante revisitar a questão da pluralidade da psicologia num quadrante “mais além das epistemologias”, calçado agora nos *Estudos Científicos* de Bruno Latour (Teoria Ator-Rede) e também na *Política epistemológica* de Isabelle Stengers e Vinciane Despret. Aqui, a pluralidade é tomada num sentido positivo. Nas palavras de Despret (1999), a psicologia é composta de versões que se tornam mais fecundas na medida em que guardam referência às demais. E o conhecimento se produziria justamente na proliferação destas versões. Neste processo, o problema ocorreria quando estas versões buscariam operar de modo totalizante, gerando visões que excluem as demais. Este raciocínio não seria exclusivo para a psicologia; valeria para as demais ciências e refletiria o sentido específico que a Epistemologia Política de Stengers e Despret confere ao termo generalização. Latour (2004, p. 220), comentando esta orientação, destaca seu o sentido específico:

“generalização deve ser o veículo para se viajar através do maior número de diferenças possíveis – então maximizando as articulações – e não uma forma de diminuir o número de versões alternativas do mesmo fenômeno”.

Contra a diferença excludente entre verdade e erro, ou entre saber científico e não-científico, é proposto o princípio de simetria, sugerido por David Bloor e ampliado por Michel Callon e o próprio Latour. Aqui, este princípio se opõe ao de ruptura e de corte epistemológico, enunciados pelo Racionalismo Aplicado, ao supor um fosso entre o discurso científico com relação ao senso comum. Para Bloor, não haveria diferença essencial entre vencedores e vencidos na batalha pela verdade; eles deveriam ser explicados pelo mesmo princípio, sendo necessário que se descreva o seu processo de separação. Contudo, Callon propõe um segundo princípio de simetria mais forte (generalizado), apagando a separação moderna entre sociedade e natureza e seus respectivos reducionismos; só haveria uma sócio-natureza (Latour, 1994, p. 9). Se não há mais diferença essencial entre verdade-erro, ciência-não ciência, também não procederá mais qualquer posição de triunfo moderno com relação aos pré-modernos e aos ditos primitivos.

Contudo, para se entender de modo mais detalhado a forma de produção de subjetividade da psicologia, é necessário entender o que estes autores entendem por conhecimento científico, notadamente através do modelo de *sistema circulatório* proposto por Latour (2001a). Para este (assim como para Stengers e Despret), o conhecimento se daria como articulação e coafetação entre diversos atores, na produção inesperada de efeitos, e não no salto representacional dado na identidade entre uma sentença ou hipótese prévia e um estado de coisas, a ser progressivamente desvelado. Para Despret (2002, p. 92), o conhecimento científico operaria nas margens do “mal-entendido de realização”, como “aquele no qual os acontecimentos podem se atualizar, simplesmente porque a promessa que eles encerram pode se realizar”. Neste sentido, a influência não é vista como um artifício parasitário a ser purificado, mas uma promessa eficaz na relação entre pesquisadores e pesquisados.

Um trabalho significativo de Latour na caracterização do poder articulatório da ciência é *O fluxo sanguíneo da ciência: um exemplo da inteligência científica de Joliot* (2001a). Este artigo será tomado como representativo, uma vez que condensa uma série de contribuições de outros trabalhos (Latour, 1983, 1985, 1997 e 1998a) em um único modelo: o do *sistema circulatório*. E por que o trabalho científico é comparado ao sistema circulatório? É porque não faz o menor sentido se perguntar apenas pelo “coração da ciência”, mas por todo o seu conjunto, o seu vasto e denso sistema de redes e capilaridades. Da mesma maneira que em nosso sistema circulatório não faz sentido se perguntar se, em essência, ele é coração ou veias e artérias, nas ciências, não deve nos bastar apenas a sua rede conceitual ou o contexto social. Esta antiga querela, sustentada pelos historiadores da ciência no debate entre internalismo *versus* externalismo, vai acabar levando à concepção do conhecimento científico, ora como produzido a par de sua rede coletiva, como ideias flutuando no céu (internalismo); ora como um mero fenômeno social, sem entender a especificidade das ciências (externalismo).

Tentando superar esta oposição entre os internalistas e externalistas (e entre ciência e sociedade) é que Latour irá propor o seu *sistema circulatório*, composto por uma série de circuitos, como:

1. *Mobilização do mundo*, ou conjunto de mediações aptas a fazer circular os entes humanos e não-humanos através do discurso (instrumentos, levantamentos, questionários e expedições);
2. *Autonomização*, ou a delimitação de um campo de especialistas em torno de uma disciplina, capazes de serem convencidos ou entrarem em controvérsia;
3. *Alianças*, ou recrutamento do interesse de grupos não científicos, como militares, governamentais e industriais;
4. *Representação Pública*, ou o conjunto de efeitos produzidos em torno do cotidiano dos indivíduos;
5. Os *Vínculos e Nós*, que dizem respeito ao coração conceitual, que amarra todos os demais circuitos.

Sem a circulação e mobilização de todos estes circuitos não é possível entender a manutenção de um trabalho científico, como, por exemplo, o de Frédéric Joliot, na tentativa de montagem de uma bomba de nêutrons. Para a montagem desta bomba é necessário não apenas uma rede de conceitos científicos, mas a constituição de laboratórios, a parceria de especialistas, e o interesse do governo, da indústria e dos militares, além do apoio da opinião pública.

Como distinguir uma boa e uma má articulação nesses sistemas circulatorios?

1. Sobre os conceitos, espera-se que eles articulem o maior número de elementos, apontando para o maior número de outras versões sem excluí-las.
2. Sobre a comunidade de cientistas, aliados e público, espera-se um máximo entrelaçamento de seus interesses.
3. Sobre os modos de mobilização do mundo, buscam-se formas de testemunho inventivas, sem a extorsão burocrática dos entes pesquisados. Para tal são necessários dispositivos que viabilizem relações *recalcitrantes*, ou seja, que se abram ao risco de recolocação das questões e proposições do pesquisador e à colocação de novas questões pelos entes pesquisados.

Dentro destes parâmetros, como se entrelaçariam os diversos sistemas circulatorios da psicologia?

1) Em primeiro lugar, pode-se dizer que a psicologia operaria com um conjunto de sistemas circulatorios sem articulação, ou possibilidade de tradução ou translação entre si. Nas palavras de Despret (1999), tais sistemas circulatorios fechados operariam como visões, sem relação com as demais versões. No caso, a psicologia é composta de uma série de *Nós e vínculos conceituais* parciais sem um nó maior que os articule. Este nó seria frouxo até mesmo na definição do que vem a ser a psicologia (ciência das condutas? dos fenômenos mentais? da experiência? do inconsciente?). Cada um destes *sistemas circulatorios* e seus vínculos conceituais se conectaria com certos problemas e questões práticas e com uma rede de

práticas científicas específicas. De mais a mais, estes *vínculos conceituais* na psicologia são, em sua maior parte, importados de outras ciências naturais, a fim de fornecer respaldo à cientificidade deste saber: sensação da fisiologia; adaptação e condicionamento da biologia; equilíbrio e energia da física; informação e programa da informática. Trata-se do que Stengers (1989) denomina de captura conceitual.

2) Sobre a rede de interesses:

a) No que tange a *Autonomização*, há entre os psicólogos algo que Canguilhem (1973) pôde designar como um consenso mais pacífico do que lógico, dado o conjunto de orientações, projetos e versões presentes em nosso campo. A autonomia da psicologia como saber e prática se produz ao mesmo tempo em que se gera a autonomização de diversas versões da psicologia sem articulação entre si. Contudo, o problema não diz respeito apenas a nossa articulação interna, produzindo uma geopolítica fragmentada ao modo da atual Bósnia; pode-se dizer também que as fronteiras da psicologia são bastante porosas, abrindo-se nas mais diversas direções: psiquiatria, pedagogia, administração e neurociências, criando vários espaços indiferenciados com colaborações, mas também disputas de competências. Nesse aspecto, talvez sua geopolítica se assemelhe mais à do ainda inexistente Curdistão. Aqui, de modo mais claro que em qualquer um dos componentes do *sistema circulatório*, expressa-se a sua pluralidade inarticulada; a psicologia seria mais articulada externa que internamente.

b) Quanto às *Alianças*, estas têm sido aparentemente ambíguas, pois se o investimento dos setores governamentais e privados em certos setores científicos é bem mais maciço que na psicologia, por outro lado, assiste-se a uma diversificação dos interesses neste saber. Se inicialmente este interesse se centrava em funções bem delimitadas, como a seleção e o ajustamento em espaços específicos como a escola ou a fábrica, hoje ele se espalha para toda uma série de atividades e de setores, como na burocracia governamental,

nas forças armadas e de segurança, no aparato judiciário, no sistema prisional, no trabalho comunitário e no campo da saúde. E com funções bem diversas: análise organizacional e institucional, diagnóstico sobre indivíduos e grupos, planejamento de atividades, análise de funções psicológicas, manejo de grupos, atuação preventiva e terapêutica, etc. De todo modo, estas áreas, funções e interesses estão ancorados no que Rose (1990), inspirado em Foucault, designa por governamentalidade contemporânea, de caráter liberal e democrático. Tratam-se de estratégias coletivizantes e singularizantes que partem não apenas do governo estatal, mas principalmente de uma série de agências privadas, visando majorar as forças produtivas e vitais dos indivíduos. A novidade em relação às estratégias anteriores, de caráter mais disciplinar, é que agora este manejo está ancorado na liberdade e livre-iniciativa dos sujeitos, reunindo, num mesmo dispositivo, autonomia, cientificidade e autenticidade.

c) Contudo é no campo das *Representações Públicas* que se possui uma maior rede de articulações e interesses em torno da psicologia, mesmo guardadas algumas desconfianças. Articulações que se dão, especialmente através de uma firme fé em seu suposto saber sobre a natureza humana. Para se ter isto em conta, basta retomar o que foi sugerido em torno das “culturas psicológicas”, notadamente da “cultura psicanalítica”, tal como apresentada por Figueira na seção anterior. Neste caso é notório como certas categorias como as de *Inconsciente* ou *Complexo de Édipo* se tornaram capitais no relacionamento conosco ou com os demais. Mas não apenas estas; categorias de outros circuitos, como *Condicionamento*, *Crenças* ou *Processamento de Informação*, podem ter se tornado capitais nas nossas experiências cotidianas. A diferença em relação às abordagens epistemológicas é que estas *Representações Públicas* não são tomadas como distorções, crenças ou resíduos culturais de uma operação científica; elas são traduções ou translações que garantem a densidade, e mesmo a realidade, de um dado *sistema circulatório*. De igual modo, deve-se registrar que a produção de subjetividade nesta abordagem não se dá apenas no campo

da difusão do saber psicológico; ela está presente mesmo no modo de mobilização dos seus testemunhos e usuários.

3) Quanto à *Mobilização do Mundo*, Nikolas Rose (op. cit.) destaca que a grande novidade dos saberes psicológicos seria a criação de técnicas de inscrição aptas a quantificar e sumarizar nossa subjetividade para dispositivos governamentais. Contudo, como lembra Stengers (1989), raramente estas técnicas de inscrição na psicologia são produzidas de forma inovadora, sendo em geral capturadas de modelos consagrados em outras ciências como física, química ou biologia. Outro problema é que, no campo psicológico, as técnicas de mobilização forjadas não circulam de forma livre em sua extensão; elas trafegam apenas no campo de uma determinada orientação onde elas puderam ser forjadas. Não seriam o que Latour (2001b, p. 350) designa como “móveis imutáveis”, permitindo “novas translações e articulações, ao mesmo tempo que mantêm intactas algumas formas de relação”. Na psicologia, pelo contrário, existiriam diversos “imóveis mutáveis”; imóveis porque restritos a um certo projeto ou versão, e mutáveis, graças a sua relação de produção de subjetividade na articulação com seus testemunhos e público consumidor.

Se algo une as diversas psicologias é a sua múltipla capacidade de fabricar sujeitos, “eus artificiais” (Latour, 1998b), seja na divulgação do seu saber, mas também no trato, diagnóstico e nas atividades de pesquisa. Esta articulação produtiva de subjetividades na pesquisa não é concebida, como visto, como um resto parasitário. O problema é que, de forma muito frequente, faz-se presente a extorsão de seus testemunhos (Stengers, 1989); não apenas pelo modo como as tarefas são demandadas, mas especialmente pela forma como estes testemunhos se colocam, raramente apresentando problemas ou questões. Esta ideia é consoante com a distinção operada entre a frequente obediência e a docilidade à autoridade científica dos seres humanos em oposição à recalcitrância dos seres não-humanos:

Contrário aos não-humanos, humanos tem uma grande tendência, quando colocados em presença de uma autoridade científica, a abandonar qualquer recalitrância e se comportar como objetos obedientes oferecendo aos investigadores apenas declarações redundantes, confortando então estes investigadores na crença de que eles produzem fatos científicos robustos e imitam a grande solidez das ciências naturais. (Latour, 2003, p. 217)

De modo mais detalhado, Despret (2004) estabelece que a possibilidade da recalitrância nos testemunhos psicológicos, bastante rara, se torna mais difícil ao lado dos dispositivos que trabalham com participantes colocados na posição de “ingênuos”, daqueles que desconhecem o que se encontra em questão. Por outro lado, ela se torna mais provável nos dispositivos em que os participantes são convocados à posição de *experts*, franqueados a colocar questões, como ocorria, por exemplo, na psicologia clássica, em que os observadores dos fenômenos eram devidamente treinados. Participantes sem a excelência da *expertise* não trazem risco de tomar posição nas investigações (op. cit., p. 97); é nesse modo de operação que se fundariam os atuais laboratórios psicológicos. Contudo, esses dispositivos não garantiriam uma posição de derradeira ingenuidade por parte dos testemunhos psicológicos: apenas uma posição ambivalente, entre a confiança, dada no crédito aos cientistas, e a desconfiança de que algo se esconde (op. cit., p. 99). O efeito disto seria uma espécie de clivagem na consciência, típica das situações de confiança e desconfiança conjuntas: a obediência ao cientista, mas com “uma pulga atrás da orelha”, na tentativa de se entender o que se passa. De mais a mais, esse “desconhecimento” imposto ao sujeito ingênuo seria visto como inútil e empobrecedor, pois não apenas não exclui a complacência, como se evitam outras possibilidades de intercâmbio entre investigadores e investigados (op. cit., p. 100).

À guisa de conclusão

Pode-se dizer que o grande problema da psicologia não é seu aspecto produtivo, gerando subjetividades, mas seu modo de produção ao extorquir o testemunho de seu público, clientes e testemunhos, inibindo muitas vezes a possibilidade de recalitrância. Em outras palavras, a psicologia atua de forma extensamente articuladora, uma vez que mescla práticas sociais e conceitos científicos na produção de subjetividades, mas estas assim se produzem devido ao peso de nossas “visões científicas”, inibindo-se toda uma gama de versões possíveis – não em uma forma genérica, mas em mecanismos bem específicos de investigação, de atuação e de difusão de seu saber. A finalidade deste artigo não é libertar a psicologia do afã de purificação ou do desejo de unificação, produtor de subjetividades extorquidas (o que poderia se tornar igualmente um projeto totalizador), mas abrir a possibilidade de outras formas de se produzir o saber psicológico, mais plurais e cômicas dos seus diversos modos de articulação e produção de subjetividades. Que talvez não sejam muito diversas do que fazamos agora. Contudo, sem qualquer pretensão purificadora...

Referências bibliográficas:

- BERNARD, M. (1983). “A psicologia”. In: CHATELÊT, F (org) *História da Filosofia*. Ideias, doutrinas. Vol. 7. Lisboa: Dom Quixote.
- CANGUILHEM, G. (1973). “O que é psicologia?” In: *Tempo Brasileiro* nº 30/31. Tradução de Maria da Glória Ribeiro da Silva. Rio de Janeiro.
- DESPRET, V. (1999). *Ces émotions que nous fabriquent. Etnopsychologie de l'authenticité.*, Le Plessis-Robinson: Synthélabo
- _____. (2002). *Quand le loup dormira avec l'agneau*. Paris: Les empecheurs de penser en ronde.
- _____. (2001). *Le cheval qui savait compter*. Paris: Les empecheurs de penser en ronde.
- FERREIRA, A. A. L. (2001). “Por que existem tantas psicologias?” In: *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*. v.13.
- _____. (2006). “O múltiplo surgimento da psicologia” In: *História da psicologia: rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau Editora.
- FERREIRA, A. A. L., VELASQUEZ, B. B., LIMA, F. N. M., MONTEIRO, L. A., CARVALHO, M. M., PAULA, E. O., HALBRITER, P., BAPTISTA, I., BUERI, F., ROITMAN, M. (2004). “A psicologia como instrumento de produção de subjetividades”. In: *Temas em Psicologia* (Ribeirão Preto), v.2, p. 5 (edição eletrônica).
- FERREIRA, A. A. L., CARVALHO, M. M., LEITAO, A. N., HALBRITER, P., ZIDAN, P., BAZÍLIO, E. G. (2005). “A psicologia no mundo das subjetividades em produção”. In: *Série Documenta* (UFRJ), v.16 (edição eletrônica).
- FIGUEIRA, S. A. A. (1985). “Introdução: psicologismo, psicanálise e ciências sociais na ‘cultura psicanalítica’”. In: *Cultura da Psicanálise*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1991a) “Notas sobre a história da psicanálise na França”. In: *Nos bastidores da psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago
- _____. (1991b). “O pós-boom da psicanálise no Brasil”. In: *Nos bastidores da psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1994a). “Freud e a difusão da psicanálise”. In: *Freud e a difusão da psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- _____. (1994b). “Ampliando a definição de psicanálise: da ciência à Weltanschauung potencial”. In: *Freud e a difusão da psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- FOUCAULT, M. (1977). *Vigiar e punir*. Tradução de Lúcia Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes.
- GAGEY, J. (1968). *Analyse spectrale de la psychologie*. Paris: Marcel Rivière.
- LAGACHE, D. (1949). *A unidade da psicologia*. Tradução de Clara Felgueiras. Lisboa: Edições 70 (conferência publicada em 1988).
- LATOUR, B. (2004). “How to talk about the body”. In: *Body & Society*. SAGE Publications (London, Thousand Oaks and New Delhi), vol. 10 (2–3).
- _____. (2001a). “O fluxo sanguíneo da ciência: um exemplo da

- inteligência científica de Joliot”. In: *A esperança de Pandora*. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. Bauru: EDUSC.
- _____. (2001b). “Glossário”. In: *A esperança de Pandora*. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. Bauru: EDUSC.
- _____. (1998a). “Os Filtros da Realidade. Separação entre Mente e Matéria Domina Reflexões acerca do Conhecimento”. Tradução de Jesus de Paula Assis. *Folha de São Paulo*, Mais!: 15, 4 de janeiro.
- _____. (1998b). “Universalidade em pedaços”. Tradução de José Marcos Macedo. *Folha de São Paulo*, Mais!: p.3, 13 de setembro.
- _____. (1997). *As Variedades do Científico*. Tradução de Jesus de Paula Assis. *Folha de São Paulo*, Mais!: p. 3, 02 de novembro.
- _____. (1994). *Jamais fomos modernos*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34.
- _____. (1991). “The Impact of Science Studies on Political Philosophy”. In: *Science, Technology & Human Values*, vol. 16, nº 1.
- _____. (1985). “Les ‘vues’ de l’esprit. Une introduction à l’anthropologie des sciences et des techniques”. In: *Culture technique*, vol. 14.
- _____. (1983). “Give me a Laboratory and I Will Rise a World”. In: KNORR, K. & MULKAY, M. (eds). *Science Observed*. London: Sage Publications.
- PAGÉS, R. (1958). “Quelques remarques sur Qu’est-ce que la psychologie?”. In: *Revue Métaphysique et Morale*, janeiro-março.
- ROSE, N. (1998). *Inventing our selves*. Cambridge: Cambridge University Press.
- STENGERS, I. (1989). *Quem tem medo da ciência?* Tradução de Eloísa de Araújo Ribeiro. Siciliano. São Paulo.

Entre Bruno Latour e Michel Foucault

Simone Hüning
Neuza Maria Fátima Guareschi

Nesta última década, as problematizações e até mesmo críticas sobre os modos de se produzir conhecimento em psicologia têm ganhado destaque crescente nos debates da área, principalmente a partir da chamada crise da modernidade. Esses desejáveis questionamentos ampliaram a rede de interlocutores com quem os pesquisadores *psí* têm dialogado. Nesse processo, Bruno Latour e Michel Foucault trouxeram importantes contribuições para esta reflexão, acenando com algumas alternativas aos modos já consagrados de se conceber a pesquisa em psicologia. Dentre estas contribuições, está a promoção de um tensionamento da ciência e da política, articulando a produção de conhecimentos com a produção de modos de vida. Frente a estas questões, o objetivo desse texto é discutir algumas alterações que podem ser produzidas por estes autores no campo *psí*, assinalando aspectos que entendemos tornar possível e fértil tal articulação.

Assim, em um primeiro momento do texto, reunimos questionamentos sobre o estatuto epistemológico no qual a psicologia se funda para tornar-se científica, bem como algumas problematizações sobre a dicotomia entre ciências naturais e humanas (e sociais) através do trabalho de Georges Canguilhem, Michel Foucault e Bruno Latour. Em um segundo momento, voltando nossa atenção para o trabalho de Foucault e Latour, discutimos os rituais de produção e regulação dos discursos científicos. Seguindo a perspectiva de trazer contribuições destes autores para o campo *psí*, na terceira parte do texto, apontamos para algumas estratégias de visibilização do campo político na produção de conhecimento, indicando para a desejável explicitação da rede de interesses

envolvida nas ciências. Por fim, redirecionando nosso olhar para a psicologia e a produção de subjetividades; concluímos apontando para a estreita relação entre a produção científica e a produção de modos de vida e de governo.

Entre quase-objetos e quase-sujeitos, uma “quase-ciência”

Uma das críticas mais recorrentes aos conhecimentos produzidos pela psicologia funda-se na argumentação de que esta ocupa uma posição bastante delicada no território da Ciência, especialmente quando esta é definida em termos da epistemologia Moderna. É em função deste estatuto epistemológico mal definido, que Canguilhem (1973) refere-se à esta disciplina como um “empirismo composto” destinado à transmissão (estratégia de investimento em si mesma), que nem bem se define como técnica, nem bem como ciência (na medida em que nem seu objeto nem seus métodos podem ser claramente definidos¹), e cujos trabalhos denotam um misto de “filosofia sem rigor”, “ética sem exigências” e “medicina sem controle”.

Também Foucault (1999a) problematiza o modo como a Psicologia foi se constituindo enquanto ciência, afirmando que o fato desta área do conhecimento ou das demais ciências humanas terem nascido do solo epistemológico Moderno, não é suficiente para defini-las como ciências.

Inútil, pois, dizer que as ‘ciências humanas’ são falsas ciências; simplesmente não são ciências; a configuração que define sua positividade e as enraíza

1 Poder-se-ia, é claro, argumentar que algumas das abordagens da psicologia possuem estas questões bem delimitadas. No entanto, cabe lembrar que vimos trabalhando com a psicologia como uma unidade institucional, e que estas perspectivas, a partir dessas delimitações, não se tornaram independentes e são constituintes dessa grande disciplina que se define como “Psicologia”. Além disso, tais especificidades teóricas normalmente só fazem sentido nas disputas “internas” à ciência e produzem pouco ou nenhum efeito quando pensamos na disseminação dos discursos *psi* nas redes sociotécnicas.

na *epistémê* moderna coloca-as, ao mesmo tempo, fora da situação de serem ciências; e se se perguntar então por que assumiram esse título, bastará lembrar que pertence à definição arqueológica de seu enraizamento o fato de que elas requerem e acolhem a transferência de modelos tomados de empréstimo a ciências. (Foucault, 1999a, p. 507)

Essa posição “peculiar”, “não é a presença de um obstáculo, não é alguma deficiência interna” (Foucault, 1999a, p. 506), mas coloca as ciências humanas – “ao lado das ciências” – como constituintes de “outras configurações do saber” (p. 506). Em *As palavras e as coisas*, Foucault (1999a) afirma que o que afasta as ciências humanas das ciências propriamente ditas, conferindo-as um diferente *status* epistemológico, diz respeito à simultânea exclusão-inclusão das ciências humanas do triedro epistemológico que as fundamenta, quais sejam, as ciências dedutivas, ciências empíricas (ciências da vida – biologia; da produção – economia; e da linguagem – filologia) e reflexão filosófica; bem como à constituição da representação como sendo ao mesmo tempo o seu campo empírico e objeto. Desse modo, a constituição do objeto que define as ciências humanas – a reduplicação do homem na esfera da representação (ser que vive, produz e se comunica; que ao mesmo tempo se oferece aos saberes e busca conhecer) – é simultaneamente sua condição de possibilidade e causa de sua imprecisão. Isso é o que determina que esse homem forjado pelas ciências humanas possa ser objeto de um domínio de saber, mas não objeto da ciência.

Outras ressalvas em relação à produção de conhecimento em psicologia estão postas na análise crítica que Latour faz sobre as ciências sociais (cuja denominação, em sua opinião, já é problemática), porém seus argumentos seguem por linhas distintas. A análise foucaultiana da posição epistemológica da psicologia, apresentada em *As palavras e as coisas*, constrói-se com bases na “natureza” do objeto – não sendo esta, porém, a principal crítica de Foucault à disciplina, na medida em que ele

também vai interrogá-la do ponto de vista ético e político, no que diz respeito às suas práticas de governo. Por sua vez, Latour (2000a) vai argumentar exatamente contra os binarismos, e busca combater as grandes divisões que constituem o Ocidente, tal como a divisão entre Natureza X Cultura, e por decorrência o dualismo dos modos de investigação tributários das ciências duras e sociais, que sustentam uma divisão entre “objetos” humanos e não-humanos.

Para Latour (2000a), o ponto nevrálgico está nesta divisão e na tentativa das ciências sociais imitarem as ciências naturais, a qual, ele afirma, tem sido uma “comédia de erros” (p. 114), evidente quando, por exemplo, cientistas sociais acreditam que a superioridade dos cientistas naturais esteja relacionada ao controle destes sobre seus objetos; ou quando se tenta reproduzir uma postura em que “cientistas desinteressados” voltam-se para “entidades objetivas” que poderiam ser controladas e explicadas em termos causais. Outra forma de reprodução seria insistir “que questões sociais requerem outro tipo de cientificidade” (p. 114).

Sua crítica formula-se, então, em termos de mostrar que nem os laboratórios são reinos de imparcialidade, controle e desinteresses, nem os cientistas naturais são parciais, tendenciosos, egoístas, interessados e assim por diante, embora isso tudo possa fazer parte das pesquisas. A questão central é que eles lidam com um tipo de objetividade diferente: a capacidade destes objetos de objetar sobre o que se diz deles. É disso que trata a atividade científica em laboratórios, que é, paradoxalmente, o que os cientistas sociais tentam evitar quando assumem a postura de um cientista desinteressado buscando produzir conhecimentos sobre sujeitos considerados “menos propensos quanto possível a influenciar o resultado” (Latour, 2000a, p. 115) – o que aparentemente simularia as condições ideais para a produção de uma ciência tão dura quanto às naturais. No entanto, segue Latour (2000a), “embora tenha gosto e cheire como ciência dura” isso não passa de “uma imitação falsa e barata”, pelo fato de que a objetividade é exatamente “o

que permite a uma entidade objetar sobre o que se diz sobre ela” (p. 115), portanto, a influência do objeto, sua resistência, sua recalitrância, é o que determina a possibilidade de objetividade. O problema com humanos estaria na sua baixa capacidade em objetar, na medida em que facilmente desempenham o papel de “objetos passivos”, “tão logo um jaleco branco lhes pede para sacrificar sua recalitrância em nome de objetivos científicos mais altos” (p. 116), e sugere:

Se cientistas sociais quiserem se tornar objetivos, eles terão que encontrar a situação rara, custosa, local, miraculosa onde eles possam fazer seus sujeitos de estudo, tanto quanto possível, capazes de objetar o que é dito sobre eles, ser tão desobedientes quanto possível ao protocolo e ser tão capazes de levantar suas próprias questões em seus próprios termos e *não* naqueles dos cientistas cujos interesses eles não têm que compartilhar! Então, humanos começarão a se comportar nas mãos dos cientistas sociais tão *interessantemente* como objetos naturais nas mãos dos cientistas naturais. (Latour, 2000a, p. 116)

Porém, adverte Latour, isso não significa o investimento em mais trabalho interpretativo ou qualitativo, mas a busca das situações raras onde a “humanidade” não se defina pela intencionalidade, consciência ou reflexividade.

Canguilhem, Foucault e Latour, formulam diferentes questões à Psicologia, porém todas concernentes à impossibilidade de inscrever este modo de saber nas matrizes de um modelo tomado de empréstimo das ciências naturais, seja em função das indefinições relativas ao seu projeto, objeto ou método, ou ainda, interrogando sobre a dimensão ética e política destes saberes. Nestes termos, pode-se dizer que a insistência em agregar esse referencial de cientificidade Moderno à psicologia não passa de um engodo, ao mesmo tempo produtivo e grotesco.

Extremamente produtivo, se pensarmos em tudo que mobiliza e faz funcionar em torno da sustentação deste modelo, da centralidade que o mesmo adquiriu nos programas de formação de profissionais e pesquisadores em psicologia, nas políticas de financiamento de pesquisa e no valor que se pode agregar aos discursos na contemporaneidade quando estes são adjetivados como científicos.

Grotesco², porque se sustenta em uma impossibilidade (decorrente da relação que se estabelece entre seu objeto, método e projeto) que, no entanto, não faz ponderar seu poder (especialmente no que concerne ao seu poder de normalização e moralização) e não evita que a psicologia seja frequentemente ridicularizada e desqualificada pelo confronto com o modo absurdo como, muitas vezes, constrói e sustenta suas formulações; apesar de que isso não a desmereça em termos de sua eficácia política. Isso é possível porque o que se põe em análise são os efeitos de verdade e as formas de poder que exercem por esses discursos, cujo valor de verdade – para além das instâncias de produção científica e validação epistemológica – não é dado *a priori* pela condição de ser científico, mas pela sua habilidade em tornar-se “um modo de vida”. A “incorporação” da psicologia à vida cotidiana não depende de suas credenciais epistemológicas. Quem, além dos próprios pesquisadores, pergunta sobre como uma pesquisa foi feita, como se obtiveram os resultados, como uma teoria ou conceito foi construído, e assim por diante?

Logo, essa posição intersticial da psicologia no organograma da ciência pode ser tomada como condição privilegiada, como fenda por onde possam brotar outras formas de saber resistentes aos universalismos da Ciência, que tantas vezes ergue-se para fazer acusações e alertas em relação à “periculosidade” de saberes não-científicos e, com frequência, se isenta de uma reflexão sobre seus efeitos e responsabilidades. Entrincheirada pela própria

2 Tomamos o termo grotesco emprestado de Foucault (2001), quando define por “grotesco” o fato, para um discurso ou para um indivíduo, de deter por estatuto efeitos de poder de que sua qualidade intrínseca deveria privá-los” (p. 15).

condição de “ser científico”, ela muitas vezes se auto-atribui uma posição de “intocável” na medida em que sugere que o científico justifica a si mesmo e que as únicas autoridades para questioná-la seriam os próprios especialistas *psí*. Essa é uma das questões assinaladas por Latour (2000b, 2002) ao problematizar o tratamento assimétrico dado ao que é dito pelos cientistas (ideias racionais) e por não-cientistas (ideias irracionais).

Mas então, só nos resta acabar com a Psicologia e fechar a porta das universidades e programas acadêmicos de pesquisa? Não. Pelo menos, não necessariamente.

A questão que se coloca não é uma disputa sobre qual modelo permitirá a produção de uma verdade mais verdadeira, mas conquistar espaços onde se possa fazer falar aquilo que escapa (ou é calado) pela epistemologia clássica; não a hierarquização dos saberes dentro de um sistema epistemológico científico, mas o reconhecimento da existência de saberes constituídos por diferentes relações de poder. Não significa tampouco, o abandono de toda forma de rigor teórico, mas de uma ênfase necessária na dimensão ética e política daquilo que se produz – e do que se quer com o que se produz.

O que se delimita aqui não é apenas a importância de pensar em termos de conhecimentos de outra ordem, como refere Foucault; mas que se assumir como tal, questionando o que se define como científico, seja, talvez, a condição mais digna para os saberes *psí*. Isso não implica em qualquer forma de “des-qualificação” da psicologia, mas de “re-qualificação”, pela redefinição e reposicionamento da mesma no domínio dos saberes. Neste sentido, Foucault e Latour, juntos, fornecem elementos para pensar a possibilidade – certamente não a única – da pesquisa em psicologia nas instituições acadêmicas, sem necessidades de apelos à Ciência. A partir desse referencial se enfatiza a análise dos interesses³ e implicações políticas da produção do conhecimento em psicologia, desde o

3 “Como indica a expressão latina ‘*inter-esse*’, ‘interesse’ é aquilo que *está entre* os atores e seus objetivos, criando assim uma tensão que fará os atores selecionarem apenas aquilo que, em sua opinião, os ajude a alcançar esses objetivos entre muitas possibilidades existentes” (Latour, 2000b, p. 179).

comprometimento das instituições e pesquisadores com a busca do financiamento das pesquisas até sua divulgação e circulação em espaços acadêmicos e não acadêmicos, bem como o efeito desses discursos na regulação da vida e das coletividades.

A verdade mais verdadeira? Rituais, regulação, política e produção da Ciência

A Ciência, diz Foucault (1999b), é o resultado do disciplinamento dos saberes através da organização das disciplinas em torno de critérios para distinguir o verdadeiro do falso, seleção e normalização de conteúdos, classificação hierárquica e centralização desses saberes num campo maior (a Ciência) – que ele sintetiza pelas operações de seleção, normalização, hierarquização e centralização –, que “vai formular problemas específicos ao policiamento disciplinar dos saberes: problemas de classificação, problemas de hierarquização, problemas de vizinhança, etc.” (Foucault, 1999b, p. 218). Daí se pode compreender, prossegue ele, a Universidade como o “grande aparelho uniforme dos saberes” (p. 219), que seleciona saberes, os quantifica, qualifica, categoriza, homogeneiza e os centraliza através de suas comunidades científicas. Pode-se compreender também, continua Foucault, como esse disciplinamento dos saberes provocou uma nova forma de dogmatismo:

...um controle que não incide, pois, sobre o conteúdo dos enunciados, sobre sua conformidade ou não com a verdade, mas sobre a regularidade das enunciações. O problema será saber quem falou e se era qualificado para falar, em que nível se situa esse enunciado, em que conjunto se pode colocá-lo, em que e em que medida ele é conforme a outras formas e a outras tipologias de saber. (Foucault, 1999b, p. 220)

Essa “disciplina da enunciação” produziu o duplo efeito de permitir maior circulação de enunciados, tornando-os mais provisórios, ativando as controvérsias e a produção de novos

enunciados – “desbloqueio epistemológico”; ao mesmo tempo em que o controle dos procedimentos de enunciação tornou-se extremamente mais rigoroso, estabelecendo novas relações entre saber e poder, onde “apareceu uma regra nova que já não é a regra da verdade, mas a regra da ciência” (Foucault, 1999b). Pela regra da ciência, (quase) tudo poderá ser dito, uma vez que corresponda aos procedimentos de enunciação, que são usualmente esvaziados de seus conteúdos ético-políticos. Por sua vez, a provisoriedade dos enunciados garante o contínuo aquecimento da “disciplina da enunciação”: sempre se terá algo a dizer e o sistema circulatório da ciência continuará a funcionar. Por isso é necessário afinar os procedimentos de enunciação, qualificar os diferentes agentes em relação a estes procedimentos. Em outras palavras, fazer com que alguns conheçam as regras, fabricando aqueles que podem fazer/falar a ciência. “As universidades, as sociedades científicas, o ensino canônico, as escolas, os laboratórios, o jogo das especializações, o jogo das qualificações profissionais, tudo isso é uma maneira de organizar, a propósito de uma verdade, posta pela ciência como universal, a raridade dos que podem ter acesso a ela” (Foucault, 2006b, p. 317).

A partir da problematização desses jogos e rituais, a arqueologia busca mostrar como o ocidente passou a privilegiar a forma “verdade-descoberta” – “que é por ora um poder dominante e tirânico” (p. 306) – em detrimento da “verdade-acontecimento”, “verdade-estratégia”, “verdade-raio”, que, em oposição à primeira (focada na relação de conhecimento), é uma relação de poder. A demonstração científica deriva das transformações nos procedimentos de produção de verdade sobre o saber empírico no ocidente (a generalização da técnica jurídico-política do inquérito, sua aplicação ao inquérito da natureza, a rarefação dos que podem descobrir a verdade, a produção de fenômenos através da experimentação controlada em laboratórios). Ela evidencia toda uma rede de poder político e econômico que a ela se vincula na passagem da Idade Média para a sociedade industrial: “emergência de um poder político que tem a forma do Estado; extensão das relações mercantis em

escala global; colocação das grandes técnicas de produção” (Foucault, 2006a, p. 314).

Essa ligação entre os procedimentos de produção de verdade e a política é também o foco do trabalho de Latour. Este autor atenta para a processualidade da ciência, desafiando uma visão que postula a ciência como aquilo que *é* (como expressão de fatos objetivos não mediados), a partir da compreensão daquilo que *se torna*. O trabalho científico visto desta perspectiva deve ser analisado com referências às instituições – na materialidade de organizações (substantivo) – que promovem formas de organização (verbo), ordenações e classificações do mundo. Estas duas formas de organização não podem ser dissociadas, porque a atividade de organizar necessita de organizações (substantivo) que a sustente, e não há como se compreender as organizações (substantivo) sem referência aos seus atos de organização (verbo) (Harris, 2005).

Na formulação de sua crítica, Latour (2001) contrapõe a noção de Ciência definida como possuidora de “certeza, frieza, distanciamento, objetividade, isenção e necessidade” (p. 33), à noção de Pesquisa: “ela é incerta, aberta, às voltas com problemas insignificantes como dinheiro, instrumentos e *know-how*, incapaz de distinguir até agora o quente do frio, o subjetivo do objetivo, o humano do não-humano” (pp. 33-4). Além da disputa entre a Ciência e a pesquisa, o autor afirma que outra oposição se manifesta nas ciências humanas pelos chamados modelos “pós-moderno” e “não-moderno”⁴. “Tudo aquilo que o primeiro invoca como justificação para uma ausência, mais desmascaramento, mais negação e mais desconstrução,

4 “‘Modernismo’ é um acordo responsável pela criação de uma política em que boa parte da atividade política justifica-se por referência à natureza. Assim, é modernista toda concepção de um futuro em que a ciência ou a razão desempenharão papel importante na ordem política. O ‘pós-modernismo’ é a continuação do modernismo, exceto pelo fato de a confiança na amplitude da razão ter arrefecido. O ‘não-moderno’, em contrapartida, recusa-se a atalhar o devido processo político, recorrendo à noção de natureza, e substitui a linha divisória entre natureza e sociedade pela noção de coletivo [associação de humanos e não-humanos]” (Latour, 2001, p. 352).

o segundo acolhe como prova de presença, desenvolvimento, afirmação e construção” (p. 35). Essa diferenciação e oposição fundamentam-se, para Latour, no fato de que “a modernidade jamais constituiu a ordem do dia” (p. 35).

A transição da Ciência para a Pesquisa acenaria com a possibilidade de “libertar as ciências da política – a política da razão (...), libertar os não-humanos da política da objetividade e os humanos, da política de subjetificação” (p. 36). Fazer Pesquisa, ao invés de participar das “guerras das ciências”, permite evidenciarmos os acontecimentos “invisíveis” obscurecidos pela “etiqueta”⁵ científica recusando a separação entre contexto e conteúdo, tão frequente nas produções da Ciência.

Mostrar os rituais que produzem acontecimentos, deslocando a questão da descoberta para a produção e evidenciando as relações de poder aí implicadas, é o que pretendem Foucault e Latour ao situar historicamente a produção de conhecimentos na sociedade ocidental. Trata-se de estratégias diferentes – por um lado o estudo da ciência em ação; por outro o estudo da arqueogenealogia dos saberes – que podem ser combinadas e que convergem para um objetivo comum de problematização do universalismo e imperialismo dos discursos que tentam des-politizar as ciências (seja por apelos à hierarquia epistemológica da Ciência, ou pelo recurso à epistemologia (política) de que fala Latour).

A produção de conhecimentos fora da ordem científica oficial

Agregando ingredientes diferentes numa mistura não homogeneizada, mas tampouco incompatível, buscamos ferramentas no pensamento destes autores que ao mesmo tempo em que minam o campo do conhecimento instituído, abrem brechas para pensar a importância da produção de saberes de outra ordem, ao fazer ou deixar falar aquilo que normalmente é silenciado no território da Ciência. Contudo,

5 Entendida como as “boas maneiras” e como “rótulo” de certificação.

não há prescrição metodológica de como isso possa ser feito e não há pretensão de estabelecimento do que deva ser feito. O que se pode encontrar nestes autores são pistas relativas a um caminho possível de problematização e questionamento daquilo que está sendo feito e da organização de certos modos de fazer. Foucault (2006b) busca mostrar, com sua arqueologia do saber,

...que a demonstração científica no fundo nada mais é que um ritual, mostrar que o sujeito supostamente universal do conhecimento, na realidade, nada mais é que um indivíduo historicamente qualificado de acordo com certo número de modalidades, mostrar que a descoberta da verdade é na realidade certa modalidade de produção da verdade, trazer assim o que se dá como verdade de constatação ou como verdade de demonstração para o embasamento das qualificações do indivíduo cognoscente, para o sistema da verdade-acontecimento (...). (Foucault, 2006b, p. 306)

Latour (2004) ao propor uma epistemologia política⁶, propõe que se faça a “análise explícita dos poderes entre ciências e políticas” (p. 376), fazendo visíveis seus entrelaçamentos:

Quanto às disciplinas científicas, uma vez tornadas visíveis, presentes, ativas, agitadas, cessando de ser ameaçadoras, vão poder desprender este formidável potencial de pluriverso, que elas não tiveram jamais, até aqui, ocasião de desenvolver (...), libertadas de sua função de epistemologia (política), multiplicar os recintos, as arenas, as instituições, os fóruns, as experiências, as provas, os laboratórios pelos quais se associam os humanos e os não-humanos, todos novamente libertados.

6 A epistemologia política opõe-se aos termos epistemologia enquanto o estudo das ciências; e epistemologia (política), ou epistemologia policial, que seria a utilização do conhecimento científico para fins políticos, “fazer política ao abrigo de toda política” (Latour, 2004, p. 376).

A Ciência está morta, viva a pesquisa e vivam as ciências. (Latour, 2004, p. 95)

Diante dos paradoxos vivenciados por aqueles que se aventuram pelo mundo acadêmico, desejosos por produzir pesquisas e receosos das reduções a que tendem muitas vezes os rituais científicos, Foucault e Latour nos indicam algumas linhas de fuga partindo da “recusa ao entendimento dos saberes a partir de um modelo epistemológico” (Ferreira, 2006/2007, p. 02). Tais linhas de fuga não pretendem descartar, desqualificar ou invalidar os procedimentos ditos científicos. Elas tomam tais procedimentos para colocá-los em análise, não no seu aspecto epistemológico, mas primordialmente, em suas articulações éticas e políticas. Trata-se exatamente de dar visibilidade aos modos como são construídos os enunciados científicos, as relações, alianças e interesses imbricados na produção e materialização dos fatos científicos e seus *experts*, evidenciando uma instância política, usualmente oculta e não-oficializada da ciência.

A estratégia proposta por Latour (1994, 2001) para essa análise das relações que entremeiam a produção de conhecimentos é transformar a Ciência, ou melhor, as ciências em “objeto de pesquisa”. Fazer das ciências objeto de pesquisa é voltar o olhar para o processo de produção investido nas práticas e textos científicos que é mascarado pelos discursos epistemológicos que revestem o conhecimento, formatando-o a um tipo de retórica específica que tenta torná-lo impessoal e frio. É por isso que Latour insiste que é necessário examinar a *caixa-preta* das ciências antes que ela seja fechada. Não deixar que a experiência e o processo sejam encobertos pela retórica das “conclusões” que se apresentam como produto final, objetivadas como fato, artefato, tese ou artigo científico. De acordo com Latour (2000b), é exatamente quando se chega a um fato ou artefato científico que reúne elementos em um “todo organizado” (p. 216), em uma “peça única” e coesa, “quando muitos elementos são levados a atuar como um só” (p. 217), que se tem uma caixa-preta na ciência. O obscurecimento da caixa-preta é proporcional ao “sucesso” da ciência, mas seus

conteúdos poderão ser facilmente acessados se chegarmos antes que se transformem em algo acabado, e seu exame fará com que desapareça a distinção entre “contexto e conteúdo” (p. 17).

Examinar a caixa-preta significa atentar para as controvérsias que ocorrem no desenvolvimento da pesquisa, os acontecimentos muitas vezes sem prestígio acadêmico e as relações que estão incorporadas ao trabalho científico, embora frequentemente veladas por uma armadura de objetividade. É por isso, diz Latour (2000b), que os “textos científicos parecem aborrecidos e sem vida, de um ponto de vista superficial. Se o leitor recompuser os desafios que estes textos enfrentam, eles passarão a ser tão emocionantes quanto um romance” (p. 90).

Mas a questão em pauta aqui não diz respeito ao mero acréscimo de emoção, mas à explicitação dos modos como a Psicologia vem produzindo o conhecimento que diz ser científico e os efeitos deste nos modos de viver o cotidiano. É preciso dar visibilidade às condições que acompanharam a produção dos fatos científicos, à regulação da enunciação e aos jogos de poder que constituem o que é a ciência. O exame da caixa-preta, proposto por Latour, potencializa, no trabalho da pesquisa, a análise das relações de saber e poder – centrais no trabalho foucaultiano.

O olhar para o processo não se centra exclusivamente na apresentação de resultados inequívocos ou conclusivos, de hipóteses confirmadas ou refutadas, ou de uma grande “descoberta” científica (requisitos centrais de abordagens científicistas), mas na visibilização e reflexão sobre a própria maquinaria de produção da ciência, no circuito mobilizado nessa produção, da movimentação e articulações que tendo acompanhado a produção do fato, artefato ou tese científica, são usual e deliberadamente omitidos nas formas finais de comunicação da Ciência. Destaca-se que essa omissão é uma importante estratégia para construir a ilusão de uma Ciência neutra e objetiva, livre de interesses (políticos, econômicos, éticos, morais...), que sugere que os fatos abordados tenham seguido uma lógica “natural”, “linear” e “asséptica”.

A abertura do que Latour chama de caixa-preta permite que se transite pela produção disso que se apresenta como

o resultado de um processo de “investigação científica”, que, convertida em pesquisa, nos dá a visibilidade dos procedimentos, rituais e técnicas de produção de verdade aos quais o fato ou artefato foi submetido. E aqui, mais uma vez, vê-se potencializar o encontro de Foucault e Latour quando se coloca em análise o científico e suas relações políticas.

A psicologia e a produção científica de modos de vida

As práticas de investigação delineadas pela Ciência e ainda predominantes na psicologia privilegiam abordagens que supõem a possibilidade de se atingir a verdade, que como analisa Foucault (2006a, 2006b), embora se considere estar em toda parte e em todo o tempo, “cabe a nós encontrar a boa perspectiva, o ângulo conveniente, os instrumentos necessários” (2006a, p. 309). Ela depende, pois, de momentos e de procedimentos pelos quais ela não apenas se desvela, mas *se produz*, pela qualificação de quem a enuncia, pelo domínio “dos instrumentos necessários para descobri-la, as categorias necessárias para pensá-la e a linguagem adequada para formulá-la em proposições” (2006b, p. 302), ou seja, depende de toda uma “tecnologia da construção”, “tecnologia da demonstração” da verdade correspondente à prática científica como descoberta, que encobriu os acontecimentos e colonizou “os gestos, o corpo, o pensamento dos indivíduos”, os “territórios” e “superfícies” (pp. 315-6) e constitui-se como uma norma universal, na sociedade ocidental. O que esta tecnologia demonstrativa produtora de uma “verdade-céu” (2006b, p. 304) recobre, segundo Foucault, é uma forma de verdade anterior em nossa história, uma verdade dispersa, não universal, local, “que não é da ordem do que é, mas que é da ordem do que acontece (...), uma verdade que não é constatada, mas que é suscitada, perseguida (...), que não se dá pela mediação de instrumentos, mas que se provoca por rituais” (2006b, p. 304), onde o que importa não é o método, mas a estratégia.

O que vimos tentando assinalar, a partir dos trabalhos de Foucault e Latour que enfatizam o processo de produção e

as redes onde a ciência é fabricada, é que tanto esses rituais de produção, como os fatos ou artefatos produzidos pelas ciências, ultrapassam o mundo acadêmico. Isso acontece não por um descuido ou por uma intencionalidade específica, mas porque, como analisa Latour (2001), a socialização da produção científica é um dos circuitos de atividades por onde os fatos científicos circulam⁷ e, mais do que isso, tal circulação é uma das condições que mantém vivas as ciências. A produção científica é também a produção de modos de vida, e é simultaneamente a regulação e governo das populações. Em outras palavras, ao atentar para essas tecnologias e estratégias de construção de verdades que evidenciam a dimensão política da produção científica, Foucault e Latour estão enfatizando que nem a constituição, nem os efeitos desses discursos se restringem a uma dimensão epistemológica. Eles apontam para uma análise do caráter híbrido da subjetividade e dos movimentos que ocorrem na rede sociotécnica, envolvendo aí as relações entre saberes, poderes e governamentalidade.

7 Ver o modelo circulatório da ciência proposto por Latour (2001). Essa proposição aponta para cinco circuitos de atividades por onde os fatos científicos circulam simultaneamente, e sua compreensão possibilitaria a superação do distanciamento entre ciência e sociedade. O primeiro desses circuitos, o autor chama de “*mobilização do mundo*”, com o que designa os *instrumentos, ferramentas, levantamentos, questionários e equipamentos* utilizados pelos cientistas para tornar o mundo dizível, os modos de mediação pelos quais “os cientistas fazem os objetos girar em torno deles” (p. 119). Trata-se dos modos como se mobiliza o mundo para traduzi-lo em argumentos. O segundo circuito, Latour (2001) chama de “*autonomização* porque diz respeito ao modo pelo qual uma disciplina, uma profissão, uma facção ou uma ‘congregação invisível’ se torna independente e engendra seus próprios critérios de avaliação ou relevância” (p. 120). Neste circuito, estabelecem-se as competências, as disputas por credibilidade, a composição de grupos de pares. Ao terceiro circuito, o autor dá o nome de “*alianças*”, e este se relaciona à inserção das disciplinas científicas em um contexto que lhes garanta existência e continuidade. Trata-se das relações com outras disciplinas e com o mundo social, permitindo o fluxo e a pulsação da produção científica. A “*representação pública*” constitui o quarto circuito proposto pelo autor e concerne à socialização maciça da produção científica. Por fim, o último circuito proposto é chamado de “*vínculos e nós*”, o núcleo conceitual da disciplina científica, o nó que amarra os outros circuitos.

...o que Latour aponta é que a nossa subjetividade nada teria de universal; ela seria uma construção histórica, produto de uma série de articulações locais. Seria nestas articulações sócio-técnicas que nossos eus seriam forjados artificialmente. Nada mais próximo da genealogia foucaultiana. (Ferreira, 2006/2007, p. 24)

Nesse sentido, as produções científicas são parte da rede onde forjamos nossa subjetividade, definindo nossos eus, prescrevendo modos de vida e formas de governo.

Ao problematizar os modelos e conceitos que são considerados o motor do chamado progresso científico, tanto a proposta genealógica inspirada em Foucault, como a perspectiva dos estudos científicos de Latour, colocam em dúvida a naturalidade de noções centrais para a Ciência Moderna (expressos em dicotomias tais como razão X emoção, Natureza X Cultura, humano X não-humano), mostrando que “estas foram empregadas para legitimar e efetuar em termos práticos as distinções e justificar regimes de diversos tipos” (Sánchez-Criado, 2005, p. 04).

Em ambos os casos, da genealogia e dos estudos das ciências, trata-se de colocar em pauta a análise da rede de elementos implicada na sua produção. Recusa-se uma postura contemplativa ou essencialista, na medida em que a atividade científica produz “novas entidades que, por sua vez, dão forma a nós mesmos (...) portanto, trata com e dá espaço a versões de mundo” (p. 05). A análise proposta por Latour conecta-se com a “genealogia das subjetividades”, em termos foucaultianos, ou seja, “a história das formas práticas e mutáveis de conectar e regular ou ordenar as noções sobre o eu, o mundo e os outros” (p. 06).

Articular a produção destes autores em nossas práticas de pesquisa significa manter vivas as problematizações sobre o conhecimento que produzimos na e para a Psicologia, as versões de mundo que forjamos e os modos de vida que estes engendram, tensionando sempre este campo de produção que é ao mesmo tempo epistemológico, ético e político.

Referências bibliográficas:

- CANGUILHEM, G. (1973). “O que é psicologia?” Tradução de Maria da Glória Ribeiro da Silva. *Tempo Brasileiro*, 30/31, pp. 104-123.
- FERREIRA, A. A. L. (2006/2007). “Para além dos fundamentalismos epistemológicos: o encontro de Michel Foucault e Bruno Latour na construção diferencial de um mundo comum”. *Revista Aulas*, 3. Recuperado em <http://www.unicamp.br/~aulas/pdf3/03.pdf>
- FOUCAULT, M. (2006a). “A casa dos loucos”. In Foucault, M. *Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise – Ditos e Escritos I*. (2a ed). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. (2006b). *O poder psiquiátrico: curso no Collège de France (1973-1974)*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1999a). *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1999b). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.
- HARRIS, J. (2005). “The ordering of things: organization in Bruno Latour.” *The Editorial Board of the Sociological Review* (pp. 163-177).
- LATOUR, B. (2004). *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru, SP: EDUSC.
- _____. (2002). *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. Bauru, SP: EDUSC.
- _____. (2001). *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru, SP: EDUSC.
- _____. (2000a). “When things strike back: a possible contribution of ‘science studies’ to the social sciences”. *British Journal of Sociology*, 51(1), janeiro-março, 107-123.
- _____. (2000b). *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afóra*. São Paulo: UNESP.
- _____. (1994). *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro, Ed. 34.
- LATOUR, B.; SÁNCHEZ-CRIADO, T. (2005). “El cultivo de las emociones en diferentes tradiciones: Antropología de la ciencia, William James y Etnopsicología en la obra de Vinciane Despret”. *AIBR. Revista de Antropología Iberoamericana*, 42, julho-agosto.

Sobre redes e controvérsias: ferramentas para compor cartografias psicossociais

Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro

A noção de rede tem se constituído em conceito-chave para a compreensão das dinâmicas sociais contemporâneas, ocupando cada vez mais espaço nas investigações acadêmicas e articulando diferentes campos do saber. A despeito da dinamização que o tema vem experimentando, aqueles que se interessam por essa temática e a integram em suas pesquisas reconhecem que ainda há muito o que problematizar acerca da constituição/produção das redes, sua dinâmica, suas formas de expressão, o papel destacado que têm desempenhado na circulação da informação e do conhecimento, além da necessidade de se investir em metodologias que possam apreender a complexidade de tais dinâmicas e, no limite, contribuir para o seu favorecimento em termos de modalidades mais colaborativas de interação.

No âmbito de tal compreensão, são inegáveis as transformações operadas pelas tecnologias, cuja crescente presença nas mais diferentes esferas do conhecimento e da vida tem propiciado novas formas de cognição, de interação, de ação social, de ativismo político, de geração e difusão do conhecimento. Um olhar atento ao cotidiano percebe o quanto tecnologia e sociedade interpenetram-se, estabelecendo relações complexas e heterogêneas, possibilitando que se coloquem em questão os determinismos que, muitas vezes, subjazem aos estudos.

Não se trata, como se costuma tradicionalmente pensar, de “ligar” tecnologia à sociedade, segundo uma perspectiva que compreende estes campos como polos apartados que necessitam estabelecer conexões entre si. Recorrendo a autores no âmbito da sociologia das ciências e das técnicas, ousaríamos afirmar que nossa sociedade

se tece com a ciência e a tecnologia, configurando um quadro em que *tecnologia é sociedade* (Benakouche, 2005).

Esta perspectiva encontra ressonâncias, sobretudo, com os trabalhos de Bruno Latour que, valendo-se da metáfora do sistema circulatório e do fluxo sanguíneo para caracterizar as redes científicas, afirma que “*a noção de uma ciência isolada do resto da sociedade se tornará tão absurda quanto a ideia de um sistema arterial desconectado do sistema venoso*” (Latour, 2001, p. 97). É isto que permite a Latour afirmar que um conceito não se torna científico por estar distanciado do restante daquilo que ele envolve, mas porque se liga cada vez mais estreitamente a um repertório bem maior de recursos, tecendo e atravessando a trama social.

De forma análoga, Latour afirma não ser possível conceber qualquer sociedade sem uma atenção ao trabalho de mediação posto em cena pelos objetos técnicos (Latour, 1996), argumento que também é defendido por Michel Callon, ao sustentar que

...nossas sociedades devem sua robustez e sua durabilidade tanto às coisas e aos objetos, tanto às técnicas e às máquinas, quanto às normas e aos valores. O que nos sustenta são nossos automóveis, nossas redes de telefone. E se nos sustentam é porque nós estamos apegados a eles. E se estamos apegados a eles é porque, de uma maneira ou de outra, fomos implicados em sua fabricação. (Callon, 2004, p. 72)

Pensar a ciência e a tecnologia não requer, portanto, o abandono do mundo, para ingressar em um universo especializado, numa espécie de “*salto mortale* para fora do discurso e da sociedade” (Latour, 2001, p. 115). Trata-se de perscrutar o enredamento que articula ciência-tecnologia-sociedade, desde o modo como esta articulação pervade nossa vida mais cotidiana, passando pelas ressonâncias em termos das novas sociabilidades e competências que favorece, e ainda problematizando a dissolução de fronteiras que este enredamento produz em nós mesmos.

Objetivamos aqui explorar a pertinência e fertilidade da perspectiva sociotécnica para a pesquisa psicossocial. Parte-se da consideração de que o que convencionamos chamar de “campo psicossocial” não pode ser explicado apenas por suas influências, contradições, interesses e tensões internas – os humanos entre si; antes, emerge como um efeito heterogêneo de agenciamentos entre humanos e não-humanos, cuja compreensão requer conceitos que estejam em ressonância com tal constituição híbrida (Latour, 2006; Law, 1992). Reiteramos: os objetos técnicos que permeiam nosso cotidiano não são aqui concebidos como meros instrumentos a serviço da sociedade ou como suporte de algo que lhes é externo. São agentes/*actantes* capazes de engendrar transformações que ultrapassam o âmbito técnico-instrumental, participando da configuração de processos que não mais podemos definir como estritamente socioculturais – passamos a nos referir a eles, doravante, como sociotécnicos.

Adicionalmente, argumentamos que pensar as redes implica, sobretudo, em *pensar com a rede*. Dito de outro modo, interessa-nos menos investigar as articulações que uma perspectiva de redes permite vislumbrar – tomando, neste caso, a rede como uma espécie de modelo ou ponto de vista diferenciado sobre um determinado objeto – do que explorar conceitos e metodologias que têm emergido na atualidade para dar conta da complexidade requerida para pensar a rede tal como ela vai se fazendo, se *performando* (Mol, 2007). Com este propósito, apresentamos como ferramenta para a apreensão dos coletivos sociotécnicos a *cartografia de controvérsias* (Latour, 2005) – um método que guarda grande afinidade com aspectos que parecem singularizar as redes, tais como complexidade, fluidez, heterogeneidade. Um conceito-chave para este método é a noção de *tradução*, que designa a apropriação singular que cada ator faz da rede e na rede. A multiplicidade das traduções pode encontrar nas controvérsias uma oportunidade de expressão, que o método da cartografia permitiria delinear.

Cartografar as controvérsias parece-nos uma tarefa decisiva para nos aproximarmos do que Bruno Latour propõe como principal diretriz metodológica para o estudo prático das redes: “seguir os atores” (Latour, 2000), o que possibilita apreender a rede “tal como ela se faz”. Seguir os atores, ou seja, acompanhar suas ações, suas práticas. A ação aqui adquire uma conotação bastante singular, que não reflete diretamente a intencionalidade de um ator social. Como bem ressalta Arendt,

...nesta abordagem o ator não **age** simplesmente. Ele é levado a agir tendo em vista a rede de relações em que está envolvido, sem ser agido por ela. (...) Esta rede, diz Latour, ‘faz-fazer’. Como diria ainda o filósofo Étienne Souriau, o ator **instaura** um modo de ser tendo em vista a rede. (Arendt, 2007, p. 281, grifos no original)

Buscaremos, assim, evidenciar a relevância da cartografia de controvérsias para delinear a dinâmica de *traduções recíprocas* que se encontra em funcionamento nos coletivos, um jogo que coloca em cena interesses, influências, resistências – processos partilhados por humanos e não-humanos.

Algumas Considerações Sobre Redes

O conceito de redes sociotécnicas envolve a ideia de múltiplas conexões que nos permitem acompanhar e delinear a produção dos fenômenos. Trata-se de uma configuração altamente instável e dinâmica, com trocas intensas entre os vários pontos, conexões e atores. Na rede, cada elemento é simultaneamente um ator, cuja atividade consiste em fazer alianças e arremessar outros atores; uma rede, capaz de, a partir de seus movimentos, redefinir e transformar seus componentes. Um ator é, assim, uma rede configurada a partir de relações heterogêneas, ou seja, ele é *um efeito de rede* que, por sua vez, participa da composição de outras redes. Na medida em que a rede se caracteriza por estabelecer um

campo de tensões heterogêneas, a síntese não é um resultado necessário (Law, 1992).

A Teoria Ator-Rede (TAR) postula que o conhecimento é efeito de um processo de “engenharia heterogênea”, de tal modo que não se pode estabelecer, de antemão, que atores serão mobilizados para a construção desta rede. Para que qualquer ator venha a aderir a tal projeto e uma aliança seja formada, os interesses em jogo devem ser traduzidos, deslocados, desviados, de forma a mobilizar outros atores.

Para designar o processo de negociações que vão conformando o desenho de uma determinada rede e, simultaneamente, o que nela circula, os sociólogos das ciências e das técnicas têm utilizado como conceito-chave a noção de *tradução*. Um de seus precursores é o filósofo Michel Serres que, em sua coleção *Hermes*, apresenta o tema da *translação* – primeira forma com que aparece a noção de tradução na obra de Latour, Law e outros – para designar o processo de fazer conexões, forjar uma passagem entre domínios ou, simplesmente, estabelecer comunicação. Trata-se, no dizer do próprio Serres (1999), de um ato de invenção, que emerge a partir da mistura de elementos heterogêneos. Este caráter de invenção, ou de *bricolage*, também está presente na obra de Callon (1999), quando ele afirma que translação envolve a criação de convergências e homologias; e de Latour, quando este ressalta que, na tradução, o ato de produzir algo novo ocorre pela composição de novas associações (2006). A dimensão de “traição” envolvida na tradução é também apontada por Law (1996), que afirma que, na transformação operada pela translação/tradução, a quebra de fidelidade está necessariamente envolvida.

Nos movimentos de composição das redes, os atores estão permanentemente traduzindo suas ações, linguagens, identidades e desejos, tendo em vista as mesmas manifestações em outros atores.

Traduzir significa atribuir a um elemento de uma rede um papel a ser representado por ele; significa emprestar-lhe uma identidade, prática que é re-

alizada por todos os elementos de uma rede, em um movimento mútuo e contínuo, a partir dos desejos, expectativas e/ou interesses de cada um dos tradutores. (Benakouche, 2001, p.54)

Tradução não significa apenas a mudança de um vocabulário para outro, mas, antes de tudo, um deslocamento, um desvio de rota, uma mediação ou invenção de uma relação antes inexistente e que, de algum modo, modifica os atores nela envolvidos – logo, que modifica a rede. É importante, portanto, ressaltar que as traduções são sempre imperfeitas, pois significam a apropriação local que cada ator faz do que circula na rede. Portanto, não há traduções “certas” ou “erradas”, nem qualquer tradução deve ser tomada como “indiscutível”.

Traduções, Versões, Performances

O tema da tradução introduz aspectos importantes para pensarmos o estatuto da realidade nos estudos que articulam tecnologia e sociedade. Não por acaso, Latour retorna às origens da sociologia para definir do que está falando quando diz que se refere ao “social”. Retomando a polêmica que opôs Émile Durkheim a Gabriel Tarde, Latour (2006) diferencia as “sociologias do social” e as “sociologias da associação”, argumentando que estas últimas nos possibilitam apreender o social como um efeito, como um ponto de chegada, mais do que um tecido denso já dado, capaz de adjetivar nossas práticas.

Não se trata, no entanto, de uma perspectiva construtivista. Ou melhor, trata-se de uma espécie peculiar de construtivismo, um *construtivismo realista*, que não aceita o dilema “ou você acredita na realidade, ou adere ao construtivismo” (Latour, 2003, p.1). Isto significa que o social é real justamente porque é construído. Definir-se como um construtivista não significa que Latour não perceba nesta perspectiva alguns aspectos problemáticos. No seu entendimento, um dos principais problemas do construtivismo diz respeito ao fato de que,

à ideia de construção, imediatamente acrescentamos o adjetivo “social”, entendendo que social é o tipo de material de que as construções são feitas. Latour argumenta por uma compreensão diferenciada, em que adjetivar a construção de social serve para ressaltar sua dimensão coletiva, na qual é mobilizada uma heterogeneidade de atores – humanos e não-humanos. Um problema adicional diz respeito à pressuposição de que, para que haja construção, deve haver um agente que domina suas próprias ações – daí, portanto, uma vez mais pensarmos em “construção social”, indicando que são os atores sociais/humanos os agentes da construção. Segundo o argumento de Latour, deveríamos conceber esta “agência” como híbrida, no sentido de que é uma ação partilhada por humanos e não-humanos; neste processo, os objetos resistem, desviam, introduzindo uma dimensão material de incerteza – antes atribuída apenas à ação humana – na fabricação/construção dos fenômenos.

Segundo Annemarie Mol¹, ao postular a realidade como construção, a Teoria Ator-Rede retirou o caráter supostamente estável, determinado, dos elementos que fazem a realidade, enfatizando sua localização histórica, material e cultural. Nesse sentido, não há uma realidade, mas realidades. Nas suas próprias palavras: “se a realidade é **feita**, se é **localizada** histórica, cultural e materialmente, também é **múltipla**. As realidades tornaram-se múltiplas. Não plurais, múltiplas” (Mol, 2007, p.3-4, grifo no original).

Para a autora, um equívoco bastante comum é confundir multiplicidade com pluralismo ou com perspectivismo. Este último, a despeito de problematizar uma visão monopolista da verdade, deixa intocada a “essência” da realidade, multiplicando apenas os pontos de vista e as representações, estas sim, relativas às competências e aos lugares de quem vê. No dizer de Mol, aderir ao perspectivismo implica em considerar perspectivas que se excluem mutuamente,

1 Agradeço a Marcia Moraes, Arthur Ferreira e Ronald Arendt a indicação das obras de Annemarie Mol e Vinciane Despret, que vieram a se tornar referência importante em meus estudos sobre controvérsias.

discretas, coexistindo lado a lado, num espaço transparente. E no centro, o objecto de muitos olhares e contemplações permanece singular, intangível, intocado (Mol, op.cit., p. 4).

A multiplicidade requer outras metáforas, daí Mol propor a noção de *performance*², que objetiva designar uma realidade que é feita, manipulada ao longo de uma série de práticas: “são diferentes **versões** do objecto, versões que os instrumentos ajudam a performar [*enact*]. São objectos diferentes, embora relacionados entre si. São formas múltiplas da realidade” (Mol, op.cit., p.6, grifo nosso).

A noção de versão é também utilizada por Vinciane Despret (1999), que igualmente problematiza o que ela denomina “projeto contemplativo da ciência”, onde haveria uma única natureza e diferentes visões ou perspectivas sobre a mesma. Despret, seguindo Latour, argumenta que a ciência não “desvela” a natureza; ela colabora na construção da ecologia do nosso mundo, na medida em que gera novas entidades que o povoam, bem como novos acessos a esse mundo, através de seus métodos. Sua hipótese é que a atividade científica cria novas versões do mundo, onde a ideia de versão visa “dar conta dessa coexistência múltipla de saberes, de definições contraditórias e controversas” (Despret, 1999, p.37). Em relação a uma versão, não se pode dizer que seja verdadeira ou falsa, que represente a realidade mais cientificamente do que outra; diz-se que uma versão é mais ou menos articulada, no sentido de sua possibilidade de ampliar o sistema de referências que permitem falar dela.

A realidade, portanto, tem a ver com trabalho, com a construção de um mundo comum, que se configura como algo a se atingir no futuro, e não como o que já está dado como nosso passado. O interessante é que este mundo comum não é um mundo único ou unívoco – um “universo” – mas antes um *multiverso*, numa alusão ao termo cunhado por William James, que designa o universo livre de sua unificação prematura.

2 Mol reconhece sua inspiração nos trabalhos de Erving Goffman, porém busca ampliá-los, no sentido de que, nas práticas sócio-materiais, não apenas os sujeitos, mas também os objetos são “performados”.

Afirmar uma realidade que se constitui como múltipla faz das questões sociais – ou antes, sociotécnicas – problemas não apenas sociológicos, mas ontológicos, o que de imediato articula um posicionamento político diferenciado. Pois, se enfatizamos a multiplicidade ontológica, abrimos a possibilidade de configurações alternativas serem construídas, configurações que não se dão a partir da “escolha” de um sujeito, mas são efeitos do engajamento dos diferentes *actantes*³ nas práticas sócio-materiais.

Não por acaso, as expressões “Política Ontológica” e “Política Epistemológica” são usadas por esses autores para designar um modo de apreensão/intervenção nos coletivos/multiversos, em que os pesquisadores são “estrategistas de interesses” (Stengers, 2002), buscando sempre ampliar as articulações, com vistas a uma melhor composição.

Por uma Cartografia de Controvérsias

Inúmeros pesquisadores no âmbito da sociologia das ciências e das técnicas têm defendido o estudo de controvérsias como uma poderosa ferramenta metodológica para nos aproximarmos da compreensão da “sociedade tal como ela se faz” (Callon, 1999, p. 100). Trata-se, mesmo, de compreender a própria ciência no processo de se fazer, de se produzir, evidenciando o quanto o campo da pesquisa científica e da inovação tecnológica pode ser incerto e imprevisível. Este caráter de incerteza é aqui tomado em sua positividade, o que faz da pesquisa uma experimentação coletiva, partilhada por humanos e não-humanos.

3 Na medida em que considera que humanos e não-humanos são capazes de produzir diferença na dinâmica da rede, Latour propõe a utilização do termo *actante* como uma forma de explicitar o caráter simétrico de sua antropologia: “Tanto as pessoas capazes de falar como as coisas incapazes de falar têm porta-vozes. Proponho chamar de *actante* qualquer pessoa e qualquer coisa que seja representada” (Latour, 2000, p. 138, grifo no original). Nesse sentido, os objetos técnicos que permeiam nosso cotidiano não são concebidos como meros instrumentos ou como suporte de algo que lhes é externo, mas como agentes (*actantes*) capazes de produzir desvios e, como tal, participam da configuração do social.

De modo simples, pode-se definir *controvérsia* como um debate (ou uma polémica) que tem por “objeto” conhecimentos científicos ou técnicos que ainda não estão totalmente consagrados⁴. Isto significa que os objetos privilegiados de tais análises são as chamadas “*caixas-cinza*”, ou seja, questões de pesquisa que ainda portam em si controvérsias, interrogações, que ainda não se constituíram em uma “caixa-preta”:

O termo caixa-preta (...) é utilizado na sociologia das ciências para falar de um fato ou de um artefato técnico bem estabelecido. Significa que ele não é mais objeto de controvérsia, de interrogação nem de dúvidas, mas que é tido como um dado (...). Quando uma técnica ainda não está completamente estabelecida como caixa-preta, falamos de caixa cinza (Latour) ou caixa translúcida (Jordan e Lynch). (Vinck, 1995, p. 176)

As controvérsias articuladas em torno de dispositivos tecnocientíficos constituem um espaço privilegiado para a pesquisa, pois, ao envolverem debates não apenas no interior do círculo restrito de teóricos e especialistas, mas articulando também outros *actantes*, tornam-se, em certa medida, produtoras da sociedade, produzindo igualmente os sujeitos que somos – o que remete, uma vez mais, ao caráter não exclusivamente técnico da técnica.

Assim, juntamente com instrumentos já tradicionais

4 Segundo Lea e Paulo Velho (2002), a análise de controvérsias técnicas e científicas começa a ganhar destaque no âmbito dos estudos que buscavam compreender o processo de construção do conhecimento, evidenciando seu caráter contextual e contingencial. Nelkin, por sua vez, prefere acentuar o caráter político, econômico e ético do surgimento dos estudos sistemáticos sobre controvérsias, sustentando que as questões aí envolvidas “(...) *têm menos relação com as implicações da ciência e tecnologia do que com as relações de poder associadas a elas*” (Nelkin, 1999, p. 447). Tais considerações nos fornecem pistas de que acompanhar as controvérsias é, igualmente, apreender a mistura entre conhecimento e sociedade.

e consagrados, tais como *surveys*, entrevistas, observação participante, o método de cartografia das controvérsias nas quais os diferentes atores se envolvem pode ser bastante fecundo para nos aproximarmos desse social cambiante e múltiplo. Como argumenta Dominique Vinck, “as controvérsias são lugares privilegiados de observação para o sociólogo. Elas fazem aparecer diferentes atores, bem como o que eles mobilizam na construção e desconstrução dos fatos” (Vinck, 1995, p. 116).

Ao se voltar para o estudo prático das redes, a Teoria Ator-Rede propõe, como principal diretriz metodológica, “seguir os atores” e deixá-los falar, ou seja, mapear as controvérsias que emergem da dinâmica das traduções recíprocas – o que possibilita apreender a rede “tal como ela se faz”. Como toda tradução implica um deslocamento, um desvio de rota, uma mediação ou invenção de uma relação antes inexistente, cada movimento modifica também a rede. A cartografia dessas controvérsias permitirá desenhar um relevo a partir dos movimentos dos atores – e da composição desses movimentos com aqueles do próprio pesquisador (Latour, 2006).

A cartografia, diferentemente da representação estática própria dos mapas,

...é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem (...) A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros mundos. (Rolinik, 2007, p.23)

Nesse sentido, cartografias são sempre provisórias, funcionais até o momento em que novas cartografias – portanto, novas paisagens, novos relevos – se imponham. O ofício do cartógrafo envolve, assim, uma implicação nas redes que ele cartografa, um entendimento sem exterioridade de seus movimentos e desvios. Para tanto, lhe é conveniente um equipamento bastante “minimalista”: ao invés de um

“protocolo normalizado”, o cartógrafo leva no bolso “*um critério, uma regra e um breve roteiro de preocupações*”, este último sempre aberto a redefinições (Rolnik, op.cit, p.67).

Associada à dinâmica das controvérsias, a cartografia como método permite evidenciar o quanto os processos de construção do conhecimento se mesclam com os movimentos que constituem a própria rede, acentuando seu caráter contingencial. Argumentamos aqui pela fecundidade de tomar este caráter provisório, incerto e ensaístico da cartografia de controvérsias em sua positividade, e não como um déficit em relação a outras metodologias consagradas. Trata-se de uma estratégia de investigação que parece ir na contramão da tradição científica, pois se volta não para os conhecimentos já solidificados, mas para as situações de incerteza, risco e conflito.

Assim, não defendemos aqui um método menos objetivo ou menos “racional” – portanto, mais “subjetivista”. O próprio Latour argumenta que a análise de controvérsias pode se configurar em um “ganho de racionalidade”, na medida em que um fato deixa de ser tomado como indiscutível e passa a ser considerado como o produto de um jogo de traduções, versões controversas. E, ainda, que estaríamos chegando a uma objetividade diferenciada, obtida a partir das múltiplas versões/traduções produzidas:

Se a verdade científica não se impõe mais, não é porque as pessoas se tornaram irracionais, mas porque elas se encontram, a partir de agora, em situação de **co-pesquisadores**. (Latour, 2005, p.2, grifo nosso)

A condição de copesquisadores, em que todos nos encontramos, tem a ver com a compreensão de que a ciência não se faz apartada do social, mas antes, entremeia-se nele e com ele. Nesse sentido, somos todos participantes, voluntários ou involuntários, dos experimentos e das inovações – “uns como pesquisadores, outros como financiadores, outros como testemunhas, outros, enfim, como cobaias” (*ibidem*).

Como argumenta Sofia Bento:

...o estudo da controvérsia suscita a interrogação da racionalidade final, vindo a demonstrar que o campo das negociações afinal de contas tem um carácter limitado. Com efeito, o campo da discussão é construído ou desconstruído pelos actores envolvidos, são eles que definem o que é certeza e o que é incerteza, são eles que definem os conteúdos e limites entre aquilo que é certo e incerto. (...) em nenhuma controvérsia se podem opor idéias verdadeiras a idéias falsas, ou a eficácia à ineficácia. A exigência técnica constrói-se, negocia-se, ao mesmo tempo que se forma a identidade dos actores. (2002, p. 119)

No processo de seguir os atores e cartografar as controvérsias, alguns movimentos mínimos podem ser delineados (Trannin; Pedro, 2007):

Buscar uma *porta de entrada* – É preciso encontrar uma forma de “entrar na rede”, de começar a seguir os atores e, de algum modo, participar da dinâmica que seus movimentos permitem traçar.

1. Identificar os *porta-vozes* – Uma vez que da rede participam múltiplos *actantes*, humanos e não-humanos, é preciso identificar aqueles que “falam pela rede”, e que acabam por sintetizar a expressão de outros *actantes*.
2. Neste processo, vale ressaltar, não se pode deixar de tentar buscar as “vozes discordantes”, ou seja, a recalcitrância que também circula na rede.

Acessar os *dispositivos de inscrição*, ou seja, tudo o que possibilite uma exposição visual, de qualquer tipo, em textos e documentos, e que possibilitam “objetivar” a rede;

3. Mapear as *associações entre os actantes*. Trata-se aqui de delinear as relações que se estabelecem entre os diversos atores e que acabam por compor a rede. Envolve as múltiplas traduções produzidas pelos

4. atores, ressaltando-se suas articulações, em especial: os efeitos de sinergia ou de cooperação na rede; os efeitos de encadeamento ou de repercussão da rede; as cristalizações ou limitações da rede.

A cartografia de controvérsias, portanto, ao evidenciar o jogo de traduções recíprocas que se encontra em funcionamento em uma rede – um jogo de interesses, influências e resistências que envolve humanos e não-humanos –, possibilita colocar em questão as perspectivas que se limitam a ver a ciência e a tecnologia como um corpo de conhecimentos que deve ser estudado em si mesmo. As redes estabelecidas por tais produções são mais vastas e heterogêneas, ultrapassando o domínio da ciência e atravessando o conjunto da sociedade. Mais ainda, elas permitem desafiar os limites que possibilitam separar ciência e tecnologia de sociedade, o que evidencia, uma vez mais, a articulação solidária entre o estudo de controvérsias e o modelo teórico de redes⁵.

Considerações finais

Para concluir, gostaria de apontar alguns aspectos que me parecem cruciais para o estudo dos coletivos, aspectos esses que uma cartografia de controvérsias pode contribuir para delinear: a *espacialidade* e a *temporalidade* peculiar às redes.

Com relação à *espacialidade*, faz-se necessário investigar como a rede traça sua própria geografia. Diz respeito ao modo como cada ator traduz as suas realizações em termos das conexões que estabelece, bem como o que obstrui esses fluxos e, assim, estabiliza os movimentos da rede. Neste processo, as associações podem subverter a geometria métrica, “ciência das distâncias bem definidas e estáveis” (Serres, 1999, p. 82), em prol de uma topologia, uma “ciência das proximidades e dos

⁵ Alguns estudos interessantes utilizando a análise de controvérsias merecem ser citados. Dentre eles, o trabalho realizado por Guesser (2005), em torno do tema do software livre e aquele realizado por Castro (2008), envolvendo o videomonitoramento em espaços públicos urbanos.

rasgos” (*ibidem*). A topologia permite descrever variedades não métricas, de modo a que aproximações e distanciamentos que parecem arbitrários revelem o seu rigor. Além disso, possibilita voltar nosso foco de investigação para os “espaços de mediação”, ou seja, para as transformações ou deslocamentos: (...) esses **espaços entre** são mais complicados do que se pensa (...). Menos uma junção dominada do que uma aventura a se correr (*ibidem*, p. 94-95, grifo nosso).

Conceber a espacialidade em termos dos deslocamentos pode nos levar igualmente a uma outra concepção de *temporalidade*, também esta desconectada de seu compromisso métrico, linear. Se acompanharmos as traduções dos atores em seu movimento de desenhar as redes, podemos perceber aproximações entre coisas que a linha do tempo faria perceber como muito distantes, bem como distanciamentos entre coisas aparentemente sucessivas. Cada ator é, por assim dizer, um “misturador de tempos” (Latour, 1994), e a rede assume um caráter “policrônico, multitemporal” (Serres, 1999).

Assim, como bem ressalta Moraes (2000), a rede não é o lugar da indeterminação, mas antes, onde a determinação é negociada e construída.

É importante verificarmos que uma rede implica variações, distribuições, desvios ocorrentes ora no espaço, ora no tempo. Seria mais correto afirmarmos, com Serres, que uma rede implica uma variação num espaço-tempo (...). Uma rede não se reduz nem a uma pura dispersão entre elementos no espaço nem a uma evolução temporal dos acontecimentos. Ao contrário, ela é o lugar de construção simultânea, do espaço e do tempo. (Moraes, 2000, p. 1)

O caráter ensaístico da própria cartografia que podemos desenhar também merece ser salientado, neste momento de conclusão, como mais um desafio a enfrentar. Pois, por mais acurados e cuidadosos que possamos ser no mapeamento das redes, somos capazes de produzir apenas “decalques”, sempre

provisórios. Para usar, uma vez mais, a expressão de Latour, diríamos que as redes são “diagramas impossíveis”, que se desmancham no instante mesmo em que somos capazes de desenhá-los. Além disso, não podemos deixar de ter uma atenção especial aos nossos próprios movimentos nas redes, pois eles também transformam as redes e fazem parte das cartografias que formos capazes de produzir. Como cartógrafos, devemos associar o nosso ceticismo em relação à neutralidade da ciência, ao reconhecimento de que a atividade do pesquisador é simultaneamente epistemológica, política e ética. Sem isso, “corremos o risco de deixar fora do campo de problematização os nossos próprios movimentos, enquanto cientistas e pesquisadores, na rede” (Pedro, 2003, p. 46). Como já tivemos a oportunidade de ressaltar:

...o conhecimento não deveria ser entendido apenas como o que busca apreender o que o mundo é, mas sobretudo, o que produz o mundo (...). Assim, redes devem ser tomadas como ferramentas estratégicas, nas quais se buscam não apenas os movimentos já constituídos, mas antes, os fluxos em constituição, em que nossas próprias ações criam conhecimento, criam redes, criam mundo.
(*ibidem*)

Se associarmos estas considerações aos argumentos que ressaltam a *potência ontológica* das redes (Mol, 2007) – ou seja, sua capacidade de produzir realidade – podemos ter uma (pequena) compreensão da complexidade que a cartografia de controvérsias comporta, um desafio para aqueles que têm enveredado por esse campo. Como afirma Latour (2006), uma pesquisa que se propõe a seguir as associações e cartografar as controvérsias é, ela própria, um mediador – portanto, pode contribuir para um reagrupamento do social ou para sua dispersão; pode produzir um *mau texto*, reduzindo o número de *actantes* e tomando-os como causa de todos os demais, ou um *bom texto*, capaz de desdobrar as controvérsias juntamente com a multiplicidade de *actantes*.

Com base nas cartografias que fomos capazes de delinear, talvez seja possível responder ainda àqueles que, no âmbito dos estudos científicos, demandam dos pesquisadores de redes alguma objetividade e operacionalidade a partir de suas inovações conceituais. Como vimos argumentando, a cartografia de controvérsias é capaz de nos oferecer um modo de pesquisar cuja operacionalização é arriscada e incerta – pois não está de antemão escrita em nenhum manual – porém certamente bastante fértil, sobretudo por possibilitar novas articulações. Além disso, possibilita-nos o acesso a uma objetividade que não se refere às chamadas questões de fato – que se pretendem frias e desinteressadas – mas às questões de interesse – controvertidas, quentes, arriscadas. Uma objetividade, portanto, que não repousa mais em um silêncio admirativo, mas antes, emerge como efeito de traduções/versões distintas e controversas⁶.

6 O Grupo de pesquisa “Cultura Contemporânea: Conhecimento, Subjetividade e Tecnologia” (CNPq), composto por docentes e discentes do Programa EICOS/UFRJ, tem desenvolvido alguns estudos interessantes com base no referencial de redes sociotécnicas e da cartografia de controvérsias. Dentre os temas pesquisados, estão os dispositivos tecnológicos de vigilância, as biotecnologias de reprodução e suas ressonâncias bioéticas; o direito autoral; e a constituição de um novo campo científico e profissional.

Referências bibliográficas:

- ARENDDT, R. (2007). “Emoções e Mídia”. In: JACÓ VILELA, A. & SATO, L. (Org). *Diálogos em Psicologia Social*. Porto Alegre: Evangraf, p. 275-285.
- BENAKOUCHE, T. (2005). “Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico”. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (Org.). *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. p. 79-106.
- _____. (2001). “Duas culturas, três culturas... ou redes? Dilemas da análise social da técnica”. In: BAUMGARTEN, M. (Org). *A Era do Conhecimento: Matrix ou Agora?* Porto Alegre/Brasília: Ed. da Universidade UFRGS/Ed. da UNB, pp. 45-60.
- BENTO, S. (2002). “As controvérsias tecnológicas na reflexão sobre tecnologias”. In: SCHERREN-WARREN, I. & FERREIRA, J.M.C. (Org). *Transformações Sociais e Dilemas da Globalização: um diálogo Brasil/Portugal*. São Paulo: Cortez.
- CALLON, M. (2004). “Por uma abordagem da ciência, da inovação e do mercado. O papel das redes sócio-técnicas”. In: PARENTE, A. (Org.) *Tramas da Rede*. Porto Alegre: Ed. Sulina.
- _____. (1999). “Society in the making: the study of technology as a tool for sociological analysis”. In: BIJKER, W.; HUGHES, T. & PINCH, T. (Ed.): *The social construction of technological systems*. Massachusetts: The MIT Press.
- CASTRO, R. B. de. (2008). *Redes e Vigilância: uma experiência de cartografia psicossocial*. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- DESPRET, V. (1999). *Ces émotions que nous fabriquent – Ethnopsychologie de l’authenticité*. Paris: Institut d’Édition Sanofi-Synthelabo.
- GUESSER, H. (2005). *Software livre e controvérsias tecnocientíficas: uma análise sociotécnica no Brasil e em Portugal*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 183 f.
- LATOUR, B. (2006). *Changer de société – refaire de la sociologie*. Paris: La Découverte.
- _____. (2005). *La cartographie des controverses*. Artigo disponível em <http://www.technologyreview.fr/?id=65>. Acesso em 03/07/2007.
- _____. (2003). “The Promises of Constructivism”. In: IDHE, D. (Ed). *Chasing Technology : Matrix of Materiality*. Indiana Series for the Philosophy of Science, Indiana University Press, p. 27-46.
- _____. (2001). *A Esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. São Paulo: EDUSC.
- _____. (2000). *Ciência em ação – como seguir cientistas e engenheiros mundo afora*. São Paulo: EDUSP.
- _____. (1996). “Do humano nas técnicas”. In: SCHEPPS, R. (Org). *O Império das Técnicas*. São Paulo: Papirus.
- _____. (1994). *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Ed. 34.
- LAW, J. (1996). *Traduction/Trabison: Notes on ANT*. Paper published by

the Center for Science Studies, Lancaster University, Lancaster LA1 4YN. Disponível em <http://lancs.ac.uk/fass/sociology/papers/law-translation-trahison.pdf>

_____. (1992). *Notes on the Theory of the Actor-Network: Ordering, Strategy and Heterogeneity*. Paper published by the Center for Science Studies, Lancaster University, Lancaster LA1 4YN. Disponível em <http://lancs.ac.uk/fass/sociology/papers/law-notes-on-ant.pdf>

MOL, A. (2007). “Política ontológica. Algumas idéias e várias perguntas”. In: NUNES, J.A. & ROQUE, R. (Org.). *Objectos impuros – Experiências em estudos sociais da ciência*. Porto: Edições Afrontamento.

MORAES, M. O. (2000). “O conceito de rede na filosofia mestiça”. *Revista Informare*, v. 6, n. 1, p. 12-20.

NELKIN, D. (1999). “Science controversies: the dynamics of public disputes in the United States”. In: JASANOFF, S.; MARKLE, G.; PETERSEN, J. & PINCH, T. (Ed.) *Handbook of Science and Technology Studies*. London: SAGE.

PEDRO, R. (2003). “As redes na atualidade: refletindo sobre a produção de conhecimento”. In: D’ÁVILA, M. & PEDRO, R. (Org.). *Tecendo o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: MAUAD.

ROLNIK, S. (2007). *Cartografia Sentimental – transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS.

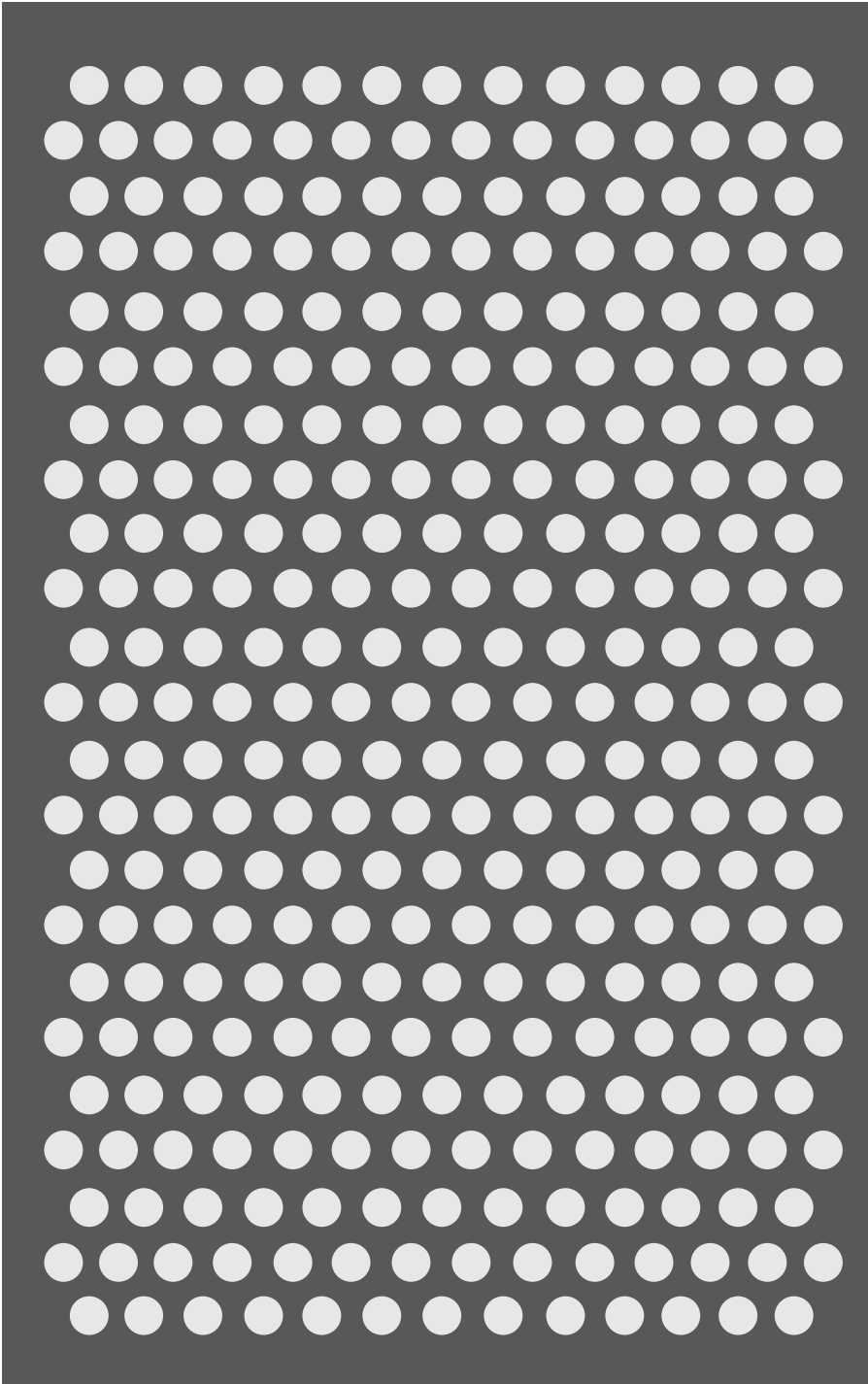
SERRES, M. (1999). *Luções – cinco entrevistas com Bruno Latour*. São Paulo: Unimarco.

STENGERS, I (2002). *A Invenção da Ciência Moderna*. São Paulo: Ed. 34.

TRANNIN, M.C. & PEDRO, R. (2007). “Cartografando comunicabilidades em Redes Sócio-Técnicas: Um estudo da Rede Instituto Fábrica do Milênio”. *Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*. Recife, pp. 1-15.

VELHO, L. & VELHO, P. (2002): “A controvérsia sobre o uso de alimentação ‘alternativa’ no combate à subnutrição no Brasil”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 9(1): 125-157.

VINCK, D. (1995). *Sociologie des Sciences*. Paris: Armand Colin.



O corpo que nós fazemos: a deficiência visual em ação

Marcia Moraes
Ana Cláudia Lima Monteiro

*Arlequim é múltiplo e diverso, ondulante e plural (...)
a ciência fala de órgãos, de funções, de células e de moléculas,
para finalmente confessar:
faz tempo não se fala mais de vida nos laboratórios;
mas ela nunca se refere à carne (...), à mistura, (...)
que mescla aquilo que o saber pertinente analisa.*
(Serres, 1993, p.4-5)

Abrem-se as cortinas: introdução

Este trabalho tem o objetivo de apresentar alguns resultados da pesquisa que desenvolvemos¹ com um grupo de jovens com deficiência visual, matriculados numa escola de Educação Especial, situada no Rio de Janeiro.

A pesquisa teve início no ano de 2004, quando coordenávamos uma Oficina de Experimentação Corporal vinculada à Oficina de Teatro da Escola. Naquela ocasião, nosso trabalho consistia em promover experiências corporais diversas a fim de levar os jovens com deficiência visual a elaborarem os personagens que interpretariam numa peça, a ser encenada na escola, ao final do ano letivo. A encenação da peça era uma forma de celebrar o final do ano e, para isso, os alunos ensaiavam durante vários meses. O desafio da Oficina de Experimentação Corporal era fazer com que aqueles

1 A pesquisa Perceber sem Ver, coordenada por Marcia Moraes, é apoiada pela Faperj e pelo Cnpq. Participam do grupo de pesquisa os seguintes alunos de graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense: Josselem Conti, Thadeu Gonçalves, Júlia Neves, Luara Lima. A equipe conta também com a participação de Carolina Cardoso Manso, mestranda em Psicologia na Universidade Federal Fluminense.

jovens com deficiência visual encarnassem os personagens que representariam na peça, ou seja, nosso trabalho era fazer com que os jovens desenvolvessem as posturas corporais, os gestos, os modos de falar dos seus personagens. Durante a execução desse trabalho, nos demos conta da importância das experiências corporais para a construção da cognição naquele grupo de pessoas. Pudemos observar que, muitas vezes, os jovens cegos repetiam palavras sem no entanto, de fato, encarnar o sentido que elas tinham. Em outras ocasiões, observamos que as instruções “meramente verbais” da professora de teatro não eram compreendidas. Por exemplo: a professora dizia para uma menina cega de nascença que o personagem dela, uma bailarina, devia rodopiar com leveza pelo palco. A menina não tinha nenhuma referência do que significava “rodopiar com leveza” e fazia movimentos estranhos a uma bailarina. Ora, como fazer com que esta menina, por exemplo, encarnasse uma bailarina? Como levá-la a incorporar o rodopiar com leveza? Estas e outras questões guiavam nosso trabalho.

Foi neste contexto que, a partir do ano de 2006, desenvolvemos uma pesquisa de campo cuja questão central era: quais as relações entre corpo e cognição num grupo de pessoas com deficiência visual? De que modo promover experiências corporais articuladas a modos de conhecer o outro, o espaço e a si mesmo? Em suma, como produzir modos de conhecer a partir das experiências corporais? Estas foram, e ainda são, as principais questões que, desde então, orientam nossa pesquisa. O trabalho de campo continuou sendo realizado através de Oficinas de Experimentação Corporal. Mas, as atividades da Oficina passaram a ser oferecidas aos alunos da escola especial, estivessem eles fazendo aulas de teatro ou não.

Estas questões nos colocaram diante de impasses teóricos e metodológicos que gostaríamos de discutir neste texto:

Teoricamente perguntamos: como podemos definir as relações entre corpo e cognição? Como esta relação

se dá nas práticas escolares de um grupo de jovens com deficiência visual?

Metodologicamente: buscamos uma metodologia de investigação e de intervenção que opere longe das tradicionais metodologias de pesquisa em psicologia que separam sujeito e objeto. Que metodologia orientaria nossa prática de intervenção naquele grupo de sujeitos?

Afetar e ser afetado: o corpo que nós fazemos

Seguindo as pistas de Latour (1999), Mol (2002) e Mol & Law (2003), consideramos que quando falamos em corpo não nos referimos a um objeto dado, isolado. Não nos referimos a uma substância na qual habita uma alma imaterial. Para estes autores “existem diferentes modos de fazer existir² o corpo” (Mol e Law, 2003). Ou seja, para estes autores, o corpo não está dado, fechado, isolado, ao contrário o corpo possui fronteiras permeáveis. Ele é feito (*enacted*), efetuado e construído através de múltiplas e heterogêneas conexões entre humanos e não-humanos. Mol e Law (2003) colocam no centro de suas investigações a noção de “o-corpo-que-fazemos” para afirmar o sentido de corpo com o qual trabalham. Trata-se de colocar em primeiro plano as práticas através das quais o corpo é articulado, investigando, portanto, o corpo em ação. Nas palavras de Bruno Latour (1999), encontramos uma definição de corpo que concorda com o que Mol e Law propõem. Para o autor, o corpo é:

2 A expressão “fazer existir” refere-se ao termo inglês *enact* usado por Mol (2002) para dizer que nenhum objeto existe sem estar articulado às práticas que o produzem e o fazem existir. Em inglês *enact* aponta para dois sentidos distintos: como encenar, representar um papel; e como fazer existir, promulgar, fazer, no sentido, por exemplo, que dizemos que “o congresso nacional promulgou (fez existir) uma nova lei” (Ver: <http://dictionary.reference.com/browse/enact>). Nas palavras da filósofa: “É possível dizer que nas práticas os objetos são feitos [*enacted*] (...) isto sugere também que em ato, e apenas aqui e acolá, alguma coisa é – sendo feita [*being enacted*]” (Mol, 2002, pp.32-33). Neste texto, colocaremos entre parênteses o termo inglês *enacted* sempre que utilizarmos o verbo *fazer* com o sentido conceitual proposto por Mol (2002).

...uma interface que se torna mais e mais descritível quando aprende a ser afetada por mais elementos. O corpo então não é a residência provisória de alguma coisa superior – uma alma imortal, o universal ou o pensamento – mas algo que deixa uma trajetória dinâmica pela qual nós aprendemos a registrar e nos tornar sensíveis para aquilo de que o mundo é feito. Tal é a grande virtude de tal definição: não há sentido em definir o corpo diretamente, mas apenas tornando o corpo sensível para o que são estes outros elementos. Focando no corpo, uma pessoa é imediatamente – ou melhor, mediamente – dirigida para aquilo que desperta a atenção do corpo. (Latour, 1999, p.1)

Assim sendo, para Latour não há corpo sem afecção. O corpo se constitui *na* afecção. Dizer que não há sentido em falar do corpo, a não ser pela relação que este estabelece com o mundo a partir de sua sensibilidade, é dizer que, sem afecção, não há corpo propriamente dito.

Neste sentido, a “aquisição” do corpo não é dada por pré-disposições *a priori*, mas, antes, por possibilidades múltiplas de ser afetado. Latour (1999) não pretende afirmar que existem no corpo capacidades pré-definidas de afetação. Ao contrário, o que é afirmado é a maleabilidade e a multiplicidade do corpo, num certo sentido, o que é afirmado é a variabilidade da “aquisição” do corpo. Logo, um corpo não se resume a relações pré-arranjadas, mas se constrói através das conexões e afecções com o mundo. As afecções, ao invés de determinarem os encontros possíveis, *geram* efetivamente os encontros. São as afecções que constroem um corpo na medida em que a constituição dos corpos se apresenta, desde sempre mesclada, matizada, tatuada pelas afecções.

A afecção é aquilo que produz efeito nos corpos: efeitos recíprocos que simultaneamente produzem uma interioridade e uma exterioridade. Tal é a tese de Latour (1999) acerca do corpo. E nesse ponto podemos afirmar que a perspectiva latouriana vai ao encontro da filosofia de

Serres (2001). No enfoque desse filósofo, o tato é o mais importante dos sentidos, aquele por meio do qual primeiro mantemos contato com o mundo. Para Serres (2001), fazer um corpo é deixar-se tatuar pelo mundo, é constituir-se a partir das mediações com o mundo, das afecções. O corpo se constitui como relação, como conexão. Assim, nossos contatos com o mundo são estabelecidos a partir de uma superfície tênue: nossa pele. São esses contatos que fabricam o corpo e, ao mesmo tempo, a cognição. Para tais autores, a cognição não é o atributo de um sujeito dado, mas sim o efeito das afetações entre corpo e mundo. Conhecemos a partir de nossos engajamentos práticos.

Logo, quando falamos da relação entre corpo e cognição entre jovens com deficiência visual, interessa-nos colocar em primeiro plano os engajamentos práticos nos quais o corpo é feito (*enacted*). Teórica e filosoficamente, embasamos este trabalho naquilo que Mol (2002) chama de praxiografia:

...se as práticas são colocadas em primeiro plano, não há mais um único objeto no meio, esperando para ser visto a partir de pontos de vistas de séries de perspectivas aparentemente infinitas. Ao invés disso, objetos passam a existir – e desaparecem – com as práticas nas quais eles são manejados. E desde que o objeto do manejo tende a diferir de uma prática para outra, a realidade multiplica (...), o conhecimento não é uma questão de referência, mas de manejo. (Mol, 2002, p.5)

Logo, neste texto a questão central não é “o que é um corpo?”, mas “como um corpo é feito (*enacted*)?” Do ponto de vista metodológico, como dissemos, dois pontos são relevantes:

- seguir as trajetórias dinâmicas das conexões que produzem, ao mesmo tempo, o corpo e a cognição.
- através da Oficina de Experimentação Corporal propor intervenções que sensibilizem e afetem o

corpo, isto é, que transformem o corpo, inaugurando assim, um campo cognitivo inédito, distante daquele das repetições verbais vazias que indicamos no início deste texto.

Neste ponto, destacamos que, metodologicamente, defendemos uma intervenção contextualizada, situada, no sentido proposto por Haraway (1998) e Law (1999). Comentando o trabalho de Haraway, Law (1999) afirma que “a perspectiva parcial é um privilégio. Não há escolha. O que nós vemos e fazemos é necessariamente parcial, situado, interessado” (Law, 1999, p.2).

Nesta pesquisa, consideramos como princípio metodológico a pactuação, a negociação das intervenções com o grupo. Dito de outro modo, pensamos nossa intervenção no grupo como um processo imanente, sempre atravessado pelas questões que marcam aquele coletivo com o qual lidamos. Assim, cada ação proposta na Oficina é pactuada e negociada com o grupo, ela tem como solo de fundação os problemas que afetam aquele grupo. Desse modo, metodologicamente, o trabalho afirma uma relação de construção recíproca entre pesquisador e pesquisado: as ações são proposições, no sentido afirmado por Latour, isto é, valem na medida em que são retomadas, refeitas pelos outros. Cada intervenção visa, assim, intervir naquele grupo, ampliando as articulações entre o corpo e os mais diversos elementos; visamos alargar as conexões do corpo com o mundo, criar novas e inéditas oportunidades de afetação entre corpo e mundo. Ao mesmo tempo, enquanto pesquisadores, somos afetados por estas intervenções na medida em que elas também nos transformam, fazem variar os nossos modos de conhecer e de intervir naquele grupo. Assim, entendemos que o processo de produzir conhecimento implica uma afetação recíproca: transformamos o outro e somos por ele transformados.

Arlequim, Colombina, Pantaleão e Pierrô: o corpo em ação

O trabalho de campo é um tecido rico de tramas, de narrativas que se conectam, de histórias de corpos que se modificam, universos cognitivos que se produzem. Para esta apresentação, escolhemos um dos fios que compõem essa trama. Para fazer falar o campo de pesquisa utilizaremos nomes fictícios para os participantes da Oficina de Experimentação Corporal. Eles serão aqui nomeados como os personagens da comédia *dell'arte* italiana: Arlequim, Colombina, Pantaleão, Pierrô. O que será apresentado a seguir foi gravado em vídeo e posteriormente transcrito. Além deste registro, as pesquisadoras tomam notas do que se passa na Oficina de Experimentação Corporal em um diário de campo.

A seguir, relataremos uma das atividades propostas na Oficina de Experimentação Corporal, a qual dizia respeito às possíveis conexões entre variados movimentos do corpo e diversos sons. A cada som proposto, os participantes da Oficina inventavam um movimento corporal e iam, de forma lúdica, compondo uma dança que reunia tais movimentos. Ao mesmo tempo, o espaço da sala era explorado, investigado através da dança, dos sons, dos corpos que se afetavam. No contexto destas ações, o som de um guizo disparou uma controvérsia: Arlequim e Colombina, protagonistas dessa história, discordavam. Pode um cego jogar queimado? Para Colombina, cego joga queimado se for guiado por uma pessoa que vê. Para Arlequim, cego joga queimado sem ser guiado por alguém que vê. Em última instância ambos perguntavam: o que pode o corpo de um cego?

Arlequim tinha 14 anos, havia ficado cego dois anos antes em decorrência de uma doença progressiva que o acompanhou deste muito criança. Colombina, 17 anos, tinha baixa visão. Ambos participavam da Oficina de Experimentação Corporal havia mais de 3 anos.

Eis a polêmica:

Colombina diz: Cego só joga queimado com a ajuda de alguém que vê. Cego tem que ser guiado.

Arlequim: Quem disse isso? Cego tem um jeito de jogar queimado sim.

Colombina diz: Para o cego jogar tem que ter alguém batendo palma, chamando pelo nome dele.

Arlequim: Mas e o guizo? Serve para que? A gente escuta o guizo da bola e aprende a se mexer rápido. Eu não quero ser guiado o tempo todo, quero me mexer mais sozinho, tenho que aprender isso.

Colombina: Se não for guiado o cego vai sempre perder no jogo, vai sempre levar bolada. Com o que eu vejo consigo me desviar da bola, por isso, acho que se eu jogar com um cego vou ganhar sempre, vai ser injusto com o cego.

Arlequim: Injusto? Que nada! Você acha isso porque não sabe se ligar no som do guizo, você só liga no jogo porque vê a bola, eu me ligo no jogo porque ouço o barulho do guizo. Vamos marcar um jogo de queimado de cegos com quem tem baixa visão?

É importante salientar que esta controvérsia também afetava o grupo. Assim, Pierrô, de 18 anos, cego desde o nascimento, afirma:

Cego joga queimado como todo mundo. Alguém aqui joga queimado sem gritar? Além do guizo dentro da bola, tem os gritos de cada um, o vento que a gente sente quando uma pessoa corre, as trepidações do chão, tem um monte de coisas acontecendo no jogo e o cego vai aprendendo a perceber estas outras coisas... não precisa mesmo ser guiado o tempo todo por quem enxerga.

As relações entre cegos e videntes³ entra em cena e Pantaleão, de 10 anos e cego desde o nascimento, afirma:

Que mania que as pessoas que enxergam têm de ficar querendo guiar o cego o tempo todo! Eu tenho vontade de dar um cascudo na pessoa que fica querendo me guiar o tempo todo, com aquele jeito de ah, coitadinho do ceguinho. Muitas vezes eu nem peço ajuda e a pessoa já vem me segurando pelo braço, me puxando, como se eu não pudesse andar sozinho só porque sou cego!

E Pierrô completa:

As pessoas acham que só porque a gente é cego a gente não pensa, não tem desejos, não tem uma vida, com sonhos, como todo mundo. Eu ando na rua com minha mãe e as pessoas ao invés de falarem comigo, falam só com ela. Só porque o olho é perto do cérebro as pessoas acham que o cego tem problema na cabeça! Quando a gente é cego a gente apura a pele toda!

A controvérsia entre Arlequim e Colombina se espalha pelo grupo, conecta-se com Pierrô, Pantaleão, bolas, guizos, ventos, trepidações, cegueira, corpo, queimado, baixa visão. Arlequim joga queimado porque ouve o guizo dentro da bola; Colombina joga queimado porque vê a bola. Arlequim-bola-guizo faz existir uma cegueira que não parece coincidir com aquela de que fala Colombina. Pierrô segue as pistas de Arlequim e traz para a cena além do guizo e da bola, o vento, as trepidações. A controvérsia sobre o corpo e suas conexões também toca nos modos pelos quais cegos e videntes se relacionam. A este respeito, Martins (2006) sublinha que no ocidente, desde pelo menos o século XIX, a deficiência é considerada como uma falta, um déficit, um “a menos” em relação a uma certa concepção de normalidade, isto é, o

3 Videntes, termo utilizado para indicar as pessoas que enxergam.

homem normal é aquele que é centrado, que dispõe de cinco funções sensoriais ativas e que é autônomo. E há ainda a interessante observação de Pierrô sobre o corpo-pele, isto é, sobre um modo de fazer existir a cegueira que passa por uma “apuração da pele”. Corpo-pele ao invés de corpo-cérebro-olho-cego. Neste trabalho afirmamos que tais engajamentos práticos – encarnados – produzem modos muito diversos de conhecer, de fazer existir a cegueira, a deficiência visual. Dito de outro modo, se as práticas estão em primeiro plano é porque é nelas e por elas – e em nenhum outro lugar – que a cegueira existe. Múltipla, heterogênea, dispersa, variável.

Cai o pano: a deficiência visual em ação, variações, multiplicidade

O que chama a atenção nessas falas é o fato de que elas apontam para múltiplos modos de ser da cegueira. O que nos interessa não é a ambição de unificar essa multiplicidade, mas ao contrário, o que pulsa neste trabalho é a afirmação da potência inventiva de tal multiplicidade. Em outras palavras, o que importa não é definir a realidade última da cegueira ou encontrar uma definição absoluta a partir da qual todas as outras são como derivações, desvios.

Se seguimos as pistas da polêmica entre Arlequim e Colombina – bem como seus efeitos no grupo – somos levados a passar ao largo de qualquer concepção essencialista da deficiência visual, seja um essencialismo de tipo naturalista que afirma a deficiência visual como a falta de uma função sensorial biológica, gravada no corpo, seja um essencialismo de tipo social, que afirma que a deficiência é um efeito de impasses criados no contexto social e que levam a um sentimento de incapacidade que essas pessoas encontram no acesso à informação, ao trabalho, à educação e a vários outros direitos básicos do cidadão. Por certo que trabalhos como os de Oliver (1996) são de extrema relevância porque, ao deslocarem o tema da deficiência do marco biológico para o social, politizam a discussão sobre deficiência, colocam em cena a questão

da deficiência passando do campo da falta e do déficit de uma função biológica, para aquele dos direitos. No entanto, neste trabalho, apontamos para a possibilidade de investigarmos o tema da deficiência sem buscar uma identidade que unifique e reúna os deficientes visuais: seja esta uma unidade natural, seja uma unidade social. Nosso desafio é lidar com o tema da deficiência levando em conta a sua multiplicidade, a sua dispersão, seus modos de existir em ação.

Arlequim sinaliza que a prática do jogo de queimado envolve múltiplos e heterogêneos *actantes*: o guizo dentro da bola, os gritos dos colegas. Pierrô aponta ainda outros *actantes*: o vento, o trepidar do chão. Ora, o que essas falas indicam é que a cegueira não existe senão nessas práticas – nelas e por elas. Tais práticas, heterogêneas, híbridas, fazem existir modos diversos de cegueira. Arlequim e Pierrô apontam que, na ausência da visão, o corpo é afetado, movido e efetuado por vários *actantes*: bolas, guizos, gritos, ventos, entre outros. Assim, longe de afirmarem um “corpo que nós temos”, um corpo que se defina como um objeto dado, isolado, delimitado exclusivamente pela falta de uma função sensorial, Arlequim, Pierrô e Colombina apontam para o corpo-que-nós-fazemos, o corpo que se constitui por meio das conexões entre elementos heterogêneos e que, por isso mesmo, inaugura um campo cognitivo inédito. O espaço do jogo pode ser conhecido, sentido, vivido pelas conexões com o guizo, com os colegas, com o vento. Desse modo, a fronteira da deficiência não está localizada nem em um corpo defeituoso, nem em um contexto social hostil.

O privilégio da perspectiva parcial nos permite afirmar que a história aqui narrada interfere no mundo, interfere com outras histórias que fazem existir a deficiência de outros modos. Qual é o tópico principal que colocamos aqui em debate?

Como indica Law (1999, p. 6),

...trata-se de afirmar que tais histórias fazem um certo trabalho, que elas fazem a diferença. Eu

escolhi [tais histórias] porque eu penso que elas tendem a fazer certos tipos de trabalho. Eu posso utilizá-las para (tentar) refazer o mundo de um modo que interfere com a questão sobre quem ou o quê deveria ser incluído, e como.

Ainda seguindo Law, afirmamos que, na história que narramos neste texto, há 3 pontos a serem ressaltados:

- a controvérsia diz respeito a estender ou não a reconhecimento a novos tipos de entidades: o vento, o guizo, os colegas, a mãe.

- ela mostra que o mundo não é fixo e que não há uma só e única maneira de lidar com a questão da deficiência e, em particular, da deficiência visual.

- esta história é sobre a natureza das relações. O que são as relações entre o corpo, o guizo, o vento, os colegas, o queimado? São relações performativas, elas fazem existir (*enact*) a cegueira de modos múltiplos e diversos. São relações que, de algum modo, colocam de novo em cena as fronteiras entre cegos e videntes. As relações entre o corpo e esses diversos *actantes* fazem existir uma eficiência (*ablism*): articulados a guizos, ventos, trepidações, um cego joga queimado com eficiência, com habilidade. Assim, a deficiência, longe de estar localizada num corpo isolado, desconectado, existe num complexo de relações que reúnem *actantes* heterogêneos – humanos tanto quanto não-humanos. A história que aqui narramos nos faz levar em conta o vento, o guizo e os mais diversos *actantes* se quisermos lidar com a questão da cegueira e da cognição naquele cenário específico.

Assim, afirmamos que o corpo-que-eu-faço, o corpo-em-ação, nunca é um todo, nem é fragmentado: ele é uma configuração complexa, da qual fazem parte elementos díspares. Logo, quando dizemos que nós temos um corpo, esta afirmação oculta o trabalho de fabricação desse corpo. E esse trabalho cada um tem que fazer, inclusive o cego. Manter o corpo como um todo é um trabalho, não é algo dado, mas alcançado, construído. O corpo-que-eu-faço é

atravessado por tensões, forças, conexões que devem ser levadas em conta. Nesse cenário prático, o corpo cego está longe de se marcar como um desvio, ele é, antes, potência, diferença em ação. Com a polêmica entre Arlequim e Colombina, é possível acompanharmos os modos pelos quais a própria concepção de cegueira varia quando seguida em ação, quando tomada não como uma essência, mas como prática. Para Arlequim, o corpo cego é afetado pelo mundo de um modo que Colombina desconhece. Para ela, a articulação entre o corpo e o guizo da bola é uma articulação fraca, no sentido de que não permite que o cego jogue queimado. Arlequim, ao contrário, faz existir o corpo cego longe do referencial do déficit.

Assim, a cegueira, feita (*enacted*) nas práticas, nas ações engajadas de Arlequim, Colombina, Pierrô, Pantalão, é um modo único de articular os mais diversos e heterogêneos elementos: o guizo na bola, gritar, bater palmas, sentir o vento, etc.

Do ponto de vista metodológico, consideramos que o processo de conhecimento implica um vetor de risco e de indeterminação. Se, como dissemos, tomamos nossas intervenções como proposições, temos que considerar que elas existem na medida em que são transformadas e retomadas por aqueles com quem trabalhamos. Os participantes da pesquisa não são passivos e submetidos às nossas ações, eles são agentes, produzem efeitos e variações que transformam nossos modos de conhecer.

A Oficina de Experimentação Corporal foi um dispositivo que construiu as condições práticas que permitiram a cada um dos participantes fazer existir novas possibilidades para a cegueira, novas disponibilidades (Despret, 2004, p.130). Através de tal dispositivo, Arlequim, Pierrô, Pantalão e Colombina fazem existir (*enact*) a cegueira e a deficiência visual de modos inéditos, a cegueira é neste contexto encenada no âmbito de muitas e heterogêneas conexões. O dispositivo de intervenção, de algum modo, cria condições para que tais *actantes* passem a contar nos modos de existir da cegueira. Como pesquisadores, não estivemos passivos, observando

de fora o que ali se passava. Fomos convocados com nossos corpos, nossos afetos – como videntes, estamos inseridos na polêmica das relações entre cegos e videntes. Pantaleão inclui um possível cascudo no cenário de tais relações – cascudo a ser atribuído àqueles que, longe de tornarem eficiente (*able*) a cegueira, a tornam deficiente (*disable*) na medida em que ignoram que a cegueira existe apenas através de engajamentos práticos.

Neste ponto, seguindo Despret (2004), afirmamos a Oficina de Experimentação Corporal como “uma nova articulação que envolve o ‘com’, uma articulação indeterminada de ser com (...) [um dispositivo que articula] novas maneiras de falar, novas maneiras de ser humano com não-humano”, novos modos de ser cego, de fazer existir (*enact*) a relação entre cegos e aqueles que veem (Despret, 2004, p.131).

De um lado, afirmamos com este trabalho um modo de intervir no campo da Psicologia: uma intervenção que se faz ao estilo de uma negociação e não de uma imposição, uma intervenção cujo eixo é interessar-se pelo que interessa ao outro, em suma, que implica pesquisar com o outro e não sobre o outro. Assim, em nosso trabalho, o guizo, o vento, a trepidação, o colega, os gritos no jogo do queimado, tudo isso conta se quisermos tomar a cegueira como um coletivo, a cegueira como algo que se passa numa interface que conecta o corpo com os mais diversos e heterogêneos *actantes*. Por essa via, é certo que há um vetor de risco e indeterminação nas nossas intervenções – se de fato elas são proposições refeitas por outros, elas derivam, variam na medida em que são retomadas por outros. Não nos parece razoável economizar este risco, ele é inerente ao pesquisar com.

De outro lado, afirmamos que o pesquisador é, ele também, transformado, modificado pelo dispositivo. Em suma, a intervenção em psicologia é um processo que afeta reciprocamente o pesquisador e o pesquisado. Intervenção local, parcial, situada. O que pretendemos com a história narrada neste texto? Pretendemos fazer a diferença, interferir

no sentido de ampliar os *actantes* que produzem efeitos e fazem variar a deficiência visual. A partir do privilégio da perspectiva parcial, pretendemos interferir no campo da deficiência visual, fazendo contar mais e mais *actantes* em seu domínio. À pergunta: quem conta ou deveria contar no cenário da deficiência visual? Respondemos: o guizo, a bola, o colega, o corpo, as trepidações, o vento. Local demais? Talvez. Mas de onde mais poderíamos falar se tomamos como fio condutor de nossas intervenções nos interessarmos pelo que interessa ao outro?

Com este texto e com a pequena história aqui narrada talvez façamos alguma diferença no campo específico da psicologia, um campo que é ainda muitas vezes marcado por uma ambição universalista, homogeneizante, cientificista. Uma ambição de produzir conhecimentos universais, generalizáveis, conhecimentos que, aos nossos olhos, parecem falar de lugar nenhum, sobre ninguém.

Ao contrário disso, com este texto e com a narrativa que aqui apresentamos, queremos interferir ainda no ambiente acadêmico, para que nele contem outros *actantes*, esses que existem e falam de lugares específicos. Pretendemos também ampliar o campo de ação da psicologia, reconhecer que nele cabem múltiplos e diversos *actantes*. Fazer uma psicologia em ação que não tome mais o homem como centro de suas preocupações, que não delimite o seu objeto de estudo desconectando-o dos seus modos de agir e de existir. Uma psicologia, em suma, que ao invés de isolar variáveis, busca conexões complexas que articulam humanos a não-humanos e que performam múltiplas realidades.

Ao final deste artigo, lembramos de duas importantes considerações: uma de Arlequim, outra de Despret (2004). Meses após a polêmica do queimado ter ocorrido, comentamos com Arlequim que iríamos escrever um trabalho sobre isso e que iríamos a um congresso apresentar este texto. Arlequim tinha muitas perguntas a fazer sobre isso, quis saber o que era um congresso, o que as pessoas faziam num congresso, quem estaria ouvindo essa história.

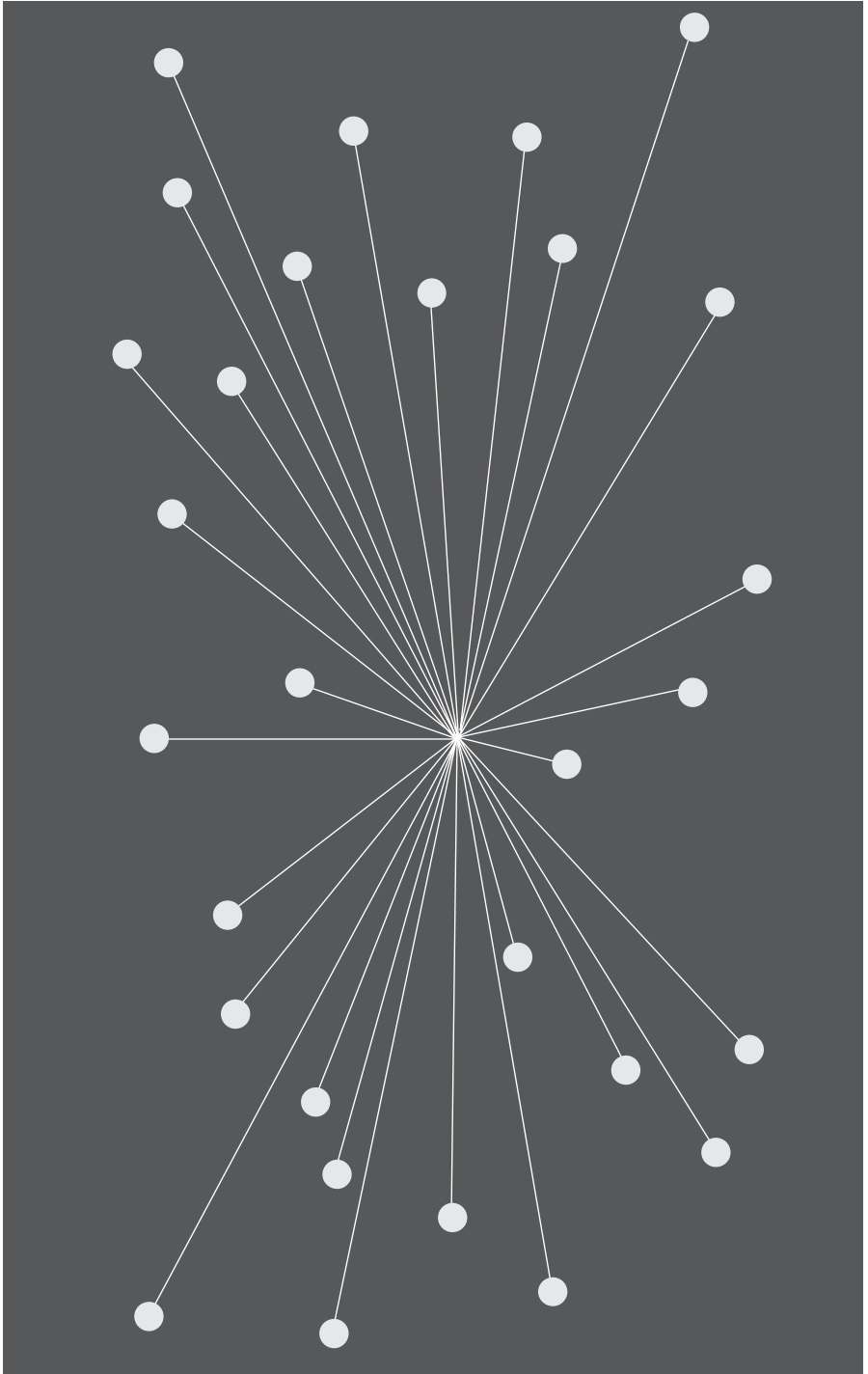
E, depois de ouvir atentamente as nossas respostas, comenta: um dia quero estar com vocês num congresso!

Afetados e movidos pela história que narramos, finalizamos este texto lembrando as palavras de Despret, que são para nós como um sinal de alerta, aquilo que aponta para um caminho que definitivamente não é aquele que nos orienta.

Des-apaixonar o conhecimento não nos dá um mundo mais objetivo, apenas nos dá um mundo sem nós; e, conseqüentemente, sem eles – as linhas são traçadas com muita rapidez. E, porquanto este mundo apareça como um mundo com o qual não nos importamos, ele também se torna um mundo empobrecido, um mundo de mentes sem corpos, de corpos sem mentes, corpos sem corações, expectativas, interesses, um mundo de autómatos entusiastas observando criaturas estranhas e mudas; em outras palavras, um mundo fracamente articulado (e fracamente articulador). (Despret, 2004, p.131)

Referências bibliográficas:

- HARAWAY, D. (1998). "The persistence of vision". In: Mirzoeff, N. (org). *The visual culture reader*. London: Routledge.
- DESPRET, V. (2004). "The body we care for". *Body and Society*. Vol. 10 (2-3), 111-134.
- LATOUR, B. (1999). *How to talk about the body?* Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/>
- MARTINS, B. (2006). *E se eu fosse cego? Narrativas silenciadas da deficiência*. Portugal: Afrontamento.
- LAW, J. (1999). *Political philosophy and disabled specificities*. Disponível em: <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/soc026jl.html> ou <http://www.lancs.ac.uk/fass/sociology/papers/law-political-philosophy-and-disabilities.pdf>
- MOL, A. (2002). *The body multiple: ontology in medical practice*. USA: Duke University Press.
- MOL, A.; LAW, J. (2003). *Embodied action, enacted bodies*. Disponível em: <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Mol-Law-Embodied-Action.pdf>
- OLIVER, M. (1996). *Understanding disability: from theory to practice*. USA: St. Martins Press, Scholarly and Reference Division.
- SERRES, M. (2004) *Variações sobre o corpo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. (2001). *Os cinco Sentidos. filosofia dos corpos misturados*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil.
- _____. (1993). *Filosofia mestiça*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.





PARTE **2**
Tecendo Redes

Os autores dos capítulos que compõem a próxima seção são ex-alunos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Os textos, em sua maioria, se baseiam nas dissertações e teses defendidas sob minha orientação na linha de pesquisa do curso “História, Imaginário Social, Cultura”, no âmbito do projeto de pesquisa que coordeno intitulado “Psicologia e Construtivismo”. Este surgiu em 1999, no momento em que submeti ao Programa Prociência¹ da UERJ um projeto de pesquisa intitulado “Investigações em torno do objeto da psicologia”. Integrando alunos da graduação e pós-graduação, formou-se um grupo com a proposta de investigar como a psicologia contemporânea, herdeira da filosofia metafísica ocidental, resistia ao impacto das análises críticas do pensamento pós-metafísico. A partir do contato com outras leituras, que conjugavam filosofia, ciências sociais e psicologia, a problemática foi aos poucos adquirindo novos contornos, até que, em 2003, o projeto foi reformulado, vigorando ainda hoje com o nome de “Psicologia e Construtivismo”. Penso ser importante colocar, de forma sucinta, algumas das motivações acadêmicas que norteiam o referido grupo de pesquisa e o porquê da presença da Teoria Ator-Rede como um parâmetro conceitual em sua elaboração.

Já comentei, nesta edição (ver capítulo 1 da primeira parte), a observação de Law & Urry (2004), de que as ciências sociais operam predominantemente com referenciais teóricos e metodológicos do século XIX. Num texto dedicado a repensar a metodologia das ciências sociais, Law (2004) retoma este argumento numa forma ligeiramente modificada. Segundo ele, o senso-comum dos

¹ Programa de dedicação exclusiva criado em 1995 pela Sub-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa para fixar o professor-pesquisador na universidade e estimular a qualidade na produção científica.

moradores do mundo ocidental adota o que ele chama de “metafísica euro-americana”. Assume-se, sem grandes questionamentos, que a realidade é independente e anterior a nossas ações e percepções, constituída de relações claras e definidas e povoada de objetos singulares que permanecem os mesmos, seja qual for o lugar de sua percepção. Law argumenta que tais assunções, no decorrer da história das ciências, foram a base para a produção de um conhecimento indiscutivelmente válido, mas esta não seria a única realidade a ser considerada. Realidades poderiam não ser anteriores e independentes, com objetos definidos e singulares – isto implicaria em assumir a não existência de uma realidade última: outras práticas fariam existir múltiplas realidades a serem investigadas por metodologias não convencionais de pesquisa. Este argumento permite introduzir com precisão a linha de investigação que atravessa o grupo de pesquisa que coordeno. Poder-se-ia afirmar, sem erro, que a psicologia moderna assume a metafísica descrita por Law. Falamos predominantemente como se existisse um indivíduo numa sociedade “lá”, com uma estrutura definida e clara, composta de inúmeros atributos (por exemplo: mente, consciência, cognição, emoção) que se apresentam constituídos, sem que nos preocupe seu processo de construção. É nesse sentido que sempre busquei colocar a seguinte pergunta: seria possível pensar a psicologia a partir de questões contemporâneas? Pensá-la a partir de práticas que assumissem múltiplas realidades a serem investigadas por metodologias não convencionais?

Daí a opção em buscar uma versão não moderna da psicologia. No grupo de trabalho, a Teoria Ator-Rede surgiu como um espaço conceitual em que se tornou possível escapar ao abismo estabelecido entre um mundo de fatos criados nos laboratórios de psicologia experimental e as instâncias socioculturais estudadas pela psicologia social. Torna-se viável pensar um vínculo entre um ator e seu coletivo, sem as armadilhas da clássica relação indivíduo-sociedade; passa a ser possível a proposta de uma

subjetividade pensada a partir de uma rede de articulações, longe da dicotomia tradicional do subjetivo *versus* objetivo, entre outros exemplos. Termos usualmente distantes da psicologia passam a ganhar sentido a partir deste ponto de vista: numa abordagem pragmática da psicologia, nos abrimos para a multiplicidade, a heterogeneidade, a imprevisibilidade, a não determinação dos processos psicológicos, a ambiguidade de realidades construídas, sem, no entanto, abrir mão de uma seriedade metodológica.

Cabe ressaltar que a grande maioria dos autores da TAR (com exceção talvez de Vinciane Despret) não tem formação em psicologia. Os trabalhos desta seção, ao buscar uma tradução dos argumentos da TAR para a nossa disciplina, numa iniciativa promissora e sem dúvida inovadora (pelo menos no Brasil), configuram produções ainda incipientes nesse campo. Eles são, portanto, *experimentais* no sentido de incorporar à prática da pesquisa um instrumental metodológico original para formulação de problemas interessantes em psicologia social.

Voando com a pipa: esboço para uma psicologia social do brinquedo

Maria de Fátima Aranha de Queiroz e Melo

Como trazer os brinquedos para o estatuto de itens pesquisáveis nas Ciências Sociais? Foi esta a pergunta que nos provocou a desenvolver nosso trabalho de pesquisa em torno de um objeto lúdico absolutamente surpreendente, ao mesmo tempo, pela sua antiguidade e pela sua sobrevivência nos dias de hoje, apesar de todas as apostas sobre a sua extinção. Por que sobreviveria, na era das tecnologias digitais, um objeto cujas origens se situam por volta de 2.500 a.C.? Um verdadeiro “dinossauro dos brinquedos”, diriam alguns, que se metamorfoseou, assumindo traduções tão surpreendentes que o deixaram em condições privilegiadas para ainda mobilizar multidões.

A importância do brinquedo tem sido estudada por vários teóricos com os quais buscamos interlocuções: a abordagem sócio-histórica inaugurada por Vygotsky (1984) que preconiza os instrumentos ou artefatos como mediadores da relação homem-mundo e entende a brincadeira e o brinquedo como fazendo parte de uma *zona de construção*¹ que permite a transição das

1 Este conceito de Newman, Griffin e Cole (1989) amplia o entendimento do conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal, postulado por Vygotsky. Em sua versão primeira, a ZDP pressupunha, nas trocas sociais, uma situação de aprendizagem em que os companheiros mais experientes serviam de alavanca às aprendizagens realizadas por aqueles com menor nível de desenvolvimento, construindo-se uma zona de transição em que as capacidades dos segundos ficariam potencializadas pela ação dos primeiros. Na Zona de Construção, as aprendizagens podem emergir em qualquer idade, num movimento de ação recíproca em que todas as partes se transformam, dando-nos a possibilidade de fazer a inclusão das associações com outros elementos não só humanos, quando falamos de mediações, assim como de fazer um entendimento da ZDP numa perspectiva mais simétrica.

aprendizagens para níveis de desenvolvimento mais elaborados; a teoria crítica de Walter Benjamin (1984), quando toma os brinquedos como produtos secundários das indústrias manufatureiras, objetos impregnados de cultura recebidos do mundo adulto, resíduos dos afazeres e rituais da vida cotidiana com inspiração nas atividades de sobrevivência; a historiografia de Phillipe Ariès (1981) com a ideia de que brinquedos e brincadeiras teriam pertencido antes ao mundo dos adultos enquanto ritos e objetos sacralizados que sobreviveram no imaginário infantil em sua versão toscamente imitada e miniaturizada.

Pudemos verificar que muitas das abordagens sobre o brinquedo estão referenciadas na visão que o adulto tem sobre a criança e, conseqüentemente, sobre o brinquedo e sobre a atividade lúdica infantil, uma vez que esta última é retratada como uma reprodução de práticas já existentes, nem sempre deixando espaço à invenção e à novidade. Entendemos também que, a partir dos teóricos citados acima, o brinquedo e as práticas lúdicas são pensados sob um arcabouço de análise restrito à ação centrada nos humanos. O diferencial da nossa proposta é o fato de conferimos aos nossos objetos o papel de mediadores e não de simples intermediários, capazes de eliciar novas articulações, levando em conta os efeitos produzidos pela sua materialidade, numa simetria entre humanos e não-humanos², sempre buscada num estudo em que os atores estão articulados em redes de elementos heterogêneos.

Para pensar nos objetos, não só como indicadores das formas de organização humana, mas como multiplicadores de nossas possibilidades, inspiramo-nos nas ideias de Bruno Latour. Foi este autor que nos ofereceu, com suas reflexões, farto material para propor um novo papel para os objetos nas interações entre os humanos, assim

2 Os não-humanos (Latour, 2001) compõem os coletivos com os humanos, tendo a potencialidade de se revelarem *actantes*, ou seja, de exercerem ou sofrerem algum tipo de ação, participando de um processo. É tudo que, não sendo humano, joga a favor da construção da nossa humanidade.

como para percebê-los imbricados numa história tecida conjuntamente com a nossa. Como qualquer outro artefato humano, o brinquedo é produto e produtor de histórias que nos incitam à descoberta, à invenção e à negociação, por envolver pessoas e materiais na sua concepção, na sua feitura e no seu uso. Esboçar uma Psicologia Social do Brinquedo nos convida a pensar sobre um artefato cuja fabricação faz parte de inúmeras cadeias de eventos em que os humanos têm trocado propriedades com os não-humanos, plasmando nos materiais a possibilidade de escapar do imediatismo do aqui e agora.

A contribuição de Pierre Levy (1996) nos possibilita um paralelo com as ideias de Latour. Para Levy, a técnica surge através da virtualização³ não só das ações, mas também dos corpos e das coisas. O martelo, o arado, o barco à vela, a roda, qualquer objeto fabricado pelo homem atende a um movimento de virtualização que torna perene e compartilhável aquilo que se deu no âmbito do aqui, agora e feito por um. Levy (op. cit.) coloca o objeto como catalisador de inteligência coletiva, algo que seria desconhecido dos animais. Segundo ele, os mamíferos superiores de quem descendemos conheceriam, no máximo, *presas*, que funcionariam como proto-objetos, operadores primitivos de socialização. Nas relações estabelecidas entre humanos, o objeto estaria presente, induzindo-as ou regulando-as. Cada objeto nos reportaria a um tempo e a um espaço que já não estão ali, senão em vestígios, numa linguagem muda que fala à sensibilidade de seus possíveis interlocutores.

Levy (op. cit.) toma um brinquedo – a bola – para ilustrar esta ideia de objeto que funciona como um catalisador das relações sociais e como um indutor de estratégias coletivas, cumprindo com o que chamou de função de hominização. Na condição de ferramenta, material ou artefato, a bola passa de mão em mão durante

3 A virtualização, para Levy (1996), é a dinâmica de descobrir as características generalizantes de alguma coisa, de transformá-la, reinventá-la, problematizá-la na busca de uma solução.

as atividades coletivas, agindo como um operador de socialização. Indutores de usos comuns, os objetos são veículos das competências sociais, *mensageiros da memória coletiva, catalisadores de cooperação*, implicando os homens entre si, ao mesmo tempo em que os conectam com o mundo físico. No nosso entender, a concepção do objeto em Levy é bastante próxima ao papel de mediador desempenhado pelos objetos enquanto resultados das redes sociotécnicas⁴ defendidas por Latour.

Em trabalhos recentes, verificamos que Bauer (2003), diante do advento das novas tecnologias, discute a necessidade de buscarmos uma Psicologia Social das coisas concretas que, em sua criação, em sua feitura, em seus usos e trocas, interferem na forma como vivem as pessoas num mundo em que a sua sobrevivência depende da utilização de técnicas e objetos. Sob a mesma lógica, Domenech, Iñiguez e Tirado (2003) reivindicam, para as disciplinas das Ciências Sociais, a necessidade de uma teoria das coisas concretas cujo estudo tem sido negligenciado em prol do estudo de uma dimensão simbólica e linguística das produções sociais. Para estes autores, existe uma cultura material que também joga na constituição e manutenção das identidades sociais, configurando o que Sánchez-Criado (2008) chama de ecologias sociotécnicas, emergentes de articulações onde é impossível ignorar o fato de que a natureza humana não é estável nem dada *a priori*. Esta sempre careceria de redefinições a partir das densas redes formadas nas relações que humanos travam com os diversos elementos do meio, com os modos de operar e fazer, com as máquinas e as tecnologias, com os animais, entre outros elementos que aqui chamamos de não-humanos.

4 O adjetivo sociotécnico, à luz das ideias de Latour (1994b, 2001) aponta para um fenômeno de hibridação, ou seja, para um social que não pode ser concebido sem a sua dimensão dos fazeres técnicos e para uma técnica que não é ascética nem pura, pois sempre nos remete aos grupos sociais que a engendraram.

Um novo papel para os objetos: uma simetria a ser explorada

Latour (1994b) propõe a introdução dos objetos no campo de investigação das ciências humanas por considerá-los inseparáveis do tecido social do qual fazem parte, havendo, segundo este autor (2001), uma simetria a ser explorada entre os humanos e os objetos: os humanos criam objetos interferindo diretamente sobre eles, mas estes objetos também interferem nas formas de viver, de ser e estar no mundo dos homens. Nossas vidas não transcorrem isoladamente da ação que os objetos exercem sobre nós, ocorrendo parcerias em que humanos e não-humanos tornam-se híbridos sociotécnicos, misturando as qualidades do mundo mental dos humanos e do mundo físico das coisas.

Com a grande cisão feita pelo pensamento moderno⁵, em que as coisas ficaram no domínio das ciências exatas e as relações sociais, de outro lado, passaram a ser objeto de estudo das ciências humanas, os objetos só podiam, até então, aparecer de três modos: 1. Como ferramenta fiel, só lhe cabendo transmitir uma intenção social para perpetuar uma ação, há muito praticada, sem acrescentar nem retirar nada dela, agindo à semelhança de um escravo; 2. Como infraestrutura que oferece uma base sobre a qual as relações sociais se desenvolvem, conduzindo-as, fixando-as, normatizando-as, agindo à semelhança de um chefe; 3. Como uma tela de projeção para refletir o social, significando e transportando signos. Tendo apenas essas três funções, os objetos permaneciam invisíveis, sendo impossível engajá-los engenhosamente na construção do que chamamos sociedade⁶. Partindo desta constatação, Latour (1994c, 1999) vai além, atribuindo aos objetos o papel de fazer muito mais do que apenas desempenhar essas três funções.

⁵ Ver Latour (1994a).

⁶ Sociedade, para Latour (2000, 2001), aparece como resultado parcial de uma série de associações entre humanos e não-humanos que se estabilizaram provisoriamente. Não é vista como causa de nada, mas como consequência.

As ciências humanas, na lógica moderna, foram moldadas para resistir ao objeto, passível de estudo apenas pelas ciências naturais. Nas análises sociais, por outro lado, o objeto aparece com uma conotação nem sempre positiva: mercadorias, bens de consumo, máquinas, objetos de arte, sempre como fetiches ou telas nas quais nos projetamos, tornadas mais potentes do que são de fato, constituindo-se em alvo que precisamos combater. Tem sido comum encontrarmos pontos de vista que demonizam as técnicas, colocando-as como estranhas e nocivas ao homem: máquinas que escravizam, técnicas que condicionam, objetos que dão poder porque fetichizados. Nas sociotécnicas, segundo Latour (2001), há uma ação compartilhada entre humanos e não-humanos que, desde sempre, trocaram propriedades nas práticas sociais – ou sociotécnicas: “do que se aprendeu de não-humanos e se transferiu para a esfera social e do que se ensaiou na esfera social e se re-exportou para os não-humanos” (*ibidem*, p. 243). A matéria, os não-humanos, os objetos como produtos sociotécnicos são constantemente recrutados e socializados nas relações estabelecidas entre humanos, trazendo sempre algo de imprevisível para refazer essas interações, diferentemente do que ocorre entre os outros primatas: estes constroem “socialmente” sua sociedade porque não dispõem de artefatos. A ação técnica é o que nos permite mobilizar, pela delegação a não-humanos, ações que foram executadas anteriormente e distantemente. Por essa delegação, tornamos o passado presente, escapamos do imediatismo das relações e nos diferenciamos das outras espécies de animais. Verifica-se que, nas interações⁷ entre primatas, dificilmente há objetos, ocorrendo diferentemente entre humanos, em que é quase impossível não encontrarmos o apelo a uma técnica: o quadro que envolve essas relações está sempre constituído de atores híbridos que ajudam a cenzar as relações, permitindo que estas durem para além do tempo

7 Para Latour (1994b), a interação deve ser entendida como uma ação que se divide entre *actantes* dispersos em vários quadros espaciais e temporais. Trata-se de uma “inter” ação que se opera entre elementos heterogêneos e díspares, não só entre humanos.

presente e dos nossos corpos, traduzidas numa outra matéria a quem delegamos o poder de promover efeitos à distância, o que, segundo Latour, seria completamente impossível a um babuíno ou a um chimpanzé. São os inúmeros objetos ausentes entre os macacos e onipresentes entre os humanos que dão durabilidade e solidez às interações. São os objetos que acrescentam um “não sei o quê” (Latour, 1994c, p. 3) às relações diferenciadas que os humanos estabelecem, quando os comparamos aos primatas. O conceito de mediação em Latour (1994b) remete à ideia de *meio* de onde deve partir toda a análise sociológica, pois se trata de um ponto médio em que a ação de localizar e globalizar se encontra como um operador que desloca e dispersa as interações, dando simetria a humanos e não-humanos, na emergência da novidade. Mediar é interferir, é fazer a diferença na produção de um efeito, e não se trata de uma ação exclusiva dos humanos. Nenhum homem pode ser tão capaz e poderoso na produção de qualquer coisa sem entrar em negociação com elementos não-humanos. Alguma coisa acontece que não é o simples transporte de força, nem a simples projeção de uma ideia sobre os materiais. Ao agir, estamos sujeitos à surpresa de nossa ação, somos ultrapassados por aquilo que fabricamos, pois estaremos dividindo esta ação com outros *actantes*⁸.

Como diferença marcante nesta abordagem, temos o fato de que os objetos ganham outro *status*, não sendo mais simples próteses do humano. Podemos dizer que eles multiplicam nossas possibilidades, pois, além de cumprir com as funções já conhecidas, são capazes de nos oferecer esquemas de ação inéditos, nunca antes experimentados. Latour (1999) toma de empréstimo a Stanley Gibson a noção de *promissão*⁹ para aplicá-la aos objetos, opondo-a a ideia de prótese. Os objetos não podem ser encerrados na função de apenas prolongar um órgão humano, pois eles abrem um fluxo de possibilidades não imaginadas em qualquer interação, como verdadeiros

8 Originária da semiótica, a palavra *actante* “permite ampliar a questão social a todos os seres que interagem numa associação e que intercambiam suas propriedades” (Latour, 1994c, nota n.24).

9 Palavra que mistura promessa e permissão.

mediadores, deslocando, traduzindo e até mudando nossas intenções iniciais.

A negociação de humanos e não-humanos para a fabricação de artefatos é o dado primeiro que atesta a nossa humanidade, se imaginarmos a mais rudimentar das relações. Em seguida e por intermédio de inscrições¹⁰, feitas com o auxílio de artefatos, torna-se possível o surgimento da capacidade de simbolizar. Os símbolos, na visão deste autor (1994b), viriam depois, quando os humanos tivessem desenvolvido uma capacidade cognitiva mais elaborada e estável, resultantes das múltiplas totalizações realizadas nas suas interações enquadradas e após as incansáveis inscrições que permitiram ao homem organizar as situações da vida diária. Para construir a sua humanidade e a sua sobrevivência, o homem precisa negociar com outros elementos.

Uma psicologia social do brinquedo viabilizada por um Estudo Ator-Rede

Os Estudos Ator-Rede estão inspirados numa concepção que torna possível estudar novas associações sempre imprevistas e cada vez mais frequentes: micro-organismos, inovações técnicas, catástrofes naturais, efeitos que emergem de redes compostas de *actantes* muito diversos. Em Latour (2006), encontramos “Estudo Ator-Rede” como expressão para designar o tipo de investigação que cartografa as situações de um social não mais tido como anterior às relações estabelecidas entre os atores, mas definido como algo em constante modificação, fato que vem quebrar as certezas sobre a composição do mundo em que habitamos. Para o autor (*ibidem*), um mundo em constante mudança exige outros métodos de investigação que possam dar conta de campos ainda não explorados, de exigências que se tornam urgentes para as ciências humanas, pela exploração

10 Inscrições são registros que possibilitam transportar, conservar, combinar e recombinar traços da realidade mobilizada. Todo o conhecimento produzido (plasmado em textos, imagens, dados), seria fruto deste trabalho de mobilização e transporte de inscrições (Latour, 1985, 1997, 2000).

de novos domínios que podem passar pela tecnologia, pela saúde, pelos mercados, pelas artes, pela religião ou pela lei, estabelecendo-se elos onde antes apenas estavam disciplinas isoladas umas das outras. A Teoria Ator-Rede proporciona uma forma alternativa para a prática das ciências, podendo ser uma ferramenta útil para redimensionar campos de estudo tradicionalmente limitados. Uma Sociologia Ator-Rede ou uma Psicologia Ator-Rede, levando em conta o estudo dos objetos como mediadores e não mais como intermediários, são algumas das propostas que podem trazer contribuições inéditas. Entendemos que é através de um Estudo Ator-Rede que se torna viável uma Psicologia Social do Brinquedo, pela ultrapassagem das barreiras disciplinares e pelo abandono da divisão artificial entre as dimensões social e técnica.

Para a Antropologia Simétrica defendida por Latour e Callon (Dosse, 2003), a historicidade não é um atributo exclusivo do homem. Outras entidades que participam dos coletivos compõem uma história conjunta num jogo de associações que se fazem e desfazem sob a lógica do acaso, da bricolagem, da mutação e da desordem (Serres, *apud* Latour, 1997). Nesta história, cada objeto pode ser tomado dentro do que Latour (1999) chama de série paradigmática¹¹, assim como podemos imaginá-lo também sob o foco de uma série sintagmática¹². A pipa¹³, brinquedo que elegemos

12 Entendemos que a palavra paradigmática é usada, neste caso, para qualificar um eixo de análise no qual as formas de um protótipo servem de modelo para os demais objetos de um mesmo grupo, ao longo do tempo (Dicionário da Enciclopédia Mirador, 1975, p. 1277).

12 Por sintagmático entendemos o eixo no qual podemos perceber, no presente, como se dá a utilização de um determinado objeto com todos os desdobramentos que podem emergir numa interação sociotécnica (adaptação feita a partir do Dicionário da Enciclopédia Mirador, 1975).

13 No Dicionário da Enciclopédia Mirador, define-se pipa como “uma espécie de papagaio de papel. O papagaio, por sua vez, é o nome comum dado às várias formas de um brinquedo de crianças que consiste numa armação leve feita de varetas e forrada com papel; destina-se a ser mantido no ar, contra o vento, por meio de um fio longo. Uma longa tira, o rabo, pendendo-lhe do vértice inferior, assegura-lhe relativa estabilidade” (p. 1272).

para estudo, tal como no caso de outros objetos, faz parte de uma longa série paradigmática que atualiza o primeiro esforço que fez o homem para voar. Através de todos os objetos criados a partir dela, dotados de uma variedade de formas que combinam e recombinaem vários elementos, a pipa primitiva se metamorfoseia, dando origem a outros artefatos voadores que serviram de base para uma série de descobertas científicas. Ilustrando a ideia de que “as técnicas suscitam em torno delas um turbilhão de mundos novos” (1999, p. 2), Latour lembra a cena do filme *2001, Uma odisséia no espaço* de Stanley Kubrick em que um releo osso, utilizado como instrumento por um macaco antropeide, é lançado para o alto e, através de múltiplas piruetas, chega a transformar-se numa estação espacial do futuro. Podemos imaginar, da mesma forma, como as pipas planas¹⁴, as pipas caixa¹⁵ ou do tipo parafólio¹⁶ tiveram como herdeiros os aeroplanos, os teco-tecos, os aviões movidos a hélice, os jatos, os aviões supersônicos, os mísseis e toda uma série interminável de objetos voadores, como se pode constatar nas páginas da história da aviação. O ingênuo balão, parente da pipa, pode ser visto numa série paradigmática que tem o satélite artificial como elemento mais recente de sua evolução, sempre superável pela última descoberta científico-tecnológica. Numa série sintagmática, a pipa também desempenha papéis nas ações com ela desenvolvidas: nas mãos de quem a constrói e/ou empina, promove aprendizagens variadas sobre os materiais a serem usados na sua construção. Entram em jogo a geometria de suas formas, a força e a direção dos ventos propícios a fazê-la subir, o manejo da linha, a sutileza dos movimentos desenvolvidos para provocar determinados efeitos no ar, a composição do cerol para tornar a linha mais cortante, as formas de guerrear com outras pipas e pipeiros, de tolerar a frustração de perder o objeto numa disputa, ou de aceitar a incapacidade de construí-la e de fazê-la subir adequadamente.

14 Cujá vela ou armação é plana.

15 Que têm o formato de caixa, são tridimensionais.

16 Que têm a forma assemelhada à estrutura de um paraquedas.

Latour (2000, p. 152) fala dos objetos banais em nosso cotidiano como “caixas-pretas”¹⁷ cuja função é óbvia e não desperta nenhum tipo de dificuldade ou estranhamento. O exercício de abrir as “caixas pretas” pode ser desenvolvido para qualquer objeto/técnica que nos rodeia, constituindo-se em uma chave para a análise de nossa própria humanidade, pois haverá uma história para contar que será a nossa própria história; a concretude do objeto em questão será a de um híbrido que terá, na sua fabricação, as propriedades de não-humanos emaranhadas com as nossas propriedades, sendo matéria extraída, recombinação e socializada com as capacidades mentais dos humanos; sua presença, obscurecida pela sua obviedade, carregará uma ação delegada por nós no tempo e no espaço, podendo significar um convite, uma permissão, uma interdição, possibilidades diversas desenvolvidas a partir de materiais vários cujo resultado em nada se assemelha à nossa imagem, nem à matéria bruta de que são feitos.

A ideia de um Estudo Ator-Rede voltado para os objetos implica em seguir os atores quando eles deixam rastros através das coisas. Sendo-lhes atribuído um novo papel, os objetos introduzem diferenças nas situações, acrescentando durabilidade às competências sociais. É por causa da ligação com os humanos que os objetos saem da condição de intermediários e tornam-se mediadores ao longo de qualquer ação em curso. Assim, segundo Latour (2006), é preciso buscar estratégias para fazer falar os objetos. É especialmente através do estudo das inovações e das controvérsias travadas em torno deles que poderemos observar por mais tempo o lugar privilegiado que ocuparam/ocupam nas interações, mantendo-se no papel de mediadores visíveis. Relacionar dados sobre um objeto que protagoniza as interações junto

17 Caixas pretas, segundo Latour, são “fatos inegáveis”, “máquinas altamente sofisticadas”, “teorias eficazes”, “provas irrefutáveis”, enfim, tudo aquilo que é dado como certo, pronto, usado por todos, “ponto de passagem obrigatória” cuja força e solidez apontam para uma grande quantidade de associações que mantêm coesa uma multidão de aliados, com a expectativa de operar bons efeitos (Latour, 2000, p. 230).

com os humanos pode nos informar sobre a influência exercida nas redes às quais pertence ou pertenceu, antes de tornar-se invisível pelo hábito ou pela obsolescência.

Quanto à pipa, tentamos acompanhar a controvérsia em torno de sua extinção, assim como tentamos seguir as marcas de seu traçado ao longo da história, desde as suas incertas origens, através das lendas que a cercam ou do deslocamento pelos lugares em que foi assumindo traduções singulares. Para tanto, lançamos mão daquilo que pudemos encontrar nos livros, mas não nos omitimos de seguir os eventos em que este brinquedo figurava como protagonista, durante as temporadas, nos festivais do papagaio promovidos pela CEMIG¹⁸, ou nas brincadeiras flagradas nas ruas e esquinas.

Num breve movimento de mapear suas conexões, encontramos a pipa relacionada com várias histórias: com a história das civilizações, desde a sua invenção em tempos distantes; com a proto-história da aviação e das técnicas ligadas ao trabalho dos engenheiros (a matemática e a física); com a história dos usos e costumes dos povos – com o folclore, portanto; com a história das ideias e crenças religiosas, pois encerra todo um simbolismo de voo que tem a sua marca nas aspirações da humanidade pela ascensão e transcendência. Verificamos que a pipa se deslocou por essas redes, passando de objeto sagrado de rituais ancestrais a um objeto de usos e costumes sociais de grupos humanos em diferentes áreas do planeta, tendo um papel importante no Ocidente como objeto sociotécnico ligado à proto-história das conquistas do espaço aéreo pelo homem. Chega, contemporaneamente, à condição de brinquedo, ou de engenho, capaz de dar propulsão a algumas práticas esportivas, numa rede que se diferenciou das demais. Tal como no caso da máquina de briquetes narrado por Law (1997), a pipa não se deslocou/transferiu de um ponto a outro do globo, mas antes, passou por um movimento de tradução nas várias redes percorridas, fenômeno que foi conferindo-lhe diferentes versões em função do papel desempenhado em cada um dos coletivos que pôde compor.

18 Companhia Energética de Minas Gerais.

Neste estudo, constatamos que as inúmeras traduções por que tem passado a pipa também ocorrem a outros brinquedos e jogos ditos tradicionais. Há um padrão que se mantém minimamente estável, permitindo-nos reconhecer o brinquedo/jogo, assim como há mudanças que vão ocorrendo nos ambientes em que são encontrados, assumindo novas feições, de acordo com a cultura, com os grupos de brincantes, com a geografia e as condições materiais do lugar e com as conexões que vai estabelecendo. Ao passar de mão em mão, o jogo/brinquedo é traduzido e passa a ter uma autoria coletiva, indo de um enunciado local a outro de implicações gerais e vice-versa. Verificamos que a dinâmica do universal e do particular se atualiza não como uma oposição, mas como um movimento de mestiçagem em que o universal assume o contorno de um contexto específico e o local se conecta com suas versões tornadas “universais”: como se o específico fosse uma dobra do geral, como se o universal pudesse se desdobrar em muitos particulares.

As distâncias que têm separado uma versão de pipa de outra não têm sido suficientes para causar o estranhamento daqueles que dela fazem uso. Em qualquer versão, a pipa será reconhecida como uma armação revestida por material que faz resistência ao vento e que pode ser lançada ao ar presa por um fio. Como objeto voador que se presta a associar humanos e não-humanos na tarefa de elevar-se aos ares, apresenta uma enorme variedade de versões: nos tamanhos, formas e denominações que assume, nos materiais empregados para a construção de sua “vela” (seda, algodão, papel, plástico, nylon) e da sua estrutura (bambu, vime, fibra de carbono...). Em composição com outras sociotécnicas, a pipa tem inspirado inúmeras construções científicas: para a elevação de termômetros e antenas, na invenção do para-raios, compondo as asas dos primeiros aviões, entre outras. Classificada como uma brincadeira tradicional e de rua, a pipa é sustentada por redes que a mantêm à revelia de todas as apostas em sua extinção. Um objeto datado de milênios, hoje é tido como proeminentemente lúdico, conservando

em aberto a controvérsia sobre a sua sobrevivência no mundo contemporâneo.

O modelo de redes recupera uma margem de manobras sem que tenhamos que escolher entre o nível local e o nível global, permitindo pensar uma entidade global altamente conectada que permanece sempre local. Pensemos no exemplo da pipa mobilizando interações entre brincantes de uma cidade do interior do Brasil. Os meninos brincam nas ruas com seus pares e seus brinquedos numa interação que poderíamos tomar por local. Nesta mesma cena, mobilizados pela pipa, observamos, em ação: uma tecnologia milenar que se deslocou desde o Oriente até o Ocidente, vários humanos de diferentes idades disputando entre si as destrezas e a posse do objeto, policiais fazendo a ronda em seu Tático Móvel para coibir a utilização do cerol na linha das pipas que podem atingir um motoqueiro ou causar acidentes com a fiação elétrica... Enfim, há toda uma quantidade de *actantes* produzindo os mais inesperados efeitos. A partir desse mesmo evento, é possível que um menino sofra um acidente fatal, ao tentar puxar a linha de uma pipa presa num fio de alta tensão, tornando-se assunto de destaque na reportagem de um telejornal veiculado em cadeia nacional, ao que se segue a necessidade de empreender campanhas para conter o uso do cerol, lideradas, em sua grande parte, pelas companhias de energia elétrica que se mobilizam, divulgando, uma vez mais, as normas de segurança para soltar o tão amado papagaio. É desta forma que uma escala muito mais ampla é configurada, uma vez que se estabeleceram muito mais associações, ficando o acontecimento, portanto, passível de se situar numa escala macro. Resgatar a pipa presa num cabo de alta tensão pode produzir um “apagão”, como é possível acontecer nos meses da temporada, fazendo saltar uma interação local entre meninos que tentam se divertir nas suas folgas a algo que pode interferir na vida de toda uma cidade. Em sentido inverso, o salto súbito do macro ao micro pode ser observado quando um festival de pipas é organizado numa comunidade restrita e, em dado momento, alguns de seus participantes trazem,

em conversas, a lembrança de uma reportagem que viram na TV, ocorrida em um lugar do outro lado do globo, mostrando acontecimento semelhante realizado em torno do papagaio: eles deslocaram para um contexto micro uma escala macro do fenômeno vivido, conectando-se à experiência de outros que elegeram o mesmo brinquedo, apesar das diferenças que cada um dos objetos, no seu respectivo contexto, foi capaz de apresentar. Não nos cabendo definir previamente em qual escala observaremos o evento, o elo que une essas cenas, às quais poderíamos atribuir uma dimensão local ou global, está nos objetos que receberam a delegação para perenizar, no tempo e no espaço, uma ação que aproxima atores tão distantes. Tentamos, desta forma, trabalhar na tensão que o modelo das redes nos oferece: centralizando – pelo exame do que parece ser regular e semelhante na comparação com outras práticas – e descentralizando – naquilo que a pipa oferece como singular, nas práticas locais.

Num Estudo Ator-Rede, o que interessa é seguir um dado elemento, descobrindo o número de conexões que ele mobiliza: se altamente conectado a ponto de tornar-se estratégico ou se fracamente conectado a ponto de tornar-se sem importância e correr o risco de extinção. As pipas têm resistido a este risco porque são mantidas por redes informais que são mais fortes do que as tentativas organizadas para decretar-lhes o desaparecimento. Pelo fato de terem uma ontologia dançante¹⁹ que envolve diferentes formas e funções, esses objetos estão sempre fazendo novas e inesperadas conexões que lhe permitem a sobrevivência, constantemente buscando uma nova tradução: pipas como objetos sagrados, como suportes de invenções, como objetos lúdicos, como suportes de aprendizagens, como parceiras nas campanhas de preservação ambiental, são algumas dessas inúmeras facetas. Na linha desta argumentação, pela maior

19 Segundo Law (1997), existe uma natureza dançante na ontologia das entidades, pois sua identidade e suas propriedades nunca são dadas definitivamente, sendo a sua ordenação o resultado provisório das conexões que estabelecem em determinadas redes. Uma “coreografia ontológica” encerra essa possibilidade de os elementos desempenharem diferentes papéis em uma rede.

probabilidade de estabilização do que de extinção, encaramos a pipa como um objeto altamente conectado, rico em associações que lhe permitem assumir sempre novas traduções em cada cultura e em cada área em que verificamos os seus efeitos.

Considerações finais

Ao realizar um Estudo Ator-Rede sobre um brinquedo como a pipa, buscamos seguir o seu movimento através das redes que lhe deram sustentação ao longo dos tempos e lugares por onde se deu seu deslocamento e sua consequente tradução. Pudemos flagrar o quanto a história dos homens está imbricada com a história deste objeto que até hoje resiste assumindo versões que lhe permitem continuar a existir em redes muito diferentes daquelas que o sustentavam no passado. O que mudou nessas redes? Como se operou a mudança? O que pudemos aprender com as pipas, com as ações tecidas em torno delas e com os efeitos por ela deflagrados?

Apesar de se manter simples e engenhosa em sua construção e de continuar a produzir encantamento, a pipa mudou. Não é mais a pipa de seda dos mandarins e religiosos, colocada nos ares em tom cerimonial. Nem é o objeto que serviu como sinalizador de muitas mensagens durante as guerras, da China antiga às travadas no século passado. Também não é mais aquela que permitiu aos cientistas a elevação de termômetros para a medição de temperaturas a grandes altitudes, ou que compôs o primeiro protótipo de avião inventado pelo homem. Não sabemos se a pipa pescadora ainda é utilizada nas práticas de sobrevivência dos habitantes das ilhas do Pacífico ou no litoral de Santa Catarina. Sabemos, entretanto, que a prática de soltar pipas, antes restrita a homens adultos, nas suas atividades diárias e nas disputas com a linha encerada, pode ser verificada hoje em todas as idades e classes sociais. Com o advento do cerol, a brincadeira também mudou: de um passatempo meramente contemplativo, a pipa voltou a inspirar estratégias guerreiras. O cerol, que antes era “coisa de gente grande”, tornou-se

perigosamente difundido entre brincantes mais jovens, com efeitos na produção de acidentes, especialmente com a rede elétrica, movendo campanhas acirradas por parte das companhias de energia. Os festivais de pipas para divulgar as normas de segurança passaram a ter lugar em grandes parques ou áreas para a prática do esporte ao ar livre. Há novos esportes, como o kite surfing e o kite buggy, usando a pipa e a força eólica como elementos propulsores. Foi assim que a pipa passou a se ligar a movimentos de preservação ambiental, atraindo um público fiel. Podemos vê-la ainda como ícone caro de uma plasticidade singela que continua inspirando escritores, poetas, artistas, músicos, anúncios televisivos. Saltando de rede em rede, com a mudança dos coletivos que gravitaram em torno dela, a pipa sobrevive e arrebatou ainda muitos adeptos à revelia do padrão de ludicidade instaurado contemporaneamente com as tecnologias digitais. Talvez porque, além de ser um divertimento muito barato, ela envolve uma série de circunstâncias que fazem interagir muitos elementos, humanos e não-humanos, numa rede bem urdida por fios visíveis e invisíveis: as pessoas estão articuladas presencialmente e ao ar livre quando soltam pipas, coisas acontecem, aventuras se tecem, o mundo fica mais interessante.

Discutir a inserção do objeto nas ciências implica estudar a rede que inclui a todos os que fazem parte dos coletivos e exercem alguma ação sobre a realidade. O papel dos objetos sofre uma profunda modificação desde que o conhecimento passa a ser visto como uma atividade situada que ocorre em lugares comuns e diversos – ruas, laboratórios, cozinhas, oficinas, museus – implicando numa redefinição daquilo a que chamamos “interação social”. Vivemos em um mundo cenarizado por objetos, repleto de coisas que fazem parte das relações que estabelecemos com os outros elementos que povoam o mundo. É graças à produção e utilização de artefatos materiais e simbólicos que somos capazes de contar a nossa história.

Uma Psicologia Social baseada nas ideias de Latour, segundo Moraes (2003), teria sua tradução no

acompanhamento de como se fabricariam homens e objetos em constante processo de transformação mútua. Da mesma forma, Spink (2003) realça a importância do estudo dos objetos por considerar que o social não é dependente nem independente das matérias, mas produz redes de materiais heterogêneos e é produzido simultaneamente por elas.

Qualquer “coisa” que tomarmos como foco de nosso estudo ultrapassará a ideia de um objeto passivo, pois estará articulada em redes. Uma vez que esteja representada e que se torne assunto de controvérsia, estará passível de estudo por uma Psicologia Social, assim como por outras áreas do conhecimento que poderão enriquecer o debate através da troca de propriedades entre os seus representantes.

Na empreitada de entender a pipa como um fenômeno multifacetado, instável, emergente de um emaranhado de redes que buscamos descobrir e narrar, a utilização das ideias de Latour foram-nos extremamente úteis, pois nos ajudaram a desvelar/revelar, ao mesmo tempo, a pipa e o autor, num movimento que buscou ser simétrico. Torna-se particularmente interessante investigar a pipa, tentando flagrar as imbricações por ela assumidas. Enquanto um objeto altamente conectado nos afazeres desenvolvidos pelos humanos, mobiliza não-humanos necessários à sua existência. Na condição de um brinquedo-brincadeira tradicional, que se mantém através dos tempos como catalisador de usos e costumes, aglutina pessoas em atividades que se transmitem eficientemente através de gerações.

Com inspiração nestas ideias, pretendemos dar ao brinquedo a potencialidade de se revelar como um objeto que não se esgota em si mesmo, que tem vínculos nas práticas que associam humanos e não-humanos, abrindo-se a muitas possibilidades de ação. Como a boneca contadora de histórias de que nos fala Spink (*ibidem*), um brinquedo é, ao mesmo tempo, uma história social e um artefato, um híbrido de socialidade e materialidade, uma vez que ambas, como defende Law e Mol (1995), desde sempre, têm se construído conjuntamente.

Referências bibliográficas:

- ARIÈS, P. (1981). *A história social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan S.A.
- BENJAMIN, W. (1984). *Reflexões: A criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Summus.
- BAUER, M. (2003). “Entrevista com Martin Bauer”. In: *Psicologia e Sociedade*, vol. 15, n.1, jan/jun.
- DOMENECH, M., LUPICINIO/TIRADO, F. (2003). “George Mead y la Psicología Social de los objetos”. In: *Psicologia e Sociedade*, vol. 15, jan/jun.
- DOSSE, François (2003). *O império do sentido: a humanização das ciências humanas*. Bauru, SP: EDUSC.
- ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL (1976). São Paulo: Companhia Melhoramentos.
- LATOUR, B. (2006) *Changer de société. Refaire de la sociologie*. Paris: La Découverte
- _____. (2004). *Políticas da Natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru, SP: EDUSC.
- _____. (2001). *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru, SP: EDUSC.
- _____. (2000). *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP.
- _____. (1999). *Morale et Technique: la fin des moyens*. Disponível em: www.ensmp.fr/~latour (artigos on line de Bruno Latour). Acesso junho/2003
- _____. (1994a). *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- _____. (1994b). “Uma sociologia sem objeto? Considerações sobre a Interobjetividade”. Traduzido do original “Une sociologie sans objet”. In: *Sociologie du travail* n. 4, pp.587-607.
- LATOUR, B.; WOOLGAR, S. (1997). *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- LAW, J.; MOL, A. M. (1995). “Notes on materiality and sociality”. In: *The Sociological Review* . v. 43, n.2, pp. 274-294.
- LEVY, P. (1996). *O que é o virtual?* São Paulo: Editora 34.
- MORAES, Márcia. (2003). *Alianças para uma psicologia em ação: sobre a noção de rede*. Disponível em: www.necso.ufrj.br/ato2003. Acesso em nov./2003
- NEWMAN, D.; GRIFFIN, P.; COLE, M. (1989). *The construction zone: working for cognitive change in school*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SANCHEZ-CRIADO, T. (2008) “Presentación de la obra”. In: Sanchez-Criado Tomás (Editor), *Tecnogénesis: la construcción técnica de las ecologías humanas*. Madri: Editorial AIRB.
- SPINK, P. K. (2003). “Pesquisa de campo em Psicologia Social. Uma perspectiva pós-construtivista”. In: *Psicologia e Sociedade*, 15 (2): 18-42, jul./dez. (1996) 2003.
- VYGOTSKY, L. S. (1984). *A Formação Social da Mente*. Rio de Janeiro: Martins Fontes.



Seguindo as agentes comunitárias em ação: o processo de intervenção urbana numa favela carioca à luz da Teoria Ator-Rede

Leticia de Luna Freire

Nos últimos trinta anos, o campo acadêmico francês tem vivido um movimento de renovação das ciências sociais que vem sendo conhecido como *tournant pragmatique* (Nachi, 2006). Se, até os anos 1970, boa parte dos debates nas ciências sociais reduzia-se à confrontação entre as correntes marxista e estruturalista, no final dessa mesma década começa a se configurar uma re-especificação em torno das problemáticas sociológicas, na qual a questão da ação é tomada numa nova perspectiva.

Sob a influência do pragmatismo americano destaca-se, nesse contexto, a *Antropologia das Ciências*, encabeçada por Bruno Latour e Michel Callon no âmbito do Centre de Sociologie de l'Innovation (CSI) da École des Mines de Paris. Afastando-se das abordagens tradicionais de sociologia das ciências que mantêm intacta a separação entre conteúdo técnico e contexto social, os autores colocam em evidência a ciência em construção, interessando-se pela prática efetiva dos cientistas em ação. Nesse empreendimento, acabam por criar uma nova disciplina, situada na interseção da sociologia e das ciências exatas, que tem como objeto os processos que emergem da inovação científica e técnica (Latour, 1997, 2000, Callon et al, 2001)¹.

1 Outra abordagem que surge quase paralelamente nesse contexto, é a chamada Sociologia Pragmática, encabeçada por Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1991), no Groupe de Sociologie Politique et Morale (GSPM) da École des Hautes Études en Sciences Sociales. Interessados no estudo das múltiplas formas de ajustamento e justificação dos indivíduos nas situações de disputa e controvérsias públicas, os autores desenvolvem um programa de pesquisas em torno da pluralidade da ação humana, inaugurando, assim, um novo estilo sociológico. Um bom exemplo do uso desta abordagem é a

Concebendo o mundo em sua hibridização, essa nova abordagem busca superar habituais dicotomias. A primeira delas é a oposição entre dois universos de representações e de práticas, pressupondo uma hierarquia entre as sociedades, os saberes e os valores, que se expressa em binômios como “primitivo” X “civilizado”, “comunidade” X “sociedade”, “tradicional” X “moderno”. Concebendo-os como configurações complexas nas quais dificilmente se pode diferenciar os elementos que as compõem, Latour (1994) recusa essas “Grandes Divisões”, afirmando em seu lugar a existência de uma continuidade.

Ao tratar o saber científico como um saber entre outros, submetendo os cientistas ao mesmo olhar antropológico que aborda um feiticeiro ou um vidente, a *Antropologia das Ciências* introduz, como condição da pesquisa, a exigência de uma simetria. Originário do *Programa Forte* formulado por David Bloor na década de 1970², o princípio de simetria visa contrapor-se ao pensamento dualista, reequilibrando os pontos de vista sobre a verdade e o erro, o racional e o irracional, tratando, nos mesmos termos, dos vencedores e

tese desenvolvida por Mota (2009) sobre as demandas de direitos e de reconhecimento vinculadas às reivindicações de identidades diferenciadas. Tomando como campo empírico os “remanescentes de quilombos” e as “populações tradicionais”, no contexto brasileiro, e o caso dos antilhanos residentes em Paris, no contexto francês, o autor analisa os regimes de engajamento dos quais os atores lançam mão para justificar suas reivindicações nas distintas arenas públicas.

2 Em 1976, Bloor iniciou o desenvolvimento de um programa de investigação social com o objetivo de descobrir as causas que levam distintos grupos sociais, em diferentes épocas, a selecionar determinados aspectos da realidade como objeto de estudo e explicação científica. Por “programa fraco” Bloor designava a ideia de que bastava cercar a “dimensão cognitiva” das ciências com uns poucos “fatores sociais” para ser chamado de historiador ou sociólogo das ciências. Em contraposição, propunha um “programa forte”, cuja ideia básica era de que qualquer estudo de sociologia ou história das ciências deveria levar em conta tanto o contexto social quanto o conteúdo científico. Para abordar estes dois aspectos, Bloor sugeriu o princípio programático da simetria, o que significava reconhecer que os mesmos tipos de causas devem explicar tanto as crenças valorizadas como verdade quanto as crenças rechaçadas, uma vez que não há diferença entre acerto e erro, verdadeiro e falso.

dos vencidos da história das ciências. Nas palavras de Latour e Woolgar (1997), ser simétrico é compreender por que as pessoas acreditam na astronomia da mesma maneira que se compreende por que elas acreditam na astrologia. Na abordagem proposta por Latour (1994), este princípio é estendido a todas as outras grandes dicotomias, tais como natureza x cultura, indivíduo x sociedade, moderno x não-moderno, humano x não-humano, etc. O pesquisador, seguindo esse *princípio de simetria generalizada*, deve evitar utilizar-se da realidade exterior para explicar a sociedade, assim como utilizar os jogos de poder para explicar a realidade exterior. Além disso, Latour reivindica uma simetria entre o mundo dos homens e o mundo das coisas, optando pelo termo *actante* para designar todos os seres, humanos e não-humanos, que constituem o social³, evitando inscrevê-los em categorizações hierárquicas pré-estabelecidas. Assim, *actante* pode designar qualquer elemento que produza efeitos em uma interação: indivíduos, deuses, animais, máquinas, textos, regras, instituições, etc.

Em termos metodológicos, Latour (1997, 2000) afirma que a única maneira de compreender a realidade dos estudos científicos é seguir os cientistas em ação, descrevendo sua prática tal como os antropólogos descrevem a vida cotidiana de aborígenes⁴. Somente o

3 No livro *Changer de société. Refaire de la sociologie* (2006), Latour desenvolve uma crítica ao uso do termo “social” como adjetivo para designar um material ou um domínio particular, propondo redefini-lo como um movimento de conexão entre coisas que não são sociais em si mesmas. Ao invés de postular a existência de um tipo de fenômeno específico (através de termos como “sociedade” e “estrutura social”), caberia ao sociólogo seguir o trabalho de fabricação dessas conexões, empreendendo uma espécie de “associologia”. Conforme aponta Law (1992), é quase impossível pensarmos interações humanas que não sejam, hoje, mediadas por objetos (telefone, dinheiro, carta, internet, preservativo sexual, etc.).

4 Segundo Moraes (2003), Latour afirma um enfoque antropológico das ciências e das técnicas, entendendo a palavra antropologia não em sua referência ao antropos-homem, mas ao estranhamento que comportam as pesquisas antropológicas de outras sociedades, e para frisar o sentido empírico de suas investigações.

exame das atividades rotineiras dos cientistas permite-nos ver como os gestos aparentemente mais insignificantes contribuem para a construção dos fatos, evidenciando a permeabilidade entre o “lado de dentro” e o “lado de fora” do laboratório. Além disso, permite revelar que a construção de fatos é sempre um processo coletivo, que depende da criação de uma rede de *actantes*. Como em um jogo de *rugby*, o enunciado é transmitido de mão em mão, podendo cada jogador atribuir-lhe o estatuto de verdade ou ficção. Para transformar um enunciado em um fato, a estratégia dos cientistas consiste, nesse jogo, em criar relações que antes não existiam, traduzindo os interesses dos outros jogadores na direção dos seus, ampliando assim seu número de aliados. Tal é a importância dessa operação de *tradução* (ou *translação*), que esta abordagem passou a ser designada de *Sociologia da Tradução*, sendo também conhecida como *Teoria Ator-Rede* (Latour, 1984, 2000, 2006; Law, 1986; Callon, 1988)⁵.

É nessa perspectiva de “seguir as coisas através das redes em que elas se transportam” (Latour, 2004: 397) que se insere, portanto, este artigo. Através de um breve relato da pesquisa que desenvolvi no Mestrado (Freire, 2005), com o objetivo de descrever o processo de implantação de uma política urbana numa região favelizada do Rio de Janeiro, pretendo evidenciar a relevância e originalidade dessa abordagem etnográfica para o estudo de processos de criação e transformação dos espaços urbanos.

5 A Actor-Network Theory (ANT), traduzida aqui por Teoria Ator-Rede (TAR), é produto de um grupo de antropólogos, sociólogos e engenheiros franceses e ingleses associados, dentre os quais Bruno Latour, Michel Callon e John Law. De acordo com Wilkinson (2004:2), embora muitas vezes ela seja considerada uma metodologia, “na prática alcançou o estatuto de uma teoria, quer pelas ambições do seu método (abolição do pensamento dualístico) quer pela sua reconceitualização sistemática de práticas de pesquisa, que envolvem uma nomenclatura extensa e original”.

Entrando na rede

O campo no qual se desenvolveu a pesquisa localiza-se na zona norte da cidade, encravado entre dois importantes eixos rodoviários: a Avenida Brasil, que liga a zona oeste e grande parte da zona norte ao centro, e a Avenida Automóvel Clube, que corta vários bairros em direção à Baixada Fluminense. Ocupado, em sua grande maioria, por uma população de baixa renda, Acari consiste em uma região predominantemente residencial, composta por quatro localidades, cada uma com perfil e associação de moradores própria: o Conjunto Residencial Areal, conhecido como “Amarelinho”, e as favelas Vila Rica de Irajá, Vila Esperança e Parque Acari⁶. A área que nos interessa aqui, porém, é aquela composta pelas três favelas vizinhas, onde houve a intervenção do Programa Favela-Bairro entre os anos de 2003 e 2005. Desenvolvido pela prefeitura desde 1993, este programa tem como objetivo “transformar as favelas em bairros populares”, através da realização de obras de infraestrutura urbana e da implantação de equipamentos públicos e de políticas sociais.

Nas primeiras idas ao campo, constatei que a intervenção era assunto obrigatório das conversas mais corriqueiras entre os moradores, fosse para evocar a sua desconfiança quanto à implantação do programa, trazendo à tona a descrença geral quanto à atuação dos governantes, fosse para reativar o “fantasma da remoção” que, historicamente, assombra a vida dos habitantes das favelas da cidade. Diante da movimentação de trabalhadores, engenheiros e máquinas que anunciavam o começo das obras na localidade e mudava a rotina dos moradores, comecei a me indagar sobre os efeitos dessa intervenção em Acari. Que mudanças ela proporcionaria na organização social e no modo dos moradores ao interagirem com aquele espaço? Distante do que essa pergunta pode, à primeira vista, sugerir, não pretendia avaliar os resultados

⁶ Para uma descrição mais detalhada da organização socioespacial da região, assim como da definição de seus contornos físicos e simbólicos enquanto “bairro”, “complexo” e “favela”, consultar: Freire (2005) e Freire (2009a).

alcançados pelo programa em relação à infraestrutura daquela localidade e à qualidade de vida dos moradores, mas apenas observar e descrever como a intervenção se desenvolvia dia-a-dia e que impactos produzia naquele cotidiano. Conforme fui acompanhando este evento, fui mapeando os atores que, direta ou indiretamente, passavam a fazer parte do processo, assim como identificando os efeitos de suas ações sobre eles.

Certamente, isto só foi possível mediante a realização de um trabalho de campo intensivo, que, inspirado nos antropólogos, exigiu minha presença constante na localidade por aproximadamente um ano e meio. Com o auxílio de um caderno de campo, que muitas vezes funcionava como analisador de minha própria participação no processo, descrevi as negociações, deslocamentos e transformações ocasionadas pelas ações dos mais diversos atores que pude notar (e, portanto, anotar) durante a intervenção. Mais do que descrevê-la *de fora*, busquei apontar as relações e alianças que estavam *in loco* sendo naquele momento produzidas. Seguindo a perspectiva sugerida por Latour (1997, 2000, 2001), para descrever essa rede em construção tentei não priorizar nenhum ponto de vista ou ator de antemão, mas acompanhar passo a passo a sua constituição, atenta aos efeitos produzidos pelas ações de cada um dos atores e pelas relações criadas entre eles.

Indo semanalmente a Acari, procurava pistas sobre um possível fio pelo qual pudesse começar a tecer as redes daquele contexto em que a localidade vivia, sob a intervenção do Programa Favela-Bairro. Ao longo do trabalho de campo, as conversas informais encadeadas com moradores e líderes locais foram me conduzindo ao contato com os representantes da prefeitura na localidade, que, segundo as indicações nativas, podiam ser encontrados em uma pequena sala na sede de uma das associações de moradores⁷.

7 A pesquisa concentrou-se na favela de Parque Acari, uma vez que lá já havia desenvolvido relações com moradores e líderes comunitários, por conta de minhas atividades em uma instituição local, através do projeto “Drogas e Complexidade: a ressonância do fenômeno das drogas nas redes sociais dos jovens de contextos desfavorecidos”, coordenado pela professora Teresa Cristina Carreiro e do qual fui

Chegando na localidade, apresentei-me ao presidente da associação, que, contrariando minhas expectativas diante da posição que ocupava, era uma pessoa tímida e de poucas palavras. Ao expor meus interesses sobre a intervenção, chamou apressadamente duas Agentes Comunitárias de Habitação que estavam por perto, alegando que elas poderiam me atender melhor em relação às informações que buscava. Atenciosas, as agentes explicaram-me muitas coisas sobre a organização e a implantação do programa. De forma geral, afirmavam que “o Favela-Bairro é a transformação da favela em bairro” e que “aonde passa o Favela-Bairro não pode mais ser chamado de favela”. Falando com orgulho do seu próprio trabalho, definiam-se como “a ponte entre a prefeitura e a comunidade”, atuando como elo de comunicação e interlocução entre ambos durante as três etapas da intervenção (projeto, obras e pós-obras).

A partir dessas explicações gerais, tive naquele momento a sensação de ter encontrado nessa “ponte” as tradutoras por excelência do Programa Favela-Bairro na localidade. Conforme me relatavam, cabia aos agentes comunitários traduzirem aos moradores o significado da intervenção, convencendo-os de que, ao colaborarem com sua implantação, eles seriam os maiores beneficiados. Ao mesmo tempo em que deviam angariar o apoio dos moradores à intervenção, deviam repassar suas demandas e reclamações à administração municipal, além de “conscientizá-los” quanto ao uso adequado dos equipamentos públicos construídos.

De acordo com a abordagem que orientou a pesquisa, se numa rede nenhum ponto é privilegiado em relação a outro, o que faz com que ela tenha sempre múltiplas entradas, pode-se dizer que foi o trabalho de campo que me conduziu a eleger os Agentes Comunitários de Habitação como o fio através do qual comecei a acompanhar a implantação do programa em Acari. A aposta era de que, através deles, entraria em contato com os outros atores do processo, permitindo, assim, um acompanhamento da intervenção em rede. A partir daí, busquei

bolsista de iniciação científica, na Universidade Federal Fluminense.

me aproximar cada vez mais da equipe de agentes de Parque Acari. Esta era composta por três mulheres, com idades entre 35 e 40 anos, sendo duas delas moradoras da localidade, além de uma supervisora com a qual se reuniam semanalmente. Intensificando os contatos, procurei fazer com que a minha presença entre elas fosse mais agradável do que incômoda, ou, ao menos, tolerável, como recomendava Malinowski (1978). Controlando minhas impressões (Berreman, 1990) e explicitando meus interesses, fui conseguindo aos poucos conquistar sua confiança, até que me permitissem integrar a equipe e acompanhá-las na realização do seu trabalho.

Seguindo as agentes comunitárias localidade afora

Tal como Latour, que em seu livro *Ciência em ação* (2000) seguiu cientistas e engenheiros sociedade afora, apresento em seguida a descrição de alguns atores e os efeitos de suas ações que pude apreender ao seguir as agentes comunitárias localidade afora. Diferentemente do ambiente confinado e um tanto misterioso dos cientistas naturais, o “laboratório” das agentes era, entretanto, a própria localidade, sendo muitos de seus experimentos realizados ao ar livre, nas ruas e becos da favela. Começo, então, descrevendo o dia da primeira atividade da equipe que pude acompanhar, denominada “reunião de rua”.

Ao chegar em Parque Acari pela manhã, as agentes imediatamente me convidaram para participar da reunião que fariam com moradores de um beco, para a qual estavam organizando alguns materiais (folhetos, papéis, canetas e pranchetas). Preparando-se para sair, fixaram na porta o aviso “A equipe está na comunidade”, trancando a sala em seguida. Quando saíamos da associação de moradores, surpreendemo-nos ao ouvir repetidas vezes o som de fogos. Nas favelas, estes fogos são lançados por “olheiros” como forma de comunicar a chegada de policiais na localidade, alertando não apenas os traficantes, mas os próprios moradores, do perigo de um provável confronto. Diante desse simples episódio, as agentes recuaram e decidiram retornar à sala e esperar “a comunidade se acalmar”. Passados alguns minutos sem se ouvir novamente

o som de fogos, as agentes verificaram o movimento habitual da rua e seguiram em direção ao referido beco, enquanto eu as seguia atentamente para não me perder pelos sinuosos caminhos, até chegarmos, pouco depois, ao local combinado. O beco era sem saída e havia sido recentemente pavimentado, embora fosse fechado por um portão gradeado⁸. Ao ouvirem os fogos, os moradores do beco também haviam se recolhido, de modo que as agentes tiveram que convocá-los de casa em casa para a reunião, estratégia que se mostrava a mais adequada face à temporalidade imediatista compartilhada pela maioria dos moradores.

A atividade tinha o objetivo de fornecer informações, esclarecer dúvidas e ouvir reclamações dos vinte moradores presentes a respeito da intervenção urbana. Na estreita área comum do beco, estávamos todos dispostos de pé, em círculo. A agente mais comunicativa iniciou a reunião apresentando sua equipe, incluindo-me como alguém “da universidade”. Em seguida, perguntou aos moradores: “o que seria o Favela-Bairro para vocês?”. Alguns moradores deram respostas evasivas como: “melhoria”, “não haver mais becos”, “saneamento básico”, “abrir ruas”. A agente completou as falas afirmando que “o Favela-Bairro é tudo isso”, mas que ainda faltava muito a ser feito. As agentes começaram, então, a estimular a participação e a união dos moradores para lutarem por seus direitos, reforçando que “o morador também é fiscal” e possui responsabilidades sobre a manutenção das obras, devendo, por exemplo, “respeitar os limites para a construção das casas” e “não invadir o espaço público”. Acentuavam ainda que são essas ações cidadinas que ajudam a mudar a imagem negativa do lugar e a enfrentar a discriminação que sofrem por “morar em comunidade”. Uma

8 Por questão de segurança, muitos moradores, aliás, vêm aumentando os muros de suas casas e transformando becos em verdadeiros “condomínios fechados”. De acordo com as agentes, os becos fechados eram considerados pelas empreiteiras como áreas privadas, não podendo receber obras públicas de pavimentação. Diante disso, a estratégia criada pelos moradores consistia na retirada provisória dos portões que, após a realização das obras, eram novamente instalados.

agente acrescentou ainda que os moradores deviam valorizar o fato de que Acari vem sendo atualmente privilegiado nas ações da prefeitura, pois “nem a Rocinha, que é a maior favela da cidade, tem um hospital”, disse, referindo-se à construção do primeiro hospital municipal da Zona Norte da cidade na área onde antes existia o prédio que abrigava a famosa Fábrica da Esperança⁹. Concordando com tudo o que as agentes diziam, uma moradora afirmou categoricamente que “pobreza não é sinônimo de irresponsabilidade”. Por fim, as agentes aproveitaram a reunião para eleger “o representante do beco”, que teria a função de repassar-lhes as solicitações e reclamações daqueles moradores referentes às obras na localidade. Conforme explicavam, os representantes de ruas também eram uma espécie de “ponte”, desta vez entre os moradores e as agentes comunitárias.

A reunião progrediu com conversas paralelas de moradores com as agentes, que tiravam dúvidas e davam orientações específicas sobre instalação sanitária, distribuindo folhetos explicativos. Encerrando a reunião, as agentes anotaram as principais reclamações dos moradores numa folha de papel e pediram que eles assinassem a lista de presença, comprovando a realização da atividade e declarando o seu fim.

Como se pôde notar, durante toda a reunião as agentes procuraram convencer os moradores de um determinado sentido do Favela-Bairro e da própria concepção do que seja “favela” e “bairro” com o objetivo de fisgá-los como aliados da intervenção. Arregimentando diversos recursos, como comparações, folhetos, listas e uma boa retórica, as agentes

9 A Fábrica da Esperança era uma organização não-governamental, criada em 1994 pelo Pastor Caio Fábio D’Araújo Filho, cuja importância foi reconhecida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso numa visita ao local logo depois da posse, durante seu primeiro mandato. Sediada num prédio de seis andares na Avenida Automóvel Clube, onde antes funcionava uma fábrica, a ONG desenvolveu grandes projetos sociais voltados aos jovens de Acari. Com o envolvimento do pastor num caso de corrupção política no início dos anos 1990 (Dossiê Cayman), a ONG foi desativada e o prédio foi implodido em 2002 para dar lugar à construção do Hospital Municipal Ronaldo Gazolla, que somente iniciou os atendimentos à população em 2008.

tornavam seu discurso convincente, persuadindo os moradores de que possuíam uma corresponsabilidade sobre a intervenção e de que, ao apoiarem-na, estariam agindo em prol de seus próprios interesses. Assim, as agentes vão acrescentando novos atores à rede do Programa Favela-Bairro, que, por sua vez, criam novas costuras.

Logo no início da descrição de um dia de atividade, fica nítido que os *fogos* também representavam *actantes* que afetavam diretamente o cotidiano dos moradores e o trabalho das agentes comunitárias, forçando-as a modificarem suas condutas, se reorganizarem e adiarem a reunião. Como diria Latour (2002a), os fogos aqui faziam-fazer, isto é, incitavam um novo programa de ação dos moradores e das agentes. Em Acari, os confrontos entre policiais e traficantes, anunciados previamente pelo lançamento de fogos, foram um dos primeiros elementos que percebi atuarem nas redes de implantação do Favela-Bairro.

Nos dias em que a localidade estava sob a ocupação intensiva da polícia, as ruas rapidamente se esvaziavam. Enquanto para os traficantes, os fogos comunicavam a presença de policiais na área, para os moradores, eles comunicavam a possibilidade de haver tiroteios, induzindo-lhes a novas formas de ocupar e perceber os espaços públicos, como ruas e becos, que passavam então a ser vistos como lugares perigosos, colocando em risco a vida de qualquer transeunte distraído. Como me relatou, desolado, um menino de dez anos, “o ruim de morar aqui são os tiros e não poder ficar mais na rua”. Da mesma forma, os riscos de um provável confronto entre policiais e traficantes forçavam, em diversas situações, uma modificação no trabalho das agentes comunitárias, bem como impediam a própria realização de atividades externas na favela, como reuniões de rua e vistorias de obras. Tal como os moradores, as agentes ficavam recolhidas em sua sala, onde muitas vezes passavam jornadas inteiras de trabalho. Numa dessas ocasiões, uma das agentes comunitárias, moradora de Acari há mais de vinte anos, ressaltou o agravamento dos conflitos armados na região, desabafando que “não consegue mais viver na comunidade”.

Assim, tanto o tráfico de drogas quanto a polícia – ou melhor, a conjugação desses dois *actantes* nas situações de confronto – produzem efeitos na vida dos moradores de Acari e no trabalho das agentes comunitárias, modificando sua rotina, seja através da imposição de normas e comportamentos, seja suscitando sentimentos diversos.

Para além da tensão provocada, a não realização de atividades das agentes em dias de confrontos tinha ainda que ser justificada no seu livro de atas. No entanto, sendo este um documento que ficaria posteriormente à disposição dos financiadores do Programa Favela-Bairro – a prefeitura e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – como registro da intervenção na localidade, as agentes comunitárias eram orientadas a exporem a situação de maneira pouco específica, omitindo ou minimizando a sua gravidade. Assim, preenchiam, a contragosto, o livro com frases genéricas, tais como: “Por motivo de força maior, não foi possível realizar atividades externas hoje” ou “Devido ao poder paralelo, não foi possível realizar atividades externas hoje”. A inscrição desses acontecimentos no livro de atas também era feita por outras equipes, havendo, no entanto, diferenças na forma de efetuar a tradução. Os agentes comunitários da favela Vila Esperança, por exemplo, justificavam a não realização de atividades externas em função de um certo estado emocional da favela: “A comunidade está tensa, sem condições para trabalhos externos” ou “Comunidade nervosa, sem condições para realizar atividades externas”.

O livro de atas das agentes servia também para o registro de problemas, reclamações e solicitações dos moradores referentes às obras. Cada equipe, contudo, desenvolvia formas particulares de fazer esses registros.

Sendo função dos agentes comunitários repassar as informações aos técnicos do programa que gerenciam as obras, a equipe de Vila Esperança, por exemplo, preocupava-se em registrar os detalhes através de desenhos, feitos pelo agente mais habilidoso. Para ilustrar a importância dessas inscrições, cito o caso de um morador que se queixava de um vazamento

de esgoto na calçada em frente à sua casa. Atendido por um agente comunitário, este registrou o problema no livro em forma de texto e desenho. Ao repassar a reclamação para o engenheiro responsável, o agente explicava-lhe o problema a partir dessa inscrição, tornando-se assim seu porta-voz. Transportando uma parte da localidade para o escritório da equipe técnica, o desenho possibilitava que o engenheiro pudesse compreender o problema sem precisar deslocar-se de imediato à casa do morador.

Além de preencher diariamente o livro de atas, todas as equipes de agentes comunitários deviam redigir *relatórios* mensais, nos quais resumiam as atividades e os atendimentos realizados aos moradores, as reuniões com as equipes técnicas e os contatos estabelecidos com representantes de outros órgãos, além de registrarem as demais ocorrências. Estes relatórios eram enviados mensalmente à organização não-governamental (ONG) que coordenava as equipes de agentes comunitários. Para a ONG, estes relatórios representavam uma inscrição impressa capaz de permitir aos coordenadores um certo grau de controle do trabalho dos agentes nas localidades. Para que esse controle de longa distância fosse em maior escala, era necessário, contudo, criar uma rede de agentes passivos humanos e não-humanos (Law, 1986). Assim, os relatórios não eram os únicos recursos mobilizados pela ONG. Além de receberem os relatórios, os coordenadores reuniam-se regularmente com os supervisores de áreas, que transferiam o contexto do trabalho dos agentes para a sua sede, e enviavam representantes às localidades em momentos específicos, como em eventos culturais e educativos promovidos pelas equipes. Assim, era a mobilização conjunta de documentos, dispositivos e pessoas treinadas que assegurava à ONG o controle de longa distância do trabalho dos agentes comunitários nas localidades.

Ainda abordando os dispositivos de inscrição, relato uma situação ocorrida em Vila Esperança, envolvendo a empreiteira responsável pelas obras na favela.

Para elaborar o plano de intervenção, a empresa licitada precisa construir mecanismos que lhe possibilitem ter um conhecimento da área como um todo, com suas características geofísicas, seus limites e extensões territoriais. Para isso, um recurso frequentemente utilizado é a fotografia aérea. É este dispositivo de inscrição que permite levar a localidade de Vila Esperança para o interior do escritório, onde engenheiros e arquitetos se reúnem em torno da favela abstrata (plana e feita de papel) para pensar e criar formas de intervir urbanisticamente na favela real (de relevos e composta de materiais heterogêneos).

Através dos agentes comunitários de Vila Esperança, conheci Mangue-Seco, uma micro-área que recebeu este nome em ironia aos constantes alagamentos. Antigamente havia neste local um grande manguezal, que foi sendo aterrado para abrigar os barracos dos moradores mais recentes, sendo até hoje a área mais pobre e precária em termos de infraestrutura, não dispondo de serviços básicos como água e esgoto. Por estar localizada no ponto mais baixo da localidade, enchentes são ali um problema frequente. Seria, portanto, uma área primordial a ser considerada no plano de intervenção do Programa Favela-Bairro. Seria, se não fosse um “problema técnico”. Segundo relataram os agentes, a fotografia aérea na qual os técnicos se basearam para elaborar o plano de intervenção não evidenciava a diferença do terreno (alagadiço) de Mangue-Seco em relação às demais áreas da comunidade. Tal fato impedia que a realização das obras de urbanização previstas para o local fossem realmente eficazes, aumentando o tempo de espera e as pressões exercidas pelos moradores. A especificidade dessa área trazia, assim, à tona as limitações do instrumento, exigindo da equipe técnica uma reformulação total do plano de intervenção para aquela área. Para os técnicos, por sua vez, esta reformulação acarretava uma extensão do prazo para a conclusão das obras e um aumento considerável dos custos de sua execução. Consequentemente, a situação suscitava a necessidade de haver uma nova negociação entre a empresa responsável e a prefeitura, em que o prazo e a verba disponível

fossem redefinidos. A realidade em questão colocava assim em suspeição a pretensa universalidade e neutralidade do instrumento que produzia a inscrição da fotografia aérea, que teria, por sua vez, que ser readaptado e reconcebido de maneira específica. O problema que aparentemente era apenas de ordem técnica, passou a envolver também questões de ordem social, política e econômica.

No que se refere aos *moradores e suas casas* durante o processo da intervenção urbana, as agentes comunitárias são as primeiras pessoas a lhes informarem sobre a intervenção. Antes mesmo do início das obras, elas passavam em cada casa da favela para divulgar, orientar e “preparar” os moradores, função que lhes demandava um maior poder de barganha para convencer os mais “desesperançosos” de que a intervenção não seria mais uma prática demagógica das tantas que, historicamente, figuram na relação entre os políticos e os habitantes das favelas (Medina, 1964).

Identificadas pelo uso de uma camiseta e crachá, elas são as interlocutoras às quais os moradores recorrem para tirar dúvidas, fazer reclamações e sugestões sobre a intervenção na localidade. Mas o que não estava previsto é que, conforme vão se tornando reconhecidas e confiáveis, os moradores passam a atribuir-lhes os mais diferentes papéis. Durante a minha permanência com as agentes de Parque Acari, era comum moradores entrarem em sua sala para desabafar sobre um problema de ordem pessoal ou afetiva, pedir conselhos ou até relatar brigas com cônjuges ou vizinhos na expectativa de que mediassem o conflito, ajudando em sua resolução. Desse modo, a atuação das agentes muitas vezes transcendia a sua função original, transformando-as momentaneamente em juízas, advogadas, assistentes sociais e psicólogas, conforme as mesmas me relatavam. Dada a variedade de motivações com que os moradores as procuravam, as agentes acabavam tendo que fazer uma triagem das demandas, registrando no livro e encaminhando aos engenheiros da empreiteira e ao fiscal de obras da prefeitura apenas aquelas que julgavam ser diretamente relacionadas à intervenção do Favela-Bairro.

Acompanhando as agentes comunitárias, tive a oportunidade de conhecer e também acompanhar a trajetória de alguns moradores cujas casas tiveram que ser removidas para viabilizar a construção de equipamentos públicos previstos pelo programa na localidade. Nessas ocasiões, constatei que as mobilidades espaciais são quase sempre também mobilidades afetivas (Bosi, 2003). Nesse sentido, demolir uma casa pode significar, para o seu morador, a destruição de seu estilo de vida (Mello et alli, 1981), a perda de um bem que não possui apenas um valor material, mas que é impregnado de valores simbólicos e afetivos.

Aos moradores que estavam nessa situação, eram dadas duas opções, levando-se em conta o valor da casa avaliado por uma equipe técnica: ou a prefeitura comprava-lhes um outro imóvel na localidade ou eles recebiam o valor correspondente para comprar um imóvel onde desejassem¹⁰. Dentre os moradores removidos que acompanhei, a maioria optou por receber diretamente o valor da indenização, o que lhes dava maior autonomia em relação ao uso do dinheiro e à escolha da nova casa. Entre os que viam a remoção como uma oportunidade de saírem de Acari, almejava-se “morar em qualquer lugar que não fosse favela”, o que para eles significava conquistar maior prestígio social, segurança e privacidade para sua família. Já entre os que queriam permanecer em Acari, predominava a procura por uma casa mais próxima às saídas da favela – áreas mais valorizadas por disporem de melhor infraestrutura e por serem mais distantes das chamadas “bocas-de-fumo”¹¹, conferindo maior segurança aos moradores nas situações de confronto entre policiais e traficantes.

A intervenção do Programa Favela-Bairro produzia, assim, uma grande “especulação imobiliária”, conforme a fala de um líder comunitário. Diante da mobilidade residencial

10 A princípio, os moradores poderiam ainda optar por uma das unidades habitacionais de relocação que estavam previstas para serem construídas num terreno nos fundos da favela. Mas como não houve acordo entre a prefeitura e a empresa proprietária do terreno, essas unidades habitacionais não foram construídas.

11 Pontos ilegais de venda de drogas nas favelas.

provocada pela intervenção, as casas colocadas à venda nas áreas consideradas mais nobres pelos moradores passavam a ter seu preço rapidamente elevado¹². Almejando adquiri-las, os moradores removidos tentavam negociar um valor acima do que era normalmente oferecido pela prefeitura por suas casas, mas a indenização era sempre insuficiente para pagar integralmente o preço do novo imóvel adquirido. Desse modo, para muitos moradores, a remoção de suas casas acabava gerando um acúmulo de dívidas significativas em sua já comprometida renda familiar.

Além dos próprios moradores e suas casas, havia um *actante* que, embora não reconhecido oficialmente pelo poder público enquanto tal, produzia efeitos e negociações importantes no processo de intervenção do Favela-Bairro: o chamado “movimento”¹³.

Quando iniciei meu trabalho de campo em Acari, era bastante ostensiva a presença do narcotráfico. Conforme diziam antigos moradores, enquanto “antes era tudo discreto” e os traficantes respeitavam mais os moradores e líderes comunitários, “hoje eles acham que sabem de tudo” e tentam controlar inclusive as associações de moradores. Por outro lado, para alguns moradores mais jovens, os traficantes continuam sendo vistos como mediadores de conflitos, solicitados a intervir, por exemplo, em situações de roubos e brigas no

12 Cabe lembrar que, como me relatou o líder comunitário, o próprio anúncio da chegada da intervenção do Favela-Bairro já era suficiente para valorizar a localidade, elevando o preço das casas para compra e venda e atraindo a chegada de novos moradores, que construía lá seus barracos na tentativa de serem também beneficiados com as obras.

13 Por “movimento” os moradores referem-se ao tráfico de drogas local, englobando nessa denominação genérica tanto os atores humanos em suas variadas funções (“olheiros”, “aviões”, “gerente”, etc.), quanto o conjunto de atores não-humanos (drogas, armas, dinheiro, etc.) que o compõem. Segundo Misse (2007), embora essa denominação tenha aparecido pela primeira vez como jargão do jogo do bicho, atualmente ela comparece na gíria de consumidores e vendedores de drogas ilícitas para representar vários e diferentes aspectos do mercado local de drogas nas favelas, conjuntos habitacionais e demais áreas da periferia habitadas por populações de baixa renda.

interior da favela. Ou seja, os traficantes continuam sendo, contraditoriamente, a figura representativa de lei e ordem mais próxima do que a polícia, vista majoritariamente como tendo uma atuação arbitrária e corrupta nas favelas.

Uma vez que, para a prefeitura, a associação de moradores é a instituição a quem se confere representatividade e poder de negociação junto à população, ao tentar obter o seu controle, a quadrilha local de traficantes acaba interferindo também na implantação do Programa Favela-Bairro nas localidades¹⁴. Um bom exemplo disso foram as mudanças ocorridas em uma das favelas em relação ao que seria construído num terreno onde algumas casas foram removidas.

No plano de intervenção urbana apresentado em assembleia aos moradores, previa-se para essa área a construção de uma praça. Entretanto, o controle do tráfico exercido sobre a associação de moradores fez com que seu presidente fosse coagido a atender a um pedido do “dono da favela”, solicitando então aos fiscais do programa uma mudança no projeto “em nome da comunidade” (Freire, 2009b). Assim, ao invés da praça, construiu-se ali uma quadra, que, apesar de ser oficialmente destinada à livre utilização dos moradores para fins de lazer, tornar-se-ia na prática uma área destinada à realização das festas e bailes promovidos por traficantes, que controlariam de modo particularizado o espaço construído com recursos públicos. Certamente, esse tipo de negociação ocorria nos bastidores, sem que os moradores tivessem conhecimento ou participação no processo decisório. Orientados a “não se meterem nisso”, os agentes comunitários, por sua vez, sentiam-se totalmente impotentes diante de tais situações. Esse sentimento de impotência misturava-se ao sentimento de

14 A relação entranhada entre tráfico de drogas e associações de moradores, resultando na desqualificação destas por parte dos moradores, não é fato recente, mas resultado de um processo que muitas vezes tem início no próprio surgimento de muitas associações. Souza (2001) revela que, quando realizou sua etnografia (1995-1998), a relação entre o tráfico e certas associações de moradores de Acari já estava “institucionalizada” aos olhos dos moradores. A própria sede de uma associação e a piscina na sede de outra foram, inclusive, construídas por antigos chefes do tráfico.

medo e insegurança diante das reações que sua interferência pudesse suscitar, impossibilitando-os de fazer qualquer relato, por mais sucinto que fosse, dessas situações nos livros de atas e relatórios de atividades.

No que tange às negociações da prefeitura com as *associações de moradores*, é importante destacar que, de modo geral, em Acari, as associações não são bem vistas nas localidades. Isto é, não são consideradas pelos moradores como seus legítimos porta-vozes. Cada vez mais é difícil saber em nome de quem seus presidentes falam: de seus próprios interesses, dos moradores, ou do tráfico de drogas local? Como ocorre hoje em muitas outras localidades, em Acari as associações de moradores são vistas como lugares de poder individual e, por isso, sempre sujeitas a desconfianças¹⁵. Enquanto, por um lado, os moradores veem as associações como pouco atuantes em relação ao que consideram que seriam capazes de fazer “em prol das comunidades”, por outro, poucos são aqueles que se interessam em colaborar para que elas representem os interesses coletivos, seja envolvendo-se como sócios, seja participando das atividades associativas.

Além disso, havia uma forte tensão entre os líderes comunitários – sobretudo os presidentes de associações, que eram considerados pelos moradores como tendo uma relação de cumplicidade com o tráfico de drogas – e aqueles que se orgulhavam de dizer que não se submetiam a qualquer acordo com traficantes, alegando pautar suas ações apenas em benefício dos interesses de “sua comunidade”. Dependendo da qualidade e grau da relação que mantinham com os traficantes, as associações, portanto, eram mais bem ou mal vistas pelos moradores, assim como os presidentes eram identificados ou desqualificados enquanto seus representantes. De qualquer forma, pela conjugação dos diversos fatores apontados, o que predomina atualmente entre os moradores é uma percepção

15 Uma pesquisa realizada em oito comunidades e bairros da Grande Tijuca aponta quatro desafios colocados hoje às associações de moradores: conseguir representatividade, manter a participação, não se submeter aos chefes do tráfico de drogas e, nas parcerias, não aceitar sem discutir as regras dos projetos governamentais e não-governamentais (Ibese, 2000).

negativa das associações de moradores, em que estas não são reconhecidas como instituições representativas de luta em defesa dos “direitos e interesses das comunidades”.

Essa percepção negativa das associações de moradores afetava diretamente o trabalho das Agentes Comunitárias de Habitação. Embora seu trabalho fosse autônomo e independente das associações, o fato de estarem ou não alocados em sua sede interferia no tipo de relação que os moradores estabeleciam inicialmente com as equipes. Por estar alocada numa sala na sede da associação, a equipe de Parque Acari, por exemplo, também era negativamente identificada pelos moradores como vinculada a ela. Somente ao longo do trabalho das agentes, os moradores foram compreendendo sua autonomia e especificidade, passando a procurá-las em sua sala. Da mesma maneira, a aproximação dos agentes de Vila Rica e Vila Esperança com os moradores dessas localidades era facilitada por estas equipes terem “barracões” próprios, construídos junto aos dos técnicos da empreiteira e dos fiscais da prefeitura. A desvinculação do próprio espaço físico das associações favorecia, nesse sentido, o acesso direto e espontâneo dos moradores. Na visão do presidente de uma das associações, a qual era compartilhada pelos agentes comunitários, o trabalho entre as equipes de Participação Comunitária e as associações de moradores deve ser sempre de parceria. Mas, para ele, uma relação de grande proximidade entre ambos pode facilitar o trabalho de um e outro – diferentemente do que os agentes relatavam –, na medida em que a maioria dos agentes é “de fora”, eles precisam do respaldo das associações para se inserir nas favelas.

No processo de intervenção do programa, ter uma associação de moradores atuante faz toda diferença no que se refere à elaboração do projeto de acordo com as demandas dos moradores e à qualidade das obras executadas nas localidades. Como me dizia o presidente de uma das associações de moradores de Acari, “a comunidade muitas vezes perde quando a associação não mostra interesse, quando não tem um acompanhamento de perto da liderança”. Nesse sentido, sua fiscalização e acompanhamento contínuo foram

determinantes para que sua localidade recebesse obras de melhor qualidade do que as demais.

Durante as fases de elaboração de projeto, de obras e de pós-obras, as associações de moradores de Acari sofreram muitas mudanças. No final de 2002, houve eleição para a diretoria de uma das associações de moradores na qual a presidente – uma moradora antiga da favela, cuja aparência frágil escondia uma representante ativa e experiente nas negociações políticas – foi substituída por um morador que nunca havia exercido qualquer papel de liderança em Acari e demonstrava pouca capacidade de articulação e negociação com o poder público. A troca de presidentes com histórias e perfis tão distintos exigia uma adaptação da própria prefeitura, que tinha que se adequar constantemente às características das associações e de seus presidentes. Como exemplo, cito aqui a fala de uma engenheira da prefeitura por mim entrevistada: “as associações são bem diferentes, cada uma é de um jeito. Então, com cada um dos presidentes, a gente vai levando também na linha que eles fazem”.

Ao se vincular exclusivamente às associações de moradores, tomando-as como porta-vozes dos moradores e atribuindo-lhes a capacidade de intervir diretamente no processo de elaboração e realização das obras da intervenção “em nome da comunidade”, a prefeitura acaba por dotá-los de um poder de decisão que passa a interessar e ser disputado não apenas pelos líderes comunitários, mas também pelos traficantes de drogas locais.

Noto que não somente a prefeitura, mas praticamente todas as instituições públicas e não-governamentais privilegiam as associações de moradores como instância de negociação e representatividade das favelas, concentrando nelas as forças de mediação política, social e econômica nas parcerias e convênios estabelecidos¹⁶. O poder das associações

16 Como mostraram Oliveira e Carvalho (1993) em sua pesquisa sobre as organizações comunitárias das favelas, a forma como vêm sendo estabelecidas as relações entre o poder público e as associações de moradores indica a pouca distinção de papéis e funções de cada um, fazendo com que as segundas sejam muitas vezes percebidas como

de moradores de Acari não deve aqui ser entendido, portanto, como algo do qual elas dispunham ou possuíam *a priori*, sendo causa de sua vinculação à prefeitura, mas sim efeito dessa aliança entre a prefeitura (ou demais instituições) e as associações de moradores. Aliança que, se de um lado pode gerar efeitos benéficos à população, através da atuação de associações de moradores participantes e fiscalizadoras do processo de intervenção, de outro, pode produzir efeitos perversos, fazendo com que as associações concentrem um poder que transborda as suas fronteiras e rompe seus vínculos, podendo inclusive repercutir em sua total perda de autonomia.

Finalizando (provisoriamente) a descrição

A partir do relato de algumas situações que presenciei, seguindo de perto o trabalho das agentes comunitárias durante a implantação do Programa Favela-Bairro em Acari, espero ter mostrado de que forma a Teoria Ator-Rede pode se constituir como um importante dispositivo para descrever processos, ou, como diz Latour, objetos ainda “quentes”.

Na pesquisa, essa abordagem permitiu-me ver aquilo que, à primeira vista, pareceria insignificante, embora produzindo marcas e transformações cruciais no processo da intervenção, como os mapas, os fogos, os instrumentos, enfim, não-humanos que, ao mesmo tempo em que são produtos da ação humana, conduzem os humanos a novas formas de agir¹⁷. Voltando a atenção às conexões que produziam efeitos, provocavam desvios e motivavam novas traduções, foi possível tecer as redes da intervenção urbana na localidade, descrevendo os efeitos engendrados pelas ações dos mais diferentes *actantes* nela implicados. Apenas partindo da posição de não desprezar nenhum elemento que se fizesse presente, pude, ao longo do trabalho de campo, voltar meu olhar para a hibridização do processo, evitando engessá-lo em molduras explicativas pré-fabricadas. Pois se, como

extensão do primeiro, como uma espécie de “miniprefeituras”.

17 Sobre os não-humanos, ver, em especial, o artigo de Queiroz e Melo, presente neste volume.

sugere Latour (2006), a Teoria Ator-Rede é muito mais uma teoria sobre como estudar coisas (ou como não estudá-las) do que um quadro teórico “aplicável” à realidade, sua possível utilidade consiste em deixar que os atores possam se expressar por eles mesmos, cabendo ao pesquisador descrevê-los da melhor maneira possível, fazendo do texto o seu laboratório.

Referências bibliográficas:

- BERREMAN, G. (1990). “Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia” [1962]. In: Guimarães, Alba Zaluar (org). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. (1991). *De la justification. Les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard.
- BOSI, E. (2003). *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- CALLON, M. (1988). “Éléments pour une sociologie de la traduction: la domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins-pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc”. *L'Année Sociologique*, 36, pp.169-208.
- CALLON, M.; LASCOUMES, P.; BARTHE, Y. (2001). *Agir dans un monde incertain: Essai sur la démocratie technique*. Paris: Seuil.
- FREIRE, L. L. (2009a). “Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados”. In: *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. NECVU/UFRJ, ano 1, n.2, out-dez.
- _____. (2009b). “‘Em nome da comunidade’: o papel das Associações de Moradores no processo de implantação de uma política urbana em uma favela do Rio de Janeiro”. In: Cefai, Daniel; Mello, Marco Antonio da Silva; Mota, Fabio Reis; Berocan (orgs). *Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa* (no prelo).
- _____. (2006). “Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica”. In: *Comum*, v.11, n. 26, janeiro/junho, pp.46-65.
- _____. (2005). *Tecendo as redes do Programa Favela-Bairro em Acari*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Rio de Janeiro, UERJ.
- IBASE (2000). *Com a palavra, os moradores! Pesquisa qualitativa em comunidades e bairros da Grande Tijuca*. Rio de Janeiro: Agenda Social/Ibase.
- LATOUR, B. (2006). *Changer de société. Refaire de la sociologie*. Paris: La Découverte.
- _____. (2004). “Por uma antropologia do centro” (entrevista do autor à revista). *Mana* 10(2), pp. 397-414.
- _____. (2003). *Un monde pluriel mais commun. Entretiens avec François Ewald*. Paris: Éditions de l’Aube.
- _____. (2002a). *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. Bauru, SP: EDUSC.
- _____. (2002b). *A Dialog on Actor Network Theory*. Disponível em: <http://www.ensmp.fr/~latour/articles/article/090.html>.

- _____. (2001). *A Esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru, SP: EDUSC.
- _____. (2000). *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP.
- _____. (1994). *Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- _____. (1988). “The powers of association”. In: Law, John (org). *A Sociology of monsters: essays on power technology and domination*. London: Routledge.
- _____. (1984). *Les microbes, guerre et paix, suivi de Irréductions*. Paris: Métailié.
- LATOUR, B.; WOOLGAR, S. (1997) *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- LAW, J. (1986). “On the methods of long-distance control: vessels, navigation and the Portuguese route to India”. In: Law, John Keele. *Power, Action and Belief. A New Sociology of Knowledge?*, Sociological Reviews Monograph, pp.234-263.
- MALINOWSKI, B. (1978). *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné*. São Paulo: Abril Cultural, 2ª edição.
- MEDINA, C. A. (1964). *A favela e o demagogo*. São Paulo: Martins.
- MELLO, M. A. S.; VOGEL, A.; SANTOS, C. N. F. (1981). *Quando a Rua Vira Casa, A Apropriação de Espaços de Uso Coletivo em um Centro de Bairro*. Rio de Janeiro: IBAM/FINEP, 2ª edição.
- MISSE, M. (2007). “Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro”. In: *Estudos Avançados*, n.21 (61).
- MORAES, M. (2003). *Alianças para uma psicologia em ação: sobre a noção de rede*. Disponível em: www.necso.ufrj.Brasil/Ato2003/MarciaMoraes.htm.
- MOTA, F. R. (2009). *Cidadãos em toda parte ou cidadãos à parte? de reconhecimento e de direitos no Brasil e na França*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- NACHI, M. (2006). *Introduction à la sociologie pragmatique*. Armand Colin.
- OLIVEIRA, A. M.; CARVALHO, C. P. (1993). *Favelas e as organizações comunitárias*. Centro de Defesa dos Direitos Humanos “Bento Rubião”. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- SOUZA, M. A. P. (2001). *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- WIKINSON, J. (2004). *Redes, convenções e economia política: de atrito à convivência (mimeo)*. Trabalho apresentado no XXVIII Encontro Anual da ANPOCS.

A Teoria Ator-Rede como dispositivo teórico-metodológico de análise da produção de violências na contemporaneidade¹

Irme Salete Bonamigo

Quando abandonamos o mundo moderno, não recaímos sobre alguém ou sobre alguma coisa, não recaímos sobre uma essência, mas sim sobre um processo, sobre um movimento, uma passagem, literalmente, um passe, no sentido que esta palavra tem nos jogos de bola. Partimos de uma existência contínua e arriscada – e não de uma essência; partimos da colocação em presença e não da permanência. Partimos do vinculum em si, da passagem e da relação, aceitando como ponto de partida apenas aqueles seres saídos desta relação ao mesmo tempo coletiva, real e discursiva.
(Latour, 1994, p. 127)

A categoria violência hoje é utilizada para designar diversas situações, como crimes, conflitos, situações de constrangimento, exclusão ou humilhação, discriminação por cor, sexo, idade, etnia, religião e escolha sexual. Tendo em vista que possui muitas possibilidades de definição, diz respeito a uma diversidade de eventos contextualizados em múltiplos espaços, com motivações variadas, o termo será proferido no plural (violências).

Estudar as violências, levando em consideração as mudanças que caracterizam a contemporaneidade, a diversidade e a multiplicidade que compõem o fenômeno e a não reprodução de dicotomias produzidas, torna-se um

¹ Este artigo foi escrito a partir das pesquisas para a tese de doutorado *Violências na contemporaneidade: etnografias de redes sociotécnicas na cidade de Chapecó (SC)*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS-UERJ), orientada pelo professor Ronald Arendt, realizada no período de 2003 a 2007, contando com auxílio financeiro do CNPq (bolsa de doutorado), CAPES (bolsa de doutorado no exterior) e PCDTU – Unochapecó, e aprovada pela Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ (COEP), documento n. 004/2007.

desafio atual. A Teoria Ator-Rede contribui com a Psicologia para enfrentar esse desafio, pois constitui um referencial teórico-metodológico de conhecimento que permite uma visão não dicotômica e não essencialista de entidades ontológicas como: indivíduo-sociedade, natureza-cultura e sujeito-objeto. Dessa forma, o referencial possibilita abordar de forma inovadora questões importantes para a Psicologia Social, como as violências.

Musso (2004, p. 31), ao discutir a filosofia da rede, define-a como “uma estrutura de interconexão instável, composta de elementos em interação, e cuja variabilidade obedece a alguma regra de funcionamento” e ressalta algumas de suas características: a) pode-se pensar a rede em termos de um elemento em um todo-rede ou de uma rede em uma rede de redes; trata-se sempre de pensar uma complexificação autoengendada pela estrutura rede; b) a rede é uma estrutura de interconexão instável e provisória; c) a rede cria um tempo curto pelo rápido transporte ou intercâmbio de informações; d) possibilita interconexão e ligação sem limite, qualquer ponto de uma rede pode ser ligado a qualquer outro; e) as conexões provocam modificações nas linhas conectadas imprimindo novas direções; f) a rede é caracterizada por subconjuntos restritos marcados por fortes relações de interferência entre eles; g) uma rede é o lugar onde a determinação é construída, negociada, ensaiada.

Teoria Ator-Rede, ou Sociologia Ator-Rede, é a denominação do método de estudo dessas associações heterogêneas, seus mecanismos de consolidação ou transformação, de forma a não reduzi-las nem a um ator, nem a uma rede. Para Wilkinson (2004, p. 2), embora a Teoria Ator-Rede seja considerada pelos seus formuladores uma metodologia em vez de uma teoria, ela “na prática alcançou o estatuto de uma teoria, quer pelas ambições do seu método (abolição do pensamento dualístico), quer pela sua re-conceitualização sistemática de práticas de pesquisa, que envolvem uma nomenclatura extensa e original”.

Segundo Murdoch (1994), na sociologia clássica o termo rede é usualmente utilizado para referir-se a relações entre atores sociais. Em outras disciplinas, os estudos das redes podem ser não-sociais como redes de esgotos, de telecomunicações e de estradas. A noção de rede proposta pela Teoria Ator-Rede é um híbrido destas duas formas mais tradicionais: compostas de materiais heterogêneos incluindo humanos, não-humanos e discursos. Não há nada que seja técnico que também não seja social, e o social é composto também pelo técnico, por isso a denominação de rede sociotécnica. Uma das inovações desta noção é a possibilidade de concepção dos não-humanos como *actantes* nas redes. Latour (2001) utiliza o termo *actante* para substituir o termo agente ou ator e abranger também os não-humanos. Um *actante* pode ser definido como qualquer pessoa, instituição ou coisa que tenha agência, que produza efeito no mundo. Neste texto, os termos ator, agente e *actante* são usados como sinônimos. Não-humano é uma categoria também empregada por Latour (2001) para referir coisas: equipamentos, materiais, dispositivos tecnológicos, artefatos de inscrição, dentre outros. Para a Teoria Ator-Rede, rigorosamente, todas as ações resultam de entidades híbridas (humanos e não-humanos).

A noção de rede sociotécnica permite um outro modo de conceber as violências, a subjetividade, o social e a própria psicologia social. As violências podem ser compreendidas como efeitos de associações entre diversos *actantes*, que engendram práticas e discursos; a subjetividade como uma dimensão que coemerge com os universos sociotécnicos (Pelbart; Costa, 2003); o social não é o que antecede nossas práticas, mas o que é “tecido e re-tecido na rede heterogênea de articulações que estamos atuando” (Arendt, 2007, p. 285); e a psicologia social, além das relações entre homens, pode seguir também os vínculos entre humanos e não-humanos, interrogando sobre os efeitos que tais conexões produzem (Moraes, 2005).

A Teoria Ator-Rede como dispositivo teórico-metodológico para o estudo das violências

Com base na Teoria Ator-Rede, concebo as violências na contemporaneidade como efeitos de redes compostas de elementos heterogêneos, híbridos de natureza-cultura, humanos e não-humanos, do científico, do político e do tecnológico, resultado de diferentes formas de fabricação: fabricação de práticas, de discursos, de significados e de inscrições².

Esta concepção se sustenta no princípio da simetria generalizada (Latour, 1994, 2000), que propõe tratar de modo igual e nos mesmos termos a natureza e a sociedade. Dessa forma, qualquer divisão *a priori* deve ser rejeitada; os pontos de vista conflitantes são explicados nos mesmos termos, e igual importância é dada à ação dos humanos e não-humanos na rede. Ainda, evita-se julgar a forma como os atores analisam a sociedade que os envolve, não privilegiando nenhum ponto de vista, não censurando qualquer interpretação e não fixando as identidades dos atores, que estão em constante negociação. O entendimento de determinada violência como uma composição em rede não coloca em lados opostos indivíduo/coletivo e nem vítima/agressor, o que permite olhar para as diversas conexões que sustentam relações e práticas.

Nessa perspectiva, torna-se fundamental o princípio de livre associação proposto por Callon (1986), que sugere, no processo de realização de uma pesquisa, abandonar a grade pré-estabelecida de análise e seguir os atores para identificar a forma pela qual eles definem e associam os diferentes elementos, o modo como eles constroem e explicam o mundo, seja ele social ou natural.

Ainda, algumas regras metodológicas propostas por Latour (2000) contribuem para seguir as violências em seu processo de produção:

2 Inscrição é o “termo geral referente a todos os tipos de transformação que materializam uma entidade num signo, num arquivo, num documento, num pedaço de papel, num traço” (Latour, 2001, p. 350), como por exemplo as estatísticas oficiais referentes às práticas violentas que materializam a violência sob a forma de indicadores de sua presença ou ausência, seu aumento ou diminuição, através de tipos, números, cálculos de porcentagem e gráficos.

Concebendo-as não como um produto final, não como fatos fechados, mas acompanhando os processos de constituição, abrangendo-as em seus movimentos, na rede de atores que as compõem.

Seguindo as transformações das categorias que as definem, das práticas que são consideradas violentas, dos seus instrumentos de ação, dos objetos usados para a sua prevenção e dos seus dispositivos de inscrição. São estas transformações que determinam a objetividade ou subjetividade das violências e não suas qualidades intrínsecas.

Sem definir o natural pelo social ou o social pelo natural; ou seja, não há nada no estado da sociedade ou da natureza que torne previsível as conexões que resultam em violências. É ao final das controvérsias que emergirá um estado estável da sociedade ou da natureza, com uma interpretação mais duradoura dos seus membros. Daí a necessidade de acompanhar o processo de fabricação, as controvérsias, e considerar simetricamente os esforços para recrutar humanos e não-humanos.

Abordando, diante da construção de um divisor entre interior e exterior pelos atores, os dois lados simultaneamente. Ou seja, com relação àquilo de que é feita a violência, deve-se ser tão indefinido, durante a pesquisa, quanto os vários agentes que serão seguidos, acompanhando os diversos lados simultaneamente e criando uma lista de todos os que realizam a sua fabricação.

Quando diante de uma acusação de irracionalidade ou de crença em alguma coisa, buscar não olhar para a lógica que está sendo infringida ou para a estrutura social que poderia explicar a distorção, mas para o deslocamento do observador e para a extensão da rede. O importante é acompanhar como se dá e o que mantém as conexões que compõem a rede.

Examinando os seus diversos modos de inscrição, através da descrição da forma como a violência é materializada, seja através de indicadores de sua presença ou ausência, de seu aumento ou diminuição, ou de como circula nos diferentes discursos, por meio de categorias e significações.

Ainda, o emprego da noção de rede, a partir de suas três propriedades metodológicas (Latour, 1996), permite na análise da composição de violências: a) rejeitar a dicotomia longe/perto, pois há elementos próximos que não estão conectados, podendo ser considerados remotos, e há elementos que parecem distantes, mas podem ser atraídos; b) dissolver a distinção entre micro e macro, pois uma rede nunca é maior que outra, apenas mais comprida ou mais intensamente conectada; c) ultrapassar a divisão dentro/fora. Não há na rede um dentro e um fora separados por um limite. O limite que se estabelece é se a rede permite ou não uma conexão estável entre os elementos.

Como exemplo do emprego dos princípios, regras e propriedades metodológicas expostas, citarei duas pesquisas realizadas, as quais focaram violências compreendidas como redes sociotécnicas. A primeira envolveu o estudo etnográfico³ de uma tentativa de furto praticada por dois adolescentes e uma criança, publicada no jornal Diário do Iguazu (2005), por meio do qual optei por abrir a caixa-preta da reportagem e conhecer as diversas conexões que teciam a rede de *actantes* e possibilitavam relações e práticas. As observações feitas, a realização de entrevistas e a análise de documentos possibilitaram descrever o evento, tornando visível alguns *actantes* implicados em sua configuração: os adolescentes e a criança que tentaram praticar o furto; as armas utilizadas (faca, pedaço de mangueira); o estabelecimento comercial alvo do furto; a empresária que registrou a ocorrência; o alarme monitorado por uma empresa de segurança que disparou durante a tentativa de furto; a Polícia Militar que recebeu a denúncia e fez a apreensão da criança e dos adolescentes e os conduziu à Polícia Civil; a Polícia Civil que fez o Boletim de Ocorrência Circunstancial; a mãe de um dos adolescentes que foi à Delegacia de Polícia e assinou o Termo de Responsabilidade pelos adolescentes; o Conselho Tutelar que se responsabilizou pela criança; a mídia (uma TV e dois jornais) que veiculou o evento. Ainda, o acompanhamento

3 Este estudo está descrito com detalhes em Bonamigo (2008a).

da história de um dos adolescentes possibilitou conhecer outros *actantes* vinculados à rede: escola, família, droga (crack), traficante, receptor de mercadorias roubadas, armas, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), programas de atendimento (Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida Comunitária), estabelecimentos para internação de adolescente em conflito com a lei (Centro de Internamento Provisório e Centro Educacional Regional), programa de tratamento de dependência química, avaliação psicológica, dentre outros. A abordagem da Teoria Ator-Rede permitiu identificar a rede que sustentou a composição do furto a partir dos diversos *actantes* (humanos e não-humanos) a ela vinculados, possibilitando sair da polarização agressor/vítima e focar as mediações, as negociações e os desvios presentes na rede de vínculos. A visibilidade da ação dos atores possibilitou detectar que violência em um furto não reside apenas no ato de o adolescente subtrair um bem de outra pessoa, mas também na forma agressiva da polícia abordar o adolescente, na inscrição interpretativa e redutora da história desse adolescente, nas situações difíceis enfrentadas pela sua família no cotidiano, no modo como ele é afetado pelo traficante e receptor, na forma como a mídia veicula o furto, etc. Foi possível vislumbrar, também, a possibilidade de construção de outras redes, que conectem outros atores a partir da produção de novos vínculos, que proporcionem outras possibilidades, situações novas e criativas, que afetem e coloquem adolescentes em movimento, produzindo outros efeitos.

A segunda pesquisa (Bonamigo, 2007)⁴ investigou um projeto de instalação de câmeras de monitoramento eletrônico, tecnologia de vigilância que compõe a forma contemporânea de gerir violências a partir de dispositivos de segurança. Seguir uma câmera de monitoramento (um *actante*) foi a estratégia de pesquisa para conhecer a rede à qual ela estava vinculada e o processo de gestão de violências na cidade de Chapecó (SC), o que permitiu, durante o processo de identificação de suas conexões e efeitos, conhecer vários

⁴ Pesquisa que integra a tese de doutorado *Violências na contemporaneidade: etnografias de redes sociotécnicas na cidade de Chapecó (SC)*.

outros *actantes* do espaço público e privado, a tradução⁵ dos diferentes interesses implicados em sua instalação e algumas controvérsias presentes na tentativa de mobilização de recursos e na definição dos espaços de sua instalação, pois se algumas pessoas e regiões são protegidas, outras são vigiadas. O significado da categoria violência que circulava na rede que sustentava o processo de mobilização para a implantação do monitoramento eletrônico dizia respeito aos danos causados ao patrimônio público e privado: roubos, furtos, extorsão e depredação, que podiam, em seu curso, ameaçar também a vida das pessoas. Conforme afirmei anteriormente, a palavra violência possui diferentes sentidos na atualidade, sendo alguns tipos mais visíveis que outros, como bem ilustra a música “Classe Média”, de Max Gonzaga, destacando a mídia como um *actante* importante para a mobilização das pessoas:

...eu ‘tô nem aí’ se o traficante é quem manda na favela. Eu não ‘tô nem aqui’ se morre gente ou tem enchente em Itaquera (...). Mas fico indignado com o Estado quando sou incomodado pelo pedinte esfomeado que me estende a mão. (...) se o assalto é em Moema, o assassinato é no ‘Jardins’. A filha do executivo é estuprada até o fim. Aí a mídia manifesta a sua opinião regressa, de implantar pena de morte, ou reduzir a idade penal. Eu quero é que se exploda a periferia toda. (...) Toda tragédia só me importa quando bate em minha porta (Gonzaga, 2004).

Ressalto que uma importante contribuição da Teoria Ator-Rede é a possibilidade de analisar os não-humanos de uma forma singular no estudo das violências, a partir das funções que lhes podem ser delegadas, tais como: representar normas, substituir a presença de policiais (câmeras de

5 Também denominada de translação. “Em suas conotações linguística e material, refere-se a todos os deslocamentos por entre outros atores cuja mediação é indispensável à ocorrência de qualquer ação. Em lugar de uma rígida oposição entre contexto e conteúdo, as cadeias de translação referem-se ao trabalho graças ao qual atores modificam, deslocam e transladam seus vários e contraditórios interesses” (Latour, 2001, p. 356).

monitoramento), evitar violências (sistemas de segurança diversos), ser instrumento de prática violenta (armas), fazer a leitura do fenômeno da violência (estatísticas). Os não-humanos estão presentes e são *actantes* no fluxo das relações. Nas conexões que se estabelecem entre humanos e não-humanos, Latour é categórico: não há uma essência do sujeito, nem uma essência do objeto. Portanto, não há determinismos, e sim possibilidades de criação e determinação no fluxo dos acontecimentos, efeitos da rede que constroem.

Deste modo, as técnicas “modificam a substância de nossa expressão e não apenas a sua forma” (Latour, 2001, p. 213), elas não somente possuem significados, mas também produzem significados, devido a um tipo especial de articulação que vai além da fronteira racional entre signos e coisas. Portanto, no estudo sobre violências, torna-se necessário considerar de forma simétrica a ação dos humanos e não-humanos, dando a mesma importância a estes elementos na composição da rede.

O papel das armas na composição de práticas violentas

Ao estudar o papel da técnica na vida das pessoas, Latour (2001) contribui para a discussão sobre as relações que se podem estabelecer entre pessoas e armas. A posição do autor é a de que não podemos prever o que pode acontecer quando se junta uma pessoa e uma arma, pois, como afirmei anteriormente, não há uma essência do sujeito ou do objeto, não há objetivos fixos do sujeito e do objeto. No encontro entre uma pessoa e uma arma, um novo objetivo pode ser constituído, havendo a criação de um novo vínculo que modifica tanto a pessoa quanto a arma.

Latour (2001, p. 205) situa duas posições extremas existentes, com as quais não concorda: uma versão sociológica (moralista), que considera a técnica neutra, nada acrescentando à ação; nesse caso, as técnicas podem ser dominadas, pois “nada mais são que escravos flexíveis e diligentes”. A outra posição, denominada de versão materialista, defende que as técnicas possuem potencial que transforma as pessoas,

modifica as qualidades dos sujeitos, suas competências e suas personalidades. Como exemplo, Latour cita a relação das pessoas com as armas. Na versão sociológica, a arma é apenas uma ferramenta, de modo que ela será usada com prudência se o atirador for um bom sujeito. No entanto, se o atirador “for um velhaco ou um lunático, o assassinato que de qualquer maneira ocorreria será (simplesmente) executado com mais eficiência – sem nenhuma alteração na arma em si” (Latour, 2001, p. 204), visto que esta é apenas um veículo neutro. Na versão materialista, o fato de uma pessoa ter um revólver na mão modifica tudo, pois as armas transformam as pessoas.

Latour utiliza o exemplo e as posições acima descritas para explicar o significado de mediação técnica. Programa de ação é um dos sentidos que o autor vincula à mediação, referindo-se à série de passos, intenções e objetivos que um agente pode descrever numa história como a da arma e do atirador. O autor vê uma terceira possibilidade além das posições acima levantadas: há o *actante* A (pessoa) com um objetivo (1) e o *actante* B (arma) com outro objetivo (2). Se o *actante* A se associa ao B, um novo *actante* surge: uma pessoa com uma arma (*actante* C); e emerge, também, a possibilidade da criação de um terceiro e novo objetivo, que não corresponde aos programas anteriores de nenhum dos *actantes*. Essa incerteza quanto aos objetivos, Latour (2001, p. 206) denomina de tradução, indicando “deslocamento, tendência, invenção, mediação, criação de vínculo que não existia e que, até certo ponto, modifica os dois originais”.

No exemplo citado, o *actante* não seria a arma ou o cidadão, mas a arma-cidadão ou o cidadão-arma. O autor deixa claro que, para compreender as técnicas, é necessário partir do pressuposto de que a capacidade psicológica dos humanos não está fixada para sempre, que uma pessoa com um revólver na mão torna-se uma pessoa diferente.

O autor afirma, ainda, que a tradução é simétrica, o que é verdadeiro para o sujeito, o atirador, é verdadeiro para o objeto, o revólver. O atirador se torna diferente quando empunha

uma arma; a arma se torna diferente quando empunhada por um atirador: “O revólver não é mais o revólver-no-armário, o revolver-na-gaveta ou o revólver-no-bolso e sim o revólver-na-sua-mão, apontado para alguém que grita apavorado” (Latour, 2001, p. 207). Para Latour, o equívoco dos materialistas e dos sociólogos é de “começar pelas essências, as dos sujeitos ou as dos objetos” (p. 207), pois esse ponto de partida não permite avaliar o papel mediador das técnicas e das ciências. Através do estudo da arma e do cidadão como proposições⁶, percebe-se que nem o sujeito nem o objeto e seus objetivos são fixos. “Quando as proposições são articuladas, elas se juntam numa proposição nova. Tornam-se alguém, alguma coisa mais” (p. 207). O autor conclui: “não são nem as pessoas nem as armas que matam. A responsabilidade pela ação deve ser dividida entre os vários *actantes*” (p. 208).

Assim, na discussão sobre a política do desarmamento, entendo que não podemos responsabilizar apenas a arma, embora a arma continue sendo um dos *actantes* em algumas práticas violentas. Como afirmou Latour, em uma ação, a responsabilidade deve ser dividida entre os vários *actantes*. Analisar o armamento/desarmamento com base nessa abordagem significa levar em consideração os vários *actantes* que compõem cada coletivo em questão, e isso significa dizer que devemos considerar a singularidade que caracteriza cada situação em estudo.

Segundo Cano (2002, p. 149), as armas de fogo podem ser usadas como instrumento para proteger os seus proprietários, mas com maior frequência “elas constituem um fator de risco que aumenta o perigo para seu possuidor, para os que o rodeiam e para a sociedade em geral”. O autor explica que os fatores de risco abrangem possibilidade de: acidentes envolvendo adultos e crianças, suicídio do proprietário e membros de sua família, que discussões e brigas acabem em crime, que a arma acabe sendo usada contra o seu próprio dono.

⁶ Latour (2001) emprega o termo proposição “não no sentido epistemológico de uma frase tida como verdadeira ou falsa (para isso tenho a palavra assertiva), mas no sentido ontológico daquilo que um ator oferece a outros atores” (p. 354).

Análise que os fatores de risco representados pela presença das armas, identificados por Cano (2002), não estão em contradição com a ideia da imprevisibilidade do que pode acontecer diante da junção de uma pessoa com uma arma e a emergência de um *actante* híbrido “pessoa-armas”, apontada por Latour (2001). Apesar dos dois autores partirem de abordagens diferentes, enfatizam que, no curso dos acontecimentos, pode haver desvios de objetivos. Nesse contexto, entendo que há sentido pensar em desarmamento, pois, se a arma não estiver presente, diminui a possibilidade de haver o encontro arma-pessoa e, não havendo esse encontro, diminui a possibilidade de ocorrência de algumas práticas violentas com a utilização da arma em questão. No entanto, a ação é apenas pontual: o desarmamento evita que determinadas pessoas encontrem determinadas armas, desviando possíveis práticas a elas vinculadas.

Contornando dicotomias presentes em estudos sobre violências

Com relação às divisões presentes em estudos sobre violências, dentre as anteriormente apontadas, enfatizo a análise da dicotomia indivíduo/sociedade: ou a violência é localizada no indivíduo, como se fizesse parte de sua natureza, ou é localizada na sociedade, sendo entendida como uma construção social.

Como exemplos desta divisão, podem ser assinalados alguns estudos identificados por Minayo, Souza e Assis (1990, 2003) que, por um lado, localizam a determinação da violência no indivíduo e enfatizam os fatores biológicos que a predis põem, considerando-a como fruto da agressividade instintiva da natureza humana ou ainda identificam como causa os fatores intrapsíquicos, concebendo-a como uma questão de conduta individual. Por outro lado, estudos citados pelas mesmas autoras atribuem a sua determinação à desigualdade, pobreza e exclusão social ou explicam o seu aumento pela fraqueza do Estado. A Teoria Ator-

Rede permite tangenciar esta dicotomia⁷, pois permite não localizar as violências nem no indivíduo nem na sociedade, mas na composição ator-rede, e para detectá-las é necessário seguir os atores para acompanhar o processo de fabricação e identificar seus efeitos.

Ainda, na literatura sobre o tema podem ser identificadas abordagens que se baseiam em concepções de violência que ressaltam a sua positividade, e outras que enfatizam a sua negatividade, seu aspecto destrutivo. Hannah Arendt (1990) não concebe positividade nas violências, mostrando a crueldade que se esconde nas experiências políticas totalitárias. Por outro lado, Maffesoli (1987, 1993, 2001, 2003) apreende as violências em sua positividade, isto é, como componente de criação de novas formas sociais, como força que possibilita a afirmação de diferenças, como elemento instaurador positivo que se contrapõe aos processos de controle e homogeneização.

Historicamente é possível (e importante) analisar práticas violentas situadas em determinados espaços e os efeitos positivos e negativos decorrentes das mesmas. No entanto, uma forma de reificar as violências, como objeto de estudo, é cair na armadilha de considerá-las como “boas” ou “más”, criativas ou destrutivas em si mesmas, *a priori*. Portanto, é recomendável, previamente ao estudo, não defini-las como positivas ou negativas, ou deliberadamente buscá-las em sua positividade ou negatividade, pois é somente no fluxo dos acontecimentos que a positividade, negatividade ou outro efeito compor-se-á e, então, poderemos descrevê-lo.

Considerações finais

A Teoria Ator-Rede tem se revelado um dispositivo teórico-metodológico de análise capaz de enfrentar o desafio, que se configura para a Psicologia Social e outros campos de conhecimento, de estudar violências na contemporaneidade, levando

7 No sentido de traçar uma “linha de fuga” (Deleuze; Guattari, 1995), ou seja, fazer conexões outras que possibilitem contornar as dicotomias estabelecidas.

do em consideração a diversidade e a multiplicidade que as caracterizam e as singularidades do atual momento. Este dispositivo permite conceber as violências como fabricação, como efeitos de redes sociotécnicas e conduz metodologicamente à descrição das relações que se estabelecem entre os elementos heterogêneos que as compõem, de forma a acompanhar o movimento, o fluxo que determina estabilizações, sem fixar *a priori* as identidades dos atores.

Os seus princípios, propriedades e regras metodológicas permitem focar as conexões que se estabelecem entre os elementos heterogêneos, sem hierarquizá-las quanto à posição e ao vínculo, contornando dicotomias modernas como natureza/cultura, indivíduo/sociedade, humano/não-humano, bom/mau, longe/perto, dentro/fora, micro/macro.

Muitos são os caminhos possíveis de se apropriar da Teoria Ator-Rede como ferramenta de análise para o estudo das violências, os quais envolvem processos de tradução e tração (Law, 1997), pois conhecer e utilizar um dispositivo teórico-metodológico implica manter similaridades e estabelecer continuidades, mas também provocar diferenças, deslocamentos, transformações. Para Latour (2006, p. 208), ferramentas “nunca são ‘meras’ ferramentas prontas para serem aplicadas, elas sempre modificam os objetivos que você tinha em mente”, entram em relação, produzem efeitos não previstos. Nos estudos que venho realizando⁸, a Teoria Ator-Rede tem possibilitado abranger o impreciso e o indeterminado presente na fabricação de violências, sem início, meio e fim e sem fixações *a priori*; as relações estão distribuídas em um espaço fluido, que se espalha de maneira desordenada em várias direções. Em lugar de essência, a existência arriscada.

8 Bonamigo (2007, 2008a, 2008b, 2008c), Bonamigo et al. (2009).

Referências bibliográficas:

- ARENDDT, Hannah (1990). *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ARENDDT, Ronald João J. (2007). “Emoções e Mídia”. In: Jacó-Vilela; Sato, L. *Diálogos em Psicologia Social*. Porto Alegre: Editora Evangraf Ltda.
- BONAMIGO, Irme Salette (2008a). “Tecendo relatos, versões e cenas: etnografia de um evento violento”. *Psicologia & Sociedade*, 20 (3), 350-359.
- _____. (2008b). “Violências e contemporaneidade”. *Revista Katálysis*, v. 11, n. 2, jul./dez., p.204-213.
- _____. (2008c). “Violências e processos contemporâneos de subjetivação”. In: Bonamigo, I; Tondin, C.; Bruxel, K. *As práticas da psicologia social com(o) movimentos de resistência e criação*. Porto Alegre: Abrapso Sul.
- _____. (2007). *Violências na contemporaneidade: etnografia de redes sociotécnicas na cidade de Chapecó (SC)*, 2007. Tese de Doutorado em Psicologia Social. Rio de Janeiro, UERJ.
- BONAMIGO, I; BRUXEL, K.; BORTOLI, F; FAVARETTO, M.; SEBENELLO, D.; ZANCHET, A. (2009). *A gestão de violências na cidade de Chapecó (SC)*. Relatório de pesquisa – Universidade Comunitária Regional de Chapecó, Chapecó.
- CALLON, M. (1986). “Some elements of a sociology of translation: domestication of scallops and fishermen of St. Brieuç Bay”. In: Law, John (Ed.). *Power, action and belief: a new sociology of knowledge?* London, Boston and Henley: Routledge and Kegan Paul.
- CANO, I. (2002). “A importância do microdesarmamento na prevenção da violência”. In: Oliveira, Nilson Vieira (Org.). *Insegurança pública: reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana*. São Paulo: Nova Alexandria.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (2004). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1v. (Col. TRANS).
- DIÁRIO DO IGUAÇU (2005). Chapecó, 17 maio 2005.
- Gonzaga, Max (2004). *Classe média*. Disponível em: www.maxgonzaga.com.br. Acesso em fevereiro de 2009.
- LATOUR, B. (2006). *Changer de société. Refaire de la sociologie*. Paris: La Découverte.
- _____. (2004). *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru, SP: EDUSC.
- _____. (2003). “The promises of constructivism”. In: Don Ihde (Ed.). *Chasing Technology: Matrix of Materiality. Indiana Series for the Philosophy of Science*, Indiana University Press, p. 27-46.
- _____. (2001). *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru, SP: EDUSC.
- _____. (2000). *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP.

- _____. (1996). “On actor-network theory: a few clarifications”. In: *Soziales, Welt* 47, n. 4367.
- _____. (1994). *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- _____. (1986). The powers of association. In: Law, John (Ed.). *Power, action and belief: a new sociology of knowledge?* London, Boston and Henley: Routledge and Kegan Paul.
- LAW, J. (1997). *Tradução/traição – notas sobre a Teoria Ator-Rede*. Disponível em: www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers. Acesso em agosto de 2004.
- MAFFESOLI, M. (2003). *O instante eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas*. São Paulo: Zouk.
- _____. (2001). *A violência totalitária: ensaios de antropologia política*. Porto Alegre: Sulina.
- _____. (1993). “Os imaginários do social”. In: *Psicologia e Práticas Sociais*, v.1, nº 3. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- _____. (1987). *Dinâmica da violência*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Edições Vértice.
- MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R.; ASSIS, S. G. (1990). *Bibliografia comentada da produção intelectual sobre violência no Brasil, até 1990*. Rio de Janeiro: Panorama/ENSP.
- MINAYO, M. C. S. et al. (2003). “Tendências da produção científica brasileira sobre violência e acidentes na década de 90”. In: Minayo, Maria Cecília de Souza; Souza, Edinilsa Ramos. *Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- MORAES, M. (2005). “Subjetividade, cognição e redes sociotécnicas”. *Série Documenta Eicos Subjetividade e contemporaneidade*, ano X, n. 16, 2005.
- MURDOCH, J. (1994). *Weaving the seamless web: a consideration of network analysis and its potential application to the study of the rural economy*. University of Newcastle Upon Tyne. February 1994.
- MUSSO, P. (2004). “A filosofia da rede”. In: Parente, André (Org.). *Tramas da rede*. Porto Alegre: Sulina.
- PELBART, P. P.; COSTA, R. (2003). “Apresentação”. In: PELBART, P. P.; COSTA, R. (orgs). *Cadernos de subjetividade: o reencantamento do concreto*. São Paulo: Editora Hucitec/EDUC.
- WILKINSON, J. (2004). “Redes, convenções e economia política: de atrito à convivência”. Paper apresentado no XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, 26 a 30 de outubro de 2004, Caxambu, MG.

Híbridos e Paradoxais

Vera Schroeder

Pode-se dizer que o paradoxo sempre fascinou a mente humana. Desde a antiguidade, tudo aquilo que fugia ao que estava estabelecido como verdade e contrariava o senso comum, mas que mesmo assim fizesse sentido, inquietava matemáticos e filósofos. O filósofo pré-socrático Zenão de Eléia (490-425 a.C.) tornou-se famoso pela sua maneira de argumentar, sempre permeada de contradições e dilemas. No famoso Paradoxo de Aquiles, Zenão nos coloca frente a uma hipotética corrida entre o herói grego Aquiles e uma tartaruga. Nesta corrida, procurando diminuir “possíveis desvantagens”, é oferecido à tartaruga sair 80 metros à frente da linha de largada. Porém, quando Aquiles percorre os 80 metros, a tartaruga já teria percorrido 8 metros. No intervalo de tempo que Aquiles percorrer esta distância, a tartaruga teria andado mais outra, e assim por diante. Haveria sempre uma diferença, mesmo que mínima, a ser alcançada por Aquiles.

Este e outros paradoxos descritos por Zenão tiveram forte impacto na filosofia da natureza na Grécia. Discípulo de Parmênides – primeiro filósofo a expor suas ideias em verso – Zenão seguiu seus ensinamentos e procurava defender suas teses, principalmente ligadas à prova indireta da imobilidade e ao princípio da unidade. Combatia, assim, o princípio da dualidade e outras ideias que traziam uma visão de mundo fragmentada.

Estudos de diferentes épocas aprofundaram conceitos paradoxais tanto na área da lógica, como da epistemologia e da matemática, sobretudo no desenvolvimento da metamatemática (ou teoria da prova) e da cibernética. Nesse sentido, estudos acerca do paradoxo apontam caminhos ainda não percorridos e, através da sua não-linearidade,

contribuem para a compreensão de sistemas, da comunicação e das relações humanas.

Estes novos rumos sugerem uma crítica mais contundente às verdades e estabilizações impostas ao longo da Modernidade. Além disso, colocam em xeque nossa herança platônica, propondo uma construção epistemológica que possa também abarcar o indeterminado e o insólito, como fizeram os sofistas. Estes estrangeiros, vindos da Magna Grécia, traziam em seu discurso o devir heraclitiano, onde aquilo que parece ser tem tanto valor quanto aquilo que é em si. Reconhecidos como hábeis na “arte de ensinar”, construíam um saber que aproximava a doxa (opinião) da alétheia (verdade). Foram fortemente criticados por seus inimigos: Platão, Aristóteles e outros. Justamente aqueles que deixaram relatos sobre os sofistas, evidentemente desfavoráveis.

Se somos herdeiros do pensamento platônico, caracterizado pela busca incessante na construção da via da verdade, somos também herdeiros do pensamento ambíguo dos sofistas. E esta herança parece contribuir na produção de conhecimentos a partir de relações não-hierárquicas e não-binárias na sociedade contemporânea. O sociólogo francês Bruno Latour, questiona, por exemplo, a visão aristotélica de que “ou o ser é, ou não é”. Para ele, os fatos são híbridos: sempre reais e ao mesmo tempo construídos socialmente.

Estas pesquisas estabelecem um interessante diálogo com a obra do antropólogo inglês Gregory Bateson (1904-1980), responsável por importantes estudos sobre o paradoxo na comunicação humana. Bateson procurava unir natureza e cultura, antropologia e psicologia, propondo uma nova epistemologia. Bateson estava dando passos para a construção de vínculos que pudessem conectar todos os seres vivos (the pattern which connects all living creatures) e, a partir desses elos, compreender o conhecimento, a mente, as relações humanas. É importante ressaltar que para Bateson mente não se equivale ao pensamento ou à

razão, mas sim aquilo que nos une, que estabelece vínculos com o outro¹.

E é sobre este possível diálogo o que trago aqui.

Jamais fomos platônicos

Para Latour (2004a), será através da divisão do mundo que a modernidade busca alcançar respostas mais objetivas, purificando o mundo através de categorias bastante distintas. Ao mesmo tempo, cria uma imensa quantidade de paradoxos e armadilhas lógicas. Frente ao *híbrido*, permanecemos sem respostas. O homem e a vida foram dilacerados pela sua *Constituição*, que também poderia ser descrita como as *regras do jogo*. E a regra desse jogo é a divisão de papéis: a representação da natureza cabe aos cientistas e a representação da sociedade cabe aos políticos. Haveria ainda um terceiro papel, uma espécie de árbitro do jogo, ficando fora, mas, paradoxalmente, também dentro do jogo: um *Deus suprimido*.

Para Latour, a questão aqui é a necessidade de se discutir novas regras para esse jogo, uma nova *Constituição*, que possa abarcar a “natureza-cultura” como uma coisa só, interagindo melhor com aquilo que não se apresenta como puro e definido, mas como ambíguo e híbrido. Porém, não é isto o que acontece e as relações passam a se dar da seguinte maneira:

1. Ainda que sejamos nós que construímos a natureza, ela funciona como se nós não a construíssemos;
2. Ainda que não sejamos nós que construímos a sociedade, ela funciona como se nós a construíssemos;
3. A natureza e a sociedade devem permanecer absolutamente distintas.

E será justamente esta divisão de papéis – uma espécie de fragmentação de mundos feita a “golpes de

1 Importantes estudos realizados no Brasil sobre a obra de Gregory Bateson foram publicados pelo antropólogo Etienne Samain, professor no Programa de Pós-Graduação em Múltiplos do Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas. Ver: Samain, 2005 e Winkin, 1998.

martelo” – a responsável pela proliferação de híbridos na contemporaneidade. Fatos, fetiches, crenças e verdades desafiam a objetividade da Ciência.

Com o intuito de não criar outra guerra desastrosa, sujeitos e objetos passam a ser designados por Latour através do par humano–não-humano. Os cientistas, seus instrumentos de pesquisa, suas fontes de financiamento, leis que regulamentam, incentivam ou impedem seu desenvolvimento, enfim, estas inúmeras articulações fazem parte daquilo que Latour passa a chamar de “fluxo sanguíneo da ciência” (2001, p. 97). Este fluxo também poderia ser visto como uma trama que ocupa os espaços vazios deixados pelas dicotomias, que sempre abandonam as contradições no caminho da purificação.

Para Latour, a principal característica do momento atual é a grande proliferação de eventos híbridos, que misturam natureza e cultura. Duas zonas ontológicas completamente distintas (humanos e não-humanos) se articulam e criam questões cada vez mais insolúveis para a Ciência. E o mais interessante nesta hipótese levantada por Latour, é justamente a experiência de um grande paradoxo criado pelos modernos: quanto mais obsessivos eles ficam na realização de purificações, mais possibilidades criam de tornar estes eventos híbridos. Quanto mais se fragmenta o conhecimento, um número ainda maior de articulações será formado. Como afirma Latour (2004b, p. 402), “o dinamismo dos modernos é ter feito constantemente outra coisa que aquela que pretendiam fazer”.

Diferente da visão moderna, onde fatos são fatos, Latour nos mostra que os fatos são, ao mesmo tempo, construídos e reais. Ou seja, procura reunir natureza-cultura, teoria-prática, sujeito-objeto e outras *Grandes Divisões* modernas. Para ilustrar melhor a impossível distinção entre os objetos encantados (*objets-fée*) e os objetos feitos (*objets-faits*), Latour (2002) traz a anedota de um romancista da Índia sobre uma pedra sagrada, *shaligram*, e a tentativa de um brâmane modernizador, Jagannath, de livrar os párias da humilhante alienação. Trata-se de uma interação completamente paradoxal,

pois quanto mais Jagannath insistia com seus párias que a pedra era somente uma pedra, mais valor lhe era dado. E justamente por não acreditar que aquela simples pedra fosse realmente uma pedra sagrada é que Jagannath desejava que todos a tocassem! Convencido de que os párias acreditavam ingenuamente numa pedra, Jagannath transformava-se na pessoa com mais crença. Tudo se inverte.

E como entender um fetiche? No caso do *shaligram*, este símbolo é um fato ou foi fabricado pelos párias? Latour dirá: nem um nem o outro. A verdade *não-moderna* é que os fatos não são nem reais nem fabricados. A isso Latour denomina fe(i)tiche (em francês *faitiches*: fonemas quase idênticos de feito, fato e fetiche), ou seja, são coletivos de humanos e não-humanos que se articulam, criam vínculos, afetam-se uns aos outros. E quanto mais vínculos criarem, mais autônomos eles serão. Aos objetos, Latour propõe uma história. E para isso não pretende, de modo algum, usar as regras impostas pelos modernos.

A passagem de um polo a outro – natureza e cultura, sujeito e objeto – seria criada a partir de mediações, recompondo esses fragmentos. O caminho proposto por Latour se dá, portanto,

...no próprio ponto de quebra. (...) O que se fez foi uma divisão. Mais exatamente, é uma unidade que foi fraturada pelo golpe de um poderoso martelo. (...) Como fazê-lo? Destruindo-os e tirando a nossa desforra, acrescentando mais escombros aos escombros deixados pelos críticos? Não, por outro meio. Suspendendo o golpe do martelo”. (Latour 2001, p. 306, 307)

Para Latour, é necessário impedir novos golpes que possam, mais uma vez, separar e dividir aquilo que, de fato, é *uno*. Essa é a regra do jogo que deve ser mudada; e mudada COM o outro. Aprende-se e se promovem mudanças através do outro, não por si próprio ou aguardando passivamente

uma mudança exterior. Todas as relações são estabelecidas através de *articulações* no todo, na rede. Inarticulado seria aquele sujeito previsível, que frente a diferentes situações reage sempre da mesma maneira. Já o sujeito articulado é aquele que se deixa afetar pelos outros. Suas articulações se caracterizam pela fácil proliferação, registrando marcas e diferenças em cada encontro. Ao invés de buscar um fim ou uma solução para determinado problema, suas relações encontram estabilizações provisórias e traçam objetivos interessantes, inesperados e arriscados. Dessa maneira, o conhecimento passa a ser formulado através de proposições, não mais por verdades.

Mas, para definir melhor o que é a *ação* para esses atores, Latour lança mão de um novo conceito: a *recalcitrância*. Como uma explosão de um laboratório, após o manuseio de líquidos não muito “amigáveis” por um cientista um tanto desatento ou autoritário; ou um prédio que vem abaixo, por estruturas que não se “suportam” mais. Sobre estas ações o autor afirma que:

...os atores se definem antes de tudo como obstáculos, escândalos, como aquilo que suspende a superioridade, que incomoda a dominação, que interrompe o fechamento e a composição do coletivo. Para falar de maneira popular, os atores humanos e não-humanos aparecem, então, como, importunos. É pela noção de recalcitrância que convém, de modo especial, definir sua ação. (Latour, 2004a, p. 150)

É claro que os atores também se apresentam de maneira dócil, estabilizadora ou ainda usurpadora. Mas, como coloca Latour (1997), talvez a docilidade se apresente muito mais nos laboratórios de ciências humanas do que nos laboratórios de ciências exatas. Nossos laboratórios seguem a ordem e a métrica do modelo experimental e interpretativo. Sob a tutela do pesquisador, os objetos se apresentam mudos e repetitivos.

Frente a esse modelo de Ciência, dominante e hegemônica, aposta-se numa metodologia que possa promover uma relação simétrica entre o pesquisador e seus objetos. Uma metodologia que possa construir dispositivos que deem voz à insubordinação, à diferença e à rebeldia. Estes traços, e não as certezas, irão caracterizar de modo especial cada ator na rede de relações. Será através das diferenças que se dará a articulação entre os atores e que se gerará significados na rede. Ou, como disse o antropólogo inglês Gregory Bateson (2000, p. 272), “a diferença que faz a diferença é uma ideia”.

Platôs e paradoxos

Bateson talvez seja um belo exemplo de pesquisador que é dos mais citados e admirados pela academia e, ao mesmo tempo, dos menos estudados e sem livros publicados no Brasil². Sua obra pode ser dividida em quatro assuntos: antropologia, psiquiatria, biologia e epistemologia, a partir da teoria sobre a ecologia dos sistemas. Os quatro assuntos correspondem aproximadamente aos quatro períodos cronologicamente bem definidos de sua vida, nos quais estes eram seus pensamentos centrais.

Filho do famoso geneticista William Bateson, iniciou sua carreira como um jovem e promissor antropólogo em Cambridge. Mas logo começou a se interessar por assuntos tão diversos como a matemática e a cibernética, assim como a psiquiatria e a etologia. Para Bateson, a antropologia parecia não ser capaz de dar respostas sobre vínculos que conectam as coisas vivas: os caranguejos do mar, os homens, a estética e as questões de diferença. E é por isso que para alguns, por trazer questões tão díspares, Bateson tornou-se um antropólogo menor, um *estranho* dentro da antropologia. Para outros – e para mim também – aí residem suas contribuições extremamente originais.

Seus primeiros trabalhos em antropologia o levaram em 1927 à Nova Guiné, e o resultado foi a publicação de

2 A única obra publicada, *Mente e Natureza*, está fora de edição.

seu primeiro livro, *Naven*. O que impressiona em *Naven* é a antecipação de uma correlação que viria a se tornar mundialmente aceita. A obra é considerada um elo entre a antropologia e a cibernética (teoria dos sistemas).

Nesta obra (o título completo é *Naven: A Survey of the Problems suggested by a Composite Picture of the Culture of a New Guinea Tribe draw from Three Points of View*) o autor propõe um estudo antropológico da estrutura social dos povos de Iatmul. Nesta análise, Bateson descreve um fenômeno interacional chamado de cismogênese (“*schismogenesis*”). Isto é, um processo de criação que se dá a partir de uma divisão, de um cisma (do grego *schisma* e *genesis*). Bateson apresenta o conceito de cismogênese como um ponto extremamente difícil em seu trabalho, pois para descrever os contrastes na interação entre indivíduos de ambos os sexos do povo Iatmul, a antropologia fornecia apenas duas teorias, radicalmente distintas: (a) um *ethos* determinado pela cultura; (b) o contraste determinado pela fisiologia e pela hereditariedade.

O processo de cismogênese possui duas características fundamentais:

1. A organização (ou disciplina, normas, ordem) se dá a partir das reações de A ao comportamento de B e vice-versa. Ou seja, a interação ocorre sempre em sistemas circulares. Neste padrão de comunicação, não existe início ou fim, pois são sistemas dotados de retroalimentação;
2. Pode ser descrito como relações construídas a partir da igualdade e da diferença, caracterizando uma cismogênese complementar ou simétrica. Por exemplo, um padrão de comportamento no indivíduo A considerado ao mesmo tempo apropriado e imperativo, enquanto B reage de forma submissa, encorajando progressivamente os excessos de comportamento imperativo de A. Mudanças desse gênero podem ser definidas como complementares. A cismogênese simétrica é definida pela mudança progressiva a partir de um mesmo padrão de comportamento, como, por exemplo, a arrogância. Neste caso, um indivíduo ou grupos de indivíduos criariam uma relação de competição,

respondendo uns aos outros com as mesmas atitudes, que redundaria em mais atitudes arrogantes e assim por diante.

Porém, apesar de trabalhar numa interface entre a cultura e a hereditariedade, ainda lhe faltavam instrumentos que pudessem lidar com as crenças, rituais, simbologias. Bateson conseguiu, assim, criar uma saída para compreender melhor o povo Iatmul, unindo natureza e cultura.

Importantes discussões sobre essas interfaces se deram com a também antropóloga Margaret Mead (1901-1978). É importante ressaltar que Bateson vinha de uma escola durkheiminiana, de Raddcliffe-Brown, enquanto Mead seguia os passos de Franz Boas, observando sempre as relações que a antropologia estabelecia com a história e a cultura. A pesquisa feita por ambos em Bali resultou na publicação, em 1942, da obra *Balinese Character: A photographic analysis*, um marco na antropologia visual. Mead e Bateson estavam interessados em descobrir como uma criança nascida em Bali se tornava balinesa, incorporando sua cultura. Será nessa pesquisa que os autores irão empregar um conceito amplamente utilizado mais tarde por Deleuze e Guattari (1995): o platô. Este conceito servia para descrever as relações naquela tribo como um lugar que sempre se localizava entre outros pontos geográficos, “evitando toda orientação sobre um ponto culminante ou em direção a uma finalidade exterior” (Deleuze; Guattari, 1995, p. 33).

Em 1951, Bateson e o psiquiatra Jurgen Ruesh publicam *Communication: The Social matrix of psychiatry*. A comunicação humana será abordada a partir de reflexões sobre os trabalhos lógico-matemáticos de Alfred Whitehead e a Teoria dos Tipos Lógicos de Bertrand Russell. Partindo desta compreensão, Bateson apresenta um exemplo associado à comunicação: “Um outro paradoxo que possui a mesma estrutura é aquele do homem que diz: ‘Eu minto’. Ele estará dizendo a verdade?” (Bateson; Ruesh, 1988, p. 222). Neste caso, a frase só se torna verdadeira caso *não* seja verdadeira e vice-versa.

Em 1949, partindo para a compreensão do paradoxo na comunicação humana, Bateson congrega em torno de si seu

ex-aluno e engenheiro químico John Weakland, um estudante de comunicação social de Stanford Jay Haley e um jovem psiquiatra, William Fry. Como etnólogo residente do Veteran Administration Hospital (hospital vizinho à Universidade de Stanford), Bateson coordena esta equipe e também desenvolve estudos sobre a comunicação entre animais.

Anos mais tarde, outros psiquiatras e antropólogos farão parte desta chamada Escola de Palo Alto, como Don D. Jackson, Paul Watzlawick, Albert E. Schefflen, Erving Goffman, Edward T. Hall e Ray Birdwhistell. Todos buscavam repensar, numa perspectiva “orquestral”, as questões relativas ao paradoxo na comunicação humana. A chamada “Escola de Palo Alto” desenvolveu importantes pesquisas sobre a interação familiar, voltando-se posteriormente para o estudo do alcoolismo e da esquizofrenia.

A equipe coordenada por Bateson parte de um pressuposto principal: a impossibilidade de não comunicar. Isto é, mesmo em silêncio estamos comunicando que não queremos conversar, ou que estamos aborrecidos, exaustos, contemplativos. Nesse momento, é a linguagem não-verbal que passa a ser a responsável pela emissão de inúmeras informações, nem sempre coerentes e óbvias. O conceito de cismogênese, calcado nas rupturas inerentes às relações afetivas, é a “chave” inicial para o desenvolvimento destes novos estudos sobre a interação e o paradoxo comunicacional. Outra “chave” importante será a distinção entre linguagem analógica e a linguagem digital.

Na comunicação humana, dizia a equipe de Palo Alto, podemos nos referir aos objetos – na mais ampla acepção da palavra – de duas maneiras inteiramente diferentes. Eles podem ser representados por semelhança (através de gestos, mímicas, desenhos) ou ser referidos por um nome. Esses dois tipos de comunicação – um por semelhança auto-explicativa, outro pela palavra – são equivalentes aos conceitos de analógico e digital, respectivamente. É importante lembrar que as palavras são sinais arbitrários e que correspondem à sintaxe lógica da linguagem. Já na linguagem analógica existe

algo particularmente “como-coisa” naquilo que é usado para expressar determinado objeto. Por esse ângulo, podemos dizer que a comunicação analógica estaria mais próxima do real; já a linguagem digital seria mais precisa.

O homem é o único organismo conhecido que usa os dois modos – analógico e digital – de comunicação³. Mas o que assistimos é o grande avanço da linguagem digital. Não seria possível duvidar que a maioria das realizações e conquistas do homem foi consequência do desenvolvimento deste tipo de linguagem. Um dos motivos seria o fato da mensagem digital ser muito mais precisa (e abstrata) que o material analógico. Além disso, a linguagem analógica é incapaz de introduzir em seu material duas verdades lógicas: a negação (por exemplo, não quero bater em você) e a alternância (se... então, ou... ou). Esta verdade lógica somente poderá ser fornecida pela linguagem digital, que possui uma sintaxe lógica, relacionada diretamente ao nível do conteúdo.

Entretanto, existe uma vasta área em que confiamos quase exclusivamente na comunicação analógica. Inclusive, frequentemente sem muitas mudanças na herança analógica que nos foi transmitida pelos nossos mamíferos ancestrais. Trata-se da área das relações. Bateson demonstrou que as vocalizações, os movimentos intencionais e os sinais de humor dos animais são comunicações analógicas pelas quais eles definem a natureza de suas relações ou o seu jeito de ser e estar no mundo.

O problema todo está no processo de tradução do material analógico para o digital, que muitas vezes se torna incompatível. Qual é o significado digital de uma voz trêmula ou de um silêncio? O silêncio será sempre da palavra, nunca da emoção.

O homem combina essas duas linguagens, como emissor ou como receptor, traduzindo constantemente uma para a outra. Ao fazê-lo, depara-se com dilemas muito curiosos. Não só é impossível haver tradução sem ruídos do material digital

3 Algumas pesquisas (que atraíram também a atenção de Bateson) apontam para a capacidade de baleias e golfinhos também utilizarem a linguagem digital.

para o analógico, como o inverso também é extremamente difícil. É nessa combinação de linguagens que surgem os paradoxos comunicacionais e seus ruídos, conflitos, cismas e perdas. E eles surgem não como exceções ou patologias, mas sim como características da comunicação humana, que jamais será perfeita e sua tradução nunca será pura.

O Duplo-Vínculo

Para a equipe de Palo Alto, “o paradoxo pode ser definido como uma contradição que resulta de uma dedução correta a partir de premissas coerentes” (Watzlawick; Beavin; Jackson, s/d.: 169). Ou seja, paradoxo é aquilo que faz sentido, mas rompe com padrões. Incomoda-nos porque apresenta um sentido que surpreende.

Os efeitos do paradoxo na interação humana (Paradoxo Pragmático), foram descritos pela primeira vez por Bateson, Jackson, Haley e Weakland num artigo intitulado *Toward a Theory of Schizophrenia*, publicado em 1956, e presente no livro *Steps to an Ecology of Mind*. O grupo de pesquisadores abordou de maneira radicalmente diferente o fenômeno da comunicação esquizofrênica, até então vista como desordem do pensamento, funcionamento débil do ego, etc. Formularam a hipótese de que um padrão de comunicação em um determinado grupo (uma família, por exemplo) resultará em um determinado tipo de relação. E a partir destes estudos, este grupo cria o termo dupla vinculação ou duplo vínculo.

O contexto da relação se apresenta da seguinte maneira:

1. A interação possui um elevado grau de sobrevivência física, psicológica ou ambos;
2. Além da comunicação ser ambígua, as duas afirmações se excluem mutuamente.

É importante fazer uma distinção entre o paradoxo pragmático e a simples contradição. Quando nos deparamos frente a duas alternativas, excludentes, como ir ou não ao encontro marcado, temos que fazer uma escolha. Opta-se por

uma e perde-se, ou sofre-se, a outra. A escolha é logicamente possível. Mas no caso do duplo vínculo, conforme descrito por esta equipe, “há uma falência da própria escolha; nada é possível e uma série oscilante, que se perpetua a si mesma, é posta em movimento” (*ibidem*, p. 196).

Ou seja, o receptor perdeu a capacidade de optar pela alternativa que seria descobrir exatamente o que o(s) emissor(es) quer(em) dizer. Para a equipe de Palo Alto, o que ocorreu foi a perda da capacidade de lidar, ao mesmo tempo, com os dois modos de linguagem (digital e analógica). Além disso, as traduções são realizadas com muitos ruídos e o resultado é a perda do significado daquilo que é dito. O uso recorrente deste tipo de comunicação resultará na perpetuação do comportamento paradoxal como um padrão comunicacional, também circular: a resposta ao duplo vínculo será sempre outro duplo vínculo.

É fundamental, neste momento, nos determos um pouco mais nos estudos de Bateson e a relação que se estabeleceu com a antipsiquiatria. O que se propõe aqui é analisar de que maneira o paradoxo, enquanto uma característica da comunicação humana, responsável pelo humor, pelos jogos e fantasias, passa a receber uma compreensão apenas patológica pela sua equipe e, nos anos posteriores, pela antipsiquiatria e pela terapia familiar sistêmica.

As pesquisas realizadas pela Escola de Palo Alto alcançaram grande repercussão e levaram Jackson, Weakland e Haley a elaborar, ao longo dos anos 1960, a terapia familiar sistêmica. E é também a partir do conceito de duplo vínculo que a antipsiquiatria ganhou sua força teórica. A loucura não se encerra mais no sujeito, agora atinge também o social, a família. As análises antropológicas e sociais de Bateson serviram como embasamento teórico para o desenvolvimento da antipsiquiatria e Bateson passou a ser respeitado como uma espécie de mentor intelectual de muitos psiquiatras e antipsiquiatras. Além disso, seus conceitos forneciam uma “comprovação teórica” para pesquisas e tratamentos psicológicos, numa aplicabilidade vista com desconfiança por Bateson.

É nesse momento que se estilhaça o grupo de Bateson. As diferenças intelectuais entre ele e os membros de seu grupo delineavam-se nitidamente. Bateson dirá mais tarde:

Acceptarei [a opinião de que] os traços aparentes da esquizofrenia podem ser produzidos pela invasão parasitária e/ou por experiência, por genes e/ou por aprendizagem. Concederei até que a esquizofrenia é tanto uma ‘doença’ do cérebro quanto uma ‘doença’ da família, se o doutor Stevens [seu interlocutor] conceder que o humor e a religião, a arte e a poesia sejam igualmente ‘doenças’ do cérebro ou da família ou de ambos. (apud Winkin, 1998, p. 50)

Em julho de 1967, Bateson é convidado a participar do Congresso sobre a Dialética da Libertação, realizado em Londres e organizado por quatro antipsiquiatras: Ronald D. Laing, Joseph Berke, Leon Redler e David Cooper. Em conferências fortemente marcadas pela efervescência política daquele momento, Bateson parecia se diferenciar fortemente de outros convidados (como Herbert Marcuse, Stokely Carmichael, Paul Goodman, entre outros). Bateson analisava a situação política do mundo e constatava que, de todos os males do universo, “*o mais importante desastre talvez tenha sido o enorme aumento de arrogância científica*” (Cooper, 1968, p. 44). O jogo de controlar e ser (ou se sentir) controlado é mais uma vez analisado criticamente por Bateson.

De maneira idêntica, no campo da Psiquiatria, a família é um sistema cibernético do tipo que estou debatendo e, geralmente, quando há patologia sistêmica, os membros culpam-se uns aos outros, ou às vezes a si próprios. Mas, a verdade é que essas duas alternativas são fundamentalmente arrogantes e qualquer uma delas admite que o ser humano individual tem poder total sobre o sistema do qual ele ou ela faz parte (*ibidem*, p. 44).

É importante ressaltar que, utilizando os mesmos conceitos e definições – como sistemas, linguagem analógica, etc. – a antipsiquiatria aplica a teoria do duplo vínculo nos grupos de tratamento como forma de exclusão de todo e qualquer tipo de contradição, ambiguidade e paradoxo na comunicação entre pacientes, familiares ou funcionários.

David Cooper resalta como *Princípios de Método*:

Muito sucintamente, os princípios que aplicamos são os seguintes:

Uma clarificação e eliminação sistemáticas de padrões de comunicação, que consideramos “esquizogênicos”, dentro da família.

Clarificação e eliminação similares de tais padrões de comunicação entre pacientes e entre funcionários e pacientes. (Cooper, 1989, p. 145)

Ao contrário dos antipsiquiatras, Bateson achava absurdas as pesquisas que contavam e verificavam o número de duplos vínculos estabelecidos em determinadas famílias. Pesquisas que mais tarde normatizariam determinados procedimentos médicos, psiquiátricos ou terapêuticos. Já num breve artigo de 1963, Bateson e sua equipe insistem no fato de que o duplo vínculo não deve ser entendido nos termos de um algoz e sua vítima, mas, sim, em termos de pessoas tomadas num sistema que produzirá cismas.

É nessa perspectiva que se deve entender como o duplo vínculo é, para Bateson, um princípio abstrato, que se aplica tanto à arte, às metáforas, ao sonho, aos jogos e brincadeiras, como à esquizofrenia. Essa ideia consiste em ver nessas diversas atividades uma mesma criatividade, fundamentada na rebeldia dos níveis de mensagens: o comentário torna-se texto e vice-versa.

Assim, enquanto seus colegas e admiradores prosseguem seus trabalhos no interior da psiquiatria, Bateson retoma a sua vasta interrogação sobre a comunicação. Desta vez, realiza uma série de estudos sobre a natureza dos jogos

entre os animais, como lontras e golfinhos. A linguagem, a aprendizagem e a vida estarão entre os fenômenos considerados por Bateson.

Em agosto de 1969, Bateson publica o artigo *Double Bind, 1969*, propondo a revisão da análise teórica do conceito de duplo vínculo no artigo de 1956. Vários problemas no artigo inicial são re-examinados e descritos.

O primeiro problema apontado diz respeito à *reificação*. Bateson procura esclarecer a relação entre a percepção, sua imagem e possíveis transformações. O duplo vínculo não poderia jamais ser compreendido como uma coisa (assim como a ideia de mãe, pai, estado) e muito menos enumerado, como foi feito através de pesquisas. Haveria na mente apenas uma percepção (consciente ou não) da diferença, uma ideia de um duplo vínculo. Em determinado momento, Bateson sugere que os psicólogos não compreenderam corretamente o conceito de duplo vínculo por não conseguirem seguir um problema epistemológico. Na compreensão da relação entre as abstrações (como as emoções) e as palavras (como códigos nas mensagens), epistemologicamente não existe “dependência”, “amor” ou “hostilidade”. “Dependência” é um código verbal que descreve uma estrutura imanente, numa determinada troca de mensagens. Ou seja, para Bateson o paradoxo sempre fará parte da troca de mensagens, principalmente no humor, na arte e em todas as relações que se estabelecem de modo que não seja apenas digital, mas que necessite de lógica.

Realidade insólita

A dificuldade em se compreender o que Bateson propunha talvez se deva ao fato de se acreditar, em geral, na existência de um único método para se compreender a vida: partindo de premissas prováveis, descobrir as contradições, compreender a contradição, ou as contradições essenciais, e dela(s) subtrair *um* resultado *verdadeiro* que nos coloque em movimento, em desenvolvimento e, por que não dizer, no caminho do progresso. Este método, supremo instrumento da Razão e da Ciência, é conhecido sob o nome de dialética.

Mas as contradições, muitas vezes, formam nós bem cerrados, tramas finas, e sua mobilidade se parece muito mais com o movimento de um rio. As contradições, confusões e ambiguidades nem sempre podem ser explicadas e purificadas pela dialética.

Através da dialética, numa oposição dual – forte ou fraco; bonito ou feio; 0 ou 1 – têm-se a diferença e com ela o conhecimento. Não se pode negar aqui o vasto campo das descobertas e criações feitas a partir deste método. Porém, frente a determinadas situações, estas equações matemáticas se mostram muitas vezes insuficientes e reducionistas. Além disso, a digitalização do mundo contemporâneo nos coloca em situações cada vez mais rígidas. Estamos vivendo a perda da capacidade de receber, elaborar e retornar mensagens de maneira original. E com o avanço da evolução tecnológica, estamos cada vez mais hábeis na linguagem digital.

Nossos corpos parecem ter aprendido apenas a correr sempre em frente, sem saber girar. Estamos menos aptos no uso da linguagem analógica e, com isso, perdemos cada vez mais a possibilidade de emitir e compreender uma comunicação combinada, paradoxal. O que queremos hoje são respostas lógicas e exatas: sim ou não. E, dependentes de uma lógica digital, ficamos paralisados frente a qualquer ambiguidade.

Latour, de maneira muitas vezes irônica, mas nem por isso menos precisa, recorre a Platão e Sócrates, procurando compreender esta realidade que se julga tão lógica. Segundo Latour (2001, p. 132), “essa concepção de sociedade foi inventada por razões que de modo algum poderiam explicar fosse o que fosse”. E vai além:

Se juntarmos todos os sucessivos movimentos que Platão faz Sócrates executar no palco, teremos um ato extremamente arduo: Na primeira cena, Sócrates tira das pessoas de Atenas sua sociabilidade básica, sua moralidade básica, seu conhecimento básico, que ninguém antes negou

que elas possuíssem. (...) Terceira cena: alguma coisa precisa ser feita para manter essa turba horrenda em xeque e estabelecer a ordem contra a sua desordem.

“É nesse ponto que, sob toques de clarins, a solução chega. Razão e Moralidade” (*ibidem*, p. 294).

Em oposição ao caminho reto da Ciência, da Razão e da Verdade, Latour trilha novas condições epistemológicas para construir não mais a Ciência, mas ciências. Estas, no plural e sem a tutela das letras maiúsculas, articulam saberes anteriormente intransponíveis. No artigo intitulado *How to talk about the body*, Latour afirma que para um evento ser científico ele deve ser interessante e, para ser interessante, deverá se colocar em risco. O não-domínio das ciências e dos cientistas deverá apresentar perguntas tais como:

Am I asking you the right questions? Have I devised the laboratory setting that allows me to change as fast as possible the questions I ask depending on the resistance of your behavior to my questioning? Have I become sensitive to the possibility of your reacting to artefacts instead of to my questions? (Latour, 2002, s/p).

Latour e Bateson caminham pelas veredas tortuosas do saber pragmático, desafiando o peso de nossas heranças. São autores que assumem o risco de criar novos caminhos epistemológicos. Para eles, o conhecimento, o humor ou a estética andam de mãos dadas com a perplexidade; com o E ao invés do OU. Coletivos de humanos e não-humanos que se co-afetam em injunções inesperadas. Ambos refutam as metodologias lineares e as certezas tautológicas. Frente a esse modelo, Bateson (2002, p. 37) afirma: “A Ciência não prova nada”. Do mesmo modo, Latour critica a Ciência, definindo-a “como a politização pela epistemologia, a fim de tornar impotente a via pública ordinária, fazendo pesar sobre ela a ameaça de uma natureza indiscutível” (2004a, p. 26).

Nesta alusão de Latour ao mito grego da Caixa de Pandora, podemos nos perguntar: quais seriam os medos que nos impedem de construir as *ciências*, plurais e simétricas? Seria a perda da segurança que as tautologias nos trazem? Ou porque, com as *ciências*, também acabaríamos perdendo, inevitavelmente, a tutela da Moralidade e da Razão?

Estas questões merecem reflexão. Mas já que falamos de heranças, riscos e afetos, arriscaria aqui um caminho: para os gregos é o espanto (*thaumázēin*) que une a sabedoria (*sophia*) à amizade (*philia*). Talvez esta equação – muito mais poética do que matemática – nos ajude a trilhar novos rumos nas *ciências*.

Referências bibliográficas:

- BATESON, G. (2002). *Espírito y Naturaleza*. Argentina, Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- _____. (1991). *A Sacred Unity. Further Steps to an Ecology of Mind*. New York: Cornelia & Michael Bessie Book.
- _____. (1972). *Steps to an Ecology of Mind*. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- _____. (1958). *Naven: A Survey of the Problems suggested by a Composite Picture of the Culture of a New Guinea Tribe draw from Three Points of View*. Stanford, California: Stanford University Press.
- BATESON, G.; MEAD, M. (1942). *Balinese Character. A Photographic analysis*. New York: New York Academy of Sciences.
- BATESON, G.; RUESH, J. (1988). *Communication et Société*. Paris: Éditions du Seuil.
- _____. (1987). *Communication. The Social Matrix of Psychiatry*. New York and London.: W. W. Norton & Company.
- COOPER, D. G. (1989). *Psiquiatria e Antipsiquiatria*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- _____. (1968). *Dialética da Libertação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- COOPER, D. G.; LAINING, R. D. (1969). *Razón y Violencia: una década de pensamiento sartreano*. Buenos Aires: Editorial Paidós.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (1995). *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34.
- LATOUR, B. (2004a). *Políticas da Natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru: EDUSC.
- _____. (2004b). “Por uma antropologia do centro”. In: *Revista Mana*, vol. 10; nº 2.
- _____. (2002). *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(ri)çíveis*. Bauru: EDUSC.
- _____. (2001). *A Esperança de Pandora*. Bauru: EDUSC.
- _____. (2000). *Ciência em Ação*. São Paulo: Editora UNESP.
- _____. (2002). “How to talk about the body? The normative dimension of science studies”. In: *Theorizing the Body*
- _____. (1997). “Des Sujets Récalcitrants. Comment les Sciences humaines peuvent-elles devenir enfin ‘dures?’” In: *La Recherche*, nº 301, setembro, p. 88.
- _____. (1994). *Jamais Fomos Modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- SAMAIN, E. (2005). “Por uma antropologia da Comunicação: Gregory Bateson?”. In: MARTINS, J. S.; ECKERT, C.; NOVAES, S. C. (orgs.). *O Imaginário e o poético nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC.
- SCHROEDER, V. (2006). *O Paradoxo na Comunicação Humana: Múltiplos e Duplos Vínculos*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Rio de Janeiro, UERJ.
- WATZLAWICK, P.; BEAVIN, J. H.; JACKSON, D. D. (s/d). *Pragmática da comunicação humana; um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação*. São Paulo: Cultrix.
- WINKIN, Y. (1991). “Bateson, Primer inventario de una herencia.” *Coloquio de Cerisy* bajo la dirección de Yves Winkin. Buenos Aires: Editora Nueva Visión.
- _____. (1998). *A Nova Comunicação. Da teoria ao trabalho de campo*. Campinas, SP: Papirus Editora.

A psique como rede de complexos: o encontro de Jung com Tarde e Latour¹

Henrique Pereira

O psiquiatra suíço Carl Gustav Jung, criador da psicologia analítica, é habitualmente lembrado por sua teoria dos arquétipos e do inconsciente coletivo. Essas ideias, oriundas de sua prática clínica e experiência pessoal, referem-se a um substrato psíquico comum a toda humanidade, uma espécie de *natureza psíquica herdada para além das diferenças culturais*, produto da longa evolução biológica do ser humano (Jung, 1990a). Este Jung – dir-se-ia o da “maturidade” – apresenta aquelas características próprias do “acordo moderno” descrito por Bruno Latour (2004, 2005b). Por acordo moderno, entenda-se o projeto ou a “Constituição” que dominou as ciências desde os séculos XVI e XVII. Dessa perspectiva, a realidade é bifurcada em Natureza e Sociedade, em um mundo de verdades transcendentemente ontologicamente distinto do cacofônico mundo da política humana. Entretanto, não é deste Jung “moderno” e “maduro” que pretendo tratar aqui. Antes, gostaria de retomar o “jovem” Jung da teoria dos complexos para mostrar as afinidades que apresenta com determinadas concepções da sociologia das associações de Latour e Gabriel Tarde. Nesse aspecto, Jung revela-se o autor de uma psicologia provocante e atual. Psicologia que pode, ainda, muito bem oferecer-se como campo fértil de interlocução para a Teoria do Ator-Rede (TAR).

O artigo está dividido em quatro seções. As três primeiras expõem, respectivamente, as perspectivas de Tarde, Latour e Jung. Na quarta e última seção promovo finalmente o encontro do psiquiatra suíço com os sociólogos franceses.

1 O conteúdo deste artigo foi na sua quase totalidade extraído da tese de doutorado “*O laboratório analítico: A psicologia de C. G. Jung examinada pela teoria do ator-rede*”, concluída e aprovada em 2007, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ.

Tarde e as mônadas

Jung demonstrou durante sua vida um contínuo interesse na etnologia e sociologia, o que explica a presença das ideias de autores como G. Le Bon, M. Mauss e L. Lévy-Bruhl em seus textos. A monografia *Presente e futuro* (Jung, 1999), por exemplo, pode mesmo ser considerada um trabalho de psicologia social. No inverno de 1902-1903, Jung esteve no Collège de France, em Paris, para assistir às aulas de P. Janet, quando Gabriel Tarde, sociólogo e jurista francês, estava ali lecionando. Não há provas, mas é possível que tenha tomado conhecimento de suas ideias naquela ocasião e até mesmo assistido aos seus seminários (Shamdasani, 2003). A sociologia das associações de Latour, por sua vez, é reconhecidamente herdeira das concepções de Tarde.

Tarde (1843-1904) se inspirou em Leibniz para descrever os elementos últimos da realidade em termos de “mônadas”. Leibniz as havia definido como as substâncias formadoras dos compostos. Com Tarde, esta ideia sofreu uma importante reformulação: as mônadas são, elas próprias, compósitas até o infinitesimal. Assim, qualquer fenômeno ou estado de coisas – “o indivíduo social, a célula viva, o átomo químico” (Tarde, 2003, p. 23) – pode ser decomposto em infinitas diferenças. Com efeito, Tarde (*ibidem*) considerou a diferença “a dimensão substancial das coisas, aquilo que elas têm de mais próprio e mais comum” (p. 70). Os seres partem de um estado inicial de diferença e na diferença terminam. Existir se torna, assim, sinônimo de diferir.

Para Tarde, o mais importante em relação às mônadas não é, contudo, a definição de sua essência, seu estado inicial e final, mas a sua ação recíproca. As mônadas, por serem abertas e interpenetráveis, fazem de todo o fenômeno “uma nebulosa de ações emanadas de uma multiplicidade de agentes que são como pequenos deuses invisíveis e inumeráveis” (*ibidem*, 45). Tarde descreve esta condição dos seres como uma espécie de “politeísmo” ou “miriateísmo” (*ibidem*, p. 45).

Como todos os seres são compostos, Tarde (*ibidem*) concluiu que “toda coisa [é] uma sociedade” (p. 49). De fato, falamos em sociedades estelares, animais, celulares, atômicas etc. Mas o que exatamente vem a ser a qualidade distintiva de uma sociedade? Tarde (*ibidem*) a descreveu como “a posse recíproca, sob formas extremamente variadas, de todos por cada um” (p. 85). Haveria, segundo ele, uma tendência universal de uma mônada querer apropriar-se das outras mônadas, algo como um desejo de conquista:

Todo ser quer não ser apropriado *pelos* seres exteriores, mas se apropriar *deles*. Aderência atômica ou molecular no mundo físico, nutrição no mundo vivo, percepção no mundo intelectual, direito no mundo social: a posse, em inúmeras formas, não cessa de se estender de um ser aos outros seres, através de um entrecruzado de domínios variados, cada vez mais sutis. (*ibidem*, p. 90)

A posse de um ser sobre outro se faz sob a forma de uma espécie de atração, que Tarde denominou “imitação”. Imitar significa associar-se a outro ser ou, melhor ainda, deixar-se por ele assimilar. O exercício da posse por meio da imitação é o que caracteriza a vida social. Em outro momento, Tarde (*apud* Shamdasani, 2003) aproximou esta noção social de imitação da psicologia do hipnotismo, ao defini-la como uma “espécie de sonambulismo” (p. 284). A condição do homem em sociedade, então, seria semelhante a um estado hipnótico ou a uma forma de sonho – “um sonho de comando e um sonho de ação” (*ibidem*, p. 284).

O que impede, porém, o domínio absoluto de um ser ou uma mônada que progressivamente fosse impondo-se pela imitação sobre a totalidade das coisas até produzir um estado de completa uniformidade? A fecundidade dos concorrentes, 2 O sonambulismo é um subtipo de histeria, caracterizado por um “estado de vigília sistematicamente parcial” (Jung, 1993, p.21), que abrange diversas manifestações de automatismos psíquicos como amnésias, ausências e o caminhar dormindo.

respondeu Tarde. As outras mônadas também querem possuir, também querem realizar suas potencialidades. As formas de posse são múltiplas e seus graus infinitamente variáveis, mas, mesmo assim, Tarde distinguiu duas espécies principais de posse: a unilateral e a recíproca. Considerou a segunda como superior à primeira, porque geradora de organizações admiráveis, como mecanismos celestes, os organismos vivos, os Estados modernos, as ciências e as artes (*ibidem*).

Tarde também aventou a psique como uma sociedade, um composto de mônadas, que exercem atrações unilaterais e recíprocas. Descreveu a consciência em termos de “mônadas dirigentes”, cujo funcionamento recebe a ajuda de inúmeras outras consciências ou mônadas auxiliares. Estas últimas indicam a existência de processos inconscientes³, isto é, para além do controle da consciência dirigente, operando silenciosamente na psique (*ibidem*, p.35).

Resumindo, Tarde descreveu átomos, células, indústrias, leis e psiques como diferentes formas de sociedade; são todos eles mônadas compostas de múltiplas agências, que se interpenetram formando novas complexidades. Latour (2001a), reconhecendo a enorme afinidade das ideias de Tarde com a TAR, observou que “agência mais influência e imitação é exatamente o que tem sido chamado, embora com outras palavras, um ator-rede” (p.2).

Latour e a Teoria do Ator-Rede

Vejamos agora mais precisamente o que Bruno Latour designa por “ator-rede”. Vimos que uma sociedade, nos termos de Tarde, pode ser definida como um agrupamento de entidades heterogêneas que exercem entre si diferentes formas de atração. Devemos, agora, perguntar *em que* consistem estas entidades. A Constituição moderna nos oferece como resposta, sem vacilar, a divisão dos seres entre

3 Segundo Tarde (2003, p. 34): “Há certamente desejos, juízos inconscientes. São assim os desejos implícitos em nossos prazeres e em nossas dores, os juízos de localização e outros incorporados às nossas sensações”.

objetos e sujeitos. De um lado, haveria os fatos objetivos e, de outro, crenças e valores subjetivos. A TAR nos ensina a não nos precipitarmos na investigação deste problema. É preciso substituímos as antigas certezas sobre a objetividade e a subjetividade pelas incertezas sobre *quem fala* (embaraços de fala), *quem age* (capacidades de associação e agências) e *quem pode* (recalcitrância dos acontecimentos) (Latour, 2004).

Em vez da dicotomia sujeito-objeto dos modernos, Latour propõe a distinção entre “humanos” e “não-humanos”. Sujeito e objeto referiam-se a entidades estáveis, “calvas”, infinitamente distantes umas das outras por sua própria ontologia. Já humanos e não-humanos são instáveis, “cabeludos” e cheios de dobras. Associam-se por múltiplos caminhos, trocam propriedades entre si. Afastando-se do essencialismo da concepção moderna, a TAR vai inspirar-se na semiótica e adotar uma descrição *performativa* (pragmática) dos seres para dar conta da complicação que envolve humanos e não-humanos: ambos são considerados como “proposições”. Uma proposição define-se pela sua “capacidade de falar”, sua “obstinação” (posição) ou “recalcitrância” e, por não ter autoridade definitiva, aceita “negociar ela própria em uma com-posição sem perder sua solidez” (*idem*, 1999, p.4). Uma proposição não se distingue por ser falsa ou verdadeira, mas por ser bem ou mal articulada. Uma proposição mal articulada é aquela que não se deixa afetar por outra proposição, que não produz diferenças, é tautológica: A é A. Por outro lado, uma proposição é bem articulada porque se permitiu afetar por outras proposições e, com isso, produzir diferenças: A é B, é C, é D. E são exatamente as diferenças que geram significado. Quanto mais bem articulada é uma pessoa com o mundo, mais este lhe parecerá heterogêneo, significativo (Latour, 1999).

Cada uma das características das proposições mencionadas – fonação, ação e recalcitrância – envolve controvérsias, conforme veremos a seguir.

A TAR parte do princípio democrático de que todas as proposições têm direito à fala (Latour, 2004). Ocorre que este

direito não se limitará tão-somente aos humanos, como no antigo acordo modernista, mas se estenderá aos não-humanos do mesmo modo. Dar “voz” a um micróbio, por exemplo, implica participação de um *porta-voz* humano que falará em seu lugar. Nesta etapa, a dificuldade maior recai sobre os *embaraços de fala*, ou seja, a incerteza sobre a legitimidade dos porta-vozes, esses intermediários/mediadores imprescindíveis: eles falam efetivamente em nome das coisas que vêm representar ou falam em nome próprio?

As ciências, ou melhor, os cientistas vão desempenhar o papel de porta-vozes dos candidatos não-humanos que pretendem fazer parte do coletivo. Os laboratórios e institutos de pesquisa com seus complexos instrumentos criam os aparelhos de fonação que estendem a palavra às entidades mudas (não-humanos) permitindo, desse modo, participarem do processo de composição do coletivo⁴. Mas esta associação de humanos e não-humanos estará sempre atravessada pela incerteza sobre quem fala. Sim, “deve-se duvidar profundamente, mas não definitivamente” (Latour, 2004, p.125) da capacidade de porta-voz de um cientista quando fala em nome de seus mandantes. Ora, os embaraços de fala não são propriedade exclusiva dos não-humanos, mas se encontram de igual maneira distribuídos entre os humanos: nunca se sabe com certeza quem está falando quando uma pessoa fala em nome de outra.

A associação de humanos e não-humanos não é marcada somente pelos embaraços de fala, mas também – e talvez principalmente – pela incerteza quanto à *natureza da ação*. A concepção modernista conferia aos sujeitos liberdade e autonomia, enquanto considerava os objetos como regidos pela necessidade e determinação. As teorias sociológicas, tributárias dessa concepção, costumam contrapor a autonomia do indivíduo à determinação das estruturas sociais. Na psicologia, a autonomia do sujeito humano foi

⁴ As ciências são a voz e a escrita dos não-humanos. De fato, os sufixos “logia” e “grafia”, presente nos nomes das ciências, são vocábulos derivados dos termos gregos *logos* (“palavra”) e *graphos* (“escrita”).

largamente defendida por humanistas e existencialistas, enquanto que behavioristas e psicanalistas endossaram, por motivos diferentes, a perspectiva determinista.

A TAR apresenta uma teoria alternativa da ação: nem a suposta liberdade do indivíduo tomado isoladamente nem o ambiente, o inconsciente ou a sociedade, como estruturas causais, bastam para explicar a *ação* de um ator. Diferentemente dos sujeitos e objetos dos modernos, Latour (2001, 2004, 2005b) considera ambos, humanos e não-humanos, como “atores”. Um ator é, antes de tudo, uma proposição que age sobre outro ator, provocando neste modificações. O uso desta expressão não é acidental. A metáfora do ator remete à incerteza sobre quem está agindo. Estará o personagem sendo sincero ou estará fingindo? Além disso, um ator nunca está sozinho. Mesmo num monólogo, há um diretor, um iluminador, um figurinista etc. e, claro, a plateia. A expressão “ator-rede” procura exatamente dar conta desta incerteza sobre a fonte da ação, que se distribui por uma rede de atores movidos por uma multiplicidade de agências. O vocábulo “rede” da expressão “ator-rede” designa, então, uma cadeia de atores onde cada ator é uma ocasião para a ação de outro ator, fazendo assim a ação distribuir-se por toda a rede. O ator, portanto, não é nunca a fonte isolada da ação.

Ambos os termos “ator” e “rede” não são, porém, isentos de ambiguidades. Por isso um leitor apressado pode interpretá-los de um modo que não convém ao sentido proposto pela TAR. Habitua-mo-nos a falar em rede telefônica ou em *Internet*, a rede de computadores. Em ambos os casos, estamos tratando da ideia da circulação imediata de informação. Isto é exatamente o oposto do que Latour entende por rede. Para a TAR não há *in-formação*, mas apenas *trans-formação*, o que vem a ser, aliás, outro de seus *slogans*. Um conteúdo não circula por uma rede sem sofrer transformação porque, em cada ator por onde passa, uma diferença é produzida (apenas nas redes suficientemente estabilizadas, onde os atores operam como intermediários, é que poderíamos falar em “circulação direta de informação”). Uma rede, segundo a TAR, não é uma coisa,

mas um modo de descrever os fenômenos. Um estado mental de um indivíduo, por exemplo, pode ser descrito como rede (Latour, 2005a).

A palavra “ator”, por sua vez, guarda uma forte referência antropocêntrica, que convém ser evitada. Daí o emprego de Latour do termo *actant*⁵ (*actant*), tomado de empréstimo da semiótica, para definir as proposições humanas e não humanas. Um *actante* não age sozinho porque sua ação está distribuída por múltiplos agentes. Nem os atores eles próprios, nem os cientistas sociais, sabem de antemão, absolutamente, quem ou o quê participa como motor da ação. O mesmo, pode-se dizer, vale para paciente e analista engajados no trabalho analítico. O melhor que se pode fazer para caminhar no labirinto produzido pela ação é procurar seguir os traços deixados pelos atores, isto é, *o que eles dizem e o que eles fazem, nos seus próprios termos*. Latour (2005a) explica:

Temos de resistir a fingir que os atores têm apenas uma linguagem enquanto o analista possui a *meta*-linguagem na qual a primeira está ‘embutida’. (...) Aos analistas é permitido possuir apenas alguma *infra*-linguagem⁶ cujo papel é simplesmente ajudá-los a tornarem-se atentos às metáforas plenamente desenvolvidas pelos próprios atores, um relato reflexivo do que eles estão dizendo. (p.49)

Assim, descrever a ação de um ator significa procurar identificar *como ele descreve as agências* que sobre eles atuam. Identificar as agências, no entanto, nada tem de simples. Uma agência só poderá ser definida como tal se o ator lhe conferir existência, figuração, oponentes e teoria da ação.

Uma agência tem *existência* porque produz “alguma diferença em um estado de coisas” (*ibidem*, p. 52), deixando traços observáveis. Uma agência assume uma *figura*, isto

5 Dependendo da tradução brasileira, *actant* se torna “atuante”.

6 A “infra-linguagem” proposta por Latour assume aqui uma função similar à da “psicologia descritiva” de William James (cf. Shandasani, 2006).

é, uma forma, um corpo, um nome. As figuras podem ser abstratas como na definição estatística de um tipo A ou B e sua relação com as doenças cardíacas, ou podem ser concretas como no enunciado “meu vizinho sanguíneo de rosto corado morreu sábado passado de ataque cardíaco (...) porque comia gordura demais” (*ibidem*, p. 53). Os atores imaginam as mais diferentes figurações para suas próprias ações. Um informante pode dizer que agiu movido pela sua consciência, pela vontade de Deus, pela rotina etc. Os atores descrevem *oponentes*, criticando determinadas agências como irrealis, irracionais, falsas, absurdas. Consideram algumas legítimas e outras, ilegítimas. Os atores costumam criar sua própria *teoria da ação*, sua própria metafísica, para explicar os efeitos de uma agência. O mais importante em um relato não é propriamente o tipo de figuração de uma agência – se concreto ou abstrato – descrito pelo ator, mas o *modo* como essa agência é dita atuar: se como “mediador”, se como “intermediário”.

A distinção entre intermediário e mediador é de capital importância para compreendermos como Latour aborda o problema da ação. Tratar uma agência como intermediário é tomá-la como a causa direta de um efeito. Diferentemente, tratar uma agência como mediador significa tratá-la como a ocasião ou oportunidade para a ação. Quer dizer, quando uma força atua sobre outra isto não significa necessariamente que uma causa está gerando um efeito, mas que *uma ocasião surgiu para que outras coisas começassem a agir*. Segundo a TAR, portanto, a ação não é mais efeito de uma agência tratada como intermediário, mas se encontra distribuída por múltiplos mediadores, daí a incerteza, tanto para os analistas quanto para os atores, sobre *o que* efetivamente age sobre um ator.

Neste seu modo de descrever a ação, a TAR mais uma vez enfatiza as relações, os vínculos e suas consequências, no lugar das essências. A dicotomia moderna que separava sujeitos e objetos, fetiches e fatos, desaparece diante de *actantes* que a todo momento trocam propriedades, agem mutuamente uns sobre os outros, formando híbridos variados.

Jung e a teoria dos complexos

Carl Gustav Jung (1875-1961) iniciou sua carreira psiquiátrica no Hospital Burghölzli, no ano de 1900, em Zurique. Eugen Bleuler, o diretor do asilo, logo lhe designou a tarefa de realizar *experimentos de associação de palavras*, com a colaboração de Franz Riklin e de outros psiquiatras. No começo do século XX, o Burghölzli era considerado um dos principais hospitais europeus no tratamento de doenças mentais. Os estudos com associação de palavras, por sua vez, eram novidade na pesquisa psicopatológica, despertando interesse nos círculos psiquiátricos de vanguarda.

O experimento de Jung (cf. 1997) era uma variante do experimento criado por Francis Galton, depois modificado por Wilhelm Wundt. Na psiquiatria, Emil Kraepelin e Gustav Aschaffenburg foram pioneiros em adaptá-lo à investigação da doença mental. Seguindo seus passos, Bleuler decidiu estudar experimentalmente a associação de palavras em pacientes psicóticos. Mas um problema logo se tornou evidente: havia grande dificuldade em distinguir-se as associações normais daquelas patológicas. Era portanto necessário estabelecer critérios que permitissem tal distinção. Jung assumiu a condução dos experimentos a partir deste ponto, em 1901. As primeiras experiências que realizou foram com pessoas consideradas sadias e já aí percebeu a dificuldade que era formular um conceito de “normalidade”. Em primeiro lugar, buscava-se identificar nas reações “se havia uma certa regularidade em geral e, depois, se apareciam regularidades individuais, isto é, se era possível encontrar certos tipos reativos” (*idem*, 1997, p. 13).

Antes do início do experimento, o participante era orientado a responder o mais rápido possível a cada palavra-estímulo com a primeira palavra que lhe viesse à mente. Dito isto, o aplicador passava a enunciar as palavras do teste, que no total formavam uma lista de 100 vocábulos de uso cotidiano, dentre substantivos, adjetivos, verbos, advérbios e numerais. As associações eram anotadas e seus respectivos

7 Sobre a questão da “normalidade”, ver, por exemplo, a carta de Jung (2001, p. 223), datada de 1936, ao neurologista americano Smith Ely Jelliffe.

tempos de reação medidos em quintos de segundo. Jung ainda acrescentou uma segunda fase ao teste, o chamado “método de reprodução”, onde se verificava a capacidade de o participante reproduzir as associações que havia acabado de enunciar. Posteriormente, Jung introduziu o uso do psicogalvanômetro no experimento. Este aparelho permitia observar e medir alterações na resistência elétrica do corpo.

Os resultados das primeiras pesquisas de Jung e Riklin, publicados no livro “Estudos diagnósticos de associações”, em 1904, foram algo surpreendentes. Eles confirmaram, como se imaginava, que associações linguísticas ocorrem segundo princípios de associação anteriormente descritos, como a semelhança e contiguidade. Entretanto, os mesmos experimentos apontaram que o fator determinante no processo associativo não era de caráter intelectual, mas sim, afetivo ou emocional⁸. Os autores constataram alguns padrões de respostas. Pessoas cultas, por exemplo, costumam responder às palavras-estímulo de modo mais objetivo ou com menor riqueza de conteúdo do que pessoas incultas. Contudo, o fator decisivo nas respostas nada tinha a ver com educação ou inteligência, mas com a atitude emocional dos participantes: as pessoas cultas simplesmente não se envolvem no experimento ou não têm por ele tanto interesse quanto as pessoas incultas, para quem o experimento assume considerável importância.

Mas o que mais chamou a atenção de Jung foram as falhas de reação ocorridas durante os testes. Diante de certas palavras-estímulo, os participantes desobedeciam à instrução original e respondiam com mais de uma palavra, repetiam a palavra-estímulo, não reagiam absolutamente, ficando calados e, sobretudo, demoravam a reagir. A delonga em uma determinada associação era avaliada pela comparação com o tempo médio do conjunto de reações. Os reflexos galvânicos, por sua vez, tendiam a ser maiores

8 Em uma nota de rodapé de “A psicologia da *dementia praecox*: um ensaio”, de 1907, Jung (1990b) observou: “Ideias isoladas relacionam-se entre si pelas diferentes leis de associação (semelhança, coexistência, etc.) embora sejam selecionados (*visé*) e agrupadas em combinações mais amplas pelos afetos” (p. 33).

onde incidiam as falhas. Quanto à fase da reprodução, Jung observou que, nas palavras-estímulo onde houve distúrbio, era frequente o participante esquecer o que havia respondido anteriormente.

Jung fez o que ninguém havia feito até aquele momento: levar a sério os distúrbios do teste (isto, aliás, só foi possível porque, de algum modo, o experimento dava ao participante a chance de recalitrar). Mais importante do que descrever leis de associação, interessava-lhe saber “como e por que e quando uma associação não funciona” (Hillman, 1988, p. 10). A investigação das falhas de reação – eram realizadas entrevistas com os sujeitos experimentais após o teste – mostrou que elas ocorriam onde as palavras-estímulo se referiam a um “assunto pessoal” do participante; assunto este quase sempre doloroso. Poucos ou mesmo um destes problemas íntimos era suficiente para provocar distúrbios no experimento. Isto já havia sido observado anteriormente por Georg T. Ziehen, que então cunhou a expressão “complexo de representações emocionalmente carregado” (*gefühlsbetonter Vorstellungskomplex*) para referir-se a eles (Ellenberger, 1970, p. 692). Seguindo esta indicação, Jung (1997) e Riklin introduziram “o termo complexo para designar este ‘assunto pessoal’ pois este é sempre um conjunto de ideias que se mantém unidas através de uma carga emocional, comum a todas” (p. 607).

Jung constatou que, em muitos casos, o participante do experimento procurava esconder conscientemente seu(s) complexo(s), mas em algum momento finalmente se deixava trair. Havia outras pessoas, diversamente, para quem o complexo era simplesmente “oculto”. Apoiado na teoria freudiana do inconsciente e do recalque, formulou a hipótese de que, neste caso, o fator psíquico responsável por manter o complexo fora do campo da consciência do sujeito, isto é, mantê-lo inconsciente, era o “recalque”. Desse modo, Jung estava demonstrando experimentalmente – ou inventando por meio da artificialidade laboratorial, se preferirmos – “o inconsciente”. É importante assinalar que a presença de um complexo não é exclusivamente psíquica,

mas se faz também notar no organismo, conforme sugerem os reflexos galvânicos. Nesse sentido, Jung (1976) observou que o complexo “apresenta uma espécie de corpo e uma determinada quantidade de fisiologia própria. Pode perturbar o estômago. Perturba a respiração, perturba o coração – em suma, comporta-se como uma personalidade parcial” (p. 72).

A aplicação do experimento de associação mostrou a presença de complexos em maior grau e intensidade em pacientes neuróticos e psicóticos do que nas pessoas sadias, conforme critérios da época. Vale dizer que os próprios médicos do Burghölzli se submetiam ao experimento de associação de palavras. Ludwig Binswanger, um psiquiatra iniciante à época, aplicou-o em Jung mais de uma vez (Kerr, 1997; Bair, 2003).

Jung concluiu que o complexo era o agente patogênico por trás das doenças mentais de etiologia psíquica. O experimento tornou-se, desse modo, um importante instrumento de diagnóstico de psicopatologias. Na neurose, o complexo “se comporta de forma autônoma às intenções do indivíduo” (*idem*, 1997, p. 608). Jung explica que o eu também é um complexo, isto é, um conjunto de representações dotadas de afeto. A consciência do corpo e o sentido de continuidade existencial (registros de memória) são os seus principais componentes (Jung, 1976). Em 1907, Jung (1990b) definiu o eu como “a expressão psicológica de uma combinação firmemente associada entre todas as sensações corporais” (p. 33). Na hierarquia da psique, cabe a ele o posto de comando, representando, nesse aspecto, a atitude dominante do indivíduo, seu modo habitual de ser e agir. O complexo secundário patogênico, por sua vez, com sua intencionalidade contrária à do complexo do eu, pode ser comparado a um “vassalo rebelde” (Jung, 1997). A luta entre senhor e vassalo produz os sintomas neuróticos⁹.

Em relação à neurose, Jung notou que há casos em que o complexo atinge tamanha intensidade emocional, e portanto autonomia, que pode “recalcar” o complexo do eu e assumir

9 Ver, por exemplo, a narrativa do caso da “Senhorita E.”, em “Psicanálise e experimento de associações”, de 1905 (Jung, 1997).

temporariamente o comando da consciência. É o que se observa, por exemplo, nos delírios histéricos. Na neurose, de qualquer modo, ainda há movimentos na psique de adaptação à realidade externa; os complexos exibem capacidade de transformação. Na esquizofrenia (*dementia praecox*), diferentemente, “os complexos se fixam de tal forma a paralisarem o progresso da personalidade como um todo” (*ibidem*, p. 610). Outra diferença é que, na esquizofrenia, a autonomia do complexo é ainda maior que nas neuroses. Os complexos se emancipam a tal ponto do controle consciente que são vividos pelo sujeito como pessoas audíveis e visíveis, ou seja, como alucinações.

O experimento de associação de palavras, com seu rigor metodológico (quantitativo), muito agradou aos espíritos nomotéticos da época, preocupados em reproduzir os métodos das ciências naturais no estudo da alma, contribuindo sobremaneira para a notoriedade de Jung no campo da psiquiatria. Mas ele sabia de suas limitações: o teste não passava de “um simulacro da vida psicológica diária” (*idem*, 1990b, p. 39). Olhos atentos e ouvidos afinados são capazes de perceber os complexos no dia-a-dia dos homens, sem a necessidade de recorrer-se aos enfadonhos procedimentos laboratoriais. Tome-se o exemplo de uma paixão amorosa como um caso típico de influência de um complexo sobre a psique “normal”:

O apaixonado é possuído pelo seu complexo: todo seu interesse volta-se para o complexo e as coisas que lhe dizem respeito. Cada palavra, cada objeto evoca o amado (igualmente nos experimentos, onde palavras-estímulo aparentemente indiferentes acionam o complexo). As coisas mais insignificantes que, de algum modo, estejam relacionadas ao complexo são guardadas como joias preciosas; todo o meio ambiente é observado sob o aspecto do amor. O que não diz respeito ao complexo é excluído e os demais interesses desaparecem no nada; surge uma atrofia temporária e um esvaziamento da personalidade. Somente o que se encontra associado ao

complexo provoca afetos e é assimilado pela psique. O pensamento e a ação vão em direção ao complexo e tudo que não pode ser desviado para essa direção é desprezado ou feito com total superficialidade, indiferença ou descaso (*ibidem*, p.40).

No indivíduo amoroso, o complexo está escancarado, exposto à vista de todos. Mais frequentemente, entretanto, encontra-se dissimulado, disfarçado sob a capa da etiqueta e das convenções sociais. Basta, porém, “uma só palavra, um só gesto [para] atingir a ferida e evidenciar o complexo residente no fundo da alma” (*ibidem*, p. 43). Entende-se, então, por que Jung abandonou os “grosseiros métodos experimentais” (*ibidem*, p. 43). No trabalho clínico, eles podem ser úteis, mas não indispensáveis, já que perfeitamente substituíveis pelo exame cuidadoso dos sintomas (obsessões, alucinações, ideias delirantes etc.), visões¹⁰ e principalmente sonhos, como meio de identificar complexos. Após afastar-se definitivamente do Burghölzli, em 1910, Jung cessou inteiramente a pesquisa experimental com associações de palavras. Continuou, sim, a fazer-lhe referência ao longo dos anos como forma de respaldar sua psicologia dos complexos em bases mais palatáveis ao gosto da comunidade psiquiátrica da época.

Sem o método de associação, Jung concentrou-se na investigação de sintomas e sonhos como indicadores de complexos. Os sonhos, conforme observado, revelam uma atividade psíquica para além do domínio da consciência. Consciência esta que não desaparece de todo durante o sono, mas tem seu funcionamento muito restringido. O sólido complexo do eu do estado de vigília, que é quem responde pela função de consciência, aparece habitualmente nos sonhos como um pálido e frágil “eu-onírico”. Assim como o eu em vigília lida com coisas e pessoas reais e “autônomas”, o eu-onírico durante o sonho se relaciona com imagens oníricas também dotadas de uma espécie de “realidade” e “autonomia”, posto que não foi ele quem as criou. Estas imagens são na

10 Jung (1981) considera a visão “uma irrupção momentânea de um conteúdo do inconsciente” (p. 307) na consciência, durante o estado de vigília.

verdade “complexos psíquicos autônomos que se formam a si mesmos a partir de seu próprio material” (Jung, 1981, p. 306). Eles entram e saem do campo da consciência ao seu bel-prazer. Por não sabermos sua origem com certeza, dizemos que “os sonhos provêm do inconsciente” (*ibidem*, p. 306).

A diferença entre a vigília e o sono é que naquela o eu supõe controlar os complexos enquanto neste eles irrompem na consciência como seres vindo de “outro mundo”. É exatamente esta relativa autonomia dos complexos, ou seja, sua capacidade de interferir nas intenções do eu, que levou Jung a compará-los à “primitiva teoria dos espíritos” ou à demonologia. A atitude de Jung diante deste assunto parece ser, antes de tudo, pragmática. Em vez de perder-se em especulações sobre a existência “real” ou não dos “espíritos”, ele reconhece que, como complexos, estas agências atuam efetivamente sobre a psique das pessoas.

O retrato que Jung começou a traçar da psique, com base nestas observações, é a de uma paisagem policromática, onde cada tonalidade corresponde a uma das personalidades parciais ou complexos. Quer dizer, para além do matiz predominante do complexo do eu, habitam a psique outras cores, outros complexos, veículos de atitudes estranhas à consciência. Em 1935, na sua terceira conferência na Clínica Tavistock, em Londres, Jung (1976) afirmou: “(...) a assim chamada unidade da consciência é uma ilusão. É realmente um sonho de desejo. Gostamos de pensar que somos unificados; mas não somos, decididamente não” (p.72-73).

Complexos, mônadas e o ator-rede

O conceito de complexo pode ser aproximado da noção de mônada de Tarde: em ambos os casos, estamos diante de uma entidade compósita que apresenta intencionalidade e cuja ação é exercida sobre outras entidades. Como agrupamento de ideias matizadas de afeto, o complexo é uma espécie de “sociedade”. Ora, Tarde usou a metáfora “politeísmo” para descrever a diversidade imanente

às mônadas. O mesmo fez Jung em relação à psique: a multiplicidade do inconsciente equivale à diversidade de deuses cultuados pelos antigos.

A carga afetiva do complexo lhe concede uma relativa autonomia, que é notada como um desejo estranho ao eu (que também é um complexo). Os complexos, esses vassallos rebeldes, podem ser pensados, a partir de Latour, de modo análogo aos *actantes* e a outras agências¹¹, que interferem nos nossos atos e pensamentos. E quando apresentam figuração, seja como “almas selvagens”, “espíritos possessores” e “divindades”, seja como as pessoas que visitam nossos sonhos, os complexos equivalem ao que na TAR se denomina “ator”. Os complexos não são essências platônicas, é claro – os psicanalistas ou os terapeutas cognitivo-comportamentais, por exemplo, não os observam em seus pacientes –, mas o produto de uma determinada composição do coletivo, a saber, a comunidade de psicólogos, analistas e pacientes junguianos. De qualquer modo, a teoria dos complexos pode funcionar como uma infra-linguagem, no sentido conferido por Latour, para o estudo de experiências descritas pelas pessoas como “espirituais”, tais como as aparições de “fantasmas”, a “perda da alma” e a “possessão por espíritos”. Se tomarmos os complexos como metáforas – e não essências –, eles podem servir ao analista na sua prática clínica como um “relato reflexivo” da experiência dos atores, um instrumento para ajudá-lo a “ficar atento às metáforas” produzidas pelos próprios atores.

A experiência onírica, então, exibe com eloquência os embaraços de fala produzidos pelos complexos. Ao narrar um sonho, nosso eu consciente assume o papel de porta-voz das figuras oníricas. Mas estará o porta-voz de fato dando a palavra aos complexos noturnos ou falando em causa própria e, assim, distorcendo mesmo sem querer as imagens do sonho?

Se tomarmos uma ação de um indivíduo como decorrente de um “processo” envolvendo a atividade de múltiplos

11 Escreveu Jung (1981) em *Uma revisão da teoria do complexo*: “(...) os complexos são agências psíquicas cuja natureza mais profunda está ainda insondada” (p. 104).

complexos, teremos uma descrição da psique como rede: “Nenhuma ação humana é inteiramente simples – como se fosse uma reação isolada a um único estímulo. Cada uma de nossas ações e reações é influenciada por complicados fatores psíquicos”, escreveu Jung (1981, p. 359). Um último exemplo pode ajudar a reforçar o argumento de que sua descrição do psiquismo é compatível com o que Latour chamou de rede. Jung (*ibidem*) comparou as ações e reações humanas à situação de um quartel general:

Para o soldado raso poderia parecer que o exército se retirou simplesmente porque foi atacado ou que um ataque foi lançado porque o inimigo foi localizado. Nossa mente consciente está sempre disposta a desempenhar o papel do soldado comum e acreditar na simplicidade de suas ações. Mas, na realidade, uma batalha aconteceu neste lugar particular e neste momento particular por causa de um plano geral de ataque que, ordenado dias antes, deslocou o soldado comum a este ponto. De novo, esse plano geral não é simplesmente uma reação a informes de reconhecimento, mas resulta de uma iniciativa criadora do comandante. Além disso, está condicionado pela ação do inimigo e também talvez por considerações políticas não militares desconhecidas pelo soldado comum. Esses últimos fatores são de natureza muito complexa e residem fora do alcance da compreensão do soldado comum, embora possam parecer inteiramente claros para o comandante do exército. Mas, mesmo para este, talvez certos fatores sejam desconhecidos, tais como sua própria psicologia pessoal e seus complicados pressupostos. Assim, o exército se encontra sob um comando unificado e simples, mas esse comando é resultado da operação coordenada de fatores infinitamente complexos.

A ação psíquica acontece sob bases similarmente complicadas. (...) O eu é o comandante do exército;

suas reflexões e decisões, suas razões e dúvidas, suas intenções e expectativas são o Estado-maior, e sua dependência de fatores externos é a dependência do comandante de influências quase incalculáveis emanadas do quartel-general e das obscuras maquinções da política nos bastidores. (pp.359-360)

Incerteza e complicação são as palavras que melhor resumem a ação psíquica humana. Sua aparente simplicidade, se explorada e desdobrada, revela uma teia “quase incalculável” de agências atuantes. O eu-comandante não está sozinho. Não há ação isolada, mas em rede. Assim, diante da ação de um ator humano qualquer, devemos indagar-nos “quem”, isto é, que complexos estão agindo? Importante também é questionarmos se esta ação de um complexo é o transporte de uma informação direta, sem modificação, através da consciência, ou se é a condição de possibilidade para que uma diferença se produza na consciência. No primeiro caso, estaríamos diante de algo semelhante a um intermediário e, no segundo, de um mediador, nos termos de Latour. Jung dá a entender que a experiência psicopatológica, pela sua natureza quase irreprimível, apresenta a atuação de um complexo como uma autoridade impositiva sobre o eu. Nesta relação de domínio, o complexo atuaria como um intermediário. Já no funcionamento saudável ou “normal” da psique, os complexos atuariam como influências ou “perturbações”, mas não como causas determinantes. Como os mediadores de Latour, eles se concatenariam em ações recíprocas e coordenadas, sem portanto dominarem a consciência subjetiva. A diferença entre estas duas possibilidades de atuação – semelhante a um intermediário ou a um mediador – decorre da intensidade afetiva do complexo: “Dependendo de sua carga energética, ele [o complexo] pode aparecer como uma mera perturbação das atividades conscientes ou como uma autoridade supra-ordenada que pode subordinar o eu a seu propósito” (*idem*, 1984, p.75).

Assim, se um complexo atua à maneira de um intermediário, como ocorre nas patologias psíquicas graves,

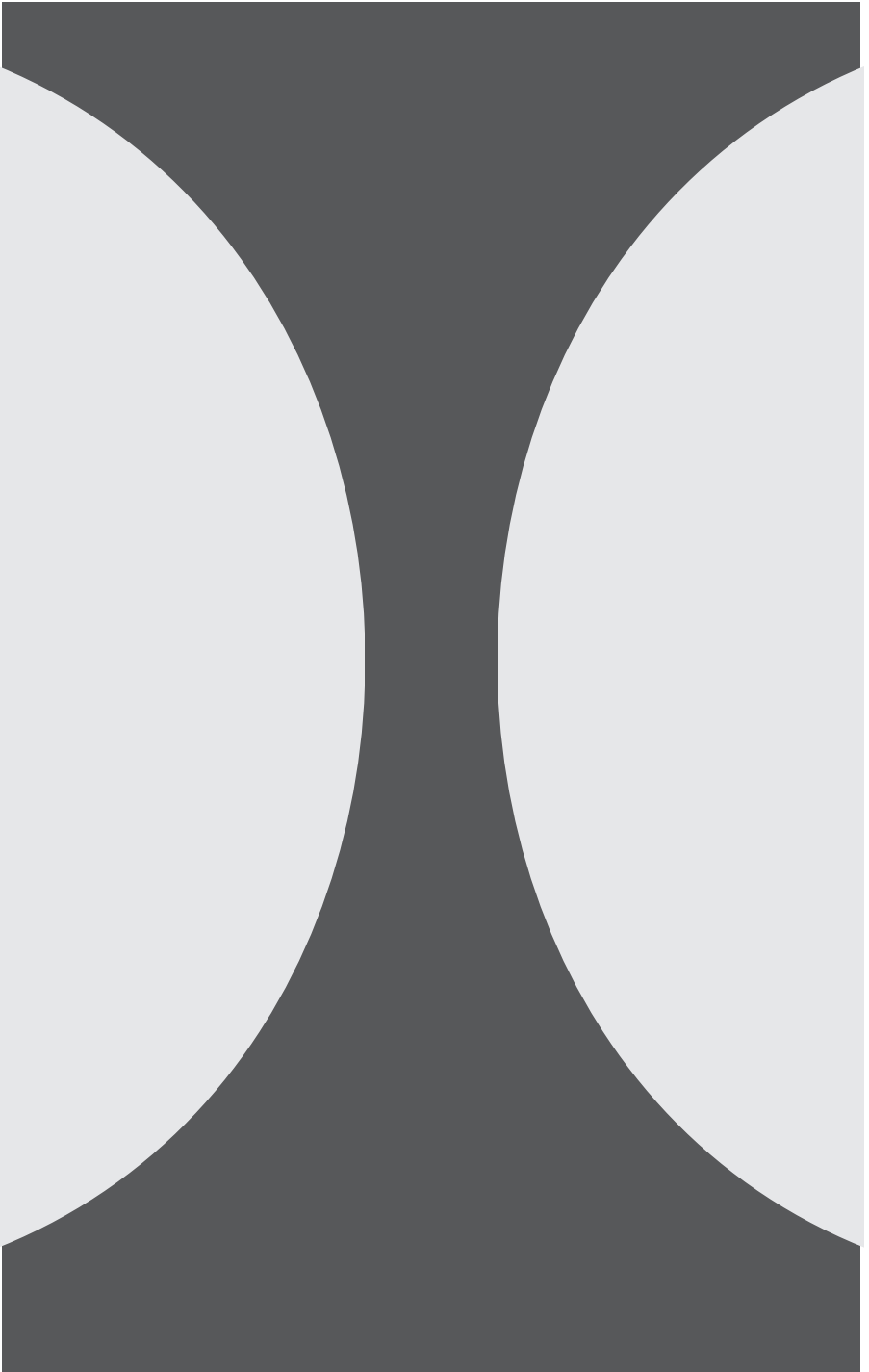
ele próprio deixa de funcionar de modo análogo a um ator/*actante*, na descrição de Latour, e a psique, de operar intrincadamente como rede (dir-se-ia, nesse caso, que o complexo tornou-se causa de um efeito). Dito de outro modo, a psique organiza-se como rede, em sentido estrito, apenas quando os complexos, de modo “saudável”, agem ao modo dos mediadores.

Outro aporte significativo da teoria dos complexos é o papel central que confere à afetividade na psique humana. Jung (1990b) reconheceu que: “A base essencial de nossa personalidade é a afetividade. Pensar e agir são, por assim dizer, meros sintomas da afetividade” (p. 31). Na verdade, mostramos que afeto, ideia e corpo, diferentemente da disjunção que os modernos lhe impuseram, são inseparáveis, posto que toda representação está carregada de maior ou menor valor afetivo, cujos efeitos são observados no organismo. A experiência do complexo, em sua indeterminação, é a experiência de um híbrido (Hauke, 2003).

Concluindo, a psicologia dos complexos do “jovem” Jung tem aspectos que se mostram compatíveis com a sociologia das associações de Tarde e Latour. Um estado mental de um indivíduo pode ser descrito como rede, observou Latour (2005a). Jung certamente concordaria com esta afirmação.

Referências bibliográficas:

- ELLENBERGER, H. F. (1970). *The Discovery of the Unconscious: The History and Evolution of Dynamic Psychiatry*. New York: Basic Books.
- HAUKE, C. (2003). *Jung and the postmodern: The Interpretation of Realities*. Hove and New York: Brunner-Routledge.
- HILLMAN, J. (1988). *Jung's Daimonic Inheritance*. Sphinx, 9-19.
- JUNG, C. G. (2003). *Cartas de C. G Jung*: vol. III 1956-1961. Petrópolis:Vozes.
- _____. (1999). *Presente e futuro*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1997). *Estudos experimentais*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1993). *Estudos psiquiátricos*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1990a). *The Archetypes and the Collective Unconscious*. New York: Princeton University Press.
- _____. (1990b). *Psicogênese das doenças mentais*. Petrópolis:Vozes.
- _____. (1981). *The Structure and Dynamics of the Psyche*. New York: Princeton University Press.
- _____. (1976). *The Symbolic Life*. New York: Princeton University Press.
- KERR, J. (1997). *Um método muito perigoso: Jung, Freud e Sabina Spielrein –a história ignorada dos primeiros anos da psicanálise*. Rio de Janeiro: Ed.Imago.
- LATOUR, B. (2005a). *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network Theory*. Oxford, New York: Oxford University Press.
- _____. (2005b). *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- _____. (2004). *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. São Carlos: EDUSC.
- _____. (2001). *Gabriel Tarde and The End of the Social*. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr>. Arquivo consultado em 2007.
- _____. (1999). *How to talk about the body? The normative dimension of science studies*. Disponível em: <http://www.ensmp.fr/~latour/articles/2002.html>. Arquivo consultado em 2005.
- _____. (1998). *Factures/fractures: de la notion de réseaux à celle d'attachement*. Disponível na INTERNET via <http://www.bruno-latour.fr/>. Arquivo consultado em 2006.
- PEREIRA, H. C. (2007). *O laboratório analítico: a psicologia de C. G. Jung examinada pela teoria do ator-rede*. Tese de Doutorado em Psicologia Social. Rio de Janeiro, UERJ.
- SHAMDASANI, S. (2006). "Psychologies as Ontology-Making Practices: William James and the Pluralities of Psychological Experience". In: CASEMENT, A.; TACEY, D. (Orgs.) (pp.1-19). *The Idea of the Numinous*. London/New York: Routledge.
- _____. (2003). *Jung and the Making of Modern Psychology: The Dream of a Science*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TARDE, G. (2005). *A opinião e as massas*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2003). *Monadologia e sociologia*. Petrópolis: Vozes.



Teoria Ator-Rede: um olhar sobre o trabalho de campo em psicologia

Alexandra Cleopatra Tsallis
Gabriela Rizo¹

Para começar: despsicologizar

O desafio deste artigo é buscar um caminho através do qual o trabalho de campo em psicologia possa ser revisitado à luz das discussões teórico-metodológicas propostas pela Teoria Ator-Rede (ANT²). De fato, nosso maior objetivo é tomar a ANT enquanto uma possibilidade sobre como constituir um olhar para a prática investigativa em psicologia.

Primeiramente, cabe destacar que Latour (2002a) não se dedica especificamente a refletir sobre a psicologia. Esta passagem vem sendo tecida lentamente nos últimos anos pelos psicólogos (o presente livro é um bom exemplo desse esforço). Isto se deve também ao fato de que o autor se posiciona criticamente em relação à psicologia por entendê-la somente através de sua faceta mantenedora de dicotomias tais como natureza/cultura, indivíduo/sociedade, entre outras.

No livro *O culto moderno dos deuses fe(i)tiches* (2002a), o autor aponta a psicologia como aquela que compõe o par simétrico com a epistemologia. Sendo que a primeira se ocupa dos sujeitos, enquanto que a segunda, dos objetos. Nesse sentido, ambas dão sustentação à dicotomia moderna entre

1 Historiadora, Doutora em Psicologia Social pela UERJ e Professora Adjunta da UFRRJ.

2 O motivo por utilizarmos a sigla em inglês (ANT), ao invés de em português, para designar a Teoria Ator-Rede deve-se ao fato da palavra inglesa *ant* significar formiga. Nesse sentido, a Teoria Ator-Rede é aquela que percorre os pequenos caminhos, as trilhas do mundo, os percursos da formiga.

interioridade e exterioridade, enquanto instâncias que podem ser tratadas separadamente. Assim, nos termos de Ferreira (2000), a psicologia nada mais faria do que o “serviço sujo”, o trabalho de dar conta do que a epistemologia excluiu criticamente dos nossos seres objetivos.

Dessa forma, a saída possível para esse impasse seria apostar na despsicologização. Para tal fim, a etnopsiquiatria de Nathan (2001) é apresentada por Latour (*ibidem*) como aquela que não opera através de um sujeito interior em oposição a um objeto exterior. Pelo contrário, propõe a “investigação dos *actantes*”. O termo *actante* é originário da semiótica e designa todo aquele que age, que produz efeitos. Nesse sentido, pode ser usado tanto para se referir a humanos quanto a não-humanos. Ainda com relação à proposição “investigação dos *actantes*”, vale destacar a etimologia do primeiro termo – andar pelos vestígios. Essa ideia, traduzida para os termos da ANT, significa percorrer os vestígios deixados pelos humanos bem como pelos não-humanos.

O resultado disso é a renúncia às dimensões “meta”, transcendentais, para se permanecer vinculado ao mundo em sua imanência. Nesse sentido, o trabalho de campo ganha uma faceta bastante pragmática, pois é recorrendo incessantemente às práticas que se torna possível acompanhar as trajetórias dos *actantes*, os vestígios por eles deixados. Em poucas palavras, *despsicologizar* é, pois, abrir mão do processo moderno de purificação e acolher os vínculos que vão se fabricando e produzindo efeitos incessantemente no mundo tal qual se apresenta.

Despsicologizar, aqui, é pensar uma psicologia que faz-fazer uma singularidade que acontece na dimensão dos vínculos existentes, justamente no “entre” que compõe a rede de interações. Dessa forma, as dicotomias estariam dando lugar a um tecido inteiriço, uma rede plena de vínculos, que faz emergir os *actantes* em suas trajetórias inusitadas.

Como meio: proposições da ANT

Para fazer este caminho, foi tomado como inspiração o texto de Latour *Um diálogo da ANT* (2002b). Ele é uma espécie de diálogo socrático entre um Professor (P – professor) que trabalha com a Teoria Ator-Rede e um Aluno (A – aluno) em busca de orientação metodológica para sua tese de doutorado. Vale ressaltar que tanto as falas do Professor quanto as do Aluno ajudam a mapear o que vem a ser a ANT. A primeira questão a ser colocada diz respeito à compreensão do texto, em ciências sociais, como um laboratório. Será no texto que se realizarão os testes de torção, os experimentos rumo à produção de conhecimento acerca daquilo que está sendo estudado.

Porque este texto, dependendo do modo em que está escrito, irá ou não capturar o ator-rede que você deseja estudar. O texto, em nossa disciplina, não é uma história, não é uma bela história, ele é o equivalente funcional de um laboratório. Ele é um local para tentativas, experimentos e simulações. Dependendo do que acontece nele, existe ou não um ator e uma rede sendo traçada. E isso depende inteiramente do modo como é escrito – cada novo tópico requer um novo modo de ser manejado no texto. A maioria dos textos está completamente sem vida. Nada acontece neles. (Latour, *op.cit.*)³

Nesse sentido, o que se coloca como um desafio para a análise dos trabalhos de campo em psicologia é como fazer uma descrição detalhada, isto é, deixar que os traços produzidos pelos acontecimentos apareçam no laboratório textual. Além de fazer prevalecer a descrição, é preciso abrir mão de estabelecer um enquadre teórico como guia para o processo de estar em campo. De fato, a separação entre o trabalho de campo e a discussão teórica só pode ser realizado em laboratório, ou seja, no texto, uma vez que, na prática

3 Todos os trechos citados que se referem a este artigo foram traduzidos livremente pelos autores.

de pesquisa, é a mistura entre elementos dos mais diversos tipos (discussões teóricas, impressões pela participação das situações do campo, entre outros) que prevalece. Dessa forma, os acontecimentos devem ser seguidos, buscando produzir o que Latour denomina de uma *boa descrição*.

Dessa forma, uma sequência de operações é realizada com o intuito de constituir essa descrição. Assim, os acontecimentos são descritos para que se forme um panorama do que está sendo acompanhado, uma cenarização, que tem como característica a provisoriedade e, justamente por isso, remete à retomada dos coletivos – associações de humanos e não-humanos (Latour, 1999). Coletivo “não nos remete a uma unidade feita, mas a um procedimento para religar as associações de humanos e não-humanos” (Latour, 2001, p. 373).

Esse cenário tenta fazer justiça, na descrição, à complexidade do campo, isto é, trabalhá-lo em todas as suas dimensões, vislumbrá-lo desde diversos pontos de vista. Nesse sentido, são as traduções feitas que alavancam essas diferentes facetas, elas funcionam como janelas que habilitam novas paisagens. Porém, para que o texto funcione tal qual um laboratório, é preciso traduzir, ou melhor, transladar, uma série de elementos.

Portanto, fazer translações não fará com que os elementos não sofram transformações; pelo contrário, eles serão transformados, sofrerão todo tipo de torção neste laboratório. Nos termos de Latour (op. cit.), isso é trabalhar com os móveis imutáveis – móveis por conta das translações operadas e imutáveis porque nessa sequência de traduções sempre há algo que permanece. Vale dizer ainda, que esse fluxo de movimento é o que caracteriza a *referência circulante*, ou seja, “referência não designa um referente externo sem significação [*meaningless*] (isto é, literalmente, sem meios [*mean*] de completar seu movimento), mas a qualidade da cadeia de transformações, a viabilidade de sua circulação” (Latour, op. cit., p. 354).

Em síntese, além de fazer prevalecer a descrição, é preciso abrir mão de estabelecer um enquadre teórico prévio

para seguir na provisoriamente que ocorre nos encontros e no desenrolar do campo em ação: tudo é histórico e pleno de *actantes*. Nesse sentido, na medida em que o campo de fato acontece, as coisas *fazem-fazer*, as categorias *a priori*, sejam elas quais forem, perdem a importância. Em outras palavras, não seria preciso nomear os acontecimentos usando como ferramentas conceitos prévios, bastaria nomeá-los pelo seu próprio nome, contando sua própria história. Em vista disso, os termos não se reificam, pois só se sabe o que será um *actante* mediante a experimentação científica. Vale ressaltar que esta última é entendida aqui não no sentido estrito, mas como um processo realizado pelo pesquisador na tentativa de estabelecer as linhas de conexão entre os diferentes elementos no interior de seu laboratório; no caso das ciências humanas, o texto (Latour, 2002b).

Portanto, segundo este enfoque é preciso fazer uma reviravolta na maneira de realizar o trabalho de campo. Pois a situação se apresenta da seguinte forma: é preciso observar e acreditar que, em algum momento, aquele cenário se organiza de modo a permitir uma reflexão acerca da prática.

P – Não, você não pode! Diga-me, se um X é uma mera condição de Y, o que é mais importante para se estudar: X, que é a condição especial, ou Y, que é a regra?

A – Provavelmente Y... porém, X também, só para ver se ele é realmente uma aplicação de... bem, ambos, acredito eu.

P – Eu apostaria em Y, dado que X não lhe ensinará nada novo. Se algo é simplesmente uma “instância de” algum outro estado de relações, estude esse estado de relações em vez de... Um estudo de caso que precisa adicionar uma moldura é um estudo de caso que foi mal escolhido para se começar. (Latour, op. cit.)

Ou seja, não considerar o campo como um caso específico de alguma regra geral. Dessa forma, a ANT se comporta mais

como um modo de abordá-lo do que propriamente uma teoria para explicar os fenômenos. Nesse sentido, os *actantes* devem ser acompanhados pelos traços que deixam. Assim, eles não habitam o mundo para cumprir uma dada teoria, isto é, não são marionetes a serviço de uma estrutura. Pelo contrário, eles fazem a diferença, eles são insubstituíveis no cenário. Esta cenarização, por sua vez, só é passível de ser feita através do acompanhamento das trajetórias dos *actantes*, de seus vínculos, de suas ações.

Em tempo, é fundamental entender que mesmo os *actantes* não são uma categoria prévia que permitiria ao pesquisador sair em busca dela no campo. Os *actantes* acontecem no campo e não é possível saber de antemão quais serão aqueles que estarão agindo em uma determinada situação. Eles poderão ser assim determinados, quando agirem de fato e/ou quando deixarem seu traço. “Se eles atuam, eles deixam algum traço, então você tem alguma informação, então você pode falar sobre eles. Se não, cale-se” (Latour, op. cit.).

Algumas considerações podem ser feitas acerca do que deriva dessa série de critérios. O lugar da teoria, ou do enquadre teórico, é dado a posteriori, para dar prioridade à voz dos *actantes*. O outro ponto é uma decorrência do anterior, embora ela se chame de **Teoria** Ator-Rede, ela opera mais como um argumento negativo. A princípio, não tem nada a dizer sobre aquilo que será estudado. O que significa, mais uma vez, dar ao trabalho de campo o lugar de destaque e absoluta relevância para definir os rumos da descrição, bem como da discussão que surgirá como resultado do laboratório.

Não poderíamos deixar de mencionar a questão sobre o ponto de vista, já que essa é uma discussão que faz eco de um modo geral nas ciências.

Situar-nos, um negócio enervante que só é bem sucedido parcialmente, eis no que consiste a pesquisa etnográfica como experiência pessoal. Tentar formular a base na qual se imagina, sempre excessivamente, estar-se situado, eis no que consiste o texto antropológico como empreendimento científico. (Geertz, 1998, p.23 – 24)

Assim, vale ressaltar como a ANT assume uma posição acerca dessa discussão.

A – Mas você não negaria que também possui um ponto de vista, em que a ANT também está situada, e que você também agrega outra camada de interpretações, uma perspectiva?

P – Não, por que eu negaria isso? Mas, e daí? O mais importante sobre um ponto de vista é, precisamente, que você pode mudá-lo! Por que eu permanecerá preso a ele? De onde eles estão na terra, os astrônomos possuem uma perspectiva limitada, por exemplo em Greenwich, o Observatório situado rio abaixo – você já esteve lá? É fabuloso. E, apesar disso, eles vêm satisfatoriamente modificando essa perspectiva por meio de instrumentos, telescópios, satélites. Eles hoje podem desenhar um mapa da distribuição das galáxias no universo todo. Muito bom, não? Mostre-me um ponto de vista e lhe mostrarei duas dúzias de maneiras de modificá-lo. Preste atenção: toda essa oposição entre ‘ponto de vista’ e ‘visão de lugar nenhum’, você pode seguramente esquecer. E também essa diferença entre ‘interpretativo’ e ‘objetivista’. Deixe a hermenêutica à parte e volte para o objeto – ou melhor, para a coisa. (Latour, op. cit.)

E a polêmica continua, agora abordando como não estar limitado por esse ponto de vista. Contudo, na medida em que é possível movimentar-se em relação àquilo que está sendo olhado, é possível perceber a complexidade presente naquele fenômeno. Ele se desvela em suas facetas. É com o belo movimento dos véus que se dá início a diversos pontos de vista.

Para explicitar melhor esse procedimento, faremos uso de um trecho, embora longo, do livro *Políticas da Natureza* (2004). Nele, Latour convoca as ciências sociais, todas as “logias”, à renúncia das interpretações, em favor da fabricação de versões que complexifiquem os coletivos e que, justamente

por serem versões, contem com a possibilidade de serem revistas sempre.

Afirmar que sob as relações legítimas existem forças invisíveis aos atores que não poderiam ser discernidas senão pelos especialistas das ciências sociais, equivale a utilizar o mesmo mecanismo da Caverna utilizado para a metafísica da natureza: existiriam qualidades primeiras – a sociedade e suas relações de força – que formariam a disposição essencial do mundo social, e qualidades segundas, tão intensamente vividas quanto mentirosas, que cobririam com seu manto tais forças invisíveis que não poderíamos ver sem desanimar. Se é necessário rejeitar as ciências naturais quando estas fazem uso desta dicotomia, é preciso rejeitar mais vigorosamente ainda as ciências sociais quando elas a aplicam ao coletivo concebido como sociedade. Se é preciso, com as ciências naturais, compor progressivamente o mundo comum, guardemo-nos de utilizar a sociedade para explicar o comportamento dos atores. Como a natureza, e pela mesma razão, a sociedade se encontra no fim da experimentação coletiva, não no início, não toda feita, não já lá. (...) As ciências sociais, economia, sociologia, antropologia, história, geografia, têm um papel muito mais útil que aquele de definir, no lugar dos atores e frequentemente contra eles, as forças que os manipulam sem o seu conhecimento. Os atores não sabem o que eles fazem, os sociólogos menos ainda. O que manipula os atores é desconhecido de todos, incluídos os pesquisadores em ciências sociais. (...) Nós ignoramos as consequências coletivas de nossas ações. Estamos intrincados pelas relações arriscadas cuja contextualização provisória deve ser objeto de uma constante re-presentação. A última coisa que precisamos, é que componham, em nosso lugar, o mundo a vir. Mas, para investigar sobre o que nos vincula, podemos contar

com as ciências sociais oferecendo aos atores versões múltiplas e rapidamente revisadas que nos permitam compreender a experiência coletiva na qual estamos todos envolvidos. Todas as -logias, -grafias, -nomias tornam-se então indispensáveis se elas servem para propor constantemente ao coletivo novas versões do que ele poderia ser, guardado o traço das singularidades. Com as ciências sociais o coletivo pode enfim se retomar. Se tipos muito comuns são capazes de tornar-se sábios exatos e meticolosos graças ao equipamento de seus laboratórios, imagine-se o que cidadãos comuns poderiam se tornar se eles se beneficiassem, para pensar o coletivo do equipamento das ciências sociais. (pp. 296-297)

Finalmente, cabe falar da lógica de análise do campo de um modo geral. Ela não poderá operar a partir da denúncia crítica, isto é, através da busca pelas instâncias purificadas (Latour, 2005, 1998, 1994 e 1993). Pelo contrário, ela será o caminhar pelo *Império do Centro* (Serres 1994), seguindo pelos elementos do meio, da passagem. Dessa forma, assumimos, sem a ameaça de isolar os elementos a um dos extremos (natureza ou cultura), a mistura com a qual habitamos o mundo. Esse mundo recheado de objetos, sujeitos, histórias, esse mundo dos *çatoreseselesmesmos* (Latour, 2002a) cada um falando em sua língua, seja ela qual for.

Em relação a isso, Iñiguez (2003) esclarece que essa proposta não trabalha com um mundo que é construído do mesmo modo que se constrói um edifício, isto é, não se pode imaginar uma construção que, uma vez terminada, está pronta e pode ser simplesmente ocupada. A construção se trata de um processo ininterrupto de práticas que mantém o mundo de tal ou qual maneira. Assim, Latour (1998), em seu livro *Paris: ville invisible*, chega à ideia de *abonnement*, onde a opção pelo par sujeito/objeto como resultante das dicotomias entre natureza e cultura, indivíduo e sociedade, perde de vista a dimensão por onde passam os *actantes* com suas aptidões. Optar pelas dicotomias seria, nesse bojo, uma economia em relação à

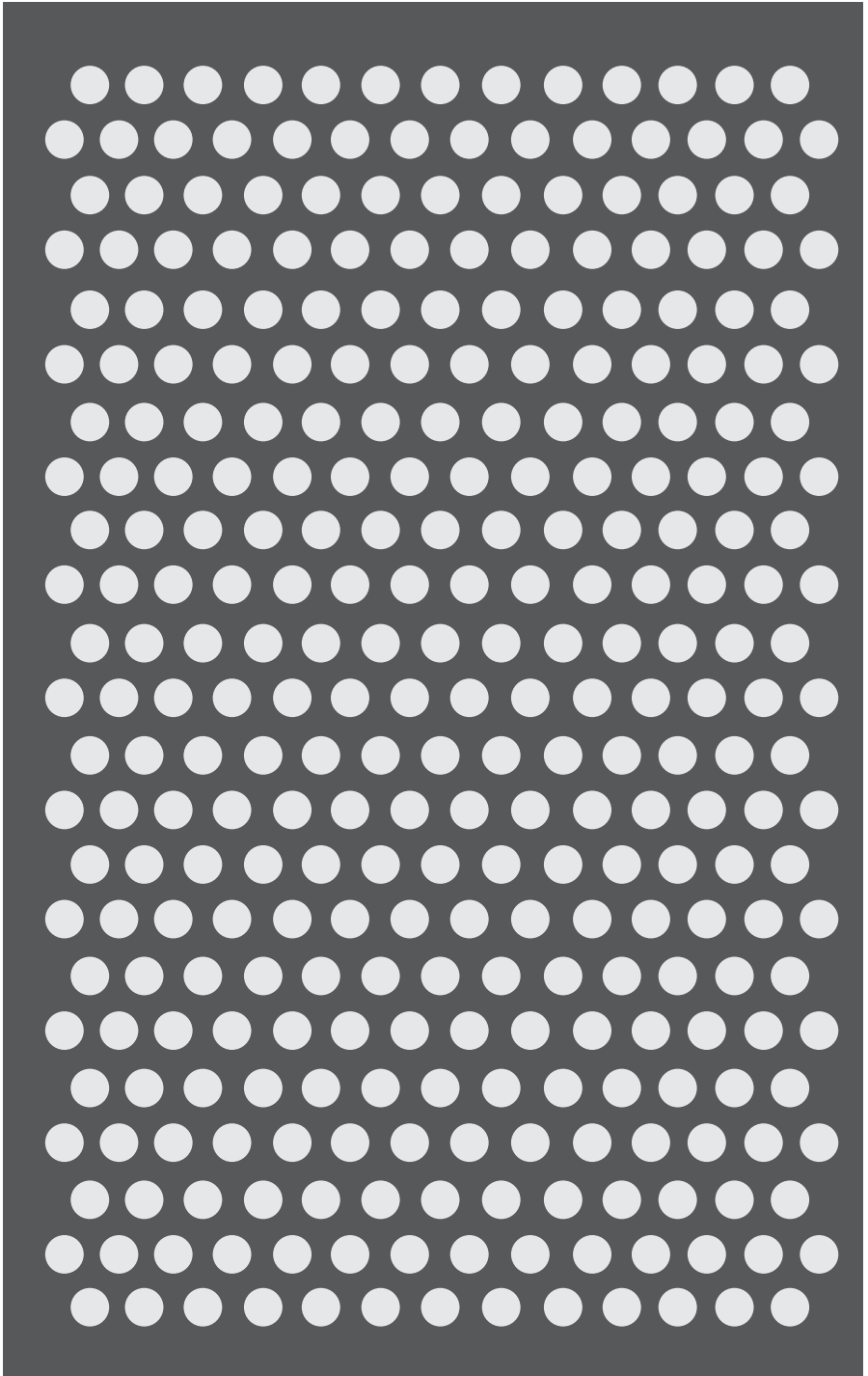
cenarização dos acontecimentos. Portanto, para não cair na explicação das estruturas que ultrapassam os *actantes*, poder-se-ia optar pela criação de versões capazes de contemplar as ações vividas no trabalho de campo.

Para terminar: pistas de um percurso de formiga

- Identificar os *actantes*;
- Mapear os vínculos existentes entre eles, definir o coletivo;
- Acompanhar os vínculos em ação, cenarizar;
- Submeter os passos anteriores aos testes de torção disponíveis no laboratório/texto;
- Construir uma “boa descrição” de todo esse processo;
- Finalmente, deixar essa descrição se articular ao mundo e produzir efeitos.

Referências bibliográficas:

- FERREIRA, A. A. L. (2000). “A diferença que nos une: considerações sobre as condições de surgimento do campo psicológico em sua dispersão”. In: *Arquivos Brasileiros de Psicologia* vol. 52, nº 3, p. 28-45.
- GEERTZ, C. (1998). *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- INIGUEZ, L. (2003). “En la encrucijada postconstruccionista: historicidad, subjetividad, performatividad, accion”. *XII Encontro Nacional da ABRAPSO*, Porto Alegre.
- LATOURE, B. (2005). “Por uma Antropologia do Centro”. In: *Mana*, vol.10, nº 2, p.397-414.
- _____. (2004). *Políticas da Natureza*. Bauru: EDUSC.
- _____. (2002a). *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. Bauru: EDUSC.
- _____. (2002b). *A Dialog on Ant*. Disponível em: <http://www.ensmp.fr/~latour/articles/article/090.html>. Acesso em setembro de 2003.
- _____. (2001). *A Esperança de Pandora*. Bauru: EDUSC.
- _____. (1998). *Paris ville invisible*. Disponível em: <http://www.ensmp.fr/~latour/virtual/index.html>. Acesso em junho 2004.
- _____. (1994). *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- _____. (1993). *An interview with Bruno Latour*. Disponível na Internet via <http://muse.jhu.edu/journals/configurations/v001/1,2crawford.html>. Acesso em julho 2002.
- NATHAN, T. (2001). *Nous ne sommes pas seuls au monde*. Paris: Les empêcheurs de penser en rond.
- SERRES, M.. (1994). *Eclaircissements*. Paris: Champs/Flammarion.



Para além da tolerância: seguindo a construção de mundos comuns

Carlos Alberto Marconi da Costa
Marcelo Nuñez Viegas

Contra fatos não há argumentos. A frase é decisiva para terminar com qualquer discussão ou para abortar qualquer tentativa de iniciá-la. Subjacente ao argumento que sustenta a frase (sim, há um paradoxo, pois estamos diante de um argumento e não de um fato), encontramos a noção de que há uma clara distinção entre fato e opinião decorrente de uma distinção ainda mais fundamental: a existente entre objeto e sujeito, entre o mundo tal como ele é e como nós o representamos. De acordo com essa lógica, o fato seria o mundo presente em toda a sua concreta imutabilidade impondo-se sobre os argumentos, mutáveis, em decorrência da subjetividade que lhe dá vida. Então, “assim são as coisas”, poderíamos afirmar em uma variante da frase inicial.

E se não forem assim? Podemos perguntar. Se as coisas não são assim, o mundo tal como o entendemos, ou seja, a representação que dele fazemos, está em questionamento. Da mesma forma, a interrogação coloca em risco todos os nossos conhecimentos científicos e, mais que isso, todos os alicerces que sustentam a ideia de ciência. Ou, pelo menos, de uma certa concepção de ciência, denominada realista, segundo a qual há um mundo lá fora, estável, esperando para ser representado por nós. Como, apesar de toda a incontestabilidade que a frase inicial do texto comporta, as polêmicas continuam, encontramos, em oposição à concepção realista, a denominada construcionista. De acordo com ela, o objeto resulta dos processos de construção que o sujeito é capaz de empreender.

E, se para incrementarmos as disputas, lançarmos a ideia de que o mundo não é dado nem construído, mas que é dado e construído ao mesmo tempo? De que é exatamente isso que os cientistas fazem em seus laboratórios: lidar com o que já existe e construir outras existências? Sim, de que, simultaneamente, “descobrem” e “fabricam” fatos, embora os relatórios das experiências registrem apenas as descobertas? Vamos, então, supor que, nos relatórios científicos, ocorre como nos programas de culinária na TV, em que tudo está organizado de tal forma que os telespectadores, aparentemente, acompanham o processo de confecção do prato, que é apresentado ao final, em uma cozinha impecavelmente limpa, sem vestígios das resistências e oposições que alimentos e equipamentos impuseram (a farinha de trigo que estava úmida; as gemas dos ovos, menores que as esperadas; a panela de tamanho quase inadequado; a chama do fogão que não ficava regulada, etc.), obrigando o cozinheiro a hesitar e buscar soluções específicas para os obstáculos que emergiam a cada momento.

“Bem”, o leitor pode afirmar, “cozinhar é arte. Planejar e executar experimentos é ciência?”. Será que, no “real”, as fronteiras entre os territórios são tão nítidas assim? Vejamos alguns fragmentos de relatórios escritos por Pasteur acerca de sua atividade no laboratório e apresentados por Latour (1995):

O ácido láctico foi descoberto por Scheele, em 1780, no soro azedo. Seu *procedimento* para retirá-lo de tal matéria ainda hoje em dia é o melhor que se pode seguir. Ele inicialmente *reduziu* o soro a um oitavo por evaporação. *Filtrou-o, saturou-o* de cal para *precipitar* o fosfato de cálcio. O licor foi *filtrado e dissolvido* em três vezes seu peso em água; *derramou* nele, gota a gota, o ácido oxálico para *precipitar* toda cal. *Evaporou* o licor até a consistência do mel (...). (p. 14, grifo de Latour)

Quando se examina com atenção uma fermentação láctica ordinária, *há casos* em que se *pode reco-*

nbecer, em cima do depósito de cálcio e de matéria azotada, *manchas* de uma substância cinzenta que algumas vezes formam certas zonas na superfície do depósito. Esta matéria é levada pelo movimento gasoso. Seu exame no microscópio *não permite*, quando não se está prevenido, distingui-la do caseum, do glúten desagregados etc.; de tal maneira que *nada indica* que se trate de uma matéria especial, nem que tenha nascido durante a fermentação. (pp. 14-15, grifo de Latour)

Vou de início, indicar o meio de isolar [esta matéria especial], de prepará-la em estado de pureza. *Extraio* do levedo de cerveja sua parte solúvel, *mantendo-a* por algum tempo à temperatura da água fervente com quinze a vinte vezes seu peso em água. O licor, solução complexa de matéria albuminoide e mineral é *filtrado* com cuidado. Faz-se *dissolver* cerca de 50 a 100 gramas de açúcar por litro, *acrescenta-se o cálcio e semeia-se* um pouco desta matéria cinzenta de que já falei, depois se *leva* à estufa a 30° ou 35° graus. Também é *bom* fazer passar uma corrente de ácido carbônico para expulsar o ar do frasco, ao qual se adapta um tubo recurvo que mergulha n'água. Já no dia seguinte, uma fermentação viva e regular se *manifesta*. (p. 15, grifo de Latour)

No primeiro fragmento, é óbvia a descrição do ácido não como uma substância previamente existente, esperando para ser descoberta, mas como o resultado de uma série de procedimentos laboratoriais; isto é, como uma fabricação. A incerteza dessa existência prévia é ratificada pela leitura do segundo fragmento, enquanto o terceiro evidencia o que Latour denomina a *encenação*, isto é, a necessidade de criação de condições essenciais para que o fermento se *manifeste*, se anuncie como alguma coisa que, estando lá, precisava ser desvelado. Em outras palavras, o fermento não estava inicialmente lá, pelo menos, não exatamente no formato como ele *aparece* (tanto quanto o cientista, que ao final da

experiência bem sucedida não é também o mesmo que iniciou o estudo; isto é, ele, como o sujeito, estava e não estava lá, dado, desde o início).

O leitor, agora, pode contra-argumentar: “Vocês estão tentando me confundir. Ciência é ciência; arte é arte; ficção é ficção. Afinal, a ciência está aí exatamente para nos ajudar a distinguir o racional do irracional, o que é real do que é ficção. E, já que vocês propuseram um exemplo no território do entretenimento, não é a ciência que nos fornece os fundamentos que nos garantem que o mágico excelente é aquele cujo show nos coloca na curiosa posição de assegurarmos que é ilusão aquilo que ele nos apresentar como fato? Que a graça da mágica é sabermos que a mulher não flutua, não foi serrada ao meio ou não desapareceu, apesar de toda a plateia ter assistido ao acontecimento? Que só podemos rir e nos espantar exatamente porque nossos olhos veem o que não pode ser visto? Porque fomos iludidos e não acreditamos?”. Sim. Estamos de acordo. A ciência se propõe a desempenhar essa tarefa e tem demonstrado essa capacidade de distinguir o racional do irracional. Todavia, temos que lembrar que o enunciado científico só recebe o qualificativo que o distingue dos demais enunciados após ter sido examinado, testado, em determinadas condições. Ou seja, não nos esqueçamos de que esse enunciado, no início da investigação científica, era uma hipótese, isto é, era também uma ficção. Nas palavras de Stengers (2002, p. 99), “as ciências positivas não exigem de seus enunciados que eles sejam de essência distinta das criaturas de ficção. Elas exigem – e é o ‘motivo’ das ciências – que se trate de ficções muito especiais, capazes de fazer calar aqueles que pretendessem que ‘isto não passa de ficção’”.

Tudo bem, abrir mão da ideia de que trabalhamos com representações (isto é, de que há um mundo lá fora que reproduzimos em nossas mentes) não é tarefa das mais fáceis. Mas, o que propomos é um empreendimento ainda mais árduo: considerar que não é simplesmente uma questão de construção, mas que o cientista lida com algo dado e

que é, simultaneamente, construído. Com isso, muito do que já está estabelecido como ponto de partida para nossas formas de pensar, agir e sentir fica abalado, principalmente se entendermos que o que era ponto de partida passa a ser ponto de chegada.

Desaceleremos o passo. Uma boa parcela de nossas dificuldades em trabalhar com essas novas ideias decorre de um conjunto amplo de cláusulas presentes naquilo que Latour (2001) denomina *acordo modernista*, entre elas a que estabelece que sujeito e objeto existem previamente e que a distinção entre eles é essencial para a construção do conhecimento sobre o mundo; conhecimento que, por sua vez, possibilitará nosso domínio do mundo. Sim, voltamos ao ponto inicial do texto: a necessária separação entre sujeito e objeto para que o conhecimento (a representação do mundo) se dê sem as distorções que a subjetividade promove, impedindo que assumamos a nossa posição de *senhores do mundo*.

Não é à toa, portanto, que associamos ciência à situação experimental. A intenção do experimento é, exatamente, criar condições de tal forma controladas que aumentamos a garantia de que não há interferências da subjetividade do experimentador nos resultados que relata. Além disso, como sabemos, o experimento, para ser reconhecido pela comunidade científica, deve estar descrito de tal forma que possa ser repetido com os mesmos resultados finais. A experimentação é a modalidade de estudo mais confiável e, principalmente, a que possibilita a generalidade de seus resultados; isto é, é a estratégia por excelência que nos dá acesso às leis gerais da natureza.

Como vimos no terceiro fragmento do relatório de Pasteur, uma situação experimental bem planejada faz a natureza “falar”, e, finalmente, confessar os seus motivos. Um bom cientista é, por conseguinte, aquele capaz de submeter a natureza a seu domínio. A propósito, o bom cientista tem desde o início o controle da natureza. Como afirma Stengers (2002, p. 160):

...a distinção clara entre sujeito e objeto supõe, é claro, o poder, o poder do sujeito capaz de convocar o objeto ao tribunal onde sua causa será discutida. O laboratório onde as condições em que o objeto pode dar seu testemunho são definidas e onde este é posto à prova, é a imagem por excelência deste tribunal, local em que o inculpado é ouvido segundo categorias que permitirão julgá-lo.

Vejamos como isso fica em nosso campo de estudos, a Psicologia. Em primeiro lugar, lembremos que é a associação entre ciência e prática experimental que nos leva a apontar a criação de um laboratório – o de Wundt, em Leipzig, no ano de 1879 – como marco inicial da Psicologia como ciência.¹ Todavia, sabemos que uma dificuldade – talvez, a principal – enfrentada pela Psicologia para instituir esse tribunal de que nos fala Stengers, é que o objeto intimado a comparecer não tem uma existência independente e distinta daquela do sujeito que o convoca (o psicólogo cientista). O objeto, seja qual for a definição que se tenha dele – comportamento, inconsciente, consciência, experiência, vivência –, comparece ao laboratório (ao tribunal) por intermédio de um outro sujeito. Nos primórdios da Psicologia, o método introspectivo pressupunha que o testemunho do objeto seria mediado pelo sujeito, porta-voz de um fenômeno a cujo acesso ele detinha a exclusividade. A estratégia defendida pelo behaviorismo não resolveu de vez o impasse, já que não se estuda um comportamento apartado de um sujeito, ainda que o discurso dos relatórios de pesquisa procure nos dar essa impressão (por exemplo, redigido na terceira pessoa do singular como marca de impessoalidade). Em outras palavras, essa distinção almejada entre sujeito e objeto, na Psicologia, sabemos bem, nunca foi atingida. Declarar essa impossibilidade equivaleria, então, a anunciar a inviabilidade de a Psicologia ser científica?

³ Um fato importante a ser ressaltado é a força do modelo mecanicista e positivista proveniente da física clássica, servindo como parâmetro fundamental a ser seguido por qualquer disciplina com pretensões de receber o *status* científico nessa época. A Psicologia não escapou à importação deste modelo.

Essa é uma pergunta que nos persegue, uma vez que foi necessário o transcurso de alguns anos e de algumas discussões acirradas para que começássemos a aceitar a ideia de que o conhecimento psicológico pode (e deve) ser gerado em outros cenários nos quais não se pretende (por ser impossível) o controle de variáveis. Ainda que essa história e problemática não sejam exclusivas da Psicologia, até hoje há quem levante a dúvida se estamos fazendo ciência ou outra coisa qualquer quando saímos dos laboratórios e nos lançamos no campo para produzir conhecimentos. Ou seja, ainda estamos às voltas com a pergunta a respeito da cientificidade da Psicologia.

Fazer ciência no campo

A ida para o campo possibilita que configuremos a pergunta de outra forma. Em vez de ficarmos batendo na tecla da impossível objetividade (da diferenciação de sujeito e objeto), poderemos nos concentrar no poder que o experimentador tem para convocar o objeto. Já que estamos promovendo mudanças, lancemo-nos em uma mais radical e interpelemos a autoridade que os cientistas se atribuíram. Sejam ousados (o que podemos perder?) e subvertamos a ordem: desloquemos o poder das mãos do sujeito que conhece o objeto. E, como a realidade é dada e construída, vamos distribuir o poder entre o sujeito e o objeto.

Busquemos o apoio de Stengers (2002, p. 162) para nossa empreitada:

Se, como diziam os sofistas ‘o homem é a medida de todas as coisas’, trata-se ainda de *inventar as práticas* graças às quais esse enunciado perde seu caráter estático, relativista e entra numa dinâmica em que *nem o homem nem a coisa têm o domínio da medida*, em que é a *invenção* de novas medidas, ou seja, *de novas relações e de novos testes, que distribui as respectivas identidades do homem e da coisa.* (grifo nosso)

Ou seja, colocar em xeque o poder que os cientistas se atribuem demanda a criação de novas relações entre sujeito e objeto e, conseqüentemente, a instauração de novas formas de agir no campo da investigação científica e de se refletir sobre dimensões que transcendem a construção do conhecimento. A fim de ilustrar esse movimento de inventar novos meios de problematizar e colocar em risco o poder de ficção tal como ele está estabelecido, com todos os desdobramentos que isso acarreta no poder do sujeito, Stengers (2002) discute a utilização de modelos – os quais, por assumirem sem *podores* seu caráter ficcional, exigem que assim sejam considerados – e o tratamento que os herdeiros de Darwin têm dispensado à biologia evolucionista.

Quanto aos modelos, a autora destaca as relações que os matemáticos estabelecem com as “forças especulativas da imaginação e não com uma ‘verdade teórica’ do mundo” (2002, p. 164), assim como explora as conseqüências do uso das técnicas informáticas para simulações. No que se refere aos herdeiros de Darwin, interessa-nos especialmente a análise desenvolvida pela autora acerca da prática de uma *ciência de campo*, na qual os instrumentos de que dispõe o cientista impedem a constituição do tribunal viabilizada pelos dispositivos experimentais (tal como concebido na lógica galileana), mas devem ser suficientemente sofisticados a ponto de criar-lhe “a possibilidade de reunir *os indícios* que o orientarão na tentativa de reconstruir uma situação *concreta*, de identificar relações, não de representar um fenômeno como uma função munida de suas variáveis independentes” (2002, p. 170, grifos da autora).

Dessa forma, sair do laboratório para o campo é uma tarefa um pouco mais complexa do que aparentava, já que não é simplesmente transformar o cenário experimental. Trata-se de algo maior. No campo, o papel do pesquisador é outro, já que, segundo a autora, “Os cientistas nesse caso não são juízes e sim investigadores, e as ficções que propõem têm o estilo dos romances policiais e implicam intrigas cada vez mais inesperadas” (2002, p. 171). Assim, parece que estamos

no caminho, pois é aqui, no trabalho de campo, e não exatamente na pesquisa de laboratório, que o poder de ficção e o poder do sujeito serão mais incisivamente interpelados.

Estamos indo muito rápido? Talvez algum leitor mais conservador tenha ficado no laboratório e esteja nos perguntado: “Como as ficções de campo são submetidas a risco? Como diferenciá-las das outras?” A partir da multiplicidade de indícios, é a resposta. Afinal, é para eles que se dirigirão o olhar e o interesse do pesquisador de forma a criar um roteiro do qual eles participem. Em decorrência de sua proliferação, os indícios tanto podem ampliar quanto constranger o poder de ficção.

O roteiro que o pesquisador irá percorrer pode levá-lo a ultrapassar os limites de sua área de conhecimento, quando, por exemplo, o assunto que está sendo estudado é um feixe de histórias até então consideradas distintas. Nesse caso, as exigências do tema encaminham o cientista para o contato com outros narradores, dando margem à multiplicação de controvérsias, à tessitura de novas intrigas. Podem, por outro lado, exigir que o pesquisador não se distraia e concentre-se em um ponto para aprofundá-lo em suas extensões.

Assim, se o que justifica a pesquisa no campo é o contato com o fenômeno tal como ele se dá (e não como ele é produzido em condições artificiais), o investigador, ao realizar o seu trabalho, deve se deixar levar pelo *processo*, o que significa, muitas vezes, o encontro com histórias que se cruzam, mas, necessariamente, não se completam ou formam um todo coerente. Ao contrário, o pesquisador pode ter nas mãos histórias que se contradizem, que se desautorizam mutuamente, que não têm relações causais, que complexificam o entendimento.² Por conseguinte, o pesquisador de campo não é aquele que, ao final, demonstra alguma coisa, mas é aquele que, ao apontar novos indícios, cria incertezas.

Caminha-se, portanto, num sentido contrário ao da distinção estabilizada entre sujeito e objeto que caracteriza as ciências teórico-experimentais. Nas ciências de campo, há

4 Bons exemplos dessas histórias são encontrados em Law (1999).

uma profunda alteração na relação entre os dois, já que, ao se deixar conduzir pelos indícios, as posições de quem pergunta e de quem responde podem se modificar a cada instante. Como afirma Stengers (2002, p. 174), “a incerteza irredutível é a marca das ciências de campo”.

Talvez, possamos compreender melhor a afirmação de Stengers a partir de uma segunda peculiaridade das ciências de campo: a que diz respeito ao que é produzido pela investigação. Ora, se, nas condições experimentais, cria-se artificialmente um modo de existência que viabilizará o testemunho de um fenômeno, as ciências de campo partem da premissa de que o fenômeno está lá, no campo, preexistindo ao estudo. Assim, enquanto as condições experimentais podem ser replicadas em qualquer lugar e a qualquer tempo, o mesmo não ocorre com o campo. Ele é único e intransferível como tal.

É claro que esse transporte pode se dar a partir de numerosos artefatos e artifícios. Um bom exemplo disso é o estudo descrito por Latour (2001) sobre as relações entre a floresta e savana em Boa Vista. O trabalho da equipe de pesquisa, mapeando a região, coletando materiais, classificando-os, permite que o material seja encaminhado para ser analisado em um laboratório em Paris. Isso é, foi construída uma outra floresta e uma outra savana similares à encontrada. Mas, Latour destaca, a floresta e a savana *naturais* não são a floresta e a savana que estão no laboratório em Paris. Assim, os estudos de campo não consentem que se façam quaisquer generalizações, já que as relações neles existentes podem se desestabilizar a partir da ocorrência de uma mudança de condições ou da inclusão de um elemento novo. Da mesma forma, o tempo, que, no laboratório, está associado à artificialidade das condições, no campo, não pode ser controlado, pois integra a dinâmica do processo. Conseqüentemente, o papel do pesquisador é acompanhar os processos que ocorrem no campo³.

5 Latour (2003) debate, por intermédio de um diálogo fictício entre um pesquisador e um estudante, a metodologia resultante dessa forma de pensar. Uma ilustração esclarecedora dessa metodologia de acompanhamento em ação é encontrada em Freire e descrita neste volume.

Quando afirmamos que o pesquisador *acompanha* o processo, não pretendemos afirmar que ele ocupa uma posição que o torna inócuo e imune aos processos. Se as condições artificiais do experimento visam possibilitar o testemunho de um fenômeno, bem como introduzir variações sistemáticas e observar seus efeitos, de forma a conferir ao fenômeno artificial o certificado de fiel representante do fenômeno natural, no campo, esse controle é impossível. A ficção (a hipótese) do cientista de campo, como vimos, é testada diante das variedades existentes no campo, uma vez que suas práticas se “...dirigem a seres cujo modo de existência é *em si mesmo testemunho do poder de ficção*.” (Stengers, 2002, p. 176, grifo da autora). E isso não é pouco. O impasse que se configura agora é completamente distinto daquele que encontramos no laboratório, pois, o objeto, com seus sinais e manifestações, *dirige/convida* o pesquisador.

Um leitor mais inquisidor pode nos colocar diante do seguinte argumento: “Sim, mas com a Psicologia, tudo pode ser um pouco mais complicado. Já que as pessoas que encontramos no campo podem não ser indiferentes às perguntas que lhe endereçamos e se interessarem por nosso estudo e, daí, mudar as suas respostas para nos agradar ou para nos incomodar. Como ficamos, então?”. Nossa resposta será: “Brilhante questionamento. Era tudo o que esperávamos. Você está reagindo exatamente como a pessoa que utiliza para ilustrar sua pergunta”.⁴

Ora, esse tema tem um interesse todo especial para a Psicologia, pois é exatamente nesse território que ela se insere por lidar com pessoas. Nesse caso, são ainda mais profundas as implicações da postura que o sujeito assume diante do objeto, já que, em tais estudos (em nossos estudos), como enfatiza Stengers (2002, p. 177), “as condições de existência de produção de conhecimento de um são igualmente, inevitavelmente, condições de *produção de existência* para o outro” (grifo da autora). Ou seja, a narrativa nesse tipo de

6 Os animais também se interessam pelas investigações sobre eles, como nos mostra Despret (2003).

investigação, não é meramente uma narrativa *sobre* o outro, mas uma narrativa que é também *do* outro. O objeto, portanto, não é passivo, como indica a definição usual do termo, mas, também, observa, examina, busca compreender aquele que se supõe sujeito.⁵

Quais são os rebatimentos? É, mais uma vez, Stengers (2002, p.177-178) quem nos responde:

Quando a questão posta interessa, embora de modo distinto, tanto a quem a coloca quanto a quem ela é colocada, o poder da ficção intervém ele próprio duas vezes: do lado do cientista que deve inventar uma prática que ponha à prova suas ficções, e do lado daquilo que já não é mais exatamente um campo (embora se fale de campo em ciências sociais), pois a questão ‘o que ele (este cientista) quer de mim?’ é um prodigioso recurso de especulação e de autoprodução, quer ela possa ser verbalizada, quer ela se traduza em comportamentos conjecturais ou perplexos. A noção de testemunha torna-se nesse caso ambígua, pouco dissociável do artefato (no sentido negativo). Paralelamente, ‘fazer existir’ e ‘provar a existência de’ deixam de ser correlatos.

Estamos, obviamente, diante de uma questão ética já bastante discutida. Porém, há ainda outros temas envolvidos, principalmente políticos, como nos alerta Stengers, porquanto o investigador deverá perguntar-se a respeito da legitimidade da posição que ocupa, a qual lhe concede superioridade para dirigir ao outro questões que redundarão em novos modos de existência.

O que estamos discutindo até agora coloca em xeque a concepção moderna, que já abordamos, de que o ser humano é o senhor do universo, posição que, para ser preenchida, requer de seu ocupante o conhecimento do mundo como entidade objetiva e independente. Em outras palavras, a ideia de que o poder do homem, em

7 Vide o texto de Tsallis e Rizzo neste volume.

última instância, decorre do conhecimento que possui, conhecimento que é definido como a representação correta (universal, histórica, comprovável) da realidade externa. Está na berlinda, portanto, o espírito que anima a instituição da ciência moderna e que sustenta a permanente suspeita a que a ingenuidade do ser humano tem sido submetida.

A linha divisória entre o cientista e o homem comum, por conseguinte, passou a ser fixada pelo tipo de saber, de erudição, que só o primeiro possui. O que não corresponde a esse saber, denominado científico, é desqualificado como irracional, como crença. Como já destacamos no início, o olhar mais atento ao que ocorre nos laboratórios (território sagrado para o cientista) revela o quanto há de ficção nessa assertiva.⁶

De acordo com a lógica modernista, o cientista não é como os outros. Ele não só formula ficções que calam outras, como, e esse é o caso, cala todos aqueles que ousam desafiá-lo com crenças (com ficções não confirmadas cientificamente). Os outros são definidos como portadores de crenças, como pessoas alheias à crueza da realidade, com as quais os cientistas devem ser tolerantes. Como alerta Stengers (2003), essa atitude oculta o profundo orgulho que nós, cientistas, possuímos (e que nos possui) por acreditarmos que podemos enfrentar o mundo desencantado de suas ilusões e garantias.

A tolerância, segundo a autora, se traduz tanto na ambição de fazer ciência (na acepção moderna) quanto na arrogância das práticas que os profissionais de intervenção/assistência (pedagogia, psicologia, serviço social) implementam em suas relações com as pessoas que procuram atender. Ambição e arrogância decorrentes de uma suposta diferença de natureza entre nós e os outros que se traduz “pela possibilidade que

8 Latour (2001, 2002), com o intuito de evidenciar que as *descobertas* científicas também comportam construção, cria a noção de fe(i)tiche. Desse modo, expressa que os fatos científicos são, simultaneamente, dados e construídos; isto é, nos remetem à realidade externa, mas, igualmente, às crenças do sujeito.

‘nós’ teríamos de julgar ‘os outros’ em termos de crenças, sem mesmo os encontrar” (2003, p. 289) e que nos permitiria, em nome da ciência “...endereçar aos outros questões bem estranhas, de os submeter, eu recordarei, a situações muito curiosas, de os descrever de uma maneira que, em outro contexto, seria julgada muito pouco civilizada” (2003, p. 292). Tudo isso, é fácil supor pelo que já discutimos, não passa de uma extensão promovida pelas ciências humanas do modelo criado no laboratório experimental.

Tentamos resolver o problema da distinção sujeito-objeto, discutindo o poder que essa distinção implica e acabamos com outras questões não menos sérias. Enfim, resta-nos perguntar: “Como fazer ciência de outra forma?”.

Visões de mundo / versões de mundo

Bem, se estamos sugerindo uma proposta que não condiz com a premissa modernista de que há um “mundo lá fora” à espera de ser descoberto, um mundo a ser alcançado pela linguagem, a qual cabe a tarefa de *expressar* a representação desse mundo vinda de “dentro da mente” do sujeito, e se estamos querendo que o *outro* seja tomado ativamente em nossos estudos, nossa tarefa não é nada tradicional. Assim, não teremos que elaborar afirmativas e, posteriormente, “testá-las” quanto à sua precisão em retratar o “mundo lá fora”. Só para que não nos esqueçamos, retomemos o que foi exposto no início de nossa conversa. Essa postura de buscar retratar o mundo é conhecida por realista, e tem sua contraposição na leitura construcionista, segundo a qual o objeto (o mundo) resulta dos processos de construção que o sujeito é capaz de empreender. Apesar da marcante diferença entre elas quanto ao que é a realidade, elas partem da premissa comum de que sujeito e objeto são distintos e estão definidos anteriormente à relação. Assim, se o realista interpela o objeto com o intuito de conhecer o que há nele que o leva a ser percebido de uma determinada maneira, o construcionista, por seu turno, interroga sobre o sujeito

a fim de descobrir o que há nele que o leva a perceber o objeto de uma determinada forma.

Não se trata de abandonar essas perguntas, mas de tomá-las concomitantemente, porquanto, nas palavras de Despret (1996, p. 136-137) “juntas elas formam um instante de equilíbrio, o melhor momento para pensar as coisas em termos dinâmicos, relacionais e complexos”. Ressaltemos o final da afirmativa: “em termos dinâmicos, relacionais e complexos”. Aqui, então, já encontramos uma primeira diferença no que diz respeito à dicotomia sujeito-objeto: o foco não está dirigido nem para o objeto, nem para o sujeito, mas para a relação (dinâmica e complexa) que eles estabelecem.

“Nada de novo. O pessoal da fenomenologia já falava da importância da relação há muito tempo” pode afirmar o leitor. É verdade. Mas devemos considerar que, em nossa proposta, não há um sujeito e um objeto prévios à relação. Eles são constituídos *na* relação, isto é, são consequência dela. “Até aí, nada de novo. A finalidade da investigação fenomenológica é desvelar o objeto em sua autenticidade, tal como ele é em sua essência”, contestará o leitor. Pois é, mas lembremos que estamos partindo da ideia de que o mundo é dado e construído ao mesmo tempo. Dessa forma, não há como admitir que há um objeto cuja essência será desvelada com a pesquisa. Há, é claro, um sujeito e um objeto no início da investigação, mas que, ao final, não serão mais os mesmos, pois foram afetados ao longo do processo de estudo. O leitor está confuso? Provavelmente. Afinal, estamos propondo uma nova forma de pensar o mundo e isso não é uma tarefa fácil.

“Então, se vocês estiverem falando a verdade, ao final do texto, eu não serei o mesmo. Mas vocês também não serão”. É, só que não é uma questão de verdade, de estarmos revelando algo que estava encoberto ou distorcido. Preferimos falar que, se ocorrer essa transformação que o leitor anuncia, estaremos diante de um determinado efeito. Efeito que foi provocado pela aceitação ativa por parte do leitor da proposta que lhe oferecemos. E isso não é pouco.

Isso significa que não estamos lidando simplesmente com uma determinada visão de mundo, pois visões não mudam o objeto. Um objeto pode ser percebido de maneira distorcida, mas não é disso que estamos falando. Mais uma vez: estamos partindo do princípio de que não há um mundo lá fora a ser representado; por conseguinte, não falamos de visão de mundo; consideramos mais apropriado, como Despret (1996), dizer que há versões de mundo; versões que são estabelecidas a partir de relações, de articulações entre sujeitos e objetos, ou, melhor, entre *actantes*, na terminologia empregada por Latour (2001, 2002)⁷. Nesse caso, o conhecimento não acontece a partir do vislumbrar o mundo apartado de nós, mas do estar atento aos efeitos que nele provocamos e que ele nos provoca decorrentes das relações mantidas entre nós e ele.

Trabalhar com versões de mundo, todavia, não requer abandonar o que já sabemos, mas encarar nossos conhecimentos como produtos das formas como os pesquisadores criaram suas versões, apresentaram suas propostas de articulação com o mundo. Ora, sendo assim, para cada visão de mundo corresponderá uma versão? Não, não se trata de uma postura relativista, em que vale tudo. Como afirma Despret (2001, p. 38), “versão remete, também, para além dela mesma, à existência de outras versões, aquelas que não contam a mesma história, ou que a fazem variar; ela guarda em memória aquilo a que ela se opõe, e contra o qual ela continua a se constituir”.

Quando não abrimos mão daquilo que já foi construído é porque entendemos que as versões sempre transbordam seus limites, pois elas apontam para outras versões existentes. Se, como já falamos, nosso interesse está centrado nas relações, o que importa focalizar é como a versão faz

9 Latour trabalha com a ideia de que humanos e não-humanos estabelecem relações que produzem efeitos. Assim, no exemplo citado do laboratório, o resultado encontrado é produto da articulação de Pasteur com o fermento. Não é fortuito o uso do verbo manifestar-se por Pasteur (“Já no dia seguinte uma fermentação viva e regular se manifesta”). A propósito de *actantes*, ver também o texto de Queiroz e Melo nesse volume.

referência ao que ela não é, como ela se articula com as versões que a contradizem. Por exemplo, elas podem negar uma determinada versão, coexistir com outras, ativar novas versões etc. O que interessa, então, são essas vinculações estabelecidas pelas versões, são aquilo que Latour denomina de proposições articuladas.

Se, na concepção moderna, formulamos assertivas e, em seguida, apuramos se “o mundo lá fora” as confirma, isto é, se há correspondência entre o mundo e a representação que dele fazemos; o emprego do termo proposição, ao contrário, nos remete à ideia de uma proposta, de algo incerto, de um convite que pode ser aceito ou não. É isso que estamos fazendo o tempo todo com o leitor. O que está em destaque é o contato entre diferentes entidades e como as interações entre elas modificam suas definições no decorrer de um evento. Daí, se tudo correr bem, não seremos os mesmos ao final do texto. O que importa, portanto, são os efeitos que esse contato promove e não a veracidade de uma representação que a proposição comporte. Então, não é adequado falarmos de verdade como correspondência da representação com a realidade. Por isso mesmo, não adotaremos uma postura crítica, de denunciar como falsas ou equivocadas versões que não correspondam às nossas. Aliás, como bem destacam Stengers (2003) e Despret (2001), não podemos fugir de nossa história, não podemos, simplesmente, apagar nossas formas de pensar e de agir que estão por ela marcadas.

Por tudo isso, podemos, então, voltar à questão da tolerância, pois ser *tolerante* implica adotar um determinado estilo de relação em que o *outro* (o objeto da pesquisa) tem seu campo de respostas restringido e seu saber desqualificado. O que estamos propondo é uma articulação em que o estudioso não tenha a intenção de utilizar as palavras do outro para descrever o mundo tal como ele, o pesquisador, o vivencia. Defendemos que o investigador não faça, simplesmente, o mundo do *outro* caminhar em sua direção, pois, nesse caso, o pesquisador pode, confortavelmente, continuar centrado em sua posição (em sua tolerância). A exigência é bem

maior: é utilizar as palavras do pesquisador para descrever o mundo do *outro*, tal como este o vivencia, o que requer que o pesquisador transite no território alheio. Nele não cabem todas as perguntas que circulam no mundo do pesquisador, mas sim aquelas que fazem sentido no mundo do *outro*. As questões, por conseguinte, deslocam-se do pesquisador para o outro, o que impede uma narrativa que se repete, estendendo-se para outros territórios e demandas a construção de uma nova história, que será bem inventada se calcada em uma articulação que busque criar um universo comum – lugar onde diferentes versões convergem e se articulam.⁸ O primeiro passo para isso é colocar em risco a forma como o pesquisador e seu outro interagem; é, como vimos, *torcer* a relação, a distinção entre sujeito e objeto tão bem estabelecida no acordo modernista.

Desse modo, no campo, o cientista/interventor não é um investigador, mas um diplomata, o que, segundo Despret (2001, p. 281), referindo-se ao trabalho do etnopsicólogo, é possível quando ele cultiva as artes da negociação e da tradução, possibilitando a invenção de novos modos de se relacionar com o outro, estilos diferentes de os interrogar para conhecê-los. Essa nova modalidade de negociação, segundo a autora, exige a obrigação de atender duplamente à confiança: a confiança daqueles que lhe concederam o mandato para negociar em seu nome e a confiança daqueles que lhe confiam o seu saber. Para tanto, esses últimos devem ser tomados como co-experts, como colaboradores em quem se confia para negociar a construção de um saber. Em última instância, o que está em questão é a capacidade de traduzir, traindo minimamente (já que todo tradutor – assim como todo diplomata – é um

10 Sobre isso, Despret (2001) nos oferta a interessante noção de *dépaysement*, como uma experiência que pode ser vivida pelo pesquisador no encontro com o “outro” que lhe parece estranho e não familiar. Nesse contraste, podemos repensar o “nosso mundo”, o que nos é irrefutável, nossas certezas, sem substituir nossos referenciais pelo do outro. Traduzimos para tornar possível algo novo. Para isso, é preciso que o pesquisador saiba se surpreender e manter-se curioso em relação ao diferente.

traidor) e entendendo “a tradução como um problema a construir e não como uma solução” (2001, p. 282).

Nesse sentido, subjacente à proposta, está a noção de risco, pois para engendrar o novo, o investigador tem que ter a capacidade e a habilidade de colocar em xeque suas certezas, porquanto deve criar espaço para manifestações inesperadas de seu “objeto de estudo”. O que se valoriza, por conseguinte, é o espaço para a diferença. Vale a pena recordar que, nesse caso, a incerteza irreduzível deixa de ser a marca das ciências de campo e passa a se estender para a ciência em geral. Sendo assim, tal concepção fundamenta uma proposta distinta de ciência. Passa a ser científico o que gera novidade em decorrência dos vínculos que a versão consegue estabelecer.

Mas, talvez, o mais relevante dessa concepção é que, ao priorizar as articulações, as negociações, ela rompe com o divórcio existente entre ciência e política. Fazer ciência, então, requer que todos os envolvidos na questão em pauta sejam ouvidos e tenham direito a voto. As decisões sobre os fatos deixam de ser tomadas apenas pelo grupo daqueles que se preocupam em evitar que as paixões humanas interfiram no processo (o campo científico). Por seu turno, as discussões sobre os valores deixam de estar apenas nas mãos dos que buscam os valores incontestáveis que estão “por trás” dos fatos (o campo político). Lembremos que a distinção entre fatos e valores é outra das dicotomias modernas que o modelo não adota como ponto de partida.

Concluindo e propondo

Quais são, enfim, as vantagens que essa proposta pode apresentar para nós, psicólogos?

1º- Permite-nos levar em conta a forma como múltiplos saberes estão coexistindo, não importando quão contraditórias e controversas sejam as definições de mundo oferecidas pela Psicologia. Isso nos possibilitará, então, a análise das articulações que as diferentes abordagens teórico-metodológicas organizam com o mundo e entre si, de

uma forma que não se buscará a valorização de uma delas (supostamente verdadeira) com a desqualificação das demais.

2º- Ao fazer isso, será possível instalar uma nova polêmica no campo da Psicologia, desacomodando a estratégia que temos adotado para resolver nossas questões, admitindo a separação entre as abordagens teórico-metodológicas e, ao mesmo tempo, empregando termos que as agregue (por exemplo, psicologias, no plural e com “p” minúsculo). O que propomos é algo diferente: é preservar nossa herança, mantendo a dispersão, mas levando em consideração que o nosso foco se direciona para as articulações e os efeitos que, então, se produzem.

3º- Como não há distância entre teoria e prática (entre ciência e profissão, como nos habituamos a nos referir às “duas faces da Psicologia”) estará também ao nosso alcance o exame das articulações entre o psicólogo e aquele a quem ele se dirige em sua prática cotidiana. Lembremos de que essas práticas efetivam diferentes versões de mundo, uma vez que, trabalhamos com intervenções e/ou com situações padronizadas (testes de lápis e papel, testes situacionais, entrevistas dirigidas etc.) que, tal como as condições de pesquisa em laboratório, criam um cenário para a manifestação de fenômenos que serão avaliados em consonância com a versão que está em curso.

4º- Como o questionamento do poder (a política) é a tônica da proposta e, em extensão ao item anterior, poderemos, por conseguinte, indagar se estamos criando espaço para a diferença ou apenas para as manifestações que confirmam a nossa visão teórica. Em outras palavras, poderemos nos perguntar: como fazemos política, ou seja, como negociamos com quem atendemos? Que margens de distribuição de poder de negociação nossas práticas autorizam? Somos juízes, investigadores ou diplomatas? Se somos diplomatas, como temos enfrentado a tarefa de traduzir? E assim por diante.

Em resumo, não estamos abrindo mão de fazer da Psicologia uma ciência, mas pretendemos fazer dela uma ciência diferente, em que o importante é pensar a

produção do saber como resultante das articulações do cientista com aqueles que ele pretende estudar ou atender. Ressaltar as articulações é admitir as dimensões éticas e políticas presentes nessa relação e que, por conseguinte, devem ser pensadas simultaneamente com a construção do conhecimento. É exigir do psicólogo cientista que ele seja um diplomata, que não abra mão de sua missão de gerar conhecimento, mas que, no processo, leve em conta o conhecimento que o outro possui, por ter produzido. Isto é, defendemos a ideia de psicólogos não *tolerantes*; capazes de criar um espaço comum no qual o conhecimento pode ser construído *junto com* o outro (e não, *apesar do* outro), prontos para permitir que o outro exerça o seu poder na relação; psicólogos dispostos a correr o risco de sair da posição de especialista que cala o conhecimento do outro como *senso comum* ou *crença*.

Assim, podemos pensar quais serão as maneiras mais interessantes de produzirmos nossas práticas no campo da Psicologia, levando em consideração que estas devem ser tomadas como atos de engajamento, promotores de transformações, redefinições, geradores de novos possíveis para além da tolerância, seguindo o rumo da construção de mundos comuns.

Referências bibliográficas:

- COSTA, M. L. (2005). *Museus de ciência em movimento*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Rio de Janeiro, UERJ.
- COULSON, W. R.; ROGERS, C. R. (1968). *O homem e a ciência do homem*. Belo Horizonte: Interlivros.
- DESPRET, V. (2001). *Ces émotions qui nous fabriquent*. Paris: Les Empêcheurs de penser en rond/Le Seuil
- _____. (1996). *Naissance d'une théorie éthologique: la danse du cratérope écaillé*. Paris: Les Empêcheurs de penser en rond/Synthélabo.
- FREIRE, L. L. (2005). *Tecendo as redes do programa favela-bairro em Acari*. 2005. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Rio de Janeiro, UERJ.
- LATOUR, B. (2003). *Dialog on Actor Network Theory*. Disponível em: <<http://www.ensmp.fr/~latour/articles/>>. Acesso em: 20 set. 2003.
- _____. (2002). *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. São Paulo: EDUSC.
- _____. (2001). *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. São Paulo: EDUSC.
- LAW, J. *Traduction/Trahison: Notes on ANT*. Lancaster: Center for Sciences Studies Lancaster University, 1999. Disponível em: <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Traduction/Trahison.pdf>> Acesso em: 5 ago. 2005.
- STENGERS, I. (2002). *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Editora 34.
- _____. (2003). *Cosmopolitiques II*. Paris: La Découverte.



Sobre as/os autores

Alexandra Cleopatra Tsallis

Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Programa de Pós-graduação em Controladoria e Políticas Públicas. Coordenadora da unidade de desenvolvimento tecnológico Laboratório afeTAR: tecnologias sociais em rede. Diretora técnico-científica da Associação Brasileira de Gestalt-terapia.

Ana Claudia Lima Monteiro

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (1998), mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2002) e doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2009). Atualmente é professora na classe associada da Universidade Federal Fluminense.

Arthur Arruda Leal Ferreira

Professor Titular do Instituto de Psicologia da UFRJ e Doutor em Psicologia Clínica pela PUC-SP. Membro do Programa de PósGraduação em Psicologia (UFF) e Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/UFRJ). Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ e Bolsista-pesquisador pelo CNPq.

Carlos Alberto Marconi da Costa

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1974), assim como mestrado e doutorado em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1996). Atualmente é sócio do Centro de Psicologia da Pessoa.

Fernanda Bruno

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura e do Instituto de Psicologia da UFRJ. É coordenadora do MediaLab.UFRJ, pesquisadora do CNPq e membro-fundadora da Rede latino-americana de estudos em vigilância, tecnologia e sociedade/LAVITS. Atualmente, é pesquisadora colaboradora do Surveillance Studies Centre da Queens University, Canadá.

Gabriela Rizo

Possui graduação em Pedagogia pela UERJ, graduação em História pela mesma instituição, especialização em Planejamento e Formulação de Políticas Educacionais pela Unesco, mestrado em História Social da Cultura pela PUC do Rio de Janeiro, doutorado em Psicologia Social pela UERJ e Pós-Doutorado em Políticas Públicas na School of International and Public Affairs (SIPA) Columbia University, USA. É professora associada da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro na área de Política e Planejamento Educacional.

Henrique Pereira

Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997), tem mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001) e doutorado em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2007).

Irme Salete Bonamigo

Cursou pós-doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com estágio na Vrije Universiteit Brussel (VUB) como professora visitante (2016-2017), doutorado em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com período sanduíche na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (FR) (2007), mestrado em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Foi docente do curso de Psicologia da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) durante 24 anos e 8 meses.

Leticia de Luna Freire

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (2002), Mestre em Psicologia Social pela UERJ (2005), Doutora em Antropologia pela UFF (2010), Pós-Doutorado em Antropologia pela UFF (2011 a 2015). Atualmente é Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais e Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (DCSE/UERJ) e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias, da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (PPGECC/FEBF-UERJ).

Marcelo Nuñez Viegas

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; especialização em Psicologia Analítica de C. G. Jung pela Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica e em Saúde Mental pelo Instituto Philippe Pinel/SMS, assim como mestrado em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGPS/UERJ).

Doutor em Psicologia Social (PPGPS/UERJ).

Marcia Moraes

Doutora em Psicologia pela PUC-SP. É Professora Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, ministrando aulas na graduação e na pós-graduação *stricto sensu* - mestrado e doutorado. Coordena o Laboratório PesquisarCOM: Psicologia e Estudos da Deficiência (UFF). É pesquisadora Cnpq.

Maria de Fátima Aranha de Queiroz e Melo

Doutora em Psicologia Social pela UERJ e pós-doutora pelo PPGPsi da Universidade Federal Fluminense. É professora aposentada da Universidade Federal de São João del-Rei, onde atuou numa zona de interfaces entre a Psicologia Clínica, a Psicologia da Educação e a Psicologia Social.

Neuza Maria Fátima Guareschi

Professora associada do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em Educação pela University of Wisconsin-Madison. Coordenadora do núcleo de estudos e-politics - Políticas e tecnologias contemporâneas de subjetivação. Pesquisadora Produtividade CNPq 1A.

Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro

Doutora em Comunicação e Cultura pela ECO/UFRJ. Professora Titular do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desenvolve pesquisas e atividades de extensão nas temáticas das tecnologias e seus efeitos nos processos de subjetivação, socialidades e produção de conhecimento, com base nos referenciais da TAR, das redes sócio técnicas e das metodologias situadas. Coordena o NECST- Núcleo de Estudos Cultura Contemporânea: conhecimento, subjetividade e tecnologias (CNPq).

Ronald João Jacques Arendt

Psicólogo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1973), mestrado em Instituto Superior de Pesquisas Psicossociais Isop pela Fundação Getúlio Vargas - RJ (1980) e doutorado em Instituto Superior de Pesquisas Psicossociais Isop pela Fundação Getúlio Vargas - RJ (1987). Atualmente é professor titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Simone Maria Hüning

Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFAL e do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC/UFBA). Possui graduação em Psicologia pela UNISC (2000), mestrado e doutorado em Psicologia pela PUCRS, com período de doutorado sanduíche na London School of Economics (LSE). Estágio pós-doutoral no Brazil Institute, King's College London.

Vera Schroeder

Pesquisadora e Gestora Cultural. Graduada em Comunicação Social (ESPM-SP), com Mestrado em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Doutorado pela mesma instituição. Desenvolve pesquisas sobre a comunicação e sua interface com a psicologia, a filosofia e a epistemologia, assim como sobre os estudos de ciência, tecnologia e sociedade (CTS) e a Teoria Ator-Rede.